

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-graduação em Educação

**Educar o jovem para ser “útil à si e à sua Pátria”: a assistência pela
profissionalização, Rio de Janeiro (1894 – 1932)**

Maria Zélia Maia de Souza

Belo Horizonte – MG

Julho de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-graduação em Educação

Educar o jovem para ser “útil à si e à sua Pátria”: a assistência pela
profissionalização, Rio de Janeiro (1894 – 1932)

Maria Zélia Maia de Souza

Tese apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação: Educação e
Inclusão Social, da Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cynthia Greive
Veiga

Belo Horizonte – MG

Julho de 2013

S729e
T

Souza, Maria Zélia Maia de, 1954-

Educar o jovem para ser "útil à si e à sua Pátria" : a assistência pela profissionalização, Rio de Janeiro (1894 – 1932) / Maria Zélia Maia de Souza. - Belo Horizonte, 2013.

227 f., enc, il.

Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora : Cynthia Greive Veiga.

Bibliografia : f. 181-194.

Anexos : f. 195-227.

1. Instituto Profissional João Alfredo (RJ). 2. Educação -- História -- Rio de Janeiro (Estado) -- Teses.. 3. Educação para o trabalho -- Teses.

4. Ensino profissional -- História -- Teses. 5. Educação humanística -- Teses.

6. Educação e Estado -- História -- Teses. 7. Assistência social -- Teses.

8. Assistência a menores -- Teses. 9. Escolas profissionais -- Teses.

I. Título. II. Veiga, Cynthia Greive. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Cynthia Greive Veiga – Universidade Federal de Minas de Minas Gerais
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Alessandra Frota M. de Schueler – Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Irma Rizzini – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Carla Chamon – CEFET – MG

Prof. Dr. Marcus Taborda de Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais

Agradecimentos

O ano era 1993. Após a viuvez decidi voltar aos bancos escolares. Naquele momento meu objetivo não ultrapassa a conclusão do então ensino de segundo grau. Foi no dia da matrícula de meu filho mais velho que também fiz a minha para o Curso Normal. Entre interrupções e continuidades prossegui minha vida estudantil até ser aprovada para o curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1999, quando tomei gosto pela vida universitária. Depois Mestrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e atualmente encerro mais uma etapa dessa caminhada: o Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Fiquei tão realizada com a aprovação de meu projeto de pesquisa na UFMG que embora morando no Rio de Janeiro decidi que enfrentaria o desafio. E foi assim que tudo recomeçou. Nesse novo caminhar tenho muito a agradecer. Ao CNPQ que me possibilitou viagens aos congressos de História da Educação nacionais e internacionais; compra de livros; idas e vindas aos arquivos e a Belo Horizonte.

À diretora do Colégio Estadual João Alfredo (CEJA), Claudia Santos, que gentilmente me permitiu fazer imagens dos documentos do Instituto Profissional João Alfredo que estão sob a guarda do referido colégio. Ao Leonardo, presidente da Associação dos Ex- alunos do CEJA.

Na FaE tive o prazer de conviver com os funcionários da Secretaria da Pós-Graduação sempre gentis e prontos a atender aos meus pedidos. À Rose os meus agradecimentos especiais.

Aos professores e professoras do curso os meus agradecimentos. Ao Professor Luciano Faria Filho pela leitura atenta de meu pré-projeto de pesquisa. Um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Cynthia Greive Veiga, que acreditou ser possível e por essa razão aceitou o tema proposto. Orientadora extremamente competente nas questões que me fazia e nas reflexões propostas.

Aos amigos do GEPHE, especialmente a Catarina Capella que foi de uma gentileza impar me oferecendo carona às quartas feiras até o distante aeroporto Tancredo Neves em Confins. À Solyane amiga de república estudantil. Dividimos quarto, alegrias e choros. Ao Jucinato, a Irma e a Alessandra pela paciência com que me ouviram. Ao Gondra pela confiança e amizade construída ao longo desses últimos 13

anos. À queridíssima amiga Inára os meus especiais agradecimentos. Sem essa amizade conciliar a vida acadêmica com a familiar teria ficado mais difícil. À minha família agradeço a paciência e dedico-lhe o meu amor.

Á Terezinha pela vida e suas lutas

Resumo

Esta tese tem como objeto de investigação o Instituto Profissional João Alfredo (IPJA), no período compreendido entre os anos de 1894 e 1932. Localizada no Distrito Federal, esta instituição de assistência social e escolar foi criada para abrigar, educar e instruir jovens desvalidos do sexo masculino, na faixa etária compreendida entre 12 e 15 anos de idade. O objetivo é demonstrar que o IPJA se estabeleceu como parte integrante das políticas públicas de assistência da época caracterizadas pela articulação entre assistência social e educação profissional. Para compreender as tensões entre assistência social e profissionalização, analisou-se as leis municipais relacionadas à temática e os debates produzidos por educadores, juristas e médicos. Investigou-se ainda as relações entre reformas urbanas ocorridas no Distrito Federal e as reformas educacionais. Para análise histórica do IPJA realizou-se estudos bibliográficos no campo da história da educação, bem como análise teórica no domínio da história da educação social. Quanto à pesquisa documental foram investigados arquivos enviados à Diretoria de Instrução Pública Primária, mensagens dos prefeitos, boletins da prefeitura, legislação específica ao tema e pastas/dossiês dos alunos da instituição. O estudo possibilitou observar que as atividades profissionais do IPJA alteraram ao longo do período histórico estudado. Nota-se, inicialmente, a predominância de ensino de ofícios artesanais e, posteriormente, a ênfase naqueles ofícios voltados mais especificamente para o trabalho industrial. Dessa forma, o plano de ação da municipalidade do Distrito Federal estimulou a ampliação do programa de ensino profissional do IPJA, proporcionando o estabelecimento do conhecimento especializado em eletromecânica. Quanto aos alunos, se, por um lado, durante os anos de 1920 houve um aumento substancial no número de matrículas no IPJA, indiciando uma demanda pelo ensino profissional, por outro, observou-se que a maioria absoluta dos alunos não completou o curso profissional. Sinais de que a ação da municipalidade do Distrito Federal em direção a viabilizar a assistência pela profissionalização no IPJA apresentou limites.

Palavras-chave: Instituto Profissional João Alfredo – Assistência social – Ensino Profissional

Abstract

This thesis has the Instituto Profissional João Alfredo (IPJA) as objective in the period comprehended between the years of 1894 and 1932. Located in the Federal District this institution of social assistance and school was created to shelter, educate and instruct destitute young men, in the age group of 12 and 15 years old. The objective of this study is to demonstrate that the IPJA was established as a part of the assistance public politics of the time characterized by the articulation between social assistance and professional education. To understand the tensions between the social assistance and the professional education, the municipal laws related to the theme and the debates produced by educators, jurist and doctors were analyzed. It was also investigated the relations between the urban reforms that took place in the Federal District and the educational reforms. For the historical analysis of the IPJA, it was used as reference bibliographic studies performed in the field of history of education, as well as theoretic analysis in the domain of social education history. As for the documental research, I investigated documents sent to the Public Primary Instruction Administration, mayors' messages, city hall's reports, specific legislation to the theme and students' files/dossier of the institution. This study made possible to observe that the professional activities of the IPJA were altered throughout the analyzed period. It's noticeable that, initially, there is the predominance of the artisanal crafts' teaching and, at a later time, of those crafts related to the industrial work. In this way, the action plan of the Federal District's municipality stimulated the increase of the professional teaching program of IPJA, providing the establishment of the specialized knowledge of electromechanics. As for the students, if by one side, during the years of 1920, there was a substantial increase in the number of enrolments in the IPJA showing a demand for the professional teaching, on the other hand, it was observed that most of the students didn't finish the professional course. These were signs that the Federal District's municipality faced limits to make feasible the assistance through the professionalization in the IPJA.

Résumé

L'objet d'investigation de ce travail est l'Institut Professionnel João Alfredo (IPJA) entre 1894-1932. Cette institution d'assistant de service social et scolaire, localisée au District Fédéral du Brésil, a été créée pour abriter, élever et instruire des jeunes garçons de 12 à 15 ans. Le but est de montrer que cet établissement faisait partie des politiques publiques de l'époque, qui étaient caractérisées par l'intégration entre les services d'aide sociale et d'éducation professionnelle. Afin de comprendre les tensions entre ces deux domaines du gouvernement, nous avons analysé les lois municipales liées à ce sujet et aux débats entre les professionnels de l'éducation, du droit et de la médecine. En outre, nous avons fait des investigations des relations entre les réformes urbaines et de l'éducation du District Fédéral. Pour que nous puissions faire analyse historique de l'IPJA, nous avons fait des études bibliographiques sur le domaine de l'histoire de l'éducation et des analyses théoriques du domaine de l'histoire de l'éducation sociale. En ce qui concerne la recherche des documents, nous avons examiné des offices envoyés au Directoire de l'Instruction Publique Primaire, messages des maires, bulletins de la mairie, de la législation à propos du sujet et les dossiers des élèves de l'institution. Grâce à cette étude, nous avons pu constater que les activités professionnelles de l'IPJA ont changé pendant la période historique étudiée dans ce travail. Au début, nous avons pu apercevoir la domination de l'enseignement des offices artisanaux, et ensuite, les offices du travail industriel ont été le plus utilisés. À partir de ses événements-là, le plan d'action de la municipalité du District Fédéral a stimulé l'amplification du programme de l'enseignement professionnel de l'IPJA, créant l'établissement de la connaissance spécialisée en électromécanique. Selon les élèves, pendant l'année 1920, la quantité de matricules scolaires de l'IPJA a augmenté, ce qui montre le développement de la demande des intéressés à l'enseignement professionnel. Toutefois, nous avons aperçu que la majorité des élèves n'ont pas fini le cours professionnel, ce qui indique que l'action d'assistant de service social de la municipalité du District Fédéral a présenté quelques limites.

Sumário

Introdução	18
Capítulo 1	O Instituto Profissional João Alfredo (IPJA): educação da criança desvalida na cidade do Rio de Janeiro	35
1.1	Pobreza como problema de governo da cidade: ação do Estado protetor	35
1.2	O equacionamento do problema dos desvalidos: conhecer para prover?.....	47
1.3	Duas instituições na cidade: a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna e o IPJA.....	52
1.4	O IPJA na cidade do Rio de Janeiro: urbanização/higienização e industrialização.....	61
1.5	Transformações físicas e pedagógicas no IPJA	78
Capítulo 2	O ensino profissional e assistência ao menor	85
2.1	Noções de assistência e de profissionalização: faces complementares....	85
2.2	O Inquérito de 1926: ensino profissionalizante.....	90
2.3	Concepções de educação integral.....	98
2.3.1	Séries metódicas: um método de aprendizagem profissional.....	100
Capítulo 3	Ações governamentais no Distrito Federal e demanda social: ensino profissional	106
3.1	Organização do programa de ensino profissional do Distrito Federal: normatização da “rede de proteção” à criança pobre.....	106
3.2	O IPJA e o novo regulamento de 1927.....	118
3.3	Requerimentos à matrícula: O IPJA e seus alunos.....	123
Capítulo 4	“Como se faz um artista?” Novo sentido da assistência aos menores	138
4.1	O IPJA e a organização dos espaços e tempos escolares	138
4.1.2	O IPJA e a organização dos saberes escolares	147
4.1.3	Desenho, Música e Ginástica escolar e outras atividades	151
4.2	Oficinas do IPJA: o lugar dos trabalhos.....	164
4.3	Os egressos do IPJA: diferentes situações de desvinculação dos alunos.	170

Conclusão	177
Bibliografia	182
Anexos	
Regulamento do Instituto Profissional João Alfredo – 1894.....	196
Regulamento do Ensino Profissional do Distrito Federal – 1902.....	214

Lista de Tabelas

Tabela 1	Desvinculados com o curso completo – formações diversas – 1894-1927.	171
Tabela 2	Motivos de saídas dos alunos do IPJA – 1894-1932.....	173

Lista de Quadros

Quadro 1	Questionário para recolhimentos e asilos -1912.....	51
Quadro 2	Programa de ensino das escolas públicas primárias – 1893.....	57
Quadro 3	Programa de ensino do IPJA de 1894.....	58
Quadro 4	Materiais e aquisições para o IPJA– 06 de novembro de 1909.....	80
Quadro 5	Materiais e aquisições para o IPJA – 06 de dezembro de 1909.....	80
Quadro 6	Materiais e aquisições para o IPJA – 06 de dezembro de 1909.....	81
Quadro 7	Materiais e aquisições para o IPJA – 31 de dezembro de 1909.....	81
Quadro 8	Pessoal docente para a Casa de José e o IPJA de 1902.....	109
Quadro 9	Pessoal administrativo para a Casa de José e o IPJA de 1902.....	109
Quadro 10	Pessoal subalterno para a Casa de José e o IPJA de 1902.....	110
Quadro 11	Programa de ensino do IPJA de 1902.....	111
Quadro 12	Movimento de matrículas no IPJA – 1894-1932.....	114
Quadro 13	Programa de ensino de 1916.....	117
Quadro 14	Programa de ensino de 1927.....	120
Quadro 15	Programa de ensino do IPJA de 1927.....	121
Quadro 16	Profissões dos responsáveis pelos alunos – 1894– 1932.....	131
Quadro 17	Naturalidade dos alunos – 1894-1932.....	133
Quadro 18	Distribuição da rotina do IPJA – 1924.....	143
Quadro 19	Resultados das Fichas Pedagógicas dos alunos do Ferreira Vianna – 1925.	146
Quadro 20	Horário do Primeiro Ano – Curso de Letras – Primeiras Letras –1924.....	147
Quadro 21	Horário do Segundo Ano – Curso de Letras – Primeiras Letras –1924.....	147
Quadro 22	Horário do Terceiro Ano – Curso de Letras – Primeiras Letras – 1924.....	148
Quadro 23	Horário do Quarto, Quinto e Sexto Anos – Curso de Letras – 1924.....	148
Quadro 24	Horário do Primeiro e Segundo Anos – Curso de Artes – 1924.....	149

Lista de Quadros

Quadro 25	Horário do Terceiro e Quarto Anos – Curso de Artes – 1924.....	149
Quadro 26	Horário do Quinto e Sexto Anos – Curso de Artes – 1924.....	150
Quadro 27	Exercícios de movimentos imitativos.....	154
Quadro 28	Oficinas do IPJA – 1924.....	164
Quadro 29	Síntese dos programas de ensino profissional do Distrito Federal – 1902-1927.....	166
Quadro 30	Serviços prestados	167
Quadro 31	Matrículas e desvinculações no IPJA – 1894 – 1927.....	172

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Movimento geral da Casa de São José.....	55
Gráfico 2	Condição social do aluno do IPJA – 1894-1932.....	132
Gráfico 3	Faixa etária dos alunos do IPJA – 1907 –1931.....	134
Gráfico 4	Cor – 1894 – 1932.....	135

Lista de Figuras

Figura 1	Nomeação de tutor – 1931.....	53
Figura 2	Fotografia de um trecho da Avenida Beira Mar – 1903.....	67
Figura 3	Fotografia da Planta do Rio de Janeiro - subúrbios – 1909 – 19?.....	72
Figura 4	Fotografia da “máquina” – 1915.....	82
Figura 5	Fotografia do quadro de exercícios de tornearia em madeira.....	102
Figura 6	Fotografia da oficina de Torneiros do IPJA – 1915.....	103
Figura 7	Carta de João Alfredo Corrêa de Oliveira.....	130
Figura 8	Fotografia do portão principal do IPJA.....	139
Figura 9	Fotografia do Instituto Profissional João Alfredo.....	139
Figura 10	Fotografia do Instituto Profissional João Alfredo – O palacete.....	140
Figuras 11 e 12	Fotografias dos dormitórios do IPJA.....	141
Figuras 13 e 14	Exames de admissão ao IPJA – 1927.....	145
Figura 15	Ficha pedagógica do aluno do IPJA – 1925.....	145
Figura 16	Fotografia da sala de aula de Desenho.....	152
Figura 17	Fotografia da Banda de Música do IPJA	153
Figura 18	Fotografia da “Praça da ginástica” no IPJA.....	160
Figura 19	Jornal <i>O fakir</i> – 1905.....	162
Figura 20	Fotografia da “Praça das oficinas” do IPJA.....	165

Lista de Siglas

AADMD – Arquivo do Asylo de Meninos Desvalidos

CEJA – Colégio Estadual João Alfredo

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

CEMETFV – Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Vianna

PROEDES/FE/UFRJ – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

Em 2 de março de 1898, o prefeito do Distrito Federal Ubaldino do Amaral (1842-1920) escrevia ao Conselho Municipal sobre diversos assuntos relativos à sua competência administrativa. Dentre vários pontos, referiu-se ao Instituto Profissional João Alfredo (IPJA). Esta instituição, outrora Asilo de Meninos Desvalidos, assumia novos rumos de feição profissionalizante, o que lhe era motivo de orgulho, que assim dizia,

O Instituto Profissional [João Alfredo], sob a direção do Dr. José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, compensa amplamente os grandes sacrifícios que tem custado ao Distrito. É a mais democrática das academias, viveiro de mestres para as indústrias, cursos de estudos práticos para os officios mecânicos, a melhor das escolas de trabalho [...] (MENSAGEM, 1898. *Apud.* BRAGA, 1925, p. 70).

Tendo como ponto de partida a afirmação de Ubaldino do Amaral sobre o IPJA, minha proposta é fazer uma investigação histórica a fim de compreender a concepção de educação, por meio da formação profissional, direcionada aos chamados meninos desvalidos, naquele contexto histórico.

Para esta investigação, levo em consideração três acontecimentos no contexto das mudanças do século XIX para o século XX: a experiência anterior da instituição que fora um asilo para meninos desvalidos; o desenvolvimento da industrialização e urbanização; a ampliação das discussões e das políticas em relação à proteção da infância. Diante desse cenário, minha hipótese é de que a questão que se apresenta para aquele momento era a educação de jovens para uma inserção mais qualificada na sociedade. Isto é, uma aprendizagem profissional, sem perder a dimensão assistencialista, mas que não é mais tal qual desenvolvida no século XIX, ou seja, abrigar, alimentar e ensinar um pequeno ofício. Doravante, o interesse é o ensino de profissões consideradas de “grande futuro”, como preconizado pelo Prefeito Pereira Passos (1836 – 1913) em 1905 e, posteriormente, por Fernando de Azevedo (1894-1974) em 1926.

Essas considerações iniciais nos permitem inscrever o IPJA como objeto de investigação histórica, compreendendo-o como parte integrante da arte de governar

crianças pobres, tal qual concebido naquele contexto¹. Em outras palavras, é entendido como um dos lugares voltado para esse tipo específico de população. Observa-se que na reorganização do IPJA houve continuidade no exercício de um conjunto de três funções que acontecia no Asilo de Meninos Desvalidos: abrigo (casa), instrução (escola) e profissionalização (oficina). Apesar do que foi preconizado pelo prefeito Ubaldino do Amaral de que o IPJA era essencialmente profissional, há de se investigar o quanto de assistencialismo ainda esteve presente na instituição, e ainda como se deu a articulação das políticas de assistência da época com a educação profissional. Como médicos, advogados e educadores debateram sobre a necessidade de organizar a proteção da criança pobre que não fosse somente por meio da filantropia ou da caridade cristã? Dessa forma, interrogo o que significava proteger a criança desvalida na Primeira República?

Acrescento à essas questões outras diretamente relacionadas ao ensino profissional do Distrito Federal de modo geral. Como já investigado pela historiografia da educação carioca, a educação pública do Distrito Federal passou por inúmeras reformas nas primeiras décadas republicanas². Dentre as mais estudadas, destacam-se as reformas promovidas por Antônio Carneiro Leão (1887-1966), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971). Nesse cenário, quais saberes pedagógicos foram considerados, por esses reformadores, importantes para a formação do futuro operário? Em relação aos sujeitos envolvidos com essas circunstâncias como os responsáveis pelos menores os encaminhavam para a educação profissional? Qual o perfil dos alunos? Dos sujeitos envolvidos com as atividades educativas do IPJA, quem eram os diretores, professores, e mestres de ofícios? Por que o termo “útil à si e à sua pátria”, quase que um lema da instituição, é recorrente na documentação consultada?

Essas são questões a serem desenvolvidas nesta tese e dão continuidade ao estudo iniciado no Mestrado, quando investiguei a experiência de educação asilar/escolar do Asilo de Meninos Desvalidos, nos anos de 1875 a 1894³.

¹ A expressão “ a arte de governar crianças” foi inspirada em RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

² Cf. dentre outros, VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Educação e Reforma**. O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; São Paulo: CNPQ:USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

³ SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar, trabalhar e civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, Rio de Janeiro, 2008. Dissertação sob orientação da Profª. Drª. Nailda Marinho da Costa Bonato.

No período demarcado para o presente estudo pretendo considerar o IPJA como parte do processo histórico em que as concepções de assistência e profissionalização, praticadas pelo Asilo de Meninos Desvalidos, modificaram-se. Ou seja, houve um maior enfoque na profissionalização que se voltou, preferencialmente, para jovens pobres entre 12 e 15 anos de idade.

Para tanto, examinei a proposta educativa da instituição que atenderia às políticas governamentais direcionadas à assistência e à profissionalização desse grupo social no período de 1894 a 1932. Entre as razões para a escolha do período pesquisado, cabe ressaltar que o Asilo de Meninos Desvalidos, a partir de 1894, a fim de dar mais ênfase à dimensão da profissionalização, passou a ser administrado, exclusivamente, pela Diretoria de Instrução Pública, quando se tornou Instituto Profissional. Em 1898, foi nomeado Instituto Profissional Masculino, com o intuito de se distinguir do Instituto Profissional Feminino da mesma cidade. Só em 1910, a instituição incorporou a denominação Instituto Profissional João Alfredo, em homenagem ao Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1915), seu fundador ainda no período imperial (BRAGA, 1925, p. 88). Finalizo o estudo no ano de 1932, momento em que o ensino profissional no IPJA adquiriu o *status* de ensino secundário e foi transformado em Escola Técnica Secundária João Alfredo, por meio do Decreto de nº 3.864, de 30 de abril de 1932 (*Apud.* SILVA, 1936, p. 183)⁴.

Nesta tese pretende-se desenvolver quatro principais objetivos, que são: compreender a assistência pela profissionalização na organização e funcionamento do IPJA, ao longo das primeiras décadas do século XX, sob a perspectiva da história de educação social; discutir o movimento de organização do ensino profissional ao menor desamparado como política governamental; analisar a proposta de profissionalização oferecida pelo IPJA como forma de inserção social qualificada; inquirir as atividades educacionais da instituição e discutir o perfil social dos menores que estudaram no IPJA.

Porém, os estudos sobre a história do IPJA ainda são escassos e, nessa medida, há poucas contribuições da historiografia recente para o presente trabalho. Entre os estudos destaco a dissertação de Mestrado de autoria de Jucinato Marques (1996), que

⁴ Nos anos de 1933 a 1934, Escola Secundária Técnica João Alfredo e, entre 1934 a 1956, Escola Técnica Secundária João Alfredo. Com a criação da Universidade do Distrito Federal, tornou-se instituição complementar, ligada ao Instituto de Artes. Atualmente, é o Colégio Estadual João Alfredo, onde são ministrados o ensino médio, formação geral e ensino profissional na área de administração, funcionando em dois turnos: manhã e noite (SOUZA, 2008).

privilegiou, em sua análise, as pastas/dossiês dos alunos, no período de 1894 a 1910⁵. O recorte temporal do autor foi definido tendo como critério as mudanças da administração e da função do instituto. Dessa forma, concluiu que uma grande parte dos alunos do IPJA era proveniente da Casa de São José e o que se pretendia “na verdade era a ordenação e regeneração de uma sociedade via a constituição de um mercado de trabalho que deveria ser disciplinado e controlado” (p. 146). Por sua vez, Marques (1996) indica que o ensino profissional teria papel crucial nessa formulação a ser efetivada em instituições do tipo do IPJA. Inclusive, corroboro com Marques (1996), mas a intenção aqui é ampliar a periodização histórica e verificar o processo de implantação da concepção de ensino industrial.

Tendo em vista a característica da instituição estudada, os termos infância desvalida e menores são recorrentes. Os estudos sobre formas de escolarização da criança desvalida têm avançado, principalmente após os anos de 1990. Entre eles, podemos destacar Londoño (1996), Marcilio (1998), Veiga e Faria Filho (1999), Rizzini (1993, 2008, 2009), Schueler (2002), Camara (2010, 2011), os quais compartilham da mesma ideia de que as concepções de criança desvalida e de menor são construções sócio- históricas. Ou seja, historicamente, as crianças foram assumindo centralidade nas discussões relativas à sua proteção, e o Estado se tornado protagonista nas políticas públicas de assistência.

No caso do termo menor, Londoño (1996. p. 130) afirma que no Brasil colônia, o referido termo foi utilizado como sinônimo de criança, adolescente ou jovem e, nesse sentido, a palavra menor referia-se à idade inferior a 25 anos. Já no Brasil independente, os termos menor e menoridade foram utilizados pelos juristas também na determinação de idade, mas para definir critérios de responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos. Esse mesmo autor nos informa que

o Código Criminal do Império de 1830 através de seus artigos definiu, de fato, três períodos de idade antes dos 21 anos, com respeito à responsabilidade penal e às penas. Primeiro, os menores de 14 anos não têm responsabilidade penal, o que só terá validade para os

⁵ Dos trabalhos produzidos sobre o Asilo de Meninos Desvalidos, destacam-se: LOPES, Luis Carlos Barreto. **Projeto educacional Asylo de Meninos Desvalidos**: Rio de Janeiro (1875-1894) – uma contribuição a história social da educação no Brasil. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGE/FE/UFRJ, 1994; MARTINS, Sylvania Damacena. **Reformando a Casa Imperial**: Assistência Pública e a Experiência do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ PPGHIS, 2004; SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar, trabalhar, civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos, 1875-1894**: caminhos possíveis. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Rio de Janeiro, 2008.

escravos a partir de 1885. Segundo, os maiores de 14 anos e menores de 17 anos que ‘poderá o juiz parecendo-lhe justo, impor-lhe as penas de cumplicidade’. Terceiro, o limite de 21 anos para a imposição de penas drásticas como as galés, que será estendida também aos maiores de sessenta (LODOÑO, 1996, p. 130).

No entanto, o Código de 1830 admitia que os menores de 14 anos agissem com discernimento e, por esse entendimento, no caso de cometerem algum tipo de delito, era previsto o recolhimento destes em casas de correção, a critério do Juiz, até os 17 anos. Como esses estabelecimentos só foram organizadas no final do século XIX, “a prisão comum era o destino destas crianças”. No plano civil, a pessoa ficava sob o pátrio poder até os 21 anos e, no caso da ausência do pai, ela era confiada, pelo juízo dos órfãos, a um tutor que cuidava dela e da administração de seus bens, caso os houvesse (LODOÑO, 1996, p. 131).

Ainda segundo Lodoño (1996, p. 132), o novo Código Penal de 1890 não contribuiu para melhorar a situação das crianças com respeito à sua responsabilidade penal e estabeleceu a idade de 9 anos como limite mínimo de imputabilidade penal. Já o menor de 14 anos, só poderia ser punido caso o júri considerasse que teria agido com discernimento. Após o julgamento, os maiores de 9 anos e os menores de 14 anos deveriam ser submetidos a um regime educativo disciplinar.

Nesse cenário, juristas, como Tobias Barreto (1839-1889), debatiam que o discernimento só aconteceria por meio da instrução, entendendo, portanto, que o problema do Brasil não era a idade, mas a falta de instrução. A propósito, Lodoño (1996, p. 132) afirma que o “menor surge na obra de Tobias Barreto definido por sua consciência do bem e do mal, esta, por sua vez, determinada pela instrução”. Nesse sentido, segundo o mesmo autor,

esse interesse pela menoridade por parte dos juristas coincide também com a introdução da puericultura por parte dos médicos e com a importância que já desde o século XIX vinha cobrando a educação dos jovens (LODOÑO, 1996, p. 133).

Certamente, no momento em que a criança passou a ser representada como um futuro, ela adquiriu maior importância social. Dessa forma, era preciso cuidar da criança abandonada, ou seja, aquela que não estava sob a autoridade dos seus pais ou tutores, tendo sido, portanto abandonada moral ou materialmente. Nessa condição, ao incorrerem em delitos, eram chamadas de menores criminosos (LODOÑO, 1996, p. 135).

Diante desse cenário, a prevenção, por meio da assistência aos menores, foi apresentada como uma estratégia mais racional e eficaz do que a simples repressão. Assim sendo, especialmente a criança abandonada, deveria ser tirada das ruas e enviada para escolas. No entanto, de uma forma geral, a problemática da proteção não ficou restrita à criança abandonada, mas também deveria envolver o grupo de crianças cujos pais e/ou responsáveis não reuniam condições econômicas para protegê-las.

Tem-se, então, que diversos projetos de lei foram debatidos, visando a dar nova regulamentação à assistência à infância pobre. Então, em 1921, ocorreu a Organização Geral da Assistência, por meio do decreto que regulamentava o orçamento da União. Finalmente, em 1923, foi criado o Juízo de Menores do Distrito Federal, tendo sido Mello Mattos o primeiro Juiz de Menores da América Latina. Registra-se ainda, o Decreto 17.943-A de 1927, que consolidou as Leis de Assistência e Proteção aos Menores, marcando o início de um domínio explícito da ação jurídica sobre a infância (RIZZINI, 2008). Por meio desse decreto, inclusive, ficou estabelecida a idade de 14 anos como limite da irresponsabilidade penal (RIZZINI, 1993, p. 39).

Em termos específicos, o Decreto 17.943-A previu que aos menores abandonados fossem aplicadas as seguintes medidas: a autoridade a quem incumbir a assistência e proteção aos menores ordenará a apreensão daqueles de que houver notícia, como abandonados, e os depositará em lugar conveniente, ou providenciará, sobre sua guarda, educação e vigilância. Conforme a idade, o menor receberia instrução em um asilo, instituto de educação, oficina ou escola de preservação ou reforma (Art. 55).

Portanto, do ponto de vista da regulamentação do termo menor, a partir da década de 1920, o mesmo “passou a referir e a indicar a criança em relação à situação de abandono e/ou marginalidade além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhes correspondem” (LODOÑO, 1996, p. 129).

A respeito do conjunto de leis e decretos que permearam esta tese, os mesmos foram analisados a partir de Faria Filho (2008, p. 259), o qual afirma que “a lei é uma prática ordenadora das relações sociais e um lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais”. Para esse mesmo autor, tal entendimento

resgata, a um só tempo, duas dimensões importantes: a primeira, o caráter histórico e político da legislação, e a segunda relaciona-se, mais uma vez, com os sujeitos responsáveis por essa intervenção social (FARIA FILHO, 2008, p. 259).

Nessa linha de pensamento, considera-se que, apesar da discussão acerca da regulamentação da proteção ao menor ter emergido no meio jurídico, o campo médico teve importante contribuição para sua consolidação, sob o argumento de que cuidar da criança integralmente representava a garantia de uma “raça vigorosa, inteligente e adestrada para os embates da existência” (MONCORVO FILHO, 1927, p. 123).

Os estudos de Veiga & Faria Filho (1999) demonstraram que desde o século XIX, além dos médicos e dos juristas, os educadores também se debruçaram sobre o problema das crianças desamparadas. Tanto que este grupo social propôs estratégias de ação visando a uma infância menos rebelde, mais civilizada. Portanto, tratando-se da infância pobre, protegê-la não significava dar-lhe esmolas, mas amparar, cuidar de seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, atuando sobre os males e imprevidências que corrompiam suas formas de vida (CAMARA, 2010, p. 145).

Essas dimensões estiveram presentes em instituições que conjugaram assistência e ensino profissional em diferentes estados brasileiros. Luciano Faria Filho (2001, p. 39), ao analisar a proposta educativa do Instituto João Pinheiro, de Minas Gerais, entre os anos de 1909/1934, concluiu que a instituição significou uma intervenção inovadora do Estado com vistas a solucionar os problemas das crianças abandonadas, favorecendo a sua educação.

Nessa direção, o IPJA, instituição aqui estudada, tinha como função profissionalizar jovens do sexo masculino que, comprovadamente, fossem pobres e/ou abandonados, em regime de internato. Em vista disso, torna-se pertinente interrogar sobre dois aspectos: a) acerca da elaboração da concepção de profissionalização na rede de interdependências entre representantes do Estado, profissionais da instituição, os jovens alunos e seus familiares; b) e sobre o deslocamento de concepções de uma prática de assistencialismo mais caritativo para políticas de assistência com enfoque na profissionalização, tendo o objetivo de possibilitar aos jovens uma autonomia no futuro, ou seja, ser útil não apenas à pátria, mas principalmente sendo útil a si mesmo.

Importante observar que a prefeitura mantinha, além do Instituto Profissional João Alfredo, mais dois estabelecimentos de assistência à infância desvalida: a Casa de São José – abrigo escola voltado para a proteção de meninos pobres de 6 aos 11 anos de idade e o Instituto Profissional Feminino⁶, também para meninas pobres, tendo em vista

⁶ Ressalte-se ainda que de acordo com a concepção de desvalimento da época existia também a Escola Quinze de Novembro, que passou ao poder público federal em 1903, no subúrbio, em área rural. Ver trabalho Vianna (1999).

protegê-las e instruí-las para o exercício de ofícios diversos. Embora não fossem os únicos estabelecimentos voltados para a proteção da infância desvalida, sua importância advém de se tratarem de instituições mantidas pelo governo do Distrito Federal, que conectava assistência social à educação profissional. Essa articulação, provavelmente, gerou tensões, como já referido.

Três exemplos ilustram essa questão. O primeiro deles, referente ao discurso do jurista Ataulpho de Paiva (1867-1955), talvez seja o mais significativo para compreender essa tensão entre a assistência (cuidado e proteção ao menor desamparado) e qualificação para o trabalho. Ao fazer alusão ao Decreto que criara o Asilo de Meninos Desvalidos, o jurista afirmou que

Várias lições ressaltam da leitura desse Decreto: primeiro, o dever que se reconhecia o Governo de proteger a infância desamparada, dando-lhe asilo; segundo, julgar preferível subordinar essa criação aos negócios da instrução pública, ao invés de reuni-la aos da higiene e assistência; terceiro, só permitir a participação dos particulares nessa obra a título provisório; quarto, não limitar o futuro dos educandos ao aprendizado dos ofícios; dar-lhes também a carreira das armas ou estudos superiores de acordo com a aptidão e inteligência dos educandos. (PAIVA, 1922, p. 480).

Como já mencionado, em 1894, o Asilo de Meninos Desvalidos passou a ser administrado, exclusivamente, pela Diretoria de Instrução Pública, quando recebeu a denominação de Instituto Profissional. Segundo Ataulpho de Paiva, tal mudança não significou alteração dos fins, “que continuaram a ser o de abrigar e educar crianças desvalidas” (PAIVA, 1922, p.485). Vejamos um pouco mais de suas considerações:

Tal fato me pareceu brusco demais uma vez que pensaram [referindo-se aos legisladores] que seria poupar vexames aos recolhidos nesse estabelecimento, dar-lhes entrada na sociedade pelas portas de uma casa de educação antes que pelas de uma assistência, melhor pelas do Instituto profissional [João Alfredo] que pelas de um “Asilo de Meninos Desvalidos” (PAIVA, 1922, p. 485).

Nessa direção, o jurista prosseguia afirmando que os menores matriculados no IPJA, ao atingirem maior idade, “tinham um ofício, eram homens válidos, elementos de ordem e de trabalho.” (PAIVA, 1922, p. 486).

Finalmente, o terceiro exemplo refere-se aos requerimentos de matrícula, em que as famílias e responsáveis evidenciaram intenções de encaminhar filhos, sobrinhos e netos para aprenderem uma profissão, adjetivada com termos recorrentes como “necessária”, “condigna”, “completa”; enfim, que aquela “instrução necessária” os habilitasse para “serem úteis a si e à sua Pátria”. Dessa forma, entende-se que houve

significativa alteração na concepção de assistência. Nesse caso, o termo assistência assume um caráter essencialmente profissionalizante, com fins de favorecer uma inserção social vista como mais qualificada.

Em relação às fontes a serem analisadas, o *corpus* documental foi composto pelas seguintes: Mensagens dos Prefeitos do Distrito Federal; Boletins da Prefeitura; Relatórios da Diretoria Geral de Instrução Pública; Relatórios dos Diretores do IPJA; Relatórios da legislação específica ao tema em estudo; Pastas/Dossiês dos alunos do IPJA; os jornais *O fakir*, escrito pelos alunos e “Sete Horas”⁷; carta escrita por Custódio da Silva Braga, catedrático de eletrotécnica da Escola de Minas de Ouro Preto; documentos de contratação dos serviços da Banda de música em festas variadas; documentos parlamentares de 1919.

Parte dessa documentação foi localizada nos acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), no Arquivo Nacional (AN), na Biblioteca Nacional (BN), no Arquivo Asylo de Meninos Desvalidos (AADMD), no Colégio Estadual João Alfredo (CEJA) e no Centro de Memória do Colégio Estadual Ferreira Vianna (CMCEFV).

Destaco a importância do Arquivo Asylo de Meninos Desvalidos, pois, nele, encontra-se preservada parte da documentação administrativa do IPJA e as pastas/dossiês dos alunos da referida instituição, cujo arquivo está sediado no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (AADMD/PROEDES/FE/UFRJ). A referida documentação foi doada em outubro de 1990 pelo Colégio Estadual João Alfredo⁸. É importante esclarecer que, embora as pesquisas de Braga (1925) e de Silva (1936) nos informem um quantitativo de matrículas de alunos no IPJA, no período em análise, em torno de 15.666, somente 2.622 pastas/dossiês encontram-se preservadas no Arquivo do Asylo de Meninos Desvalidos. Esses dossiês contêm os seguintes documentos: a) ficha individual do aluno; b) requerimentos à matrícula; c) atestado de pobreza e de vacina; d) certificado de batismo; e) certidões de óbito ou justificação de idade; f) exames médico e de admissão; f) fichas pedagógicas; g) cartas e bilhetes diversos; h) solicitação por intermediário.

⁷ Sobre esses jornais encontrei apenas um exemplar de cada. *O Fakir* edição de 07 de setembro de 1905 e Sete Horas, edição de 14 de dezembro de 1914. Ambos encontram-se sob a guarda do Colégio Estadual João Alfredo.

⁸ Por meio do Ofício nº 54/90, de 27 de agosto de 1990.

Dessa documentação, analisei, mais detidamente, cerca de 1.900 pastas/dossiês, pois continham informações mais relevantes sobre a vida dos alunos, ou seja, cor, condição social, profissões dos pais, naturalidade e faixa etária. Não considerei, na análise, as pastas/dossiês cujos pedidos de matrículas não se efetivaram.

No ato da matrícula, o responsável pelo menor apresentava todos ou alguns dos documentos acima descritos, entre os quais se destacam: a) requerimentos à matrícula nos quais o requerente (pai, mãe, parente, tutor e padrinho) justificava o pedido de matrícula às seguintes autoridades: ao Diretor da Instrução Pública, ao prefeito e/ou diretor do IPJA; b) certificado de batismo e /ou de nascimento, atestados de óbito do pai ou da mãe, conforme o caso; c) cartas e bilhetes de recomendação – onde eram feitos pedidos direcionados ao Diretor e/ou ao Prefeito para que determinados menores fossem matriculados na instituição. De um modo geral, eram pessoas que mantinham relações com os integrantes da administração pública municipal e federal, tais como Medeiros e Albuquerque (1867-1934) que fora Diretor da Instrução Pública. Havia, ainda, cartas de recomendação de ex- políticos, como o ex-ministro do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1919), um dos responsáveis pela criação do Asilo de Meninos Desvalidos, por exemplo.

Para efeito de efetivação da matrícula no IPJA, o candidato à vaga teria, ainda, que ser aprovado no exame de admissão ou ter certificado de conclusão do curso primário de primeiro grau.⁹ Com esses documentos, foi possível eleger as seguintes categorias de análise: idade, cor e naturalidade dos alunos; profissões dos pais e demais responsáveis dos alunos.

Complementando essa documentação, considerei os livros de Ofícios recebidos e expedidos dos anos 1914 a 1917, 1922 a 1930 e 1927 a 1930. Integrou, ainda, a documentação o livro de Theodoro Braga (“Subsídios para a memória histórica do Instituto Profissional João Alfredo – desde a sua fundação até o presente”), publicado em 1925, cujo autor foi diretor interino do IPJA em 1924. Tal obra foi escrita por Braga na ocasião em que foi chamado para substituir o diretor Alfredo Magioli da Azevedo Maia que saiu de licença por um ano. Em seu relato, o autor faz uma compilação da história do IPJA, dando sinais do funcionamento da instituição no ano de 1924. Para ele,

⁹ As coordenadas gerais traçadas pela reforma educacional realizada por Benjamim Constant em 1890 estabeleceram a divisão do ensino primário na Capital Federal em dois graus. Por essa reforma, a escola primária de primeiro grau ficou organizada em três cursos: elementar (de 6 a 9 anos), médio (de 9 a 11 anos) e superior (de 11 a 13 anos). A saber, para ingressar no curso primário de segundo grau, era necessário o certificado de estudos do primeiro (VEIGA, 2007. p. 239).

a situação naquele momento apresentava-se como resultado das ações administrativas das direções anteriores, principalmente do diretor licenciado, Alfredo Magioli de Azevedo Maia, que esteve na gestão durante os últimos vinte e um anos. Suas críticas ao seu antecessor foram justificadas como importantes para apontar as necessidades da instituição que carecia de mudanças imprescindíveis naquele momento. Portanto, o Arquivo do Asilo de Meninos Desvalidos é um valioso acervo de pesquisa, sendo que os registros escritos, muitas vezes “a rogo de”, motivam o pesquisador a buscar os indícios, os detalhes, com vistas a lançar luzes sobre o IPJA.

Outro conjunto de três documentos foi importante para a análise das prováveis tensões entre o ensino profissional e a assistência à criança desvalida. O primeiro desses documentos trata de uma iniciativa individual proposta por um professor proprietário de uma escola rural, que pretende transformá-la em escola profissional. O segundo desses documentos é o relatório do trabalho de uma comissão organizada pela Diretoria de Instrução Pública, em 1919, com o objetivo de elaborar as bases do ensino profissional desta cidade capital. E o terceiro é o “Inquérito de 1926”, de autoria de Fernando de Azevedo, no qual o educador fez referência à importação de sistemas educativos como o *slojd* e seus derivados, bem como sobre as séries metódicas, método de aprendizado profissional elaborado pelo engenheiro russo Della Vos, com seu derivado Eddy¹⁰.

O diálogo com outras fontes, como a legislação referente à regulamentação do ensino profissional no IPJA, relatórios dos diretores da Instrução Pública e do IPJA e mensagens dos prefeitos do Distrito Federal foram considerados importantes para possibilitar a construção dessa narrativa historiográfica.

Quanto às escolhas teóricas para a análise documental e para o desenvolvimento do problema de pesquisa, estabelecemos interlocução com diferentes campos de conhecimento e pesquisa, tais como a sociologia. Refiro-me, por exemplo, à importância da pesquisa de Norbert Elias (2000) para a compreensão da complexa

¹⁰ O *Slojd* consiste em uma metodologia de ensino, desenvolvida na Dinamarca por Axel Mikkelsen, que considera o trabalho manual como principal meio educativo, na escola, para disciplinar moralmente o educando e desenvolver-lhe amor ao trabalho (MORAES, 2003, p. 409). O *Slojd* foi pensado para a escola em geral ao contrário das séries metódicas de Della Vos que foram elaboradas especificamente para as escolas profissionais. Já o Eddy foi um sistema de desenho elaborado por Mr. Eddy, professor da North Bennet Industrial School, de Boston e consistia numa variação do sistema técnico de Della Vos. “Condensado em 30 modelos, que se iniciavam com o estudo das operações fundamentais aplicadas à confecção de objetos em madeira e ferro, levava as crianças de 11 a 14 anos inferirem o modelo completo” (LUNARDI MARQUES, Sandra Machado. O ‘*slojd* paulista’ e a formação de operários completos (1911 – 1934). **Revista Educação Skepsis**, n. 2, São Paulo: Skepsis. Org. jan. 2011, p. 1629-1680.

dinâmica relacional entre grupos estabelecidos e *outsiders*. Essa dinâmica relacional acaba por produzir estigmas e/ ou sintoma de inferioridade neste último grupo que Elias (2000, p. 28) esclarece com as seguintes palavras:

Os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos *outsiders* de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças – pelas próprias condições de sua posição de *outsiders* e pela humilhação e opressão que lhes são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza – o baixo padrão de vida – é um deles (ELIAS, 2000, p. 28).

Especificamente sobre a criança pobre, sabe-se que foi estigmatizada ao ser adjetivada como desvalida pelos sujeitos que assim a denominaram. Para protegê-la, o Estado organizou instituições específicas. Essa constatação me aproximou da noção de figuração. Segundo Norbert Elias (2001), figuração se refere a uma formação social cujas dimensões são muito variáveis (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma cidade, uma nação), nas quais os indivíduos estão ligados uns aos outros de um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões (ELIAS, 2001 p.13). Nesse sentido, o Estado, o IPJA e os responsáveis pelos menores foram considerados como um conjunto de relações sociais que são interdependentes.

Outra discussão importante é a de *governamentalidade*, desenvolvida por Foucault (1979). O autor apresenta a noção como tecnologia de gestão de populações que, por meio da produção de dados estatísticos que visava gerir regularidades populacionais, ou seja, “melhorar a sorte da população” (FOUCAULT, 1979, p. 289). Essa noção, inclusive, possibilita compreender melhor a organização administrativa do Estado, no período em análise, no que diz respeito as técnicas de governar que classificam a população nas suas especificidades. Deve-se ressaltar que a problemática da proteção da criança pobre não é recente, pois, desde fins do século XVIII, iniciou-se um lento processo de conscientização dos direitos individuais e, dessa forma, uma maior demanda pela participação do Estado nos aspectos sociais da população (ROSANVALON, 1996).

No que se refere às práticas históricas de assistência e profissionalização das crianças e jovens pobres, compreendo-as no domínio de pesquisa da história da educação social, pelo fato de se destinar a esse público específico. Segundo Julio Ruiz

Berrio (1999), “a história da educação social trata da história dos processos educativos destinados a equilibrar, superar ou prevenir duas categorias fundamentais: a marginalização e a exclusão, especialmente da infância e da juventude, através dos tempos (ibidem, p. 7)”. Para esse mesmo autor, desde os tempos dos gregos, podemos encontrar testemunhos da história da educação social, embora sua presença tenha sido mais intensa a partir da época moderna com o surgimento da sociedade capitalista e industrial, o que gerou crescimento demográfico e aumento de marginalizados, nos quais as crianças se incluem. Esse contexto passou a exigir, cada vez mais, programas pedagógicos de recuperação social com finalidade de inserção social, tendo como ênfase a educação para o trabalho e o ensino profissional. Vale lembrar que a história da educação social a que o autor faz referência difere do termo *educação social* dos dias atuais que ocorre, principalmente, em espaços não escolares¹¹. Como alerta Cynthia Veiga (2012), é importante esclarecer que, na concepção de Berrio (1999), a História da Educação Social não é História Social, “uma vez que o que se está priorizando não é uma abordagem teórica da história, mas o objeto de investigação” (ibidem, p. 2012, p. 22).

Assim sendo, é possível verificar que, em 1912, o Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal registrou, em um de seus relatórios, que o ensino profissional para jovens pobres naquela cidade precisava ser reformado e que os reformadores deveriam

adaptá-lo aos fins exatos: o ensino profissional, tal como está, não preenche os fins que a administração tem ou deve ter em vista. Urge traçar-lhe uma diretriz nova, **sem esquecer o seu destino eminentemente social** (Mensagem do Prefeito, 1912, p. 41) (Grifos meus)¹².

¹¹ Interessante observar que, por meio da leitura da Segunda Conferência Nacional de Educação promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em Belo Horizonte, em 1928, os debatedores trataram da “educação social” cujas proposições foram defendidas para serem ministradas no espaço escolar. Nesse caso, temos os seguintes exemplos: na sessão “Educação Social”, destacou-se a importância do escotismo como “meio de educação social”, com vistas a ser um “excelente meio de formação do sentimento social” a ser incentivado pelo Estado, a exemplo de Minas Gerais e do Distrito Federal, oficializando-o nas escolas primárias dos demais estados da federação. Já o “ensino anti-alcoólico”, também foi defendido para ser ministrado nas escolas primárias, por ser considerado como um problema de elevado alcance social. Os integrantes da referida Conferência defendiam, também, que a educação social seria o elo entre o ensino e o meio ambiente. Essa tese foi defendida pelo professor Deodato de Moraes, no trabalho “Finalidade técnico-social da escola brasileira”, como meio de aperfeiçoamento do indivíduo e o seu preparo para o ambiente em que viveria. Deodato de Moraes defendeu a adoção do ensino profissional como um núcleo do ensino primário, adequando-o às “necessidades e possibilidades do meio” (FROTA PESSOA, 2004, p. 93-99).

¹² No antigo Distrito Federal da Primeira República, o ensino profissional voltado para meninos e meninas pobres funcionava em dois internatos - o Instituto Profissional João Alfredo e Instituto Profissional Feminino – no Externato Souza Aguiar e em oficinas anexas a algumas escolas primárias

Para destacar a organização do IPJA, o diálogo com a historiografia da educação brasileira foi fundamental¹³. O tema da organização dos espaços e tempos escolares foi objeto de reflexão de Luciano Faria Filho e Diana Vidal (2005), de modo que os autores chamam a atenção para a relação entre escolarização de conhecimentos e tempos e espaços sociais. Afirmam que

ao acompanharem os debates que se travaram na área da educação ao longo dos séculos XIX e XX, mais especificamente aqueles que se referiam às determinações sobre os conteúdos escolares, o que atualmente denominamos programas e currículos, percebemos que sua extensão estava intimamente relacionada à distribuição e à utilização dos tempos escolares, à constituição dos métodos pedagógicos e à organização das turmas, classes e espaços escolares (VIDAL E FARIA FILHO, 2005, p. 42).

Nessa organização, quando tratou-se especificamente do currículo, “o corpo e a sua educação deixavam de ter um lugar secundário” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009). Tanto assim que no IPJA a *gymnastica* escolar esteve presente em todos os regulamentos da instituição. Dessa forma, para compreender o IPJA no período em análise, esta tese se organiza em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, “O Instituto Profissional João Alfredo (IPJA): educação da criança desvalida na cidade do Rio de Janeiro”, o objetivo central é compreender a especificidade do IPJA na cidade do Rio de Janeiro, no contexto das mudanças do século XIX para o século XX. As fontes utilizadas foram, principalmente, a Reforma educacional de 1854; regulamentos do IPJA; relatórios dos diretores da Casa de São José e do IPJA; relatórios presidenciais.

Este capítulo está dividido em cinco partes, a saber: Pobreza como um problema de governo da cidade: ação do Estado protetor; o equacionamento do problema dos desvalidos: conhecer para prover? Duas instituições na cidade: a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna e o IPJA; O IPJA na cidade do Rio de Janeiro: urbanização/higienização e industrialização; transformações físicas e pedagógicas no IPJA.

Nos dois primeiros itens analiso as alternativas propostas por políticos, médicos e educadores que se interessaram pelos assuntos de proteção e educação a essa parcela

(Relatório do Diretor Geral, Instrução Pública. IN: **Mensagens do Prefeito aos Membros do Conselho Municipal**. 1912 p. 41).

¹³ Dentre outros, considero os estudos de Vidal e Faria Filho (2005) e os de Taborda de Oliveira (2006).

da população no Brasil do século XIX e início do século seguinte. Nesse movimento, tendo em vista a experiência assistencialista do Asilo de Meninos Desvalidos, posteriormente, IPJA, apresento a reforma educacional elaborada e implementada por Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), no período imperial, como uma política educacional que incorporou o problema da assistência a menores pobres até doze anos de idade. Dessa forma, inquiri os seus aspectos educacionais e assistenciais, no que eles se conectam com a ideia da profissionalização da criança pobre. Ainda com a mesma preocupação, já na Primeira República, analiso parte dos relatórios presidenciais referentes à educação e à proteção da criança pobre.

No terceiro item apresento o IPJA e a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna como exemplos de assistência pela profissionalização à criança e ao jovem pobre mantidos pelo poder público do então Distrito Federal. Esse esforço visa demonstrar a interseção existente entre essas duas instituições, pois integraram a assistência social de caráter escolar. Destaco que, ao apresentar outra instituição asilar/escolar, integrante dessa política de proteção à criança pobre, não proponho um aprofundamento de sua história. Portanto, sua menção justifica-se pelo objetivo de localizar as relações estabelecidas entre o IPJA e a citada instituição e, dessa forma, chamar atenção para um modo peculiar de organização de proteção ao referido grupo social por meio da diversidade de instituições que acumularam as funções de asilo e de educação escolar à parte das escolas regulares. Finalizo este capítulo analisando as transformações físicas e pedagógicas do IPJA, no contexto de urbanização/higienização e industrialização da cidade do Rio de Janeiro, compreendendo-as de forma entrelaçada, ora com as reformas urbanas, ora com o advento industrialista.

No segundo capítulo, “Ensino profissional e assistência ao menor”, o objetivo é demonstrar que a discussão acerca da necessidade de difusão do ensino profissional, além de ter ultrapassado a esfera governamental, foi plural e, nessa medida, carregado de tensões. Este capítulo está organizado em três partes: noções de assistência e de profissionalização: faces complementares; o Inquérito de 1926: profissionalizante e concepções de educação integral; séries metódicas: um método de aprendizagem profissional.

As fontes analisadas foram a proposta do professor de uma escola rural cujas pretensões era transformá-la em escola profissional; o relatório do trabalho da comissão organizada para elaborar as bases do ensino profissional da capital do ano de 1919 e o terceiro é o “Inquérito de 1926”, de autoria de Fernando de Azevedo. A referência que o

educador fez ao *slodj* e seus derivados, bem como às séries metódicas permitiu-me o desenvolvimento dos dois últimos itens desse capítulo, a partir das seguintes indagações: quais os efeitos desse método na discussão da especialização do ensino profissional? Seria possível encontrar indícios de sua presença no IPJA?

No que se refere propriamente à análise do “Inquérito de 1926” que tratou do ensino profissionalizante de São Paulo, o objetivo foi verificar possíveis aproximações deste com a Reforma da instrução pública de 1927 no Distrito Federal e, por extensão, com o IPJA.

Finalizo esse capítulo trazendo a discussão da proposição de educação integral, presente no primeiro regulamento do IPJA, por meio do debate da historiografia da educação recente que se ateve a essa temática. Em seguida reflito acerca da provável presença nas atividades educativas do IPJA do método de aprendizagem profissional, elaborado por Della Vos e sistematizado por Coryntho da Fonseca, em 1909.

No terceiro capítulo, intitulado “Ações governamentais no Distrito Federal e demanda social: ensino profissional”, também se organiza em três partes: Organização do programa de ensino profissional do Distrito Federal: normatização da “rede de proteção” à criança pobre. O IPJA e o novo regulamento de 1927 e, Requerimentos à matrícula: o IPJA e seus alunos. O objetivo central desse capítulo é discutir a organização do ensino profissional como política governamental do Distrito Federal, nos anos de 1902 a 1927. As fontes utilizadas na análise foram os regulamentos do ensino profissional do Distrito Federal; documentos relativos às reforma da Instrução Pública; mensagens dos prefeitos e boletins da prefeitura; pastas dossiês dos alunos do IPJA.

Assim, na primeira parte, analiso a organização do ensino profissional nos anos de 1902 a 1927. Em seguida, examino as tensões entre a assistência e a profissionalização para demonstrar como no IPJA esta problemática esteve presente por tentar buscar uma identidade precisa e identificada com as demandas do período republicano. Na terceira parte, apresento os requerimentos à matrícula que, somados aos demais documentos que compõem as pastas/dossiês dos alunos, possibilitam elaborar e discutir o perfil da clientela do IPJA. Desse modo, atendo-me para os requisitos de geração, gênero e pertencimento social do grupo que requereu proteção da municipalidade do Distrito Federal para seus jovens.

Já o quarto capítulo, “Como se faz um artista?”¹⁴ Novo sentido da assistência aos menores”, o objetivo é analisar a proposta de profissionalização oferecida pelo IPJA, indagando como, nessa instituição, concretiza-se a política de assistência pela profissionalização. Tendo como fonte principal a obra “Subsídios para a memória histórica do IPJA”, de José Theodoro Braga, do ano de 1925, busco o diálogo de seu relatório com as demais fontes que nos ajudam a observar sinais das atividades educacionais estabelecidas no IPJA. Nesse sentido, considero as pastas/dossês dos alunos, os jornais “O Fakir” e “Sete Horas” e correspondências diversas, para ampliar o entendimento sobre as questões trazidas por Braga e, ao mesmo tempo, problematizar o discurso produzido por ele. Desta forma, a fim de melhor apresentar esse capítulo, organizei minha escrita três em itens: no primeiro – “O IPJA e a organização dos estudos: espaços, tempos e saberes escolares” – discuto o funcionamento do IPJA visando compreender como e que de forma foram contempladas as dimensões da educação física, intelectual moral e prática, previstas nos seus programas de ensino. Interessa ainda interrogar se houve articulação entre os cursos de Letras e Artes e qual o critério de divisão dos alunos pelas turmas/classes?

No segundo item “Oficinas do IPJA: o lugar dos trabalhos” indago acerca das situações educativas que foram possíveis de observar e, nesse sentido, analiso a forma pela qual teria ocorrido a articulação entre a teoria e a prática do trabalho. Finalizo esse capítulo no terceiro item “Os egressos do IPJA: diferentes situações de desvinculação dos alunos” no qual reflito sobre o quantitativo de alunos formados e os diferentes tipos de desligamentos no período em estudo.

¹⁴ Expressão extraída do jornal “Sete Horas” em edição de 07 de dezembro de 1914. Acervo: CEJA

Capítulo 1

O Instituto Profissional João Alfredo (IPJA): educação da criança desvalida na cidade do Rio de Janeiro.

O Instituto Profissional João Alfredo fez parte da história da cidade do Rio de Janeiro. Planejado e organizado para um público específico, jovens pobres, teve funcionamento de caráter asilar/escolar. Essa dupla função, inclusive, o diferenciou da escola pública primária regular. Nesse sentido, interesse-me pelo que havia de peculiar nesse Instituto. Em vista disto e por meio do diálogo com a historiografia da cidade e da história da educação de crianças e jovens pobres, tenho como objetivo central, neste capítulo, compreender a especificidade do IPJA na cidade do Rio de Janeiro, no contexto das mudanças do século XIX para o século XX, e do desenvolvimento das políticas estatais de proteção da criança desvalida. Dessa forma, discuto, ao longo do capítulo, a presença estatal no governo da infância, as estratégias de quantificação da infância pobre, a criação de instituições de educação da infância desvalida, a presença do IPJA na cidade e a sua integração ao processo de modernização da cidade. Nessa linha de raciocínio, interrogo o porquê de um instituto profissional no Rio de Janeiro e as razões pelas quais essa instituição se desvia das características de assistencialismo com foco crescente na educação para o trabalho.

1.1 Pobreza como um problema de governo da cidade: ação do Estado protetor

Em 1911, um requerimento à matrícula no IPJA continha os seguintes dizeres:

Exm^o Sn. Dr. Prefeito do Districto Federal
Frederico de Santiago padrinho e protetor do menor Renato Correio Santos Roxo desejando encaminhar e assegurar o futuro do dito menor com uma profissão, e existindo um estabelecimento amparador nesta capital, que é o Instituto Profissional [João Alfredo], sob a guarda de V^a. Ex^a. o suplicante e confiante nos seus sentimentos humanitários e justiça de V^a. Ex^a. vem respeitosamente pedir-lhe a matricula [...]
Pede deferimento. Rio de Janeiro, 16 de março de 1911.
Frederico de Santiago¹⁵.

Em outro requerimento, do ano de 1919, o bacharel Luiz de Souza Dias assim argumentava a respeito das dificuldades enfrentadas por sua família:

Exm^o Sn. Dr. Prefeito do Districto Federal
O bacharel Luiz de Souza Dias, diplomado em Sciencias Jurídicas e Sociais, tendo soffrido, há 5 annos, um insulto apoplético, ficou desde então hemiplégico, impossibilitado de exercer a sua profissão de advogado. Tendo numerosa família e achando-se em condições de, por extrema pobreza, não

¹⁵ Pasta RCR 021, 1911 (AAMD)

poder educar os seus filhos, dando-lhes a instrução de que carecem, pede que V.^a. Ex.^a. admita um d'elles gratuitamente, o de nome Antonio com 12 annos de idade, no Instituto Profissional João Alfredo, ou em outro mantido pelos cofres municipaes do Districto Federal.

Em taes termos, o Supplicante pede deferimento.

E.R.M. Niteroy, 09 de outubro de 1919. Luiz de Souza Dias ¹⁶

Não apenas nesses, mas nos diversos requerimentos a que tive acesso observa-se a recorrência de relatos acerca da situação de pobreza dos responsáveis pelos menores candidatos à matrícula no IPJA. Nesse sentido, esses requerimentos nos possibilitam indagar sobre a relação entre situação de pobreza e demanda por profissionalização de crianças no contexto urbano¹⁷.

Também no cotidiano social em geral, o que ocorre é a estigmatização dos grupos pobres, imprimindo-lhes uma condição de inferioridade social. Dessa maneira, a criação de instituições destinadas à educação de pobres é parte do contexto que busca minimizar os efeitos da pobreza na sociedade. Haja vista que “educar os jovens para serem uteis a si e a pátria” foi um lema recorrente usado pelos poderes públicos. Foucault (2008, p. 308) detecta essa questão desde o século XVI, como visto em suas próprias palavras:

O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir a sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria – é problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão do problema das condutas no século XVI. A utopia fundamental, o cristal, o prisma através do qual os problemas da condução são percebidos é o da instituição das crianças (FOUCAULT, 2008, p. 310).

Nessa mesma direção, diferentes autores vêm destacando o processo histórico de desenvolvimento das preocupações dos adultos em relação às crianças, tanto do ponto de vista do cuidado e proteção como no aspecto pedagógico¹⁸. No caso das crianças pobres, também foi recorrente a associação entre educação e trabalho, sendo que esta associação “parece ter sido uma fórmula amplamente difundida no Ocidente, marcando

¹⁶ Pasta OCC 084, 1920 (AAMD).

¹⁷ O ensino de profissões diversas para crianças pobres foi tema de pesquisa de RIZZINI, (2004), FARIA FILHO (2001), MARQUES (1996), MACHADO (2002), SCHUELER (1998).

¹⁸ Cf. o clássico de Ariès (1960) e os estudos dos pesquisadores brasileiros que trataram da temática da infância como, Veiga, 2007; Gondra, 2004; Rizzini, 2004; Gouveia, 2010; Schueler, 1999, dentre outros.

experiências no velho e novo continente, nas metrópoles e jovens nações (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 108)¹⁹.

A partir do momento que a criança passou a ser representada como a “sementeira do porvir²⁰”, a problemática da proteção demandou a

criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência – com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; dos direitos sociais – com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução – com o reconhecimento de que estas podem ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado, como no espaço público. Nesse processo, distribuem-se as competências, as atribuições do Estado e da sociedade, delimitam-se os campos jurídico, médico, assistencial, educacional, assim como se debatem definições legais e normativas (KUHLMANN Jr., 2002, p. 464).

Nesse cenário temos que desde o período imperial, existiram, no Brasil, várias instituições de caráter asilar com o objetivo precípua de difusão dos saberes elementares e aprendizagem de ofícios manuais²¹. De acordo com Rizzini (2004, p. 180), a grande maioria dessas instituições

eram projetos de origem governamental (provincial, algumas com incentivo do governo central), religiosa (ordens religiosas), particular (filantropos ou empresários) ou misto (particulares ou religiosas com subvenção governamental). A maior parte dos estabelecimentos era do tipo asilar, ou seja, composta por internatos onde o contato com a sociedade e com a família era rigidamente controlado (RIZZINI, 2004, p. 180).

Dentre as estatais, Rizzini (2004, p. 181) considera que as Casas de Educandos Artífices representaram o modelo mais constante em termos de ensino de ofícios. Esses estabelecimentos funcionaram em regime de internato, com um público composto por meninos dos sete aos vinte e um anos de idade. Essa formação para o trabalho evitaria, na concepção das autoridades constituídas, que crianças desvalidas se tornassem futuros vadios, inúteis ou mesmo perigosos à sociedade.

¹⁹ No velho continente, ou seja, na Europa moderna, cito as experiências educacionais de Jean Battiste La Salle (1651-1719), na França, e as de João Bosco (1815-1888) na Itália. Nessas experiências educacionais, pensou-se no trabalho como solução pedagógica para a criança pobre e já foram amplamente discutidas pela historiografia internacional (CAMBI, 1999 e outros) e nacional (CUNHA, 2000 e outros).

²⁰ Cf. GONDRA, José G.. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educ. Pesquisa**. 2000, vol.26, n.1 p. 99-117.

²¹ Os Asilos Agrícolas também integraram a política de proteção estatal ainda no período imperial. Tratando-se da Corte imperial (Rio de Janeiro), funcionou o Asilo Agrícola em terras adjacentes ao Jardim Botânico desta cidade (Cf. BEDIAGA, 2011).

Segundo Rizzini (2004, p. 181-182), foram inauguradas nove Casas, nos anos de 1840 a 1865, nas capitais de províncias. A primeira a entrar em funcionamento foi a do Pará em 1840 e funcionou até 1852²², seguida por Maranhão (1841- 1889); São Paulo (1844-1868); Piauí (1849-1873); Alagoas (1854-1858); Ceará (1856- ?); Amazonas (1858-1877); Rio Grande do Norte (1859-?) e Paraíba (1865- 1874).

As propostas educacionais das Casas de Educandos Artífices, embora possuíssem muitos pontos em comum, não foram, de forma alguma, homogêneas no seu processo pedagógico, como alerta Rizzini (2004, p. 181). Nesse sentido, o maranhense Antonio de Almeida Oliveira (1843-1887), político e bacharel em Direito, ao referir-se à Casa de Educandos Artífices do Maranhão, afirmara que “os planos mais bem combinados falham na prática” (OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 185).

Apoiado no tom crítico, isto é, da “falha” da proposta educacional empreendida pela Casa de Educandos Artífices de sua província, esse político escreveu sua proposta de educação ao Estado no ano de 1873, organizada em nove partes²³. Nela, o autor tratou de temas variados do ensino público, como o princípio da competência e direito do Estado em proporcionar instrução pública obrigatória. Sobre este ponto, afirmava o propositor que não deveria haver qualquer dúvida, uma vez que o “Estado não pode deixar que a ignorância multiplique o número dos pobres e mendigos, vagabundos e criminosos” (OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 72). Em seus próprios termos,

[...] a instrução é uma garantia e uma riqueza ao mesmo tempo individual e social. Instruir o povo e aumentar a sua produção e diminuir a sua força bruta e torná-lo cordato, pacífico e conhecedor dos seus deveres, são ideias correlativas. Uma não existe sem indicar a presença da outra, da mesma forma que a bússola não descansa um ponteiro no norte sem logo mostrar o sul com o outro. Ora, o Estado, como protetor dos nossos direitos, tem obrigação de oferecer-nos todas as garantias tendentes a assegurar-nos o desenvolvimento de que eles são susceptíveis (OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 78-79).

A educação pensada pelo referido autor também possuía valores sociais, como a garantia de que “o homem do povo instruído seria espontâneo, de paz e brandura, justo,

²² Sobre a Casa de Educandos Artífices do Pará Rizzini (2004) nos informa que em 1872, o governo provincial fundou o Instituto Paraense de Educandos Artífices. No período republicano, em 1897, recebeu o nome de Instituto Lauro Sodré, em homenagem ao governador que transformou a feição urbana de Belém.

²³ OLIVEIRA, Antônio de Almeida ([1873] 2003). **O Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, 373 p. (Edições do Senado Federal, v.4). Primeira parte – Vistas gerais; Segunda parte – Da organização do ensino; Terceira parte – Algumas instituições necessárias; Quarta parte – Do magistério; Quinta parte – Dos métodos de ensino; Sexta parte – Do material escolar; Sétima parte – Das bibliotecas populares; Oitava parte – Das despesas da instrução; Nona Parte – Das mães de família.

de bons costumes e ordeiro” (OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 79). Além dessas considerações, incluiu, na terceira parte de seu trabalho, o que denominou como sendo “Algumas instituições necessárias – das escolas dos meninos desvalidos” (OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 181). Nessa parte de sua exposição, detalhou a função do Estado nas questões que envolviam, especificamente, a educação dos meninos desvalidos.

Pode o Estado ser tão feliz nos seus esforços que consiga generalizar a instrução e fazer com que meninos desvalidos não deixem de ir à escola. É porém, claro que não basta isso. Pela sua condição mesmo os meninos não raro aprendem mal o que devem aprender, e deixam de fazer uso do que aprendem. Daí uma nova necessidade para o Estado vem a ser o de fundar estabelecimentos que os habilitem para poderem triunfar dos males, a que os expõe a sua miséria. Sendo assaz dispendiosos os estabelecimentos dessa natureza, compreende-se que não o podemos ter em grande número. Fora, também desejável que ao menos um para cada sexo houvesse nas capitais das províncias (OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 181).

Nessa perspectiva, Oliveira ([1873] 2003, p. 183) acreditava que os estabelecimentos destinados à proteção da criança pobre, existentes até então²⁴, não poderiam ser apresentados “como exemplos do que há de mais perfeito no seu gênero”. Partindo dessa suspeita, detalhou as vantagens dos asilos para instrução e profissionalização de meninos desvalidos. Em suas palavras, os mesmos seriam

convertidos numa grande casa de trabalho, cujos produtos darão para a maior parte de suas despesas. Os meninos desde logo ficam sabendo que o trabalho é uma redenção, pois por meio dele se educam e conquistam posições na sociedade (OLIVEIRA, [1873] 2003, p. 185).

Logo, no entendimento de Oliveira, a união entre educação e trabalho para os meninos a partir dos nove anos de idade seria possível, pois o trabalho seria diurno e a instrução dos “conhecimentos técnicos” à noite. Aconselhava, ainda, que a atividade laboral deveria ser de livre escolha, dependendo da vocação, mas útil à indústria do país. Assim, a defesa do trabalho nessa faixa etária da vida tinha como objetivo principal contribuir para que o menino desenvolvesse o amor pelo trabalho e, portanto, o interesse pela vida laborativa. Deve-se ressaltar que discordava do regime de internato para crianças com menos de nove anos de idade, justificava sua posição em termos econômicos, pois, no seu entendimento, quanto menos tempo a criança ficasse sob a responsabilidade do Estado, menos despesas este teria com esse fim. (OLIVEIRA,

²⁴ Irma Rizzini (1993, p.133-190) baseou-se no trabalho de Ataulpho de Paiva, “Assistencia Pública e Privada no Rio de Janeiro - História e Estatística”, Município do Rio de Janeiro, 1922, e fez um trabalho de cadastro das diversas instituições de proteção e associações de assistência a menores no período de 1738 a 1930.

[1873] 2003, p. 185-188). O tom de crítica presente na proposta de ensino público elaborada por Oliveira, segundo Borges e Teixeira (2005)²⁵, deve-se ao fato de haver, em sua escrita,

uma explícita defesa dos ideais republicanos, que confere a este regime a solução para os males existentes, resultantes da “suposta” incompetência da monarquia. Desta forma, constrói um discurso de total desprezo ao regime monárquico, responsabilizando-o pelos problemas e fracassos educacionais existentes (BORGES e TEXEIRA, 2005, p. 189).

Já em fins do século XIX e início do XX, ganhou destaque, no Rio de Janeiro, a atuação do médico Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), o qual, de acordo com Wadsworth (1999),

expressamente associava criança e assistência infantil à nação, defendendo o controle, por parte do governo federal, de todas as instituições destinadas a proteger a infância. Ele acreditava que o poder público deveria assumir o papel reservado aos pais das crianças pobres, a fim de protegê-las da miséria e da delinquência prevalentes nas cidades brasileiras. Para Moncorvo Filho, as crianças possuíam um valor intrínseco, pois representavam a matéria-prima a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada (WADSWORTH, 1999, p. 119).

Para que a criança fosse preparada para assumir o papel social que Moncorvo Filho lhe atribuía, o médico fundou, em 1899, o Instituto de Proteção à Infância no Rio de Janeiro. Segundo Wadsworth, (1999, p.13), “esse Instituto tornou-se o centro administrativo responsável pela coordenação de todas as outras organizações criadas por Moncorvo e do qual emanavam suas campanhas de educação e assistência”.

No entanto, Moncorvo Filho não ficou satisfeito com a organização privada do serviço de assistência que coordenava, pois seu desejo era de que o Instituto de Proteção à Infância se tornasse a base de um programa de assistência nacional gerido pelo poder público. Para viabilizar essa ideia, em março de 1919, Moncorvo Filho criou o Departamento da Criança no Brasil, com o objetivo de cuidar do problema da infância, sob todos os aspectos, por meio de um trabalho sistemático e metodicamente organizado. Com isso, sua intenção era fornecer aos “poderes públicos os mais eficazes elementos para uma ação efetiva e permanente em prol do beneficiamento, nesse sentido, de nossas condições sociais” (MONCORVO FILHO, 1927, p. 283).

²⁵ BORGES, Angelica e TEXEIRA, Gisele Baptista. Antonio de Almeida Oliveira, os ideais republicanos e a instrução: um projeto para ensino público no século XIX. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 17, p. 187-190, abr. 2005.

Dos 24 artigos do Estatuto, cinco que dizem respeito à cooperação do Departamento com os “poderes públicos” são destacados a seguir.

[...]

5º) Obter informes precisos sobre toda a legislação nacional que trata diretamente ou indiretamente da infância desvalida para lembrar aos Poderes Públicos medidas legislativas a regular a situação da infância sob todos os pontos de vista e de acordo com os resultados dos estudos feitos pelo Departamento;

[...]

12º) Estudar o problema da infância moralmente abandonada, a delinqüente e a que é vítima dos pais ébrios ou imorais, lembrando aos poderes competentes medidas que beneficiem a sua situação;

13º) Fomentar a criação de todas as iniciativas que direta ou indiretamente amparem a infância, máxime das que se refiram ao combate da mortalidade, à boa criação dos lactantes,, à educação, à correção dos maus costumes e **ao ensino, principalmente o profissional**, nesse intuito promovendo em congressos e palestras públicas, a divulgação de conselhos impressos e outras deliberações que hajam por objetivo o desenvolvimento físico, intelectual ou moral da criança [...] o que será sobremodo instrutivo à nossa população, servindo outrossim, à orientação dos Poderes dirigentes do nosso país.

[...]

19º) Lembrar aos poderes públicos quais as fontes de rendas aproveitáveis e a sua melhor aplicação ao benefício da infância desprotegida.

[...]

24º) Procurar conseguir em todos os Estados do Brasil a uniformização das estatísticas, sobretudo as de mortalidade infantil, a fim de que haja sempre base segura para o estudo do importante assunto (MONCORVO FILHO, 1927, p. 284-285, Grifos meus).

Em virtude disso, percebe-se que Moncorvo foi um crítico das instituições asilares existentes no país, bem como da forma arcaica de distribuição de esmolas, além do fato de não terem organização científica. Essa realidade, no seu entendimento, produziu governos negligentes em relação à proteção da criança e essa condição contribuiu para agravar os problemas sociais de sua época (crescimento urbano, criança delinqüente em grande número, mortalidade infantil, etc.), o que comprometeu o desenvolvimento da nação. Como solução, afirmava que medidas inadiáveis e urgentes deveriam ser tomadas pelo Poder Público para impedir “os fatores negativos do nosso progresso e da nossa civilização” (MONCORVO FILHO, 1927, p. 284). Dessa forma, justificava a intervenção do Estado, especialmente junto à população composta pelos menos favorecidos.

Pelo exposto, as respostas sociais, a partir da constatação da pobreza como um problema de governo, emergiram de diversas formas: por meio de propostas que não se

efetivaram, como o exemplo da proposição do político Antonio de Almeida Oliveira; bem como por meio de ações governamentais concretas, como as Casas de Educandos Artífices, entre outras; por meio de ações filantrópicas, como o exemplo do médico Moncorvo Filho.

Entretanto, tais ações tiveram, pelo menos, um ponto em comum: a preocupação com a proteção da criança identificada como pobre e a responsabilização de poderes públicos para sua proteção. Vale registrar que, segundo Rosanvallon (1997), a perspectiva de Estado-protetor teve origem na Europa, na ideia de “produtor de segurança e redutor de incertezas”, estando associada ao processo de elaboração da garantia de direitos civis e políticos que se consolidaram no século XIX.

Para esse mesmo autor, a passagem do Estado-protetor para o Estado-providência se deu a partir dos pressupostos de que o mesmo não teria apenas por função proteger a vida ou a propriedade. Ou seja, deveria visar, igualmente, a ações positivas, tais como: redistribuição de renda, regulamentação das relações sociais, responsabilização por certos serviços coletivos, etc. Nesse contexto, o Estado-providência exprime a ideia de substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal.

O referido autor ainda acrescenta que a passagem do Estado-protetor ao Estado-providência deve-se às mudanças nas formas de representação dos indivíduos – a emergência do indivíduo como categoria política, jurídica e também na sua dimensão econômica –, assim como nas suas relações com o Estado e pela própria representação que a sociedade passou a ter de si mesma. Esse processo favoreceu o surgimento de “uma necessidade de corrigir e de compensar os efeitos de um certo ‘desencaixe’ social” (ROSANVALLON, 1997, p. 19-23).

No Brasil, há indícios da crescente participação do Estado nas questões de proteção aos menos favorecidos, ainda no período colonial, com as Ordenações Filipinas, inclusive com vigência durante o período pós-independência²⁶. No período imperial, além das Ordenações Filipinas, outras normalizações se fizeram para a proteção das crianças desvalidas. Este é o caso da Reforma do ensino Primário e Secundário da Corte de 1854 elaborada por Couto Ferraz²⁷, na tentativa de resolução

²⁶ Ordenações Filipinas. Livro I. Fundação Calouste Gulbenkian: Coimbra, PT, 1985.

²⁷ Decreto nº. 1331 – A, de 17 de fevereiro de 1854. Para aprofundamento da inserção de Couto Ferraz nas ações governamentais do império acerca da proteção à criança desvalida no Asilo agrícola do Jardim Botânico, consultar a tese de Begonha Bedioga (2011). Sobre a sua atuação na política de difusão da instrução elementar consultar Schueler (1998).

dos problemas da infância desvalida na cidade do Rio de Janeiro. Embora tenha sido uma reforma para o ensino público, o autor a apresenta como parte da política de assistência para criança desvalida. Nesse sentido, Couto Ferraz fez uma exposição de motivos que o levaram a pensar que a educação pública primária deveria ser gratuita e obrigatória. Em relação a esses princípios argumentava que

deveria acompanhar o que se praticava na Prussia e em outros países que obrigava pais, tutores e protetores das crianças a dar-lhes instrução primária, sob pena de multas àqueles que não cumprirem o previsto na legislação. Convinha também como meio de dar instrução primária gratuita, e de tornar efetiva aquella obrigação, que o Estado fosse em auxílio dos meninos, cujos paes animados dos melhores desejos de que ao menos soubessem ler e escrever, se achassem privados dos meios de fazel-os aprender. Não tem neste auxilio o Governo por único alvo prestar um socorro público, mas também o interesse do Estado, preparando em vantagem sua o futuro da infância desvalida (COUTO FERRAZ, in: Relatório Ministerial de 1854, p. 64).²⁸

Podem-se extrair do argumento de Couto Ferraz três reflexões: a) o debate acerca da gratuidade e obrigatoriedade assinalava uma preocupação com as formas de acesso aos bens culturais, como instrução “para todas as classes”; b) as palavras de Couto Ferraz sinalizavam para uma crescente participação do Estado, como já referido, tendo em vista garantir o direito ao auxílio às crianças pobres; c) uma terceira e última reflexão diz respeito a uma característica do Estado protetor/providência: organizar-se com vistas a gerir riscos, ou seja, preparar o futuro da infância desvalida significava, para Couto Ferraz, diminuir os custos futuros da política social.

A participação do Estado em busca de soluções pedagógicas para as crianças pobres, prevista na reforma de 1854, estabeleceu a instrução primária associada ao ensino de ofícios em estabelecimentos que conjugassem as funções de asilo e de escola primária de ensino profissional. Tal dado pode ser conferido nos termos do artigo 62:

Se em quaisquer distritos vagarem menores de doze anos em estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para freqüentarem as escolas, vivam em mendicidade, o governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devem ser criadas para este fim com um Regulamento especial. Enquanto não forem estabelecidas os meninos poderão ser entregues aos párocos ou coadjutores, ou mesmo aos professores dos distritos, com os quais o Inspetor Geral contratará, precedendo aprovação do governo, o pagamento da soma precisa para o suprimento dos mesmos meninos (In: TAMBARA, 2005. p.47).

²⁸Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1725/000064.html>. Acesso em agosto de 2012.

A presença da assistência estatal, aos pobres desvalidos, esteve presente também no artigo 63:

Os meninos que estiverem nas circunstâncias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrução do 1º grau, serão enviados para as Companhias dos Arsenais, ou de Imperiais Marinheiros, ou para as oficinas públicas ou particulares, mediante um contrato, neste último caso, com os respectivos proprietários, e sempre sob a fiscalização do Juiz de Órfãos. Aqueles porém que se distinguirem, mostrando capacidade para estudos superiores, dar-se-á o destino que parecer mais apropriado à sua inteligência e aptidão (Ibid. p. 51).

Em 1873, com a aprovação da Lei de Orçamento relativa aos anos de 1873-1874, em sessão da Câmara do dia 04 de agosto de 1873,²⁹ o Governo Central estimou as condições orçamentárias a fim de colocar em prática o artigo 62 da reforma educacional de 1854³⁰. Resolvidos os entraves financeiros, o Asilo para Meninos Desvalidos foi definitivamente criado por meio do decreto nº. 5532, de 24 de janeiro de 1874. (SOUZA, 2008). No referido Decreto, lia-se:

Hei por bem, em virtude do § 25 do art. 2º da Lei nº 2348 de agosto de 1873, criar no Município da Corte 10 escolas públicas de instrução primária, do primeiro grau, das quais serão estabelecidas: Nove, nas seguintes freguesias: uma para cada sexo na de Jacarepaguá, Serra da Tijuca, duas para o sexo masculino e uma para o feminino na de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo, duas para o sexo feminino na de São João Batista da Lagoa, uma para o sexo masculino na de Santo Antonio e outra para o mesmo sexo na de Guaratiba.

E a 10ª para a execução das disposições dos artigos 62 e 63 do Regulamento aprovado pelo Decreto de nº. 1331ª, de 17 de fevereiro de 1854, sendo destinada a servir de Casa de Asilo para os meninos que se acharem nas circunstâncias declaradas no primeiro dos ditos artigos e regido pelo regulamento especial que o Governo Imperial expedirá.

O Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de janeiro de mil oitocentos e setenta e quatro.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa d' Oliveira. (Fonte: Coleção de Leis do Império³¹).

²⁹ Anais da Câmara, Sessão do dia 4 de agosto de 1873.

Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acesso em 7 de julho de 2012.

³⁰ O governo imperial demorou 20 anos para colocar em prática o artigo 62 da Reforma de 1854. Uma das hipóteses dessa demora, provavelmente, deveu-se a questões econômicas. José Murilo de Carvalho aponta que o ritual de discussão do orçamento era seguido com rigor e “constituía arma poderosa na mão do Legislativo que podia negar ao Executivo os meios de governar” (Carvalho, 2003, p. 263).

³¹ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1874-v1e2/pdf20.pdf>. Acesso em 7 de julho de 2012.

Apesar das prescrições legais, o Asilo de Meninos Desvalidos só foi inaugurado, oficialmente, em 14 de março de 1875, na cidade do Rio de Janeiro, pelo conselheiro e ministro do Império João Alfredo Correia d'Oliveira (1835- 1915), quando, nele, se encontravam matriculados 13 meninos (BRAGA, 1925). O Asilo foi administrado pelo governo Central até o ano de 1894, quando, no Brasil, já se vivia o regime de governo republicano.

Assim, desde fins do século XIX, observa-se o crescimento de ações para o trato da criança desvalida. Um conjunto de acontecimentos que estavam em curso, como a industrialização, a urbanização, as mudanças nas relações de trabalho, possibilitaram a emergência da forma racionalizada de pensar a assistência estatal, que, foram tanto de ordem civil quanto militares³². Desse modo, observa-se que essas formas de proteção mantiveram-se bastante heterogêneas, tanto as ações de ordem do governo geral quanto aquelas promovidas pelos governos locais.

Em tempo, convém mencionar que, nos anos iniciais da Primeira República, a referência ao problema da criança desvalida é recorrente, não somente na cidade do Rio de Janeiro. A propósito, o político e jornalista Quintino Bocaiúva (1836-1912), enquanto presidente do Estado do Rio de Janeiro (1900-1903), afirmava que

A massa da população não deve permanecer mergulhada nas trevas da ignorância. [...] Ao mais superficial e desatento observador impressiona o numero considerável de meninos vadios, abandonados da solicitude paterna, pela pobreza, pela inconsciencia de seu dever, ou pelo relaxamento, desde a mais tenra infância os vícios próprios dos adultos e os defeitos inherentes á ausência de qualquer educação (BOCAIÚVA, In: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro do ano de 1902)³³

Assim, Quintino Bocaiúva discursava para a Câmara dos Deputados no sentido de mobilizar outros políticos para o problema do analfabetismo da grande maioria da população, bem como acerca do problema das crianças abandonadas. Inclusive, o excerto apresentado acima nos aproxima da noção de Estado protetor/providência, que

³² As Companhias de Aprendizes Marinheiros são exemplos das ações militares com características de assistência estatal em prol da profissionalização da criança pobre, no Brasil império. Foram 18 Companhias de Aprendizes Marinheiros criadas pelo governo imperial no período de 1840 a 1875. Estas instituições militares previam o atendimento de meninos pobres, órfãos e enjeitados maiores de sete anos. Serviriam de mão de obra especializada para a Marinha e ao País no caso de ameaça de guerra (LIMA, 2011, p. 33). Sobre experiências assistencialistas no exército consultar: CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. Assistência e profissionalização no Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

³³ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u871/000040.html> Acesso em 11 de julho de 2012.

segundo Rosanvallon (1997), desenvolve-se “aos saltos” mediante crise social pondo em causa a coesão da sociedade ou diante de conflito militar suscitando o problema de sua sobrevivência. No exemplo apresentado, tratava-se de crise social a ser resolvida por meio da expansão de oportunidades de escolarização.

Nessa mesma direção, mas com ênfase na profissionalização, Nilo Peçanha (1867-1924), ainda como Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903 – 1906), estava atento às questões que diziam respeito à formação dos trabalhadores. Dizia o governante que o ensino deveria ser

menos theorico e mais pratico. Também já é tempo do legislador fluminense voltar a sua atenção para as escolas profissionaes e agrícolas, em que fizemos não um povo de lettrados e de burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores (PEÇANHA, 1904, p. 10. In: Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro)³⁴.

Diante dessa circunstância, Nilo Peçanha salientava que instituir escolas profissionais era uma “necessidade pública”. Para reforçar seu pensamento acerca dessa necessidade, recorreu à experiência que viveu na França.

Como na França, - tive ocasião de dizer na Camara dos Deputados, quando mereci a honra de ser representante do Rio de Janeiro ao Congresso, - o Brasil mudou duas vezes de constituição, desthronou dous imperadores, proclamou o regime republicano, libertou o trabalho, mas no que diz respeito á formação propriamente do novo povo nada se tem feito. Succedem-se os programmas e as reformas, mas o espírito do ensino ainda é o mesmo. O que infelizmente seduz os Estados ainda é a organização de Academias; os moços sahem das Faculdades mantidas pelos Governos para continuar na vida pratica a disputar e a esperar tudo das graças e dos favores do Estado; sahem em geral, das Academias, **desarmados para a lucta da vida**, sem o sentimento da própria responsabilidade e da independência individual, **não podendo ser úteis muitas vezes, nem a si, nem á família, nem ao paiz**. No Rio de Janeiro a criação de escolas profissionaes e agrícolas corresponderiam hoje a uma alta necessidade pública. (PEÇANHA, 1904, p. 10³⁵. In: Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Grifos meus).

Cinco anos após esse pronunciamento, em 14 de junho de 1909, Nilo Peçanha assumiu a presidência da República. Estavam criadas, assim, as possibilidades para que o governo federal incluísse, também no ensino profissional regular, a assistência pela profissionalização em todo o território nacional. Nessa ocasião, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas uma em cada Estado, pelo decreto federal n^o

³⁴ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u873/000009.html> Acesso em 11 de julho de 2012.

³⁵ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u873/000009.html> Acesso em 11 de julho de 2012.

7566³⁶, de 23 de setembro de 1909, expedido pelo presidente Nilo Peçanha. O aspecto referente ao caráter assistencial dessas escolas diz respeito ao seu Artigo 6º, no qual se previa, preferencialmente, a matrícula de menores “desfavorecidos da fortuna” (CUNHA, 1980)³⁷. No Estado do Rio de Janeiro foi fundada uma Escola de Aprendizizes Artífices na cidade de Campos (CUNHA, 1980, p. 27).

Nesse cenário de mudanças, indaga-se: de que forma os governantes se organizaram para operacionalizar a assistência à criança desvalida na cidade do Rio de Janeiro por meio de educação de ofícios?

1.2 O equacionamento do problema dos desvalidos: conhecer para prover?

Duas foram as condições para que o Estado equacionasse a assistência pela profissionalização: conhecer quem precisava ser assistido e implementar as instituições.

Em relação à primeira condição, Rosanvallon (1997) trabalha com a hipótese de que o desenvolvimento da probabilidade estatística possibilitou ao Estado protetor /providência “gerir os riscos e os acasos com a mesma facilidade com que gere as regularidades a que está acostumado” (ROSAVALLON, 1997, p.23). Ainda sob o ponto de vista teórico/conceitual, Foucault (2008) contribui para a compreensão das ações governamentais que buscavam definir um “modelo” de assistência pela profissionalização, com sua formulação acerca das noções de governo, população e governamentalidade. Essas novas técnicas de gestão de populações que teriam sido engendradas pelos economistas foram definidas por Foucault (1979, p. 292) como governamentalidade, ou seja, podem ser compreendidas como “arte de governar”, em que era preciso produzir dados sobre a população para intervir nas suas regularidades (natalidade, focos epidêmicos, número de mortos, de vacinados, por vacinar, etc.), inclusive até o ponto em que se evitassem as sedições, as guerras.

³⁶Decreto de criação das Escolas de Aprendizizes Artífices. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/decreto-de-criacao-da-escola-de-aprendizes-artifices/decreto1909.pdf/view>. Acesso em agosto de 2012.

³⁷No que se refere à história das Escolas de Aprendizizes Artífices, no estudo de Inayara de Melo & Wojciech Kulesza (2006), intitulado “Os aprendizes e os ofícios: reflexos do mundo do trabalho na educação profissional”, os autores examinaram a experiência dessas escolas, na Paraíba, entre os anos de 1909 a 1942. A conclusão foi que a Escola foi sendo imediatamente associada, pela população paraibana, aos asilos ou às casas de correção. Os autores afirmam que tal associação deveu-se principalmente ao fato de a mesma ter se instalado, inicialmente, nos porões do prédio que abrigava o quartel da Força Policial do Estado. A Escola da Paraíba somente viria a ser instalada em prédio próprio em 1929, mas ainda manteve seu caráter assistencialista.

Outro autor, Martin (2001, p.1), afirma que, na Europa,

o século XIX viu florescer numerosas pesquisas estatísticas cobrindo domínios tão variados quanto a prostituição, as condições de vida dos operários, os traços antropométricos de conscritos ou de criminosos, os sistemas industrial e agrícola. Esses registros estatísticos tinham uma finalidade precisa: melhor delimitar o fenômeno para melhor controlá-lo ou nele intervir. Mas, progressivamente, esta finalidade "social e política" se desdobrou numa finalidade científica: melhorar o conhecimento de certos fenômenos sociais ou humanos. A crença na idéia de que um conhecimento quantificado dos fatos da sociedade permite melhor conhecê-los e eventualmente modificá-los era muito promissora, tanto para os administradores do Estado quanto para os cientistas.

Também no Brasil, a estatística passou a ser um importante instrumento técnico do governo. Em relação ao período imperial, Caldeira (2008) afirma que, embora tenha havido muitas queixas dos Ministros do Império brasileiro no que se refere ao insucesso no empreendimento de dados estatísticos sobre a população em geral, é preciso destacar o reconhecimento da estatística como ciência fundamental para a produção e a legitimação do Estado Brasileiro. De acordo com a autora, isso se fez tanto entre a elite imperial, em um primeiro momento, quanto, posteriormente, na República (CALDEIRA, 2008, 48).

No Estado do Rio de Janeiro, a criação dos serviços estatísticos oficiais ocorreu ainda nos tempos de Província e, portanto, remonta a 1850. Essa notícia está presente no Relatório apresentado por seu vice-presidente, João Manuel da Silva, à Assembleia Legislativa desta Província, no ano de 1857, na parte que trata da Repartição do Arquivo Estatístico, em que se lê:

Foi creada pela deliberação presidencial de 25 de junho de 1850, e appovada pelo decreto de 6 de Outubro de 1851. E seu chefe o actual presidente da província do Amazonas, Angelo Thomaz do Amaral. Serve interinamente o empregado aposentado Joaquim Francisco Leal. Tem ás suas ordens unicamente um amanuense. Nas villas e freguesias tem commissários municipaes e parochiais, que colligem os apontamentos precisos e dados necessários para o arrolamento da população. A incumbência desta repartição é por ora de recensear a população da província, e de demonstrar o seu movimento; á medida porém que as circunstancias o permitirem, irá organisando quadros, que consignem numericamente e por series, segundo suas analogias , todos os factos relativos ao homem, estudando em suas diversas posições sociais, pelo lado civil, industrial e político (Relatório Provincial, 1857)³⁸.

³⁸ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/787/000014.html>. Acesso em agosto de 2012.

No entanto, a Lei do Censo nacional só foi criada em 1870; no ano seguinte, foi formada a primeira instituição estatística do Brasil, a Diretoria Geral de Estatística, e, em 1872, foi realizado o primeiro censo geral do país, quando foram registrados 9.930.478 habitantes (FARIA FILHO, 2002, p.133).

Regionalmente, o serviço de recolhimento e sistematização dos dados estatísticos também foi realizado. Tratando-se do Rio de Janeiro, Schueler (2002) observa que o censo de 1872, ao fazer

o mapeamento do perfil sócio-econômico e habitacional das freguesias desta cidade confirma as análises de historiadores, que já ressaltaram a significativa heterogeneidade e a complexidade da sociedade imperial – não sendo possível reduzi-la à dicotomia casa-grande e senzala – nas últimas décadas do século XIX. Do ponto de vista ocupacional, entre a população livre o Censo de 1872 apontava uma grande quantidade de pessoas classificadas como “sem profissão”: 92.106. Ou seja, 38,61% representando uma categoria que compunha certa variedade de ofícios, como carregadores, ambulantes, artesãos autônomos e trabalhadores pobres. Entre os empregados domésticos, havia cerca de 20.000 indivíduos, com grande percentual de mulheres e crianças. Nas demais profissões classificadas encontravam-se: 63,86% de “trabalhadores braçais”; 36,14% “artesãos oficiais”; 8,54% de comerciantes e comerciantes; 10% de “proprietários e capitalistas”, 4,8% de profissionais liberais (incluindo 897 professores e homens de letras) (SCHUELER, 2002, p. 51).

Em tempos republicanos, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos (1836-1913), estabeleceu, por meio do Decreto Municipal nº 441, de 26 de junho de 1903, o Ofício Geral de Assistência destinado à organização da estatística geral de todos os estabelecimentos e instituições de assistência, públicos e privados. Ao poder público caberia a fiscalização ou

superintendendo-os, sem, aliás, quebrar a completa autonomia das associações e estabelecimentos já existentes. Havia, nesse acto, prudente e oportuna disposição determinando que, como providência preliminar e base imprescindível á execução do programma e á acção fundamentada desse órgão propulsor, o prefeito mandasse organizar **desde logo** a estatística geral de todos os estabelecimentos de caridade e assistência, quer públicos, quer privados. Semelhante medida significava que um recenseamento de conjuncto, em que se recolhem números exactos e informes seguros, constituindo um estalão necessário para o perfeito conhecimento de toda e qualquer organização harmonica e solidária. Devia ser a pedra de toque para a planeada composição, visando as obras de socorro e previdencia sociais (PAIVA, 1922, p. X. Grifos do autor).

Quanto ao trabalho de levantamento da estatística geral dessas instituições de caridade existentes no Rio de Janeiro, foi encomendado ao Juiz da Corte de Apelação,

Ataulpho de Paiva (1867 – 1955), na gestão de Pereira Passos. Por meio do Decreto n. 1.001 de 13 de novembro de 1914, o governo municipal criou, em caráter permanente, a comissão Especial de História e Estatística da Assistência Pública e Privada. Segundo Ataulpho de Paiva, esta seria uma “providência preliminar e base imprescindível para a acertada solução do problema social da assistência” (PAIVA, 1922, p. 15).

Ainda segundo Ataulpho de Paiva (1922, p. X – XII), foram necessários dois anos para realizar o trabalho cujos dados estatísticos foram atualizados até os anos de 1920; portanto, dois anos antes da publicação do trabalho em 1922, sob o título “Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brasil). História e Estatística”.

Para a coleta de informações relativas à assistência pública e privada, foram organizados três questionários: um destinado à estatística das associações de auxílios mútuos; outro voltado para estabelecimentos de assistência a enfermos em geral, compreendidos, nesta categoria, os hospitais, hospícios, enfermarias isoladas, maternidades, dispensários, etc.; e o terceiro referente aos asilos e recolhimentos (PAIVA, 1922, p. 746). Em relação ao terceiro questionário, elaboraram-se perguntas que podem ser conferidas no quadro 1.

Quadro 1 - Questionário para recolhimentos e asilos – 1912.

Prefeitura do Distrito Federal Comissão Especial de Estatística de Assistência Pública e Privada - Anno de 1912 Recolhimentos e Asylos		
1. Como se chama o estabelecimento?	2. Em que lugar funciona?	3. Em que ano foi fundado?
4. Qual o seu primeiro diretor ou administrador?	5. Quem o dirige atualmente?	6. Por quem é mantido [ilegível]?
7. A que fim se destina?	8. É beneficente? É administrado ou subordinado à outro estabelecimento? Qual?	
9. É assistência gratuita ou admite também contribuintes?	10. Recebe pessoas do sexo masculino? Recebe pessoas do sexo feminino? Recolhe pessoas de ambos os sexos?	
11. É de adultos ou de crianças?	12. Qual o maior número de internos que o estabelecimento pode comportar... do sexo masculino? do sexo feminino?	
13. É um estabelecimento mantido pelo Governo Federal? Pelo Governo Municipal?	14. Quantos internos haviam no estabelecimento à 1º de janeiro de 1912?	
15. Quantos durante o ano foram admitidos? Eliminados? Brasileiros; estrangeiros; de nacionalidade ignorada. Homens e mulheres		
16. Quantos haviam no estabelecimento em 30 de Dezembro de 1912? Contribuintes? Gratuitos?		
17. Dos internados admitidos durante o ano de 1912 quantos foram desligados? A pedido próprio? A pedido de parentes ou responsáveis? Por abandono? Por indigência? Por outros motivos?		
18. Quantos desses internados deram entrada? Pela primeira vez? Mais de uma vez?		
19. Quantos eram Válidos? Inválidos?		
20. Dos inválidos quantos eram idiotas? Cegos? Surdo-mudos? Aleijados?		
21. Tem o estabelecimento enfermaria? Quantas? São Gerais ou de clínicas especiais? Em que especialidades?		
22. Proporciona o estabelecimento o ensino primário? Secundário? Artístico? Industrial? É admitido alunos internos ou são também admitidos alunos e aprendizes externos? Quais os ofícios [ilegível] são ensinados? Quem ensina os trabalhos manuais?		
23. A quem pertence o edifício utilizado pelo estabelecimento? [ilegível] Quantos pavimentos têm? Qual o seu valor aproximado?		
24. Tem o estabelecimento capital próprio? No caso afirmativo, quanto possuía em 31 de dezembro de 1912?		
25. Qual foi o gasto total do estabelecimento em 1912?		
26. [ilegível] as importâncias provenientes.... De dotações orçamentárias: Federais? Municipais? De donativos e legados? De trabalhos de internados?		
27. [Ilegível]		
28. Qual o orçamento geral do estabelecimento? Histórico resumido do estabelecimento e quaisquer interessantes que digam respeito [ilegível]		

Fonte: Documentação avulsa (CEMETEFV).

De acordo com Ataulpho de Paiva (1922), foram recenseadas 624 instituições e os dados, organizados em mapas e quadros. O tom da crítica ao poder público municipal também esteve presente no trabalho de Ataulpho de Paiva. Para o jurista,

muito pouco merece ser registrado. Municipalidade e Governo Federal quase nada tem feito que deva ser referido com applausos. Nesta materia a prefeitura tem se furtado a tomar a mais leve e simples iniciativa com relação aos menores do sexo masculino. As duas unicas casas de assistencia – o Asylo de Meninos Desvalidos e a Casa de São José – vieram para às mãos do governo do municipio por força de leis especiaes que lhe transferiu o encargo que pesava sobre o Ministerio do Império do antigo regimen (PAIVA, 1922, p. 9)

Dessa forma, justificou seu trabalho historicamente, ao recuar ao período imperial. Nesse sentido, no âmbito da ação oficial que criara o Asilo de Meninos desvalidos, Ataulpho de Paiva entendia que aquele

acto tem uma elevada siginificação que deve ser posta em relevo. Elle deixa patente que o elemento conservador, preponderante na epocha, não exitou em proclamar o dever que imputava ao Estado proteger a infancia desamparada e, com isso, o de resolver o problema da assistencia social na sua effectividade direta. Nos tempos que correm chamar-se-hia a isso pomposamente - o socialismo do Estado. Mas o argumento não se perderá como elemento histórico. Valerá pelo sua alta significação e mostrará aos theoreticos da escolastica impenitente que, no seio da nossa tradição e da propria legislação pátria, o intervencionismo do Estado nos assumptos de solidariedade social não constitui novidade alguma (PAIVA, 1922, p.9).

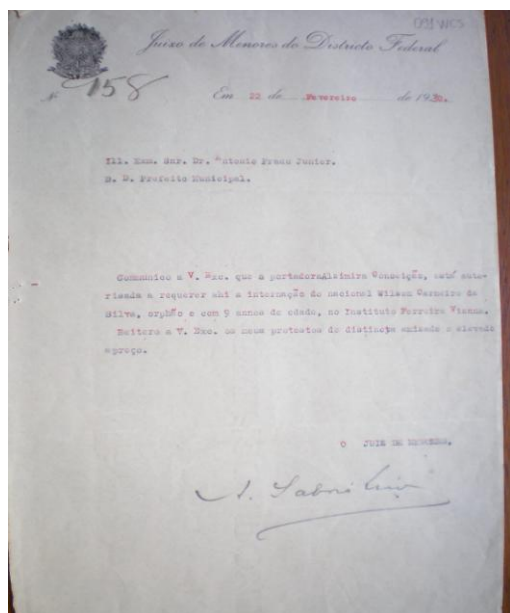
Na opinião de Ataulpho de Paiva (1922), fora o abandono de crianças, a quem lhes faltava o trato e a educação, que motivara D. Pedro II “a corrigir esse mal creando-lhes os asylos que suprissem o lar ou que lhes dessem o que o lar lhes negava”. Segundo o mesmo autor, havia, nessa afirmativa, “o dever que se reconhecia o governo de proteger a infância desamparada, dando-lhe asylo” (PAIVA,1922, p. 479-480).

Nessas condições, então, como criar condições para transformar o reconhecimento em realidade? Já demonstramos as iniciativas que aconteceram no Brasil império. No caso da municipalidade do Distrito Federal, o trabalho encomendado a Ataulpho de Paiva é indício da preocupação dessa instância de poder em relação à proteção aos “necessitados”, incluindo a criança desvalida, como veremos a seguir.

1.3 – Duas instituições na cidade: a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna e o IPJA

Tanto a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna quanto o IPJA funcionaram em regime de internato e integraram a assistência pública escolar, organizada e mantida

pelo governo do Distrito Federal³⁹, concretizando a participação do Estado em políticas de assistência. Entretanto, o investimento do Estado não visava a ocupar o lugar da beneficência privada ou inibir iniciativas deste tipo (RIZZINI, 1993, p. 91). Dessa forma, a circulação da infância pobre pelos espaços dessas instituições, no período de estudo em questão, foi um item dividido entre o poder público e/ou filantropos e a própria demanda dos pais, tios, avós e/ou tutores por ela responsáveis⁴⁰. Para exemplificar, temos que, em 22 de fevereiro de 1930, o Juiz de Menores Antonio Saboia Lima, escreveu ao prefeito do Distrito Federal, Antonio Prado Junior, informando-lhe que autorizara Alzimir da Conceição a requerer a internação de Wilson Carneiro, órfão de 9 anos de idade, no Instituto Ferreira Vianna, antiga Casa de José.



Transcrição

Juizo de Menores do Distrito Federal
Em 22 de fevereiro de 1930
ILL. Exm. Snr. Dr. Antonio Prado Junior
Comunico a V. Exc. Que a portadora
Alzimir da Conceição, está autorizada a
requerer ahi a internação do nacional
Wilson Carneiro da Silva, órfão e com 9
anos de idade, no Instituto Ferreira
Vianna.
Reitero a V. Exc. Os meus protestos de
distingção e elevado apreço.
O JUIZ DE MENORES
Antonio Saboia Lima

Figura 1 - Nomeação de tutor – 1931.
Fonte: Pasta de 1931. Acervo: AADMD

Além das autoridades constituídas, o grupo familiar, representado por pais, tios e avós, redigiam requerimentos de matrícula ao prefeito da cidade e demais autoridades. Em algumas situações, os remetentes desses requerimentos autorizavam os prefeitos a

³⁹ A prefeitura mantinha o Instituto Profissional Feminino. Criado por decreto em 1897 e inaugurado em 28 de outubro de 1898. Nesse Instituto, seriam matriculadas meninas entre 8 e 15 anos de idade, preferencialmente pobres e/ou órfãs. Esse estabelecimento foi normatizado pelas mesmas normas administrativas impostas ao IPJA. Foi, portanto, uma escola de ensino profissional e seu currículo caracterizava a diferença do ensino profissional para um e outro sexo. As meninas seriam preparadas para o trabalho no lar ou como empregada doméstica especializada. Havia, também, a possibilidade de trabalharem na indústria e no comércio. (BONATO, 2003, p. 99).

⁴⁰ Para uma discussão aprofundada sobre a temática da circulação da infância no Rio de Janeiro cf. Rizzini, Irma e Marques; Jucinato de Sequeira (2012).

distribuírem as crianças em qualquer um dos outros estabelecimentos administrados por essa autoridade pública. Ilustrativo, nesse caso, é o seguinte requerimento de matrícula:

[...] Januária Casimira da Silva, sem recurso para a manutenção de seu filho menor MST, orfão de pae, de 13 annos de idade, nem mesmo recurso para sua educação, vem pedir a V. Exa. apelando para o seu bondoso coração, para mandar internnal-o **em um dos institutos mantidos pela prefeitura**, com o que lucrará o citado menor, contribuindo assim para ser elle um **cidadão aproveitável á sua Pátria**. Rio de Janeiro, 08 de março de 1924 (Fonte: Pasta 1924 073 MST. AAMD. Grifos meus)

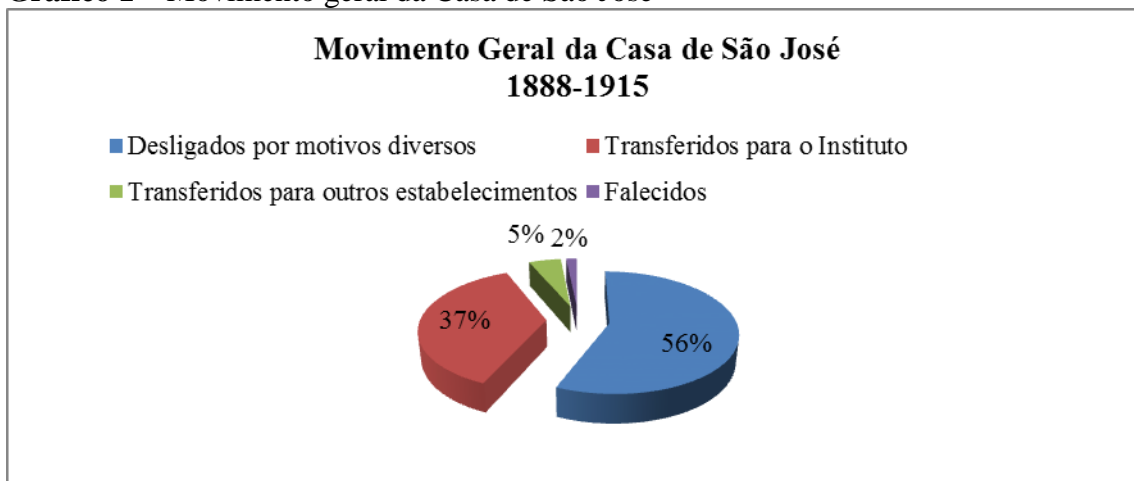
Quanto a iniciativas cujos mantenedores foram o poder público e filantropos, a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna é um exemplo de abrigo/escola. Foi fundada em caráter particular, em 09 de agosto de 1888, no Rio de Janeiro, pelo Ministro da Justiça Antonio Ferreira Vianna (1833-1903), após constatar, pessoalmente, as precárias condições de vida das crianças recolhidas ao Asilo de Mendicidade e já denunciadas pela imprensa (MACHADO, 2004, p.3).

A Casa de São José constituiu-se num estabelecimento organizado para proteger meninos desvalidos de 6 a 12 anos de idade, em regime de internato, com o objetivo de proporcionar-lhes educação primária, abrangendo os aspectos da educação física, moral e cívica. Inicialmente, abrigou 100 meninos, sendo que, em 1922, esse número subiu para 400 meninos (RIZZINI, 1993, p. 154). Nos seus primeiros anos de funcionamento, foi dirigida por irmãs de caridade e “sustentada pela generosidade do povo”, visto que, no começo de sua existência, não tinha apoio oficial, o que veio a ocorrer somente em 1890. Pelo Decreto de nº. 657, de 12 agosto, passou à jurisdição do Ministério do Interior, sendo transferida para a municipalidade em 1893 e incorporada à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública. Em 1902, por meio do Decreto n. 282, de 27 de fevereiro⁴¹(Anexo 2), a Casa de São José passou a fazer parte dos estabelecimentos de ensino profissional mantidos pela prefeitura e seu ensino constituiria um curso de adaptação ao IPJA (SILVA, 1936, p. 198).

A interseção com o IPJA pode ser demonstrada, também, pelo movimento de matrículas: do total de matrículas da Casa de São José – 1.964 alunos – desde a sua inauguração até 1915, 602 alunos, ou seja, 37% foram transferidos para o IPJA.

⁴¹ Esta legislação estabeleceu o primeiro regulamento do ensino profissional, do então Distrito Federal, composto pela Casa de São José, Instituto Profissional Masculino e o Instituto Profissional Feminino.

Gráfico 1 – Movimento geral da Casa de São José



Fonte: Relatório anual do diretor da Casa de São José (CEMETEFV).

Pelo Decreto 1.030, de 05 de janeiro de 1916, a Casa de José foi transferida para a Diretoria Geral de Instrução Pública e transformada em escola mista. Manteve o regime de internato, recebendo meninas e meninos de 5 a 8 anos de idade. Nesse mesmo ano, em 14 de março, por meio do Decreto 1.061, recebeu a denominação de Instituto Ferreira Vianna, em homenagem ao seu fundador (FONSECA, 1986, p. 227-228). A partir daí, as meninas que completassem 10 anos e os meninos que atingissem 11 anos de idade seriam desligados e transferidos, respectivamente, para os Institutos profissionais Feminino/Orsina da Fonseca e masculino/IPJA (SILVA, 1936, p. 200). No entanto, de acordo com Marques (1996, p. 58), o menino cujo comportamento fosse considerado irregular seria transferido para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, mediante solicitação do Diretor ao Ministro do Interior.

No ano de 1927, através do Decreto nº. 3.281, de 23 de janeiro de 1927, que regulamentou “o ensino técnico profissional”,

foi estipulado que o Instituto Ferreira Vianna manteria o seu caráter de instituto de assistência social, como internato para menores, sem prejuízo de seu programa educativo. O Instituto Ferreira Vianna seria, a um tempo, estabelecimento de ensino primário elementar e médio, de 5 anos, e um instituto de assistência social à infância desamparada. Para internamento de menores e a matrícula no curso primário, seria exigida a idade mínima de sete anos completos e máxima de oito anos. Do Instituto Ferreira Vianna, só poderiam ser transferidos para o Instituto Profissional João Alfredo [...] os alunos que obtivessem o certificado de exame de final do curso primário (SILVA, 1936, p. 202).

Com base nesses termos, percebe-se que os vínculos entre a Casa de São José / Instituto Ferreira Vianna e o IPJA foram estabelecidos desde a sua inauguração, em 1888, quando o IPJA ainda funcionava como um Asilo de Meninos Desvalidos.

Considerando que, com o advento dos anos 30, foram transferidos, em 20 de março de 1930, para o IPJA, 10 alunos do Instituto Ferreira Vianna, antiga Casa de São José, por terem terminado o curso primário, pode-se acreditar que os vínculos entre essas duas instituições foi uma constante durante todo o período estudado (1894-1933)⁴².

Já o Instituto Profissional João Alfredo, teve sua memória construída sobre as bases do Asilo de Meninos Desvalidos. Essa instituição asilar/escolar, pensada e organizada ainda no período imperial, teve a participação de filantropos e da venda dos produtos gerados em suas oficinas para garantir sua manutenção. É, também, no período imperial que o Asilo de Meninos Desvalidos experimentou tensão semelhante à vivida pelo IPJA após sua criação, ou seja, a de não ser, essencialmente, assistencialista, pois possuía um plano de ensino que contemplava em suas ações educativas as dimensões física, intelectual, moral e prática, previstas em suas normas (SOUZA, 2008).

Nessa ambiência, o IPJA permaneceu com a estrutura de funcionamento de seus tempos de Asilo, isto é, um estabelecimento pensado e estruturado para funcionar como casa, escola e oficinas, de modo a abrigar, educar e profissionalizar menores desvalidos em regime de internato. A faixa etária de ingresso dos meninos, que, em tempos do Asilo de meninos Desvalidos, era de 8 aos 12 anos de idade, subiu para 12 e 15 anos de idade (educação de jovens). Teve seu funcionamento organizado por meio do Decreto nº 31, de 29 de dezembro de 1894 (Anexo 1), cujo art. 1º manteve as quatro dimensões educativas previstas na época em que funcionou como Asilo de Meninos Desvalidos, ou seja, o ensino seria “integral” (Coleção de leis municipais, 1897, p.170)⁴³.

Além disso, ressalta-se que a formação completa dos alunos do IPJA foi prevista para acontecer em seis anos e abrangeria três cursos, quais sejam: Ciências, Letras, Artes e Profissional.

⁴² Fonte: AAMD. Códice: assunto: correspondências recebidas (de 16 de janeiro de 1929 a 24 de dezembro de 1930).

⁴³ Decretos localizados e consultados que regulamentaram o ensino do Instituto Profissional João Alfredo no período em estudo (1894 a 1932).

1894 – Decreto n.º 31 de 29 de dezembro – transfere o Asilo de meninos Desvalidos da Diretoria de Higiene e Assistência Pública para a de Instrução e muda a sua denominação para Instituto Profissional; 1897 – Decreto n.º 07 de dezembro – Regulamento o ensino profissional; 1898 – Decreto n.º 101 de 9 de dezembro – Publica novamente o Regulamento do Instituto Profissional; 1902 – Decreto n.º 07 de dezembro – Regulamento o ensino profissional; 1905 – Decreto n.º 282 de 27 de fevereiro – novo Regulamento ao ensino Profissional; 1910 – Decreto nº 796 de 20 de agosto – O Instituto profissional passa a denominar-se Instituto Profissional João Alfredo; 1911 – Decreto nº 838 de 20 de outubro – Reforma a lei do ensino primário, normal e profissional e dá outras providências; 1916 – Decreto nº 1.066 de 19 de abril – Novo regulamento para as escolas profissionais (In: BRAGA, 1925). 1927 – Decreto nº 2.940 de 22 de novembro de 1927; 1932 – Decreto nº 3.864, de 30 de abril de 1932, segundo o qual “o ensino profissional ficava dividido em cursos secundários gerais e profissionais” (SILVA, 1936, p. 183).

Quando comparamos a escola regular à composição do ensino profissional ministrado pelo IPJA, percebemos aproximações e distanciamentos, como demonstraremos em seguida.

Analisando, agora, o programa de ensino da escola pública primária de 2º grau do Distrito Federal, conforme regulamento de 1893 (Quadro 2), e o programa de ensino do IPJA, segundo regulamento de 1894 (Quadro 3), podem-se observar disciplinas em comum e acréscimo de outras ao programa de ensino do IPJA⁴⁴. Por exemplo, para a composição do programa de ensino do IPJA, não houve incorporação do ensino de caligrafia, porque era previsto que, para se matricularem no IPJA, os alunos já deveriam saber ler e escrever. Não se consideraram, também, noções de direito pátrio, de economia política e de história natural. Porém, foram acrescentadas ao programa de ensino do IPJA geometria e álgebra, desenho geométrico e de máquinas, mecânica geral e aplicada e exercícios de esgrima. Para composição do programa de ensino do IPJA, as disciplinas foram distribuídas em três cursos: Ciências e Letras, Arte e curso profissional, devido ao fim educativo do IPJA, como mencionado anteriormente.

Quadro 2 – Programa de ensino das escolas públicas primárias do 1º e 2º graus – Distrito Federal – (Decreto n. 38 de 9 de maio de 1893, Art. 11).

Caligraphia	Matemática elementar	Desenho (ornato; paisagem; figurado e topográfico)	Trabalhos de agulha (para as meninas)
Portuguez	Geographia e historia (especialmente do Brazil)	Musica	Trabalhos manuais (para os meninos)
Elementos da língua francesa	Elementos de physica e chimica (aplicáveis às industrias, à higiene, à agricultura)	Gimnastica	
Noções de economia política e direito pátrio	Historia natural (aplicável às industrias, à higiene, à agricultura)	Exercícios militares	

Fonte: Anuario do Ensino, 1895, p. 343.

⁴⁴ A partir da Reforma do ensino público do Distrito Federal promovida por Benjamim Constant, em novembro de 1890, o ensino foi organizado em dois graus e a escola primária de primeiro grau foi organizada em três cursos (elementar, médio e superior) (VEIGA, 2007, p. 239).

Quadro 3 – Programa de ensino do IPJA (Decreto nº 31, de 29 de dezembro de 1894, art. 2º)

Ciências e Letras	Curso de Artes	Curso Profissional
Escrita da língua portuguesa	Desenho geométrico	Tipografia
Noções elementares da língua portuguesa	Desenho de máquinas	Entalhadura
Aritmética prática	Desenho de ornatos	Ofícios de: Alfaiate
Instrução moral e cívica	Desenho de figuras	Sapateiro
Língua portuguesa	Escultura	Carpinteiro
Noções elementares da língua francesa	Música vocal	Marceneiro
	Música instrumental	Empalhador
Elementos de história do Brasil	Ginástica	Torneiro
	Exercícios militares	Encanador
Elementos de Chorographia ⁴⁵ do Brasil	Exercícios de esgrima	Ferreiro
	Trabalhos manuais	Serralheiro
Aritmética	Tecnologia das profissões elementares	Latoeiro
Noções de álgebra		
Noções de geometria prática	Manejo das principais ferramentas	
Noções de mecânica geral		
Noções de mecânica aplicada		
Noções elementares de física experimental		
Noções de química prática		

Fonte: Coleção de Leis Municipais, 1897, 170 (AN).

Portanto, pelo Regulamento de 1894 e mantido pelo subsequente do ano de 1898 (Decreto nº 101 de novembro de 1898), observa-se, no curso profissional, que os ofícios de Tipógrafo e de Entalhador estão separados dos demais.

Essa diferenciação teria relação com a importância atribuída a essas profissões ainda no século XIX? Tomando como exemplo os tipógrafos oitocentistas, o estudo de Artur Vitorino (2004) nos esclarece quanto aos aspectos técnicos referentes à arte tipográfica: a maior exigência dizia respeito, propriamente, à composição tipográfica. Segundo esse mesmo autor, essa função

era a que demandava mais treinamento e especialização. Esse trabalho nas oficinas, consistia em montar uma página com os blocos da composição (os tipos peças de metal que em seu alto relevo vinham marcadas com letras ou sinais) na direção inversa do que seria a

⁴⁵ Segundo o Petit Larousse Illustré (1919), Chorographia significa – description d'un pays; no Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa de Laudelino Freire, Corografia é a descrição de uma região, de um país, de uma província ou de parte importante de um território; no dicionário de Jaime Segurier (1957), Chorographia é uma descrição de uma região ou de uma parte importante de território. FREIRE, Laudelino. (Org.). CAMPOS, J. L. (Col.). **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**. Vol. II. Rio de Janeiro: A noite, 1940 a 1941. Jaime Segurier. **Dicionário prático ilustrado**. Porto: Lello & Irmão, 1957. **Petit Larousse illustré**. Paris: Librairie Larousse, 1919.

página impressa, eram montadas de cabeça para baixo e com a leitura da esquerda para a direita. Uma vez feito o trabalho e desmontada a página, cada tipo retornava para o seu respectivo lugar guardados em caixa de composição. Era o que denominavam de caixa de distribuição [...].Nesse conceito de trabalho a profissão tipográfica representava um trabalho especializado, pois quem exercia esse ofício realizava tanto uma atividade mecânica quanto uma atividade intelectual. Esse ofício era concebido como uma arte, porque, além de ser um trabalho manual que necessitava de inteligência e disciplina para compor as letras no componedor e imprimir-las nos prelos, esse mesmo ofício ainda exigia o domínio da representação escrita, tais como as profissões liberais da época [século XIX], fazendo-se dela uma atividade criativa (VITORINO, 2004, p.174).

Ainda segundo Artur Vitorino (2004, p. 175), os tipógrafos integravam o leque de trabalhadores qualificados e, nessa condição, uma profissão localizada acima da grande maioria da população urbana trabalhadora do período, a qual não tinha qualquer especialização ou era semiqualficada, como veremos adiante.

No caso do IPJA, a nossa hipótese é de que não se tratava mais de ensinar apenas ofícios com características artesanais, mas incluir, no programa de ensino da instituição, aqueles ofícios considerados como sendo de “grande futuro”. Nessa linha de raciocínio, o prefeito Pereira Passos instituiu o curso de eletricitista no ano de 1902. Anos mais tarde, Fernando de Azevedo (1926) afirmaria que o ensino profissional do Distrito Federal precisaria ser assentado em “bases sólidas”, o que será aprofundado no próximo capítulo.

Em relação ao público- alvo, teriam preferência à matrícula, conforme o Art. 5º:

- § 1º Os menores que, nos estabelecimentos de assistência à infância desvalida, revelassem aptidão para o aprendizado profissional;
- § 2º Os filhos dos funcionários públicos;
- § 3º Os menores que nas escolas públicas do primeiro grau revelarem aproveitamento e aptidão para o dito aprendizado;
- § 4º Os filhos dos operários das oficinas do Estado e dos funcionários públicos que assim o requereram (Coleção de leis municipais, 1897, p.170).

É preciso salientar que a matrícula estava prevista para acontecer no período de 01 de fevereiro a 28 desse mesmo mês. A abertura das aulas ocorria no dia 01 de março e se encerrava no dia 30 de novembro. Quanto às oficinas, só se encerrariam no período de 20 de dezembro a 10 de janeiro, quando das férias gerais do estabelecimento (arts. 5 e 11).

Em relação aos documentos exigidos para a matrícula, a lista era extensa: certidão de idade, atestados médico e de pobreza; aprovação no exame de admissão, em

que os candidatos à vaga fariam provas de Português (ditado e leitura) e Matemática (prática das quatro operações) (art. 7º). Seriam dispensados do exame aqueles meninos que apresentassem certificados de “estudos primários do primeiro grau” (Parágrafo único). Por esse regulamento, os menores internos em estabelecimentos de assistência ao menor desvalido teriam prioridade para a matrícula, desde que “revelassem aptidão para o aprendizado profissional”(Coleção de leis municipais, 1897, p.171).

Encerradas as aulas, iniciariam os exames finais em Bancas, comissões compostas por professores que seriam nomeados por decreto após concurso (art. 77), sendo presidida pelo diretor (art. 15). Esses exames constariam de

Prova escripta e oral para as cadeiras do curso de sciencias e letras; de prova graphica para as de caligraphia e desenho: de prova pratica para as de musica e gymnastica. O aproveitamento das demais aulas será julgado à vista dos trabalhos feitos durante o anno pelos alumnos (Coleção de leis municipais, 1897, p.171 e segs.).

Segundo o artigo 20, do regulamento de 1894, os exames dos alunos seriam julgados pelas notas reprovado, aprovado simplesmente, plenamente e com distinção. Em termos mais específicos, havia as seguintes notas: de 1 a 5 (aprovado simplesmente); de 6 a 9 (aprovação simples); 10 (aprovado com distinção). Os alunos aprovados receberiam “um título que os habilitava ao exercício de uma profissão”.

É interessante destacar que o trabalho acontecia nas diversas oficinas cuja venda dos produtos garantia, por um lado, parte da manutenção do IPJA e, por outro, depósito de 10% do trabalho de cada uma das oficinas, os quais eram divididos, proporcionalmente, pelos alunos das mesmas oficinas. A parte que competia aos alunos seria recolhida à Caixa Econômica cujo resgate seria feito por ocasião de seu desligamento do IPJA. Aliás, o aluno que fosse desligado por mau procedimento perderia o direito ao saldo de sua conta corrente⁴⁶.

Em relação ao “regime disciplinar” do IPJA, em todos os Regulamentos consultados, foram previstas: repreensão particular e em público; privação do recreio ou de passeio, com trabalho; e, por fim, a expulsão. Para inspeção geral do IPJA, havia os Inspectores que tinham o cargo de polícia do Instituto a ser exercida a juízo do diretor, como previsto, por exemplo no regulamento de 1897⁴⁷.

A esse cenário, acrescenta-se que, pelo decreto n. 2.940 de 22 de novembro de 1927, art. 565, qualquer aluno interno que fosse suspenso por indisciplina três vezes em

⁴⁶ Decretos números 31, de 29 de dezembro de 1894, art. 61; 101 de 9 de novembro de 1898, art. 61; 282 de 27 de fevereiro de 1902, art. 71 e 72.

⁴⁷ Decreto n. 101 de 09 de novembro de 1897, art. 49.

um ano seria desligado e não poderia mais ser matriculado em estabelecimento congênere. A título de registro, em nenhum dos regulamentos consultados, encontrei a expressão “castigo físico”. Essa ausência já sinalizava mudanças na legislação educacional, cujos debates questionavam a eficácia dos castigos físicos nas escolas públicas, desde meados do século XIX⁴⁸.

Cynthia Veiga (2009, p. 6), ao problematizar a civilização da criança pela escola, defende que a ausência dos castigos físicos, na educação escolar, poderia ser indício de mudança nas relações entre adultos e crianças; sendo que os primeiros, provavelmente, sob os efeitos das novas descobertas científicas – difusão da medicina higienista e da pedologia – apostavam na capacidade do exercício da autorregulação da criança.

No período desse estudo, entre 1894 a 1932, os regulamentos do IPJA foram sofrendo modificações, tanto em relação ao programa de ensino quanto ao público-alvo. Porém, questiona-se: qual a sintonia entre as transformações mais gerais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro e as alterações na organização do IPJA em específico?

No próximo item, trarei, para o debate, sinais dos processos de urbanização/higienização e de industrialização ocorridos no Rio de Janeiro desde o século XIX até as primeiras décadas do século subsequente, refletindo sobre seus principais efeitos na vida da população em geral e no IPJA.

1.4 O IPJA na cidade do Rio de Janeiro: urbanização/higienização e industrialização

A criação do IPJA integra diferentes mudanças na cidade do Rio de Janeiro. Podemos citar, dentre elas, a urbanização/higienização, bem como a industrialização da cidade.

Quanto ao primeiro aspecto, desde o século XIX, a paisagem natural da cidade do Rio de Janeiro esteve associada à insalubridade e, portanto, sujeita à intervenção planejada, como nos apresenta o seguinte documento.

⁴⁸ Pela Reforma da Instrução Primária e Secundária da Corte, do ano de 1854, há referência às punições morais. Para aprofundar a temática consultar Lemos, Daniel, 2002. **A Bem da moralidade e da ordem.** Os castigos corporais em debate nas escolas da Corte. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0353.pdf> Acesso em abril de 2013.

a) O clima do Rio de Janeiro passa geralmente por mau, e entretanto não há outro melhor no mundo. O que é realmente doentio limita-se ao vale pantanoso em que está edificada a cidade; e isto mesmo é devido à nossa falta de indústria. Se nos propusermos a destruir os defeitos naturais, que aqui existem, não seremos, por certo, tão freqüentemente vexados, por essas epidemias, que tantos sacrifícios nos custam.

Diretoria das obras municipais, em 20 de setembro de 1843.

O Diretor

Henrique de Beaurepaire Rohan.

49

No entanto, esta não foi uma questão exclusiva da cidade do Rio de Janeiro, mas um problema que envolveu outras grandes cidades que também sofreram reformas ao longo dos séculos XIX e XX. Refiro-me às reformas europeias de Paris, Londres, Viena, Berlim, e às brasileiras, em Vitória, Recife, Belo Horizonte, entre outras, sempre buscando atender às exigências já referidas, além das de deslocamento, de trabalho, de culto à pátria, de comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo do belo, da harmonia e da ordem. Certamente, estas preocupações orientaram os engenheiros daquela época, quando as proposições tiveram, como objetivo principal, a emergência de uma nova ordem urbana (VEIGA, 2000, p. 401).

Nesse contexto, segundo Schueler (1999), é importante salientar que,

o processo crescente de urbanização, ocorrido nas principais capitais de Províncias do Império do Brasil durante o século XIX, não estava associado, como nos países europeus, ao desenvolvimento das grandes indústrias, movimentadas pelo capitalismo. De maneira muito peculiar, as cidades oitocentistas brasileiras, antigas sedes da administração colonial portuguesa, conservaram as suas tradicionais funções burocráticas, comerciais e portuárias. Através dos seus portos, circulavam os produtos agrários destinados ao mercado externo, entre eles o açúcar nordestino, o café fluminense, o charque das Províncias do Sul e muitas outras riquezas, além de uma multidão de objetos, produtos, livros, ideias, homens, mulheres e crianças, provenientes de longínquas terras estrangeiras (SCHUELER, 1999, p. 60)

Contribuindo para essa discussão, Foucault (1979) informa que foi na segunda metade do século XVIII que se verificou o problema da unificação do poder urbano.

⁴⁹ Fonte: ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro** (publicado originalmente em 1843). I.H.G.B., separata do vol. 275 – abril/junho de 1967. Deptº Imprensa Nacional, 1968.

Dessa forma, sentiu-se a necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependente de um poder único e bem regulamentado.

Esse mesmo autor apresenta duas razões para a produção dessa unidade. A primeira é de ordem econômica: com a emergência da industrialização, a cidade tornou-se um lugar de produção. Essa nova condição faz com que se recorra a mecanismos de regulação homogêneos e coerentes. A segunda refere-se à ordem política: o desenvolvimento das cidades, o aparecimento de uma população operária pobre que vai tornar-se, no século XIX, o proletariado, o que contribuiu para o aumento das tensões políticas no interior da cidade (FOUCAULT, 1979, p. 86-87).

Sobre a cidade Rio de Janeiro, o belo se transformou em sinônimo de salubridade, que adquiria visibilidade por meio de reformas urbanas que também incluiu um conjunto de questões, quais sejam: sanitaristas⁵⁰, tecnológicas⁵¹, estéticas⁵², econômicas⁵³ e educacionais⁵⁴. Portanto, a transformação do ambiente da cidade do Rio de Janeiro, associado ora à insalubridade ora às questões educacionais e assistenciais, esteve presente nas preocupações de autoridades brasileiras e tem sido objeto de reflexão de alguns estudiosos, dentre eles, Chalhoub (1997), Gondra (2002) e Rizzini (1993).

Nesse sentido, é correto o entendimento de que tornar a cidade do Rio de Janeiro em condições de salubridade pública significava que o poder público, sob o manto “da ideologia da higiene⁵⁵”, iria alterar o cotidiano de parte de sua população (CHALHOUB, 1997).

⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

⁵¹ Sobre revisão bibliográfica de estudos da história da cidade do Rio de Janeiro, cujas abordagens são as mais variadas, consultar o trabalho de KESSEL (2001)

⁵² Cf. também VEIGA, Cynthia Greive. Educação Estética para o povo. In: In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 3ª Ed. p. 399-422.

⁵³ Outro ponto considerado diz respeito à dinâmica da industrialização que afetou o planejamento da urbe pois as autoridades constituídas precisaram pensar acerca do deslocamento populacional do campo para as cidades em busca de trabalho. Cf. VEIGA, 2008.

⁵⁴ Para uma discussão envolvendo a relação entre o saber médico, a educação e a Corte imperial (cidade do Rio de Janeiro). Cf. GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

⁵⁵ Chalhoub (1997, p. 35) define os pressupostos da higiene enquanto uma ideologia caracterizada da seguinte forma: “como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no ‘caminho da civilização’. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma ‘científica’ –

Assim, a Capital Federal tornou-se lugar propício para a ação da medicina urbana⁵⁶ cuja principal preocupação era o controle da circulação das coisas ou dos elementos, essencialmente, água e ar, como ressalta Foucault (1979, p. 90)⁵⁷. Com relação à sede da Corte imperial, a atenção voltava-se para domínio dos espaços de circulação de seus habitantes. Para evitar aglomerado de pessoas residentes num mesmo espaço, foi preciso, então, destruir cortiços⁵⁸; para controlar as epidemias que assolavam a capital do império, tornou-se obrigatória a vacinação e revacinação⁵⁹ das crianças entre três meses e um ano de idade⁶⁰.

Além disso, foi necessário alterar os hábitos da população por meio da elaboração de Códigos de posturas municipais⁶¹, da repreensão dos supostos hábitos do não trabalho dos adultos⁶², da educação dos menores.

isto é ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – da gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais existentes”

⁵⁶ Sobre a emergência da medicina urbana cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979, p. 79-98.

⁵⁷ Para uma discussão acerca da circulação de modelos culturais ocorridos nas últimas décadas do século XIX, Cf. GARCIA, Ináira de Almeida. **Um professor em dois mundos: a viagem do professor Luiz Augusto dos Reis à Europa (1891)**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. São Paulo, 2011.

⁵⁸ No relatório da Justiça, datado de 1877, Lafayette Rodrigues Pereira informa: “Consta de uma estatística feita em 1869, existirem na cidade 642 cortiços, contendo 9.769 quartos habitados por 21.929 indivíduos; 9.630 nacionais, 4.735 homens, 4.895 mulheres; 5.918 maiores, e 3.712 menores; 12.712 estrangeiros, 8.820 homens, 3.479 mulheres; 11.124 maiores e 1.175 menores. Pode-se affoutamente asseverar que, de então pra cá, tem duplicado o número de cortiços e de seus habitantes, sem ter-se conseguido melhora alguma no modo das edificações apesar dos reclamos da imprensa”. Relatório da Justiça, 1877, anexo A5 pp.59-60. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1871/000533.html> Acesso em junho de 2012.

Portanto, os cortiços não foram problemas exclusivos da Primeira República como o exemplo do “Cabeça de Porco” – assim como os demais cortiços do centro do Rio em geral – era tido pelas autoridades da época como um ‘valhacouto de desordeiros’. Esse cortiço foi destruído em 26 de janeiro de 1893 (Chalhoub, 1997, p. 15-16). Esse mesmo cortiço foi objeto da literatura brasileira, por meio da escrita de Aluisio Azevedo autor do clássico “O Cortiço”.

⁵⁹ Chalhoub (1996, p. 9) nos informa que a prática da vacinação foi introduzida no Brasil em 1804, propagada pelo método da inoculação braço a braço. Segundo esse mesmo autor, a vacina antivariólica era uma história velha e que os autores que escreveram sobre a revolta da vacina em 1904 não fizeram qualquer menção à história prévia do serviço de vacinação na Corte.

⁶⁰ Chalhoub (1997, p. 152).

⁶¹ A existência de um conjunto de normas regulamentadores de comportamentos sociais já acontecia desde os tempos do Brasil imperial. Em 1873, de acordo com Chalhoub (1997, p. 33), observou-se um deslocamento acerca da melhoria das condições higiênicas das habitações coletivas existentes. Se antes a ênfase era com a forma, ou seja, as condições de moradia, posteriormente, passaria a ser o espaço, isto é, o local da habitação. Foi nesse cenário que o vereador e higienista Dr. José Pereira Rego – também conhecido como o Barão de Lavradio - apresentou à Câmara Municipal projeto de Código de Posturas referentes à cortiços. Nele, estabelecia que “é absolutamente vedado construir novos cortiços” em toda uma extensa área compreendendo boa parte das freguesias centrais da cidade.

⁶² Repreender ou forçar o adulto a trabalhar é uma construção histórica de longa duração e permanência na sociedade ocidental. Além disso, guarda íntima relação com outra construção também histórica: a da “vagabundagem”. Acerca do surgimento da noção de “vagabundagem” Marx (*apud*, Pereira, 2009, p. 184), pode ser explicada a partir da expropriação dos camponeses ingleses (cercamentos de terras, dissolução das terras comuns, roubo das terras da Igreja, fim da servidão) que não poderiam ser

Gondra (2002) também contribui, salientando que o século XIX pretendeu deixar o legado de Sebastianópolis destruído, erguendo, em seu lugar, uma cidade moderna. “Menos Sebastião. Mais Rio de Janeiro”. Dessa forma, o grande desafio foi transformar uma cidade colonial, sucessivamente em sede do governo português, sede do Estado Imperial e sede da República (GONDRA, 2002, p. 19-20). Tal deslocamento implicou transformações mais variadas, como, por exemplo, reformas na

infra-estrutura urbana (água, iluminação e esgotamento sanitário, por exemplo), transporte (arruamentos, carruagens, bondes e trens, dentre outros), economia (instalação de fábricas e de estabelecimentos comerciais), política (organização de partidos e sistema eleitoral), comunicação (imprensa, correio e telégrafos), segurança (guarda nacional e sistema judiciário) e cultural (biblioteca, jardim botânico, escola de artes, escolas de primeiras letras e secundárias) (GONDRA, 2002, p. 20)

Para alcançarem esse objetivo, era necessário transformar a sede da corte Imperial em um espaço novo e, assim, expandir os limites físicos da velha Sebastianópolis. Portanto, perscrutar soluções técnicas para os diversos problemas relacionados à urbanidade, incluindo o embelezamento desta cidade Capital, tornaria-a muito perseguida por seus administradores.

Com o advento da República e do século XX, a organização político-administrativa das competências federal e municipal alteraram-se, sendo regulamentada por meio da Lei Orgânica n.º 85 de setembro de 1892⁶³, também conhecida como Lei Orgânica do Distrito Federal. Por meio desta nova organização administrativa, no lugar do Conselho da Intendência Municipal, criaram-se dois poderes: o Conselho

absorvidos pela manufatura na mesma velocidade e rapidez com que se tornavam disponíveis. Isso provocou uma grande crise social, com o aumento do número de mendigos, ladrões e vagabundos. As chamadas leis sanguinárias do século XVI coibiram de forma violenta (açoite, marcas a ferro quente, tortura) a mendicância e a vadiagem, obrigando aqueles que não tinham trabalho a procurá-lo, obrigando o antigo camponês a se sujeitar ao trabalho na manufatura (ou em outro lugar qualquer).

Essa configuração recriou condições favoráveis, que se prolongou por séculos, para a perseguição de todo aquele que se recusou a vender a sua força de trabalho e, portanto, de uma série de normatizações voltadas especificamente para regular a vida desse grupo social. (FOUCAULT, 1987).

⁶³Vários serviços foram transferidos da competência da União para a municipalidade. CAPITULO VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS em seu Art. 58 passou a ser de competência do governo municipal do Distrito Federal os seguintes serviços, antes a cargo da União: a) limpeza da cidade e das praias; b) assistência à infância, compreendendo o Asilo dos Meninos Desvalidos e a Casa de S. José; e) higiene municipal; d) Asilo de Mendicidade; e) Corpo de Bombeiros; f) instrução primária, seu pessoal e material; g) esgotos da cidade; h) iluminação pública (Coleção de Leis do Brasil - 1892 , Página 84 Vol. 1). Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html> Acesso em 28 de junho de 2012.

Municipal⁶⁴, com funções legislativas, e o Prefeito, com funções executivas. Enquanto o Conselho seria formado por 27 intendentess eleitos por voto popular, o prefeito seria nomeado pelo presidente da República, *ad referendum* do Senado Federal (SAES, 2008, p. 168⁶⁵).

No que se refere ao Conselho Municipal, tinha poder de voto sobre as ações dos prefeitos. Sete anos após a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, Olavo Bilac (1865-1918), um apaixonado por “sua Sebastianópolis”, como assim a denominava, queixava-se do estado em que se encontrava a cidade do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

Ah! quem poderá viver bastante para te ver saneada, ó cidade do Rio de Janeiro? (...) Os dias passam, e a gente continua a esperar que as redes aperfeiçoadas de esgotos, as drenagens do solo e os abastecimentos d’água caíam do céu por descuido, como se o céu tivesse algum interesse nisso (Gazeta de Notícias, 30 de julho de 1899).

Apesar desse desabafo, Olavo Bilac só veria mudanças significativas em “sua Sebastianópolis” em 1902, quando da eleição e posse do novo Presidente da República, o paulista Rodrigues Alves, um dos principais defensores da adoção de um regime forte na capital como forma de promover mudanças radicais na “velha cidade” de São Sebastião. Desse modo, ao colocar em prática suas ideias, tratou de comandar uma verdadeira operação política: cuidou da suspensão temporária das funções do Conselho Municipal (Lei n.º 939 de 29 de dezembro de 1902) e da nomeação daquele que deveria cumprir o papel de artífice das mudanças, o engenheiro Pereira Passos que ocupou o cargo de prefeito entre 1902-1906 (FREIRE, 2003, p. 145)⁶⁶

O prefeito Pereira Passos, por sua vez, projetou e executou alargamentos e abertura de novas ruas para melhorar e sanear a cidade do Rio de Janeiro. A propósito, Calmon (1939, p. 169) nos traz notícias daqueles tempos ao relatar que “para onde se voltavam os fundos das casas do Flamengo, e em lugar das humildes praias da Glória e de Botafogo, desata-se agora, asfaltada, a Avenida Beira Mar”.

⁶⁴ Sobre estudos acerca da Instrução Pública na cidade do Rio de Janeiro, a partir das ações realizadas pelos intendentess do Conselho Municipal, entre os anos de 1892 e 1902, consultar TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens pelo Progresso: O Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902)**. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2009.

⁶⁵ SAES, Alexandre Macchione. Light versus CBEE: capital nacional e estrangeiro na modernização da cidade do Rio de Janeiro. (1905-1915). IN: **Revista Territórios e Fronteiras** V.1 N.2 – Jul/Dez 2008, p. 165-195.

⁶⁶ FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital. Estudo sobre a construção da imagem política de Pereira Passos. In: **Revista Rio de Janeiro**, n.º 10. Maio/agosto de 2003.

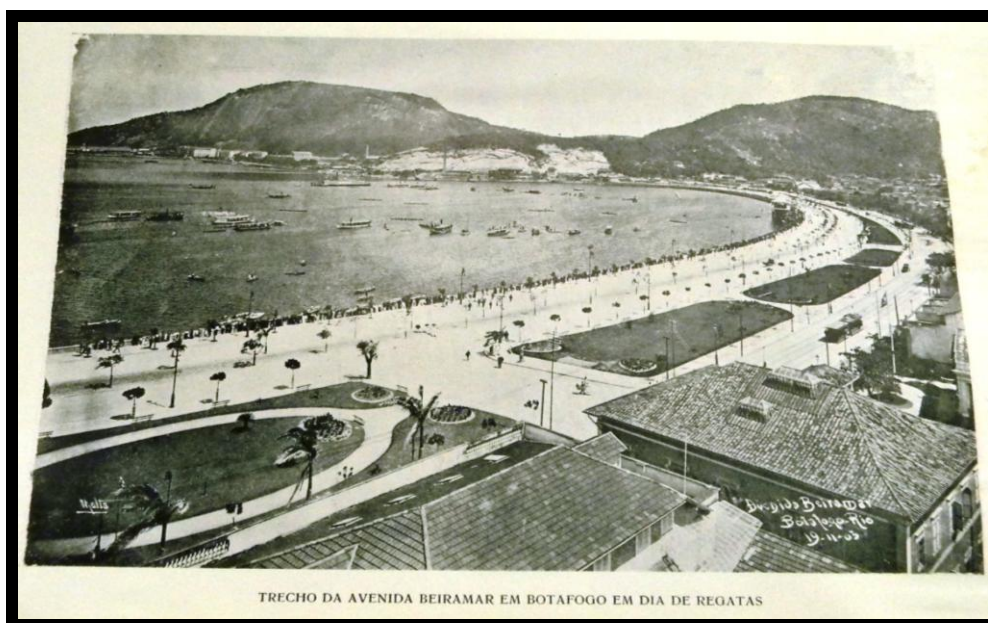


Figura 2 – Fotografia de um trecho da Avenida Beira Mar – Fotógrafo: Augusto Malta. Data: 19 de novembro de 1903.

Fonte: In: Mensagens do prefeito – 1903

Na figura 2, datada de 19 de novembro de 1903, de autoria de Augusto Malta, e integrante dos anais das Mensagens dos prefeitos de 03 de abril de 1906, vê-se um trecho da Avenida Beira-Mar. A construção da referida avenida, bem como a abertura da Avenida Central (posteriormente Av. Rio Branco) fizeram parte dos projetos reformistas de Pereira Passos que também reformou parte das calçadas da cidade, com introdução do sistema de asfalto⁶⁷ e outros empreendimentos, como a luz elétrica que, em 1906,

banhou a cidade com um clarão famoso. Quis o prefeito que fosse a mais iluminada do mundo. Seria como a “fêerie” indispensável para que se visse o prodígio: o lineamento moderno da metrópole remocada, a destacar-se das profundas ruínas do ano das devastações... “O Rio Civiliza-se” – trauteavam os cantores populares. E estes viam a seus pés a cidade patriarcal que, nas noites alumiadas frouxamente a gaz, toda se enchia de suas serenatas lânguidas [...] (CALMON, 1939, p. 169).

Acompanhando a luz elétrica, emergira outra novidade tecnológica: os automóveis. E, com eles, surgiu um novo problema de circulação, que foram os

⁶⁷ Depois de algumas experiências com vários métodos e materiais, o asfalto havia se consolidado na cidade rapidamente ocupada pelo número crescente de automóveis, e os prefeitos que se sucediam desde o quadriênio de Passos não deixavam de contar, entre as suas realizações, o asfaltamento de ruas, estradas e avenidas (KESSEL, 2001, p. 54).

pitorescos, desastrosos, os quais se adaptavam com dificuldade. A saber, foram sete em 1904; doze em 1905; 35 em 1906⁶⁸. Somaram-se ao tráfego urbano ao lado dos “tilbury”, quando num tempo brevíssimo iria substituir o transporte feito por cavalos.

Nesse cenário, então, havia um novo som na cidade: o “fon-fon” (CALMON, 1939, p. 177) dos automóveis. Segundo Schwartz (2000, p. 17), a luz, a velocidade, o progresso e a civilização foram personagens diletos de um mundo em que as noções de tempo e de espaço começavam a ser abaladas.

Contudo, se por um lado as reformas urbanas, da gestão de Pereira Passos, produziram a valorização do espaço da cidade, por outro, produziram efeitos sociais cuja visibilidade foi percebida na desapropriação de inúmeros imóveis⁶⁹.

Essa ação governamental constituiu-se num dos responsáveis pela formação das primeiras favelas da cidade, pois ao destruir grande número de habitações coletivas, praticamente não reservou outras áreas para a localização da população pobre desalojada [...] No lugar do casario humilde demolido para a construção da grande avenida foram erguidos prédios monumentais que significaram um vigoroso impulso à emergente indústria da construção civil (SILVEIRA, 2004, p. 68).

Ademais, importa considerar que o Rio de Janeiro, com seus progressos e problemas, já nos anos de 1910, contava com uma população de 691.565 habitantes⁷⁰, alcançando um crescimento demográfico na ordem de 1.157.873 nos anos de 1920⁷¹.

Nessas condições, é possível perceber, nas mensagens lidas ao Conselho Municipal, parte dos problemas (não homogêneos) próprios desta cidade, cuja solução guardava alguma semelhança com aquelas adotadas no período imperial. Ou seja,

⁶⁸ Nos anos 20, Agache (1930) nos informa que “a circulação dos carros e dos bondes, se faz no interior da cidade com grandes dificuldades. A artéria mais espaçosa do Rio, a Avenida Rio Branco, que comunica o bairro Sul - bairro aristocrático,- com o centro da cidade tem uma circulação intensa de veículos. Segundo cálculos efetuados em setembro de 1927, resulta que durante as horas de grande circulação,- de 16 a 17 horas -, o tráfego-horário, nos dois sentidos é o seguinte: ônibus 150; táxis 1.060; autos particulares 780; Total: 1.990 veículos por hora” AGACHE, Alfred Hubert Donat. **Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento** 1930, p. 150. *Apud* SILVA, 2004.

⁶⁹ Cf. SILVEIRA, Carmem Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade de Memória na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado (Planejamento urbano e regional). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004, 362 f.

Disponível em: http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/CarmenBeatrizSilveira.pdf Acesso em julho de 2012.

Cf. também o trabalho de Chalhoub, Sidney. **Lar trabalho e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro de *belle époque*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 131-148.

⁷⁰ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Ano V e serviço Nacional de Recenseamento. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1950/populacao1950aeb_02.pdf Acesso em julho de 2012.

⁷¹ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (op. cit)

intervir nos costumes da maioria da população⁷², nas habitações ou na falta delas para os operários⁷³, na difusão e regulamentação da educação pública e, portanto, na diminuição do analfabetismo⁷⁴, na dispersão e diversão de parte da população⁷⁵, na profissionalização dos menores pobres, na continuidade das intervenções na paisagem da cidade, visando à produção de uma nova estética.

Na década de 20, o prefeito e engenheiro civil Carlos Sampaio (1861-1930), cujo mandato foi de 1920 a 1922, tratou de captar recursos financeiros para colocar em prática algumas de suas metas de administração – um ambicioso e extenso programa de obras de saneamento e embelezamento, encabeçado pelo arrasamento do morro do Castelo e pela realização da Exposição Internacional de 1922 (KESSEL 2001, p. 65).

⁷² A regulamentação das relações sociais foi uma constante. Tanto assim que em 06 de abril de 1920 o então prefeito da cidade encomendou um “Moderno Código de Posturas” a “Francisco Mariano do Amorim Carrão”, alegando sua “longa prática em serviços de policia administrativa” e que tal código seria “inadiável à vista do extraordinário desenvolvimento dos serviços municipais, em razão da notável expansão da cidade [...] (Códice -35-2-6 - “Copiador de Offícios - remetidos às Procuradorias, Directorias, Autoridades, etc. De 20 de fevereiro de 1920 a 20 de maio de 1920”, p. 201. AGCRJ).

⁷³ Preocupações com a crise da falta de casas para os operários foi uma questão tratada como sendo de “uma providência urgente” pelo prefeito Innocêncio Serzedello Corrêa (1858-1932). Defendia um estudo para identificar local apropriado e em condições favoráveis, cujo projeto geral de construções de caráter popular, deveria ter a participação do Governo Federal. Pois, segundo Serzedello, o exemplo de “ação humanitária do Governo Federal, justamente empenhado em diminuir os males que atormentam as classes pobres” já havia sido realizado por meio da “construção de villas operarias, uma em Sapopemba [São Paulo] e outra no litoral (Mensagem do Prefeito aos Membros do Conselho Municipal de 1911, p. 10).

⁷⁴ Destaque que, em 20 de julho de 1915, o Centro Cívico Sete de Setembro fez o seguinte convite ao IPJA, objeto desse estudo: que o Instituto Profissional João Alfredo enviasse uma comissão de alunos para participar da festa “raid”, organizada pelo Centro, para a campanha contra o analfabetismo encetada naquele ano pela Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo. Pediam que os alunos fossem uniformizados como os demais convidados, mas não informaram quem seriam os outros participantes da referida campanha. Justificaram o convite afirmando sua importância para o desenvolvimento do amor próprio da mocidade para prosseguir na luta contra o analfabetismo no Brasil (Acervo: AAMD. Ofícios recebidos entre 1914 e 1917).

Para uma discussão acerca da campanha contra o analfabetismo, de 1915, consultar NOFUENTES, Vanessa Carvalho. Disponível em:

http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a03.pdf Acesso em 27 de junho de 2012. “Construindo a Nação: Liga Contra o Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro (1916-1919)”. **Anais do XII Encontro Regional de História**, Niterói, Anpuh/RJ, 2006. Disponível em:

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vanessa%20Carvalho%20Nofuentes.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2012.

⁷⁵ Quanto à diversão da população por contrato com a antiga Câmara Municipal do Rio de Janeiro, firmado em 5 de setembro de 1884 e aprovado pelo Ministro do Império em 21 de outubro do mesmo ano, foi dada a concessão ao Barão de Drummond para criar e explorar no bairro um Jardim Zoológico. Além do Jardim Zoológico, o bairro de Vila Isabel também tinha um Prado onde aconteciam corridas de cavalo com prêmios e apostas. No terreno onde funcionou esse Prado, foi construído, posteriormente, o atual Estádio do Maracanã. (Fonte: História do turfe no Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.jcbinforma.com.br/historia> Acesso em 13 de setembro de 2012).

Entretanto, só o Jardim Zoológico constituiu o atrativo permanente que a estas paragens trazia, de vez em quando, alguns curiosos, cujo número atingiu, aliás, o importante relevo, no tempo em que eram premiados os seus bilhetes de ingresso (Mensagem do Prefeito do Distrito Federal. Lida na Sessão do Conselho Municipal de 01 de setembro de 1914. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio. 2º vol. Rio de Janeiro, 1914. 361-366). Esses ingressos premiados configuram o hoje conhecido “jogo do bicho”, uma bolsa ilegal de apostas em números que representam animais e foi inventado em 1892 pelo barão de Drummond. Atualmente reprimido pelas autoridades jurídicas por se tratar de contravenção.

A preocupação com a estética da cidade permanece na gestão de Alaor Prata (1882-1964) nos anos de 1922 – 1926, bem como no governo de Antônio Prado Junior (1880-1955) nos anos de 1926-1930, cujo principal objetivo era o de transformar a cidade do Rio de Janeiro em Cidade Maravilhosa⁷⁶.

No entanto, esta cidade não era, para muitos, tão maravilhosa assim (NUNES, 1996, p. 170). A possibilidade de confrontar aspectos de embelezamento da cidade com a situação de pobreza das pessoas são observáveis em Lima Barreto (1921), em reportagem do *Jornal do Brasil*, de 31 de janeiro de 1925 e em Calmon (1939).

Aliás, Lima Barreto, no romance *Clara dos Anjos*, nos conta um pouco dessa história.

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; alguns, morando mais longe, em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarepaguá, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até às dez horas da manhã e há toda uma população de certo ponto da cidade no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos (LIMA BARRETO, 1921, p. 43).

Nessa mesma direção, o *Jornal do Brasil*, no dia 31 de janeiro de 1925, publicava a seguinte notícia:

Quem percorrer as estalagens, as casas de cômodos – casarões humildes, sem ar, sem luz, quem se der ao incomodo de peregrinar pelas baiúcas da favela, da “Nova Portugal”, pelo morro de Santo Antônio, pelas ruas mais humildes da Saúde, da Praia da Formosa, de Catumbi, dos subúrbios da Central do Brasil e da Leopoldina, compreenderá melhor o pensamento dos que vêem crianças miseráveis, sem amparo, mirando-se na sordidez ou educando o espírito no vício que as rodeia, dia a dia sem o menor apreço das autoridades competentes.

[...] Mas os cenários dessa natureza multiplicam-se pela cidade inteira. É a pobreza. É a orfandade.

O obituário, neste sentido é expressivo. De outro lado, a observação revela que a maioria dos criminosos desta cidade provém das baiúcas

⁷⁶ Marchinha carnavalesca de autoria de André Filho que eternizou o epíteto criado por Jeane Catulle Mendès, quando visitou o Rio em 1912 (NUNES, 1996, p. 165).

desses morros íngremes, onde não há escolas, polícia, higiene (Jornal do Brasil, 31/01/1925, *apud* CAMARA, 2010, p. 77).

Já Calmon (1939), ao referir-se ao embelezamento da zona sul do Rio de Janeiro, criticava os prefeitos reformistas que, se por um lado estariam “inventando paisagens turísticas, orientando o povoamento, já dispersivo, centrífugo”, por outro, estariam contribuindo para que os “môrros completassem a sua função de refúgio da pobreza” (CALMON, 1939, p. 169)⁷⁷.

Renovando tradições antigas, reforçando e construindo novos laços de solidariedade (a ajuda mútua), os populares realizaram ajustes em seu modo de vida, os quais lhes permitiram sobreviver à ânsia demolidora – e acumuladora de capital – da grande burguesia comercial da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX (CHALHOUB, 2001, p. 148). Embora o pobre urbano sofresse as consequências da falta de moradia, o Rio de Janeiro tornou-se uma cidade atraente e mais saudável para os detentores de mais recursos econômicos e para os estrangeiros (HAHNER, 1993, p. 169).

Exemplo de investimentos econômicos e de salubridade desejável pelas autoridades constituídas foi o caso do Bairro de Vila Isabel, localidade em que se instalou o Asilo de Meninos Desvalidos e, posteriormente, o IPJA. A saber, Vila Isabel foi um dos primeiros bairros planejados da cidade do Rio de Janeiro. Acompanhemos sua formação:

Entre as serras do Engenho Novo e Andarahy confinada num valle ameno e trecho salteado de aprazíveis colinas, ficava a antiga Fazenda dos Macacos⁷⁸, do domínio de S. Magestade Imperial – a Serenissima Duqueza de Bragança. Emparedada ao norte e a oeste pelas serras, limitava-se ao sul pela rua do Andarahy Grande, onde estava a sua entrada principal – velho e pesado portão de trinta palmos, rasgado em frente à rua do Macaco, no começo da deveza, que através do valle se dirigia à collina, em cujo alto demorava a casa principal da fazenda, branca, simples e rústica, dominando a suave paizagem que ia morrer a leste, mostrando, com fecho delicioso, um verde azul pedaço de mar.

⁷⁷ Calmon (1939) refere-se aos seguintes morros: de Santo Antonio, do Castelo e da Conceição. Todos localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro deles só foi destruído na década de 50 do século XX; o segundo nos anos 20 e o terceiro manteve até os dias atuais como lugar de moradia, rodeado por prédios que escondem parcialmente seus transeuntes.

⁷⁸ Existiu outra Fazenda do Macaco que ficava situada em área adjacente ao Jardim Botânico, no atual bairro do Horto. Nesta Fazenda funcionou o Asilo Agrícola entre os anos de 1869 e 1891. Um estabelecimento voltado para “amparar o órfão desvalido e em esforçar-se por todos os modos para que nos estabelecimentos rurais do país o homem-máquina seja substituído pelo operário inteligente, e o administrador boçal pelo verdadeiro regente de fazenda”. **Revista Agrícola**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, 1884. *Apud* BEDIOGA, 2011, p. 111). Atualmente funciona, no local, a Escola Nacional de Botânica Tropical do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e seu prédio é conhecido como Solar da Imperatriz (BEDIOGA, *op. cit.*, p. 110).

Foi esse formoso sitio, de silvestre amenidade, banhado pelo sol de antecipador nascente, surgindo do mar para desaparecer num acaso quebrantado pelas sombras das montanhas, que pelo anno de 1873 recebeu o nome de Villa Izabel, origem do bairro mais tarde construído e que ora [1914] se desenvolve em condições de franca prosperidade (Mensagem do Prefeito ao Conselho Municipal, 1914, p. 361-362).⁷⁹

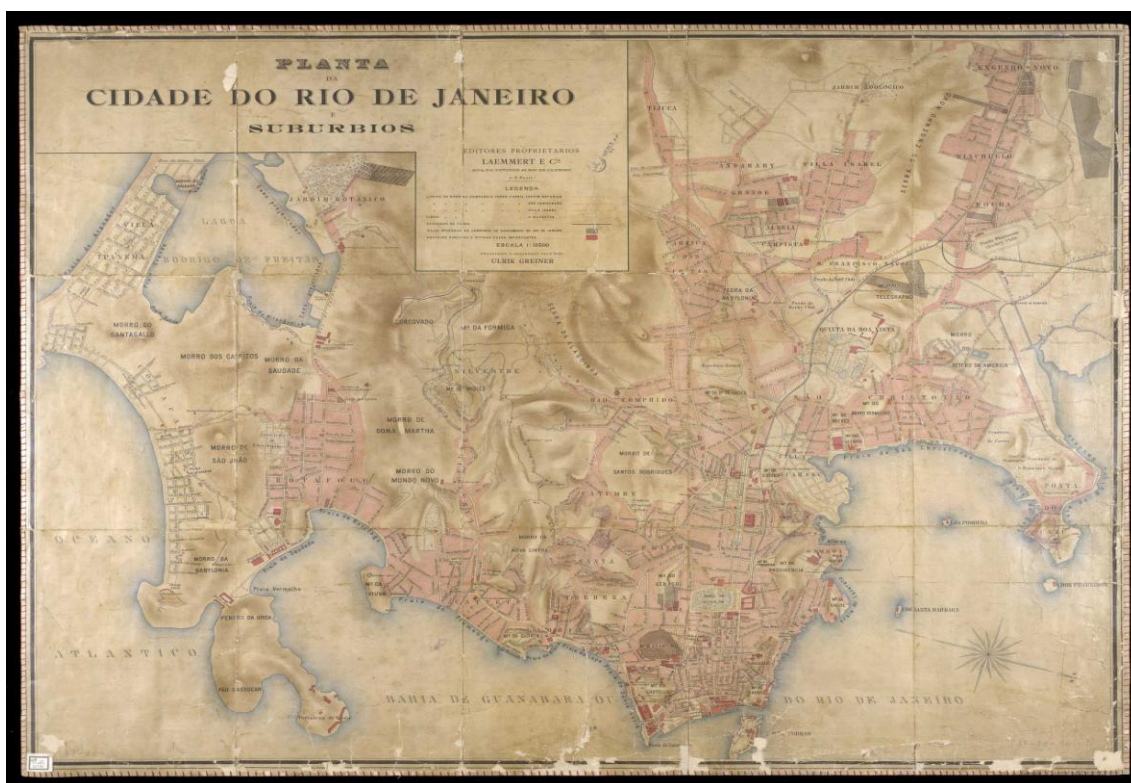


Figura 3 – Fotografia da Planta do Rio de Janeiro - subúrbios – 1909 – 19?
Fonte: Acervo da BN⁸⁰.

Inserida na discussão da busca de uma cidade salubre e livre de epidemias que não se erradicavam, surgia Vila Isabel, um lugar aprazível, com chácaras e distante do centro urbano. Portanto, não fora por acaso que o Ministro do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, escolhera a Chácara dos Macacos para abrigar os meninos desvalidos. Segundo o Ministro, tal escolha foi necessária em razão de seu isolamento por todos os lados, de modo que a conveniente distância dos vizinhos facilitaria aos meninos se envolverem em exercícios salubres e distrações úteis, como a cultura de pomares, jardins, vinha, aves e abelhas. Dessa forma, estavam criadas as condições para facilitar “as lições teóricas e as práticas” (BRAGA, 1925, p. 102).

⁷⁹ Mensagem do Prefeito do Distrito Federal. Lida na Sessão do Conselho Municipal de 01 de setembro de 1914. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio. 2º vol. Rio de Janeiro, 1914.

⁸⁰ Disponível: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=13499. Acesso em abril de 2013.

Cabe ressaltar que esse novo bairro foi projetado pelo Dr. Bittencourt da Silva para a Companhia Arquitetônica em moldes franceses. Seu eixo central – uma larga avenida arborizada de 2,5 quilômetros de extensão – recebeu, por isso, a designação de *boulevard*⁸¹. O saneamento e a higiene, aliados ao progresso, eram o discurso constante, e Vila Isabel, com suas chácaras floridas e árvores frutíferas, era um bairro moderno e aprazível, saudado como encantador e elegante (GASPAR, 2003, p. 57).

Entre os moradores do bairro, contabilizavam-se os jovens matriculados no IPJA, além do Diretor com a família, como era habitual à época o mesmo fixar residência nas dependências do IPJA. O vice-diretor também reivindicava condições de moradia semelhantes às do diretor do IPJA, ou auxílio para pagar o aluguel de sua residência nos seguintes termos:

Exmo. Snr. General Prefeito do Distrito Federal
Torquato Vieira de Mesquita, professor e sub-director do Instituto Profissional [João Alfredo], para ter sob si a responsabilidade da disciplina, tem necessidade de residir nas proximidades do Instituto, uma vez que no estabelecimento não ha accomodações para sua família. Os Regulamentos do Instituto, a exemplo do que se dá no Collegio Militar, no Internato do Gymnasio Nacional, em todos os Internatos de educação em que deve haver fiscalização immediata, têm sempre cogitado da necessidade da residencia do Director e Sub-director no estabelecimento, e ainda o actual Regulamento diz: são obrigados a residir no estabelecimento o Director e o Sub-director, aos quaes o Instituto fornecerá alimentação – Art. 49, decreto n.º 520, de 5 de Abril de 1905.

E' baseado na força do Regulamento e na justiça de V. Ex. que o petionario vem respeitosamente solicitar um auxilio para o aluguel da casa. E' muito penoso ao requerente despender mensalmente 200\$000, como poderá provar com os recibos, isto desde 13 de Agosto de 1901 até a presente data; mas o tem feito sem reclamação na esperança da construção de um prédio nos terrenos do Instituto que dão para Boulevard 28 de setembro, o que evitaria a difficuldade de se encontrar casa nas proximidades do estabelecimento, alem do elevado aluguel a que se é obrigado a pagar por não ser facil a escolha. E, se fosse licito ao requerente suggerir um alvitre quanto ao modo de fazer o pagamento da justificação, ora requerida, o petionario lembraria que a verba “Acquisição e renovação de material” do proprio Instituto comporta perfeitamente a despeza propria, deixando annualmente saldo superior a 20:00\$000.

Nestes termos, pede deferimento

Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 1908

Torquato Vieira de Mesquita (Fonte: Códice: 13-4-29. AGCRJ)

Em verdade, não sabemos se o vice-diretor em questão teve seu pedido deferido.

O fato é que permaneceu nesse cargo até fevereiro de 1915 (BRAGA, 1925, p. 137-138). Já a ocupação das encostas de Vila Isabel por trabalhadores urbanos desalojados

⁸¹ Atualmente, é o *Boulevard* 28 de Setembro, principal artéria do bairro de Vila Isabel.

das habitações coletivas, só teria ocorrido em 1921. Essa ocupação tardia, possivelmente, tenha ocorrido por efeito de construção das vilas operárias próximas às inúmeras fábricas que funcionaram no bairro⁸² (GASPAR, 2003, p.60).

Dessa forma, no bairro de Vila Isabel, já era possível observar a presença da industrialização, cujo desenvolvimento teve um papel fundamental para justificar o apelo à profissionalização. Ressalta-se que a constatação da ausência de qualificação profissional dos trabalhadores urbanos fora percebida em função do processo industrial que se encontrava em curso desde os tempos do Brasil imperial e, portanto, das mudanças nas relações de trabalho.

Nesse momento creio ser pertinente as seguintes questões: que fração do cenário relacionado ao trabalho e em alguma medida com a indústria se descortinava para o político Liberato Barroso (1830-1885) e que, de alguma forma, justificaria sua posição em relação à difusão do ensino profissional? Indagação semelhante se aplica a Antonio Carneiro Leão (1887-1966), em tempos de Primeira República?

Em relação à ausência de qualificação profissional, segundo Cunha (2005), a necessidade da difusão do ensino profissional fora condição para o exercício dos ofícios necessários ao desenvolvimento industrial, embora, naquela sociedade escravista, tenha-se desenvolvido o estigma acerca do trabalho manual.

Por sua vez, Celso Suckow da Fonseca (v. II, 1961) explica as razões desse acontecimento. Para tanto, ressalta que os trabalhos nos engenhos do Brasil Colônia polarizaram a aprendizagem de ofícios, sendo os responsáveis pelo pensamento de que o exercício de qualquer ofício era privilégio dos negros. Em seu turno, Suckow (1961) reconhecia que o panorama da aprendizagem de ofícios sofreu alterações no momento em que os vários engenhos começaram a finalizar suas atividades. Assim, o início de uma nova modalidade de ensino profissional ocorreu a partir da descoberta do ouro nas Minas Gerais, no século XVII. Tal descoberta, na opinião do mesmo autor, fora a responsável pela emergência das Casas da Moeda, lugar favorável para o início do ensino de ofícios, voltado para as profissões diretamente ligadas às artes necessárias aos seus serviços.

⁸² A mais importante dessas fábricas foi a “Fábrica de Tecidos Confiança”, inaugurada em 1887, funcionou por 85 anos e, hoje, é parte integrante da memória de Vila Isabel. Além da Fábrica de Tecidos Confiança, as mais antigas fábricas do bairro foram: Fábrica de Sabão Santelmo, Fábrica de Barcos, Fábrica de Vidro Scaronne, Fábrica de Uniformes Militares Moraes Alves, Fábrica de Móveis Walter Soares, Fábrica de Cerveja Portugal, Indústria de Bebidas Amazônia S.A., Fábrica de Penas de Aço (GASPAR, 2003, p. 59).

Ainda em relação ao estigma presente no exercício do trabalho manual, sabe-se que a necessidade dessa modalidade de trabalho representava o limite da pobreza. Dessa forma,

viver da própria labuta, prescindindo do trabalho de outrém, era sinal de pobreza extrema ou de uma oscilação constante dos níveis de vida. Ainda que houvesse uma grande complexidade da sociedade oitocentista, acrescida da mobilidade e das diferenciações e hierarquizações das condições sociais, a necessidade do trabalho manual era uma marca fundamental de distinção social entre a população livre e liberta. Trabalhadores braçais, serventes, domésticos, mercadores, jornaleiros, quitandeiras, costureiras, carregadores, pajens, mestres-escolas, e outras categorias de trabalhadores urbanos buscavam o seu ganha-pão diário, circulando apressados pelas ruas, dominando o espaço público, movimentando e impulsionando a vida nas cidades (SCHUELER, 1999, p. 61).

Entretanto, tanto no século XIX quanto no início do século seguinte houve tensões entre os trabalhadores não qualificados, ou aqueles de ocupações incertas e inconstantes, com os artífices especializados que não se sentiam inclinados a serem confundidos com os outros. Dentre esses artífices especializados, encontravam-se os seguintes trabalhadores: carpinteiros, estucadores, pedreiros, marceneiros, tipógrafos, sopradores de vidro, tanoeiros, sapateiros, padeiros, chapeleiros e alfaiates, os quais ainda estavam acima dos vendedores de rua, carregadores, lavadores de pratos e diaristas, além de motorneiros, cocheiros e até trabalhadores de engenho semiquilificados. Alguns trabalhadores não qualificados encontravam trabalho temporário nos setores industriais e de serviços (HAHNER, 1993, p. 199). No âmbito da execução do trabalho manual, entretanto, a questão se apresentava de forma tensa, como demonstrado.

Quanto à criação de indústrias no século XIX, os esforços foram isolados. Para compreender melhor essa situação, vale observar que dois foram os eventos responsáveis pelo surto industrial ocorrido no fim da década de 1860: a guerra civil nos Estados Unidos (1861-1865) e a guerra do Paraguai (1866-1870) (FARIA, 2001, p. 373-376). A partir dessas circunstâncias, expandiram-se, principalmente, as indústrias de química, de papel, de cigarro, de vidro, de couro, de instrumentos óticos e náuticos, etc. Já as indústrias têxteis, desenvolveram-se com a crise das lavouras de algodão, açúcar e café, enquanto os investimentos, antes empregados nessas lavouras, foram direcionados

para outros ramos de atividade, inclusive para o industrial, como as indústrias têxteis, por exemplo.

Em vista disso, Faria (2001, p. 373-376) concluiu que, de modo geral, a indústria no Brasil do século XIX dependia, em grande parte, de decisões políticas fiscais e dos interesses dos cafeicultores. Essa ambiência, provavelmente, inspirara o advogado e político José Liberato Barroso (1830-1885) a pensar sobre a importância atribuída ao ensino profissional. Nesse sentido, Liberato Barroso o definira da seguinte maneira:

Compreendendo-se, que o ensino profissional, como uma garantia social, deve salvar o futuro. Se lançarão pelo desenvolvimento desse ensino os primeiros esteios de uma nova organização, que hoje dificilmente se poderá estabelecer sem se quebrarem as molas da sociedade actual (BARROSO, [1867], 2005 p. 179).

Logo, o ensino profissional, no entendimento de Liberato Barroso, além de, supostamente, ter condições de promover mudanças nas bases da sociedade oitocentista, teria valor econômico, se fosse fundado sobre as bases do ensino primário. Ato contínuo dizia

a falta de instrução primaria nos obreiros, ainda os mais inteligentes, declararão os chefes de estabelecimentos industriaes mais eminentes, era um dos maiores e mais nocivos obstáculos, que se oppunhão ao desenvolvimento de suas faculdades e ao progresso da industria (BARROSO, [1867], 2005, p. 181).

A partir dessa situação, Liberato Barroso apontava que a responsabilidade pela organização e implementação do ensino profissional caberia ao Estado, cuja ação deveria ser ampliada para subvencionar e recompensar aos que se dedicassem por concessão de pensões ou socorros aos alunos pobres trabalhadores. No entanto, admitia que essa forma de auxiliar os alunos pobres era precária, devido à “falta de iniciativa individual e de espírito de associação”. Essa ausência, então, justificaria a proteção do Estado como

Ihe cumpre, estes dous modos por que se manifesta e se desenvolve a liberdade humana, e nós conquistaremos o lugar, que a Providencia nos destinou no meio dos povos americanos. Se esses dous elementos do progresso moderno não podem dar-nos ainda todos os bellos resultados, que os outros paizes têm colhido, e por isto se torna necessária a intervenção mais directa e immediata do Estado. Não se perca de vista com tudo, que é sobre esse principio que se deve basear todo o desenvolvimento da indústria e da riqueza do paiz (BARROSO, [1867], 2005, p. 184).

Para o mesmo estudioso, o ensino profissional seria uma “consequência lógica e necessária”, sem o qual a agricultura e a indústria não poderiam realizar os “admiráveis

progressos⁸³, que fazem hoje [séc. XIX] a admiração dos povos civilizados” (BARROSO, [1867], 2005, p. 185). Além disso, seria abrangente, pois ensinaria “os conhecimentos especiais” necessários ao desenvolvimento do trabalho agrícola, industrial e comercial e, ainda, funcionaria como controle de possíveis sedições, pois dirigiria “as ideias do povo para as fontes do trabalho” (p. 179).

Segundo Schueler (1999), desde pelo menos a segunda metade do século XIX, o Estado

manifestava a intenção de promover a educação e, desse modo, interferir no cotidiano das famílias populares. Educar, no sentido de difundir valores morais e comportamentos, instruindo por meio da alfabetização e do ensino de ofícios artesanais ou agrícolas, seriam ações fundamentais para um Estado que necessitava manter hierarquias e distinções sociais em uma sociedade que implodia, tanto do ponto de vista de sua base - fim da escravidão - quanto em relação à grande complexidade social (SCHUELER, 1999, p. 20).

Portanto, a proposta de Liberato Barroso não é entendida como uma novidade, mas sim mais uma dentre outras que existiram⁸⁴. Essas proposições atribuíam a difusão da educação para o “povo” como pré-condição para que o país alcançasse progresso econômico e social. No final do século XIX e início do XX, São Paulo e Rio de Janeiro já ocupavam lugar de destaque quanto ao crescimento industrial.

Estas cidades ofereciam maiores mercados regionais para os produtos industrializados, assim como capital, trabalho, meios de transporte e relações de governo [...] Apesar do Rio de Janeiro continuar ainda por um bom tempo como a maior cidade e o maior mercado do país, São Paulo tomaria seu lugar como centro industrial mais importante por volta de 1920 (HAHNER, 1993, p. 95-96).

Esse conjunto de fenômenos de natureza social e econômica – distribuição geográfica das pessoas em situação de pobreza nas encostas do Rio de Janeiro; necessidade de proteção da criança desvalida; processo de industrialização em curso – pode ter contribuído para que o educador Carneiro Leão se manifestasse acerca dos problemas educacionais do país, por meio de conferência proferida em 1916, da seguinte forma:

Se a importância de um país se mede pela sua riqueza e se esta se assenta essencialmente sobre a produção, que remédio! Os povos

⁸³ Ao falar de progresso, O autor fazia referência às grandes exposições internacionais, “como lugares de festas das indústrias” (BARROSO, [1867] 2005, p. 185).

⁸⁴ Como exemplo Antonio Almeida de Oliveira, em seu trabalho intitulado “O ensino Público”, já referido no presente estudo.

inteligentes que fomentem essa capacidade se quiserem ser fortes. E que faz a nossa gente? Nada. Somos um paiz agrícola e a excepção do café e da borracha, e ainda esta ultima exclusivamente extractiva e sujeita a exploração de aventureiros e imprevidentes, tudo o mais quase não dá para consumo interno. Vive-se ainda a falar constantemente em convênios, em protecção, porque quase não temos indústrias que se arrime em si mesma, ou pelo menos, que não aspire escorar-se em alguma outra cousa. Aqui a imprevidência e, muitas vezes, a algumas outras razões que prefiro não dizer (CARNEIRO LEÃO, 1916, p. 69-70).

Nesses termos, Carneiro Leão (1916) atribuía o parco desenvolvimento das indústrias brasileiras à teimosia nos processos anacrônicos e retrógados, à ignorância dos progressos nas indústrias existente à época, como aquelas de beneficiar grãos e borracha, o que, em boa parte, contribuía para a evidente penúria agrícola do país. Nessa perspectiva, o educador defendia que “aprendemos, desde os tempos coloniais, a importar”. Então, o que se precisava era compreender que a grandeza da civilização repousava sobre a capacidade industrial e técnica, sendo que todos os povos latinos deveriam se educar para isto (CARNEIRO LEÃO, 1916, p. 73). Portanto,

a educação, principalmente a industrial, que faz a prosperidade desses povos. Nesse sentido, eduquemos também a nossa gente. Acabemos com o analfabetismo. Mas não é tudo. Façamos um pouco de ensino prático ao lado de nossas tendências theoreticas e gosto clássico. Diffundamos o ensino manual nas escolas primárias para despertar o gosto pelo trabalho productivo, o desejo de iniciativa, o amor da afirmação individual, a ancia do esforço próprio. Em seguida criemos escolas professionaes para tudo. A principio será um tanto difficil, mas depois tudo se facilitará (CARNEIRO LEÃO, 1916, p. 74).

Deve-se considerar que, segundo Silva (2006), Carneiro Leão não questionava o modelo social existente, e sim sua organização, pois acreditava que a educação seria fundamental para isso, já que contribuía para “igualar” os homens, tornando-os cidadãos da República.

1.5 Transformações físicas e pedagógicas no IPJA

No IPJA, o projeto reformista elaborado por Pereira Passos, em 1902, autorizou a instalação de aparelhos para o fornecimento de luz e força elétricas com vistas à energia destinada aos motores da respectiva oficina. Em maio de 1903, a luz elétrica foi instalada para iluminação geral dos edifícios que formavam o conjunto arquitetônico do

IPJA. Devido aos casos de peste bubônica⁸⁵ que aconteceram no estabelecimento naquele mesmo ano, o prefeito Pereira Passos autorizou, também, a pintura geral do conjunto de edifícios, reforma nos aparelhos sanitários, melhor canalização d'água, etc. (BRAGA, 1925, p. 77-78).

Em mensagem ao Conselho Municipal no ano de 1905, Pereira Passos prestava contas dos melhoramentos materiais pelos quais o IPJA passara e alegava que “outros se devem ainda realizar, como complemento de reformas que se tem de fazer ali, para adaptal-o completamente á sua função educativa industrial” (MENSAGEM, 1905, p. 106).

A instalação da energia elétrica, provavelmente, seria facilitadora da implementação da “função educativa industrial” no IPJA, segundo proposta de Pereira Passos. Inclusive, há indícios de que houve um movimento nessa direção, pois, em 1909, os representantes da “Guinle & Cia” escreveram ao Prefeito do Distrito Federal, através de carta datada de 24 de maio de 1910, relatando o seguinte:

Guinle & Cia. tendo fornecido materiaes electricos ao Instituto Profissional [João Alfredo], nas importancias de oito contos quatrocentos e setenta e tres mil réis (8.473\$000) [Quadro 4], dois contos cento e setenta e sete mil réis (2.177\$000) [Quadro 5], nove contos novecentos e trinta e quatro mil réis (9.934\$000) [Quadro 6] e cinco contos setecentos e cincoenta e cinco mil e seiscentos réis (5.755\$600) [quadro 7] ou no total de vinte e seis contos tresentos e trinta e nove mil e seiscentos réis (26.339\$600) no exercicio de 1909, materiaes estes que para a sua entrega demandou de longo prazo; apresentaram as contas destes fornecimentos no corrente exercicio, datadas porem de Novembro e Dezembro de 1909, pelo motivo acima exposto, independente de sua vontade, acham-se os Supplicants até a presente data sem o pagamento das referidas importancias, por isso vêm respeitosaente solicitar de V. Exa. o respectivo pagamento. Nestes termos, pede deferimento.
Ass. Guinle & Cia.
(Fonte: códice 38.4.3. Documentação avulsa. AGCRJ).

Sinais de que as ações pedagógicas do IPJA integravam o movimento de remodelação urbana e do processo de industrialização da cidade do Rio de Janeiro são

⁸⁵ No início do século XX “as principais epidemias combatidas pelos órgãos públicos foram: a Febre Amarela, a Variola e a Peste Bubônica. As características fundamentais que facilitaram a chegada da peste à cidade e sua posterior disseminação foram: crescimento populacional e intensa atividade comercial, aliados a uma precária estrutura de armazenamento de alimentos, saneamento e esgoto, que, ao proverem esconderijos e alimentos fartos para os ratos, facilitaram o crescimento de sua população, que se espalhava pela cidade”. SOUZA, Vagner Pereira de, PIVA, Teresa de Carvalho. **A Peste Bubônica no Rio de Janeiro e o Instituto Soroterápico Federal**, s/d., p. 702.

Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Vagner%20Souza.pdf> Acesso em 02 de agosto de 2012.

perceptíveis na lista dos diversos materiais transcritos no quadro 4 até o 7. Tais materiais foram importados de Nova York, Estados Unidos da América, por “Guinle e Cia”, para serem utilizados na formação prática não só de eletricitistas, mas também de carpinteiros, ferreiros e torneiros mecânicos.

Quadro 4 – Materiais e aquisições para o IPJA– 6 de novembro de 1909 – Vindos de Nova York pelo vapor “Tapajós”.

Guinle & Cia			
Conforme orçamento n.º 2.367 de 20 de agosto último em carta de 1º de setembro do corrente ano [1909]			
Caixas	Conteúdo	Valor unitário	Total
20	20 Motores de 2 cavalos de força cada um ⁸⁶	219,000	4.380\$000
3	3 Motores de 3 cavalos de força ⁸⁷	255,000	765\$000
1	1 Motor de ½ cavalo de força ⁸⁸	---	268\$000
17	17 Motores de 1 cavalo de força ⁸⁹	180,000	3.060\$000
2	24 Bases para os motores de 2,3 e de ½ cavalos	----	----(sic)
17	17 Bases para os motores de 1 cavalo de força	----	----(sic)
Importa essa conta em: Oito contos de reis e setenta e três mil reis Rio de Janeiro, 06 de novembro de 1909. Ass. [ilegível]			8.473\$000

Fonte: Códice 38-4-3 (AGCRJ).

Quadro 5– Materiais e aquisições para o IPJA – 06 de dezembro de 1909 – Vindos de Nova York pelo vapor “Delmirão”.

Guinle & Cia			
Conforme orçamento n.º 2.367 de 20 de agosto de 1909			
Caixas	Conteúdo	Valor unitário	Total
1	1 Aparelho para afiar serras circulares	227.000	227.000
	1 Máquina automática de afiar e travar serras de fita UL	395.000	395.000
	1 Serra circular combinada com Tupia [...]	815.000	815.000
	1 Martelo Mecanico	740.000	740.000
TOTAL			2:177\$000
Importa esta nota em: Dois contos, cento e setenta e sete mil reis –			2:177\$000
Confere em qualidade e quantidade em 14 de março de 1910, conforme orçamento de 1909.			

Fonte: Códice 38-4-3 (AGCRJ).

Quadro 6- Materiais e aquisições para o IPJA – 06 de dezembro de 1909 – Vindos de Nova York pelo vapor “Delmirão”.

Caixas	Conteúdo	Valor unitário	Total
25	25 Motores de 1 cavalo de força cada um ⁹⁰	180.000	4.500,000
25	Bases para 25 motores de 1 cavalo de força	---	---
4	14 Interruptores automáticos ⁹¹	89.000	1.246,000
4	1 Tupia ⁹² combinada com fresa completa e com		1.070,000

⁸⁶ “Fazendo 1500 rotações por minuto para 50 ciclos, 200 volts, triphasicos”

⁸⁷ “Fazendo 1500 rotações por minuto, triphasicos”

⁸⁸ “Fazendo 1500 rotações por minuto para 50 ciclos, 200 volts, triphasico”

⁸⁹ “Fazendo 1500 rotações por minuto para 50 ciclos, 200 volts”

⁹⁰ “Fazendo 1500 rotações por minuto”

⁹¹ “Tripolares para 200volts, 30 amperes”.

	intermediária		
	1 aparelho para fazer malhetes e canelar		492.000
	1 máquina de aplainar madeiras		703.000
1	1 máquina para fazer roscas em parafusos ⁹³		690.000
1	Caixas de tarraxas		137.000
1	1 máquina de afiar brocas e outras ferramentas		580.000
1	1 jogo de brocas de 1/16 a 1/2 da Cleveland & Cia		39.000
	1 coleção de brocas n.º 80 e do n.º 1 ao 60		18.500
	1 calibre para brocas americanas		1.500
1	Jogo de ferramentas para dois aprendizes de fundidor		51.000
	2 Micrometros L.S. Starrett	25.000	50.000
TOTAL			9:934\$000
Importa esta nota em: Nove contos, novecentos e trinta e quatro mil reis –			9:934\$000
Confere em qualidade e quantidade em 14 de março de 1910, conforme orçamento de 1909.			

Fonte: Códice 38-4-3 (AGCRJ).

Quadro 7 – Materiais e aquisições para o IPJA – 31 de dezembro de 1909 – Vindos de Nova York pelo vapor “Delmirão”

Guinle & Cia			
Conforme nosso orçamento n.º 2.367 de 20 de agosto de 1909.			
Caixas	Conteúdo	Valor unitário	Total
1	1 Frese horizontal completo e com intermediário	---	980.000
	1 Forno patente para fundição de metal, completo: com ventilador e motor para fundir 70 kilos	---	1.010.000
	1 Máquina de furar rápido n.1 completa	---	470.000
	Nível e transferidor	---	4.400
	Jogos de freses para máquina horizontal	---	270.000
	Jogo de ferramentas para roscas automaticamente	---	132.000
	Jogo de ferramentas para alisar de 1/16; 1/8; 3/16; 1/4; 5/16; 3/8; 3/4	---	41.000

	Desemperro de precisão de 500x400mm	---	96.000
	Jogo de rosetas para o touro mecânico	---	67.000
	Roseta de Ferreiro	---	21.000
	Régua de calculo	---	5.200
	Máquina revolver	---	880.000
		1 Máquina de cortar à frio e ponçar ⁹⁴	---
	1 Máquina para virar ferro em chapa T e cantoneiras em V, etc	---	152.000
	2 Touros mecânicos completos	580.000	1.160.000
TOTAL			5.755\$600
Importa esta nota em: Cinco contos, setecentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reis – 5.755.600. Confere em qualidade e quantidade em 14 de março de 1910.			

Fonte: Códice 38-4-3 (AGCRJ).

⁹² Fabricada por “J.A. Fay & Egan Cia”. Máquina que emoldura madeiras. Seu funcionamento pode ser manualmente ou por energia elétrica

⁹³ Máquina completa com cortadores para 1/4”-5/16”- 3/8”- 7/16”- 1/2”- 5/8”- 3/4”- 7/8” 1”- 1/8”- 1/4”- 13/8”- 10/2” completa, com intermediário, fabricada por Wiley & Russel [ilegível] Cia.

⁹⁴ Ponçar – definição – Técnica utilizada na gravura que consiste em esfregar e alisar a pedra litográfica, com pedra-pome ou um ponçador, com o objetivo de prepará-la para a gravação ou retirar uma imagem já gravada em sua superfície anteriormente. Também usada para eliminar irregularidades nas chapas de cobre que serão gravadas. Fonte: www.Itaucultural.org.br. Acesso em setembro de 2012.

Com essa aquisição, num preço total de 26.339\$600 contos, pelo qual autorizou o prefeito o fornecimento, foram instaladas sete máquinas, “com as suas competentes instalações electricas [...],bem como a installação de outras nove machinas na officina de electricidade; completou-se também a nova installação da luz electrica nos dormitórios e varandas [...] (BRAGA, 1925, p. 87).

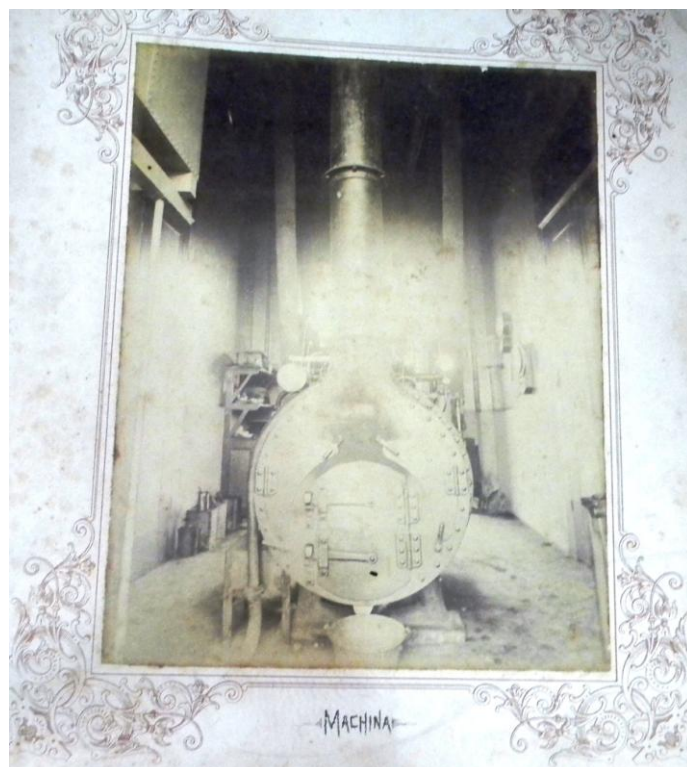


Figura 4 – Fotografia da “máquina” Fotógrafo: Augusto Malta, 1915
Acervo do CEJA

Na fotografia retratada na figura 4, temos um exemplo da ênfase em tecnologias pela divulgação de máquinas modernas localizadas nas dependências no IPJA.

Já na gestão do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), a nova organização e o controle do uso dos espaços urbanos produziram outras alterações físicas em todo o conjunto arquitetônico do IPJA. Entre as mudanças, destaca-se a incorporação problemática da instituição de mendicidade, isto é, do Asylo de São Francisco Assis⁹⁵.

Acerca disso, Carlos Sampaio relatara ao Conselho Municipal que a

⁹⁵ O Asilo de São Francisco de Assis, antigo Asilo de Mendicidade, foi inaugurado por D. Pedro II em 10 de julho de 1879. Era Ministro da Justiça e Chefe de Polícia o Desembargador Titto Mattos. A alteração do nome do Asilo aconteceu após sua transferência para a prefeitura, ocorrida em 20 de setembro de 1892. (...) A União retomou o imóvel em 12 de dezembro de 1920 e promoveu reformas e adaptações

a feliz instalação do Asylo de S. Francisco de Assis, no Boulevard 28 de Setembro é, a meu ver, um melhoramento apreciavel porque aproveita uma parte do enorme edificio do Instituto [Profissional] João Alfredo, com vantagens de toda especie para os asylados [...] Com a mudança do Asylo de S. Francisco de Assis para a parte posterior do edificio do Instituto João Alfredo, tornou-se necessario construir novos pavilhões para as officinas de mecanica, electro-technica, trabalhos de madeira, funileiro e correiro, officinas estas que entraram a trabalhar em 1921. Foi feita uma instalação para abundante abastecimento d'agua, accionada por bombas electricas, tendo-se construido duas piscinas, compartimentos sanitarios e lavanderia mecanica. Procedeu-se á pintura geral de todas as dependencias do estabelecimento e foi construido um predio isolado, para sede da enfermaria e consultorios medico e odontologico. Construiu-se tambem, proximo ás officinas, um amplo telheiro, para abrigo dos alumnos na hora do recreio. Está sendo construido mais um pavilhão e melhorado o de machinas, destinando-se aquella á secção industrial de fabricação de calçados (Fonte: MENSAGEM, 1º. de junho, 1922, p. 85).

O Asylo de São Francisco passou, então, a ocupar uma parte do conjunto de prédios do IPJA. Essa perda de espaço promoveu tensões nas ações pedagógicas da instituição, conforme palavras de Braga, diretor interino em 1924.

A mudança do Asylo de S. Francisco de Assis para a maior e melhor metade do edificio de propriedade deste Instituto, houve tal pressa e negligencia nesse trabalho mal feito de adaptação, que se não cogitou das devidas instalações das diferentes dependências deste estabelecimento de instrução e de educação, deslocadas e atiradas, desse modo, onde á primeira vista parecia mais conveniente a pressa de mudar do que ás prementes necessidades e ao valor de cada uma dellas. Acresce, mais que o autor do projecto desses pardieiros (porque outra cousa não são elles) esqueceu-se, certamente, de que construía para um estabelecimento que interna cerca de 400 crianças irriquetas e irresponsáveis. Assim é que as paredes das officinas não chegam inteiramente até ao telhado, de sorte que deixam um largo, por onde, com relativa facilidade, escapando à vigilância do inspector (o que não é difícil) conseguem penetrar nas officinas em horas do seu não funcionamento. Demais falta-lhes o mais rudimentar conforto: não há água e nem reservadas, não há um recanto privado aos mestres, nada: apenas quatro paredes mal cobertas e cujas instalações, para força electrica motora, oferece, por mal feita, imminente perigo. (BRAGA, 1925, p. 172).

Pelo exposto, observa-se que o IPJA fora representado ora com a marca do retrocesso devido ao agravamento da aprendizagem nas oficinas pela perda de seus

para transformá-lo em Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Publica. Inaugurado em 7 de novembro de 1922, com o nome de Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA), no governo do presidente Epitácio Pessoa. (GOMES, 1996). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/hefranc.pdf>. Acesso em: agosto de 2012.

espaços anteriores, ora pela marca do progresso representado pela importação de vários materiais e maquinários, pois a força e luz elétricas, naquele momento, eram uma das condições para que o IPJA aprimorasse sua função educativa industrial.

Outra condição dizia respeito à reformulação das normas regulamentadoras do ensino profissional que, em tese, deveriam atender às necessidades das novas condições socioeconômicas da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, as autoridades constituídas passaram a debater quais saberes seriam necessários a essa modalidade de ensino, bem como qual o público a ele destinado. Essa reflexão é tema do próximo capítulo deste estudo.

Capítulo 2

Ensino Profissional e assistência ao menor

As questões relativas à associação entre ensino profissional e assistência ao menor foram recorrentes nas primeiras décadas republicanas e, portanto, no contexto do surgimento do IPJA. Nesse sentido, neste capítulo analiso um conjunto de três documentos que busca exemplificar as prováveis tensões entre o ensino profissional e a assistência à criança desvalida. Realizo outros dois investimentos: abordo a concepção de educação integral como questão de análise devido à referência das dimensões intelectuais, morais e físicas na normatização do IPJA; e apresento as características das séries metódicas, método de aprendizagem elaborado pelo engenheiro Russo Della Vos, e sua adoção nas escolas profissionais do Distrito Federal.

2.1. Noções de assistência e de profissionalização: faces complementares

O homem que aprende a arte pela arte, é um homem moralizado. Seu ideal é a sua arte, sua aspiração é ser grande, notável, útil a seus semelhantes. Uma nação composta por homens d'estes é uma nação notável, forte e respeitada, porque a nação é um todo; e se suas partes forem sãs, o todo também o será (VIEIRA, 1919, p. 8).

No debate sobre a profissionalização das crianças pobres, temos que o professor João José Rodrigues Vieira⁹⁶, proprietário de uma escola rural, não reconhecia os institutos profissionais mantidos pela municipalidade como espaços próprios para formação profissional. Inclusive, esse professor encaminhou ao Conselho Municipal, em 1897, proposta para transformar a escola de sua propriedade em uma escola primária profissional. Para tanto, o referido docente produziu um memorial, no qual, em certo momento, afirmava que

a escola primária profissional pensada por mim difere dos institutos profissionaes que temos e que estão fora do caso; porque a natureza d'esses estabelecimentos é antes de casas de caridade, do que de escholas de educação. Os alumnos que entram para uma eschola profissional são considerados operários, e com todas as obrigações de operários. Pieguices, faceirices, deixam-n'as á porta da eschola. Elles entram para se habituarem a serem homens, e como pequenos homens devem ser tratados (VIEIRA, 1919. p. 28).

⁹⁶ Não localizei ano de nascimento e morte do professor João José Roderigues Vieira.

Como estratégia de convencimento, utilizou a própria experiência e argumentou nos seguintes termos:

Sou professor e conheço o poder da escola, sei os meios de tirar proveito d'esta instituição; amo minha pátria e tenho o desejo de tornar-me útil ao meu país. Eis a razão porque venho insistir no pedido de transformação de minha escola em uma escola profissional. Quer as escolas profissionais sejam agrícolas, ou de Artes, são utilíssimas e indispensáveis, e no meu entender, todas as nossas escolas deveriam ter esse caráter, porque são as únicas que se prestam à educação do povo. A escola sem aplicação tem os seus dias contados, e se ainda existem é pela simples razão de se não ter achado um plano, que possa servir de base e não acarrete pesados onus para as municipalidades que não o podem suportar. A escola primária profissional tem por fim preparar o caráter do cidadão, torná-lo audacioso em suas empresas, independente e útil. Em um país como o nosso, onde abundam os meios de actividade, temos uma população molle, sem energia, incapaz de empreendimentos; sua única aspiração é o emprego público (VIEIRA, 1919, p. 4).

Apesar desse seu empenho, a comissão encarregada indeferiu o pedido de autorização de funcionamento da referida escola e, apenas vinte e dois anos depois, (1919) o professor teve sua proposta aprovada. No entanto, o mestre já não contava com recursos financeiros disponíveis, tendo que desistir de tal pretensão.

Em outro documento, a ênfase na assistência pela profissionalização vem do poder público. Como já mencionado, para reorganizar as bases principais do ensino profissional do Distrito Federal, o diretor Geral da Instrução Pública, em 1919, Raul Leitão da Cunha (1847-1947), organizou uma Comissão que deveria executar o estudo, considerando os seguintes procedimentos: a) por meio de inspeção pessoal às escolas e institutos profissionais; b) por meio de visitas: os diretores e professores do ensino profissional deveriam sistematizar as informações ou, ainda, informá-las oralmente; c) através da indagação das frequências e resultados; d) manifestação da comissão por meio de votos escritos por seus membros (COMISSÃO, 1919, p. 3-4). O trabalho da Comissão foi justificado por quatro motivos:

1º. O Estado, no ensino, tem uma função educadora e só secundariamente profissional. O curso das oficinas, criando uma **adaptabilidade** para a indústria deve entrar no seu schema educativo, por necessidade integradora dessa educação [...].

2º. a comissão transigiria com um ensino exclusivamente profissional, se a um exame ella não encontrasse fundamentalmente as Artes mecanicas, isto é, a utilização constante do conhecimento dos trabalhos de construcção em madeira, metal e massa plastica. Dhai a commissão convenceu-se de que o operário formado de tal sorte que

tenha perfeitamente esse conhecimento, servirá de modo mais eficaz e mais completo à industria e com a capacidade a mais de adaptação facil em qualquer sub-departamento da industria; [...]

3°. todos os diretores ouvidos um só se manifestou adepto do ensino especializado por offício. O do Instituto João Alfredo. De outro lado a maioria deles opina pelo ensino desespecializado

4°.Nesses ultimos tres ou quatro annos, só a orientacção que desespecializou o ensino tem fornecido elementos para a industria; que esses elementos, elaborados por essa orientação, revelaram boas qualidades technicas e uma progressão de salários maior do que os aprendizes formados no seio da industria, ao mesmo tempo em que houve uma procura, por meio de cartas, desses elementos, por parte dos industriaes, depois de experimentarem a capacidade dos primeiros que tiveram empregados nos seus trabalhos [...](COMISSÃO, 1919, p.6. Grifos do original).

Em relação ao aspecto social, a Comissão entendeu que as causas da baixa frequência ao ensino profissional masculino deviam-se ao fato de estarem diretamente relacionadas ao “nosso preconceito que o vê como um índice de depreciação social, fazendo procurarem a escola profissional só aqueles que não podem tentar outro meio de educação” (COMISSÃO, 1919, p. 5).

Ainda de acordo com o entendimento da Comissão, na escola que não visava, estritamente, a “fazer operários”, a concorrência pela matrícula era maior. Para esses profissionais, a solução do problema do estigma seria resolvido por meio de uma escola aberta a toda a mocidade, preparando-a para o campo abandonado das atividades industriais e comerciais. Nessa linha de raciocínio, “o Estado que educa, no cumprimento desse dever, tem por escopo máximo formar cidadãos” (COMISSÃO, 1919, p. 5). Em face disso, o Estado

não pode nem tem o direito de manter escolas que, por todos os meios, forcem negativamente a expressão qualitativa de sua frequencia e, o peor é, tratando-se do nosso meio, para destinar os seus alumnos a um padrão de atividades sociaes que o nosso preconceito deprime.[...] (COMISSÃO, 1919, p. 5).

Quanto à questão econômica, os integrantes da Comissão consideraram que a indústria, naquele momento, encontrava-se completamente mecanizada e, dessa forma, quase já não havia propriamente ofícios. A propósito, ao discutir a divisão de trabalho, afirmava que

cabe a cada operário uma função mínima do trabalho de conjuncto, transformando-o numa machina humana cuja funcção se limita a um

reduzido numero de gestos [...] essa consideração affasta qualquer possibilidade racional de especialização por officio (COMISSÃO,1919, p. 45).

Contudo, na elaboração das bases para o ensino profissional, recomendou que não poderia ser esquecida a individualidade do operário e a escola,

longe de fadal-lo [o operário] enexoravelmente a um destino economico, o que aconteceria fechando-o numa especilisação, a Escola profissional deve dar-lhe uma educação technica geral basica, que lhe permita a maior liberdade de evolução economica e um acesso facil aos vários postos industriaes. Não se trata de formar premeditadamente operários, mas de proporcionar uma educação integrada nos elementos fundamentaes que garantem, hoje, o exito individual. Ora, como a industria é um dos grandes campos desse exito, a officina entrou nesse schema educativo (COMISSÃO, 1919, p. 46).

Em face dessa realidade, considerando que a escola não poderia formar todos os técnicos necessários à indústria, a Comissão defendeu a tese de que a Escola profissional deveria dar preferência à formação voltada para as artes mecânicas⁹⁷. Nesse sentido, para o ensino profissional masculino, adotou o princípio da “Propedeutica Technica”⁹⁸. Por esse princípio, criou o curso geral de trabalhos em madeira, metal e massa plástica, além de oficinas de trabalhos de madeira, de modelagem, de fundição e de ferreiro, de máquinas motores e eletricidade, ou seja, uma escola de artes mecânicas, de frequência rotativa e obrigatória, durante três anos. Concomitantemente, deveriam ser ministradas matérias que fossem “dignas do ensino profissional”, com capacidade para desenvolver a compreensão do trabalho industrial, “a fim de produzir bons technicos”. Assim, de acordo com a Comissão, as aulas deveriam abranger os cursos de

Desenho; Modelagem; Matematica; Phisica; Chimica; Portuguez; Higyene e educação physica; Direito usual; Thecnologia. Esta ultima cadeira proverá ás dificuldades de exposição por parte da mestrança

⁹⁷ Segundo o engenheiro Roberto Mange (1924), os ofícios ligados diretamente à mecânica eram os seguintes:1. Mecânicos ajustadores, serralheiros e montadores; 2. Torneiros, aplainadores, fresadores, furadores; 3. Caldeiros, ferreiros, soldadores; 4. Fundidores, moldadores, forneiros; 5. Modeladores mecânicos. MANGE, Roberto. Escolas Profissionais Mecânicas. In: **Revista Polytechnica**, São Paulo. N. 77, p. 439 a 442, out/Nov. 1924 (*Apud*, MORAES, 2003, p. 390).

⁹⁸ A Comissão elaborou propostas somente para o ensino profissional masculino, informando que, para o ensino profissional feminino, fora adotado o princípio da “Propedeutica Doméstica”, também obrigatório, em paralelo com a aprendizagem da profissão adotada. Esclareceu que essa modalidade de ensino, para as meninas, seria tratada em outro momento (COMISSÃO, 1919, p. 5).

actual e abrangerá, além da analyse racional das ferramentas e machinas e, de um estudo de materias primas, na sua constituição e nas suas origens, procedencias de exportação e etc.; resumo das histórias das industrias, que seria dado á proporção de que se tivesse de tratar de cada machina ou ferramenta (COMISSÃO, 1919, p. 46).

Já a questão do tempo escolar, ficaria resolvida da seguinte forma:

Convem manter o espaço de tempo entre oito e desesseis horas, isto é, sete horas de trabalho por dia com uma de descanso, intercalada, dando quatro para as oficinas e tres para as aulas. Do segundo ano em diante ir aumentando o numero de horas de officina, podendo elevar o total de horas de trabalho, até oito ou nove, favorecendo-se o mais possivel, com o aumento, o trabalho das officinas (COMISSÃO, 1919, p. 48).

Em relação à matrícula, a Comissão afirmou que seria necessário conhecimento prévio – certificado de conclusão do curso médio escolar primário ou exame equivalente – para os alunos candidatos à matrícula no ensino profissional. O curioso é que os regulamentos do IPJA, anteriores ao trabalho da Comissão, já previam essa exigência.

Ao avaliar os resultados das ações pedagógicas do IPJA, a Comissão informou que

Embora nestes ultimos annos não tenha fornecido operários para a industria (pelo menos de 1915 para cá), sabe-se que anteriormente conseguiu esse resultado, mau grado faltem documentos que tragam á commissão o melhor dos subsidios que seria saber se os seus ex-alumnos, nas officinas são melhores operários do que os não oriundos de escola profissional, se progridem em salários, mais do que os outros, enfim, se revelam taes qualidades de superioridade que justifiquem as despezas que o Estado faz para formar operários especializados, o que a officina particular também faz, sem custar um ceutil de sacrificio aos cofres públicos (COMISSÃO, 1919, p. 50).

O tom da crítica à especialização por ofício que acontecia no IPJA, segundo relatório da Comissão, teria reforçado a decisão contrária a esse tipo de especialização. Dessa forma, concluiu que

durante esses últimos anos, só uma orientação tem dado resultados, exactamente aquella que não tem visado formar operarios desta ou daquella entre as multiplas subdivisões da industria, mas dar aos alumnos uma **educação tecnica geral** que lhes permita adaptarem-se á profissão de sua escolha (COMISSÃO, 1919, p. 51. Grifos meus).

A opinião do Diretor do IPJA, Alfredo de Azevedo Magioli, a respeito do trabalho da Comissão, nos permitiu observar que, em seu entendimento, a dupla função

daquela instituição de ensino profissional – asilar/escolar – a diferenciava das demais escolas de ensino profissional da Capital. Essa diferenciação justificaria as críticas de Alfredo de Azevedo Magioli (1919) voltadas à desespecialização do ensino profissional defendida pela Comissão de 1919, como já mencionado.

Embora contrário à posição da Comissão, pelo menos em relação ao estabelecimento que dirigia, Magioli não se negou a contribuir para o trabalho desenvolvido pelo grupo. Nessa direção, reconhecia que o ensino de desenho seria uma das bases da educação artística.

Penso que seu ensino [desenho] deva constituir uma seria preocupação das autoridades. Não tendo a competência precisa para propor um ensino proveitoso, julgo, entretanto, que o ensino de desenho, deva constituir um curso de quatro ou cinco annos, separado do curso de lettras, sem dependencia da seriação deste, devendo haver dois annos de desenho geométrico e mais dois ou tres annos de desenho industrial.

Ha, provavelmente, muitas lacunas nas ideias expendidas; mas as detalhadas são o sufficientes, penso, para, uma vez realizadas, darem resultados.

Instituto profissional João Alfredo, 28 de fevereiro de 1919. Dr. Alfredo Magioli (MAGIOLI, 1919, *apud*, COMISSÃO, 1919, p.88).

A importância do ensino de desenho para o ensino profissional, entre outras questões, marcou presença no terceiro e no último documento desse conjunto: o Inquérito de 1926, que apresento a seguir.

2.2. O Inquérito de 1926: ensino profissionalizante

O Inquérito de 1926 não se trata de assistência pela profissionalização, mas, especificamente, de ensino profissionalizante. Nesses termos, resultou de um trabalho coletivo coordenado pelo educador Fernando de Azevedo e financiado pelo jornal “O Estado de São Paulo”, que “foi um órgão de imprensa que interferiu nos rumos da educação pública em inúmeras vezes (FREITAS & BICAS, 2009, p. 43).

Embora tenha sido uma pesquisa voltada para inquirir os problemas educacionais de São Paulo, o referido Inquérito despertou o nosso interesse por dois motivos: primeiro, por configurar uma oportunidade de observar as considerações feitas por Theodoro Braga, um dos entrevistados e ex-diretor do IPJA; segundo, por verificar possíveis aproximações entre o Inquérito e a Reforma do Ensino do Distrito Federal promovida por Fernando de Azevedo, dois anos depois, que incluiu o IPJA como parte

integrante das instituições que compunham a “assistência social escolar”, como será demonstrado adiante.

Ressalta-se que o Inquérito de 1926 já foi objeto de vários estudos, como em Soares (1978) e Cunha (2005). Em termos específicos, segundo Cunha (2005, p. 218), o trabalho de Fernando de Azevedo durou quatro meses e constou da elaboração de um diagnóstico/projeto sobre os problemas do ensino, em todos os níveis e modalidades. Esse estudo foi enviado, pelo seu próprio autor, a personalidades do Estado de São Paulo, de alguma forma, ligadas ao problema do ensino, com questionários indagando suas opiniões sobre o ensino técnico e profissional. O educador utilizou, como critérios de escolha dos entrevistados, a experiência profissional de cada um.

Mostra à evidência o empenho que nos dominou de dar um caráter imparcial e objetivo a essa larga investigação sobre as instituições escolares. Não era um grupo de renovadores sectários que procuramos ouvir. De todos que foram consultados não havia senão dois ou três tipos de reformadores que tomaram francamente posição em favor de uma nova política nacional de educação. A maior parte deles era profissionais experimentados. Nenhum porém, então se debruçou, para contemplá-las enlevado, sobre as instituições escolares, que todos conheciam mais perto e das quais podiam falar, por sua experiência no magistério, com uma autoridade incontestável (AZEVEDO, 1937, p. 26).

Sobre os questionários formulados por Azevedo, apesar de serem longos, optamos por sua transcrição integral devido à relevância para o nosso estudo. Vejamos as perguntas apresentadas aos informantes:

1.Qual a sua opinião sobre o nosso ensino técnico e profissional? Tanto na sua organização, nos seus fins e na formação científica do seu pessoal docente, como no seu acanhado desenvolvimento, não está ele longe de corresponder às nossas necessidades técnicas, industriais, agrícolas e sociais?

2.Que têm feito e que podem fazer as nossas escolas profissionais para desempenhar a função que lhes cabe, de aparelhar o elemento nacional para as atividades técnicas e de exercer a ação social e econômica, incentivando e protegendo o trabalho agrícola e as indústrias locais ?

3.Não acha que as nossas escolas profissionais, vivendo parasitariamente do erário público, deveriam ser organizadas sob o duplo princípio do “self-supporting” (a produção industrial para escolas) e de adaptação às necessidades do trabalho agrícola ou industrial das regiões onde se instalaram ?

4.Qual a verdadeira finalidade do ensino profissional para mulheres e do ensino profissional para homens, e qual o melhor plano especialmente adequado à finalidade procurada em escolas profissionais, masculina e feminina?

5. Não é necessário, para lhe dar finalidade moderna dentro dos novos ideais sociais, renovar o sistema de educação profissional, baseando-o sobre o “exercício normal do trabalho em cooperação” e dos trabalhos de caráter social, segundo o método Dewey ?

6. Na importação de sistemas educativos, como “slojd” com suas variantes e seus derivados, e de sistemas técnicos e artísticos como o Della Voss, com seu derivado Eddy, tem-se procurado, em nossas escolas profissionais, adaptá-los, com modificações originais, às condições particulares do meio para que se transportaram?

7. Que se tem feito de eficaz para disseminar intensamente desde a escola primária e adaptar à índole e aos costumes do povo e aos materiais particulares do meio, o trabalho manual e o desenho, como elementos básicos de educação profissional ?

8. Já não é tempo, — para **se lançar em bases sólidas** o ensino técnico e profissional, — de se tentar uma reforma radical do desenho em todas nossas escolas, segundo a sugestão de Rui Barbosa:

- a) semeando o desenho imperativamente em todas as escolas primárias;
- b) abrindo-lhes escolas especiais;
- c) fundando para os operários escolas noturnas — deste gênero;
- d) assegurando-lhe vasto espaço no programa das escolas normais;
- e) reconhecendo ao seu professorado a dignidade que lhe pertence no mais alto grau de escala docente;
- f) e reunindo toda essa organização num plano coeso mediante a instalação de uma escola superior de Artes Aplicadas?

9. Não lhe parece que se deve estender a obrigatoriedade do ensino técnico elementar e se deve impor, para os que não recebem uma educação superior, “uma educação técnica pós-escolar, obrigatória”, profissional para os homens (de 14 a 18 anos) e doméstica para mulheres (de 13 a 16) em escolas gratuitas de aperfeiçoamento (as “continuation schools”, na técnica inglesa) ?

10. Temos procurado de alguma forma valorizar o “elemento nacional” por meio de cursos e escolas técnicas especializadas (química industrial e agrícola, metalurgia, eletricidade, mecânica, etc.), que lhe abram novos horizontes econômicos, em concorrência vitoriosa com o estrangeiro e lhe dêem o gosto e a tendência das atividades técnicas?

11. Não acha que se deve instalar, na praia e à margem dos rios nas zonas mais próprias, escolas profissionais de pesca, aparelhadas de modernos instrumentos, para a instrução adequada de nossos pescadores e como um elemento à solução do problema da pesca marítima ou fluvial inteiramente descurado entre nós ?

12. Não reconhece que para a defesa e orientação científica da agricultura e transformação da indústria agrícola, temos de:

- a) atacar o problema da educação da população rural por meio de “escolas especiais” (escolas práticas; fazendas-escolas);

- b) instituir “escolas regionais”, secundárias, destinadas às necessidades específicas de cada região;
- c) estimular a iniciativa privada no ensino agrícola, como já existe quanto ao ensino comercial;
- d) criar e organizar “em sistema” estações agrônômicas e laboratório de pesquisas agrícolas;
- e) criar escolas de agricultura para o ensino técnico;
- f) e reorganizar, para lhe acentuar o caráter de instituto superior, a Escola Agrícola de Luis de Queirós ?

13.Sendo o problema básico a formação de pessoal docente de escolas técnicas, tratando-se sobretudo de matérias especiais não é falha gravíssima não termos ainda uma “escola tecnológica para mestres”, em que possam os candidatos a Magistério adquirir os conhecimentos técnicos em Artes industriais a par com a orientação pedagógica indispensável ao exercício de suas funções?

14.Já se pensou porventura entre nós em adotar nas escolas profissionais as “provas psicotécnicas” e em organizar-se ,como é necessário, um “Instituto de psicotécnica e de orientação Profissional”, para encaminhar à solução o problema de orientação e seleção profissional ?

15.Como constituir em São Paulo um grande foco diretor e irradiador de expansão de arte aplicada, servido de um laboratório de tecnologia e de um museu de documentação de arte industrial ?

16.Que pensa da organização de centros populares, noturnos, agrícolas e industriais para ministrar:

- a) rápido ensino técnico elementar;
- b) instrução prática em pequenas indústrias domésticas e locais,
- c) cultura geral por meio de projeções, demonstrações práticas e conferências;
- d) e para fomentar o “espírito cooperativo” entre alunos, por meio de associações produtoras para a exploração de indústrias aprendidas na escola?

17.Enfim, para se completar o sistema de educação profissional não julga necessário manterem-se institutos especiais, prepostos à educação de anormais, atrasados e refratários à instrução, e semelhantes às colônias de trabalho (*Arbei tslehrkolonie*)?
(AZEVEDO, 1937, p.240-249. As expressões entre aspas são do autor e os grifos são meus).

De acordo com Cunha (2005), o questionário supracitado foi respondido por seis pessoas:

Roberto Mange, Paulo Pestana, Navarro de Andrada, J. Mello Moraes, Theodoro Braga e Paim Vieira. Destes, três tinham atividades ligadas à agricultura e dois, à pintura e ao desenho. Apenas Roberto Mange tinha qualificação e experiência para ser informante qualificado em matéria de ensino profissional na área industrial e manufatureira (CUNHA, 2005, p. 219).

Se Cunha (2005) considerou apenas Roberto Mange com qualificação suficiente para opinar sobre a temática proposta no Inquérito, acrescento o depoimento de Theodoro Braga, uma vez que o mesmo foi professor de desenho e vice-diretor do IPJA, cujas considerações apresentarei a seguir.

No que se refere à escolha de Theodoro Braga, segundo Azevedo (1937)), o mesmo

fala com muito mais vigor do que sua palavra cuja autoridade, sobre o ensino de desenho e de Arte industrial, não provem apenas da obra que realizou. Tem ainda a prestigial-a, a amarga experiência pessoal que adquiriu sobre o ensino profissional do país, na direção de estabelecimentos escolares, dessa natureza (AZEVEDO, 1937, 238).

Num esforço de reflexão, observa-se que o depoimento de Theodoro Braga se ateve às questões que envolveram o ensino profissional das artes mecânicas para as escolas profissionais do Rio de Janeiro, conforme defesa da Comissão de 1919. A saber, das 17 perguntas constantes do Inquérito, Braga respondeu a nove⁹⁹.

Ao opinar sobre o ensino técnico e profissional, sua organização e seus fins, Braga considerou que o ensino profissional, “do qual vinha tratando desde muito tempo, era desorganizado e de insignificante desenvolvimento” (BRAGA, Apud AZEVEDO, 1937, p. 239). Tal fato era justificado pelo entrevistado por quatro motivos: 1) devido às “inúmeras reformas e contra-reformas empreendidas pelo governo e a falta de formação técnica do corpo docente”; 2) o corpo docente sem preparo técnico, sendo o caso mais grave o dos mestres de oficinas, cujos saberes advinham do empirismo, sem ao menos possuírem conhecimentos rudimentares das matérias que constituem seu ofício (p. 239); 3) ausência de pesquisas nas escolas profissionais, cujos resultados de seus trabalhos eram desconhecidos. Acerca desta circunstância, Braga indagava: quantos são os alunos que “têm vivido e vivem à custa das profissões aprendidas? E dos que, na maioria, têm procurado, na burocracia seu ‘modus vivendi’, renegando assim o officio que mal aprenderam? (p. 240); 4) a necessidade da aproximação entre a escola e a vida. Em resumo,

já é tempo de se formar e aperfeiçoar o operário brasileiro; aducal-o afim de que um dia a sua intelligencia esteja dentro de sua obra e esta represente alguma coisa de sua pátria. A escola profissional deverá ser uma officina de vida intensa e de orientação moderna; forja onde se temperem a alma, o cérebro e o corpo, resultando de uma sucessão de

⁹⁹ Perguntas 1; 2; 3; 4; 7; 8; 9;13 e 15. Não foi possível saber se foi opção do entrevistado responder às perguntas enumeradas acima.

constantemente esforços um desenvolvimento tal que possa plenamente corresponder às nossas necessidades técnicas, industriais, agrícolas e sociais. Como está atualmente, sem unidade e sem orientação, não é mais do que um duplo e inútil despendio de dinheiro e de esforços. (BRAGA, *Apud AZEVEDO*, 1937, p. 240).

Ao responder à pergunta de Fernando de Azevedo sobre se atribuição ou não das escolas profissionais contribuiriam para “aparelhar o elemento nacional para as atividades técnicas e de exercer a ação social e econômica, incentivando e protegendo o trabalho agrícola e as indústrias locais”, Braga apresentou os seguintes problemas: a luta pela vida cada vez mais concorrida exigia que se desenvolvessem as aptidões para qualquer ramo de atividade. Sob esse aspecto, aliás, sugeriu que deveria aproveitar os dois ou três anos de estudos feitos na escola primária para iniciar o aluno no manualismo em alguns ofícios. Dessa forma, teria o professor oportunidade de verificar as tendências e vocações de cada um de seus discípulos, pois os estudos elementares constituiriam a base indispensável aos cursos profissionais primários.

Com relação à vinda de operários estrangeiros especializados, que, supostamente, traziam os mais variados conhecimentos técnicos, foi apontada por Braga como outra exigência a ser cumprida pelo poder público, isto é, formar operários qualificados. Para tanto, reforçava a necessidade de investimentos voltados para a formação docente específica para o ensino técnico profissional (BRAGA, *apud AZEVEDO*, 1937, p. 242).

Acerca do duplo princípio do “self-supporting” (escola como lugar de produção industrial), o mesmo estudioso colocava-se

contrário à exploração do trabalho da criança, como meio de produzir receitas, afim de repercutir, cá fora, como progresso escolar e que, de facto, não é mais do que ensino pessimamente ministrado, constituindo a criança, que deve aprender, um mero instrumento inconsciente do que o mestre empiricamente constrói (BRAGA, *apud AZEVEDO*, 1937, p. 243).

Em tempo, sobre essa questão, Braga sugere uma alternativa para aqueles que completaram seus estudos no curso profissional elementar: a continuidade dos estudos em curso industrial, cujos fins seriam

ensinar o novo operário a ter contato com a vida exterior e adaptando-o às necessidades do meio em que vai exercer a sua atividade. Nada, pois, de encomendas que mercantilizem o espírito de quem aprende (BRAGA, *apud AZEVEDO* 1937, p. 243).

Os demais entrevistados foram favoráveis à escola com funções de indústria. Inclusive, parte da manutenção do IPJA já acontecia por meio da venda dos produtos fabricados em suas diversas oficinas, por exemplo (SOUZA, 2008).

Avançando mais um pouco, salienta-se que a finalidade do ensino profissional, segundo Braga, era proporcionar ao indivíduo determinada aptidão por meio de uma educação que o especializaria até o momento do exercício profissional. Assim, deveria ser “útil do ponto de vista individual com valor econômico e social, dentro do campo de sua atividade” (p. 245). Portanto, Braga (1925) reconheceu a importância do desenho e dos trabalhos manuais como base para o ensino profissional. Nesse sentido, afirmava que cada docente se esforçava para colocar em ação os programas de ensino que lhes eram impostos pelos regulamentos elaborados, sem que seus mentores se preocupassem com a finalidade do ensino. Afirmou, ainda, que o material utilizado para o ensino de desenho deveria “falar à alma dos educandos, aos costumes do povo de cuja massa saem os discípulos desse aprendizado” (p. 246).

Já o trabalho manual, deveria acontecer desde os primeiros passos escolares. Nesse quesito, embora tenha sido professor de desenho do IPJA, Braga deu maior ênfase ao desenho Artístico e, nesse inquérito, pouco dissertou sobre sua importância para o ensino profissional.

Por sua vez, Roberto Mange se posicionou de maneira diferente, uma vez que, ao responder a essa mesma pergunta, enfatizou a importância do desenho como “colaborador de inúmeras profissões” (p. 230). Desse modo, Mange entende que “é essa disciplina, que guia o oficial mecânico no seu cotidiano, como elemento fundamental de ensino” (p. 230).

Fernando de Azevedo, em seu turno, considerou o ensino de desenho de tamanha importância para o ensino profissional. Tanto que, ao colocá-lo em pauta, fez menção aos Pareceres de Rui Barbosa do ano de 1883, portanto há 45 anos da realização do inquérito (1926).

Outro tema respondido por Braga foi sobre a possibilidade de se estender a obrigatoriedade do ensino técnico elementar, que deveria, portanto, ser imposto para os que não recebiam uma educação superior; uma educação técnica pós-escolar, obrigatória e profissional para os homens (de 14 a 18 anos); e doméstica para mulheres (de 13 a 16). Tudo isso, porém, deveria se dar em escolas gratuitas de aperfeiçoamento (as “continuation schools”, na técnica inglesa). Com esse raciocínio, Braga manteve uma posição crítica, isto é, a de que

o desenvolvimento desse ensino é uma grande mentira; mal orientado e pouco instruído, o operário nacional sae das escolas profissionais, incapaz de defrontar seu concorrente estrangeiro, quando não procura em outros meios estranhos á educação que recebeu, um obscuro logar onde viva anullado. A escola primaria com seu curso completo; a escola profissional como continuação daquella; a escola de aperfeiçoamento, ligando essa ultima á escola superior de Arte applicada, eis o caminho traçado pela razão e pelo patriotismo afim de transformar o elemento nacional e habilitar-o das mais difficeis e delicadas atividades technicas. Para os que a fortuna e a vocação guiam para os campos das letras e das ciencias, possui o paiz estabelecimentos superiores onde elles podem adquirir o necessário preparo, para desenvolverem as profissões liberaes (BRAGA, apud AZEVEDO, 1937, p. 249).

Concluiu a entrevista afirmando que, para aqueles que, por motivos múltiplos, não tendem a qualquer das profissões supracitadas,

é dever do poder público despertar aptidões, facilitar acessos, indicar os vários campos de acção, em torno da escola, obrigando assim, o aprendizado do ensino technico, como meio de alcançar a felicidade individual e enriquecer o meio social (BRAGA, apud AZEVEDO, 1937, p.250).

Já Fernando de Azevedo, ao apresentar suas considerações sobre o ensino técnico e profissional, aproximou-se da opinião de Braga, observando que

entre nós acha-se em estado tão rudimentar e confuso que não foi possível a ninguém, em nosso inquérito, desprender da legislação escolar as suas ideas directrizes. Apontamos a falta absoluta de subordinação de estabelecimentos escolares dessa natureza a qualquer plano de conjunto. Tudo que temos é, de facto, esparso e desconexo, sem unidade de pensamento e direcção (AZEVEDO, 1937, p. 268).

Referindo-se à legislação educacional, mencionada por alguns dos entrevistados, Fernando de Azevedo salienta que “os povos não precisam de leis ótimas, precisam de leis apropriadas” (AZEVEDO, 1937, 272). Essa afirmativa, inclusive, estava em consonância com o educador que era identificado pelos ideais da Escola Nova, além de ter tido intensa participação no movimento reformador durante as décadas de 1920 e 30, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, buscou estratégias de “organização da cultura e da educação, tendo como epicentro de suas intenções a questão da modernização econômica e cultural do país”(CAMARA, 2003, p. 31). Vale destacar que, acerca desse estudo, Fernando de Azevedo incluía na reforma de 1927, o ensino profissional do Distrito Federal, cujas aproximações com o Inquérito de 1926 constituem o objeto de reflexão do próximo capítulo.

2.3. Concepções de educação integral

Rosa Fátima de Souza (2008, p.20-27) afirma que a profunda transformação no conteúdo da escolarização que aconteceu no Brasil, nos finais do século XIX e início do século seguinte, acompanhou o movimento internacional. Nesse período, novas matérias foram introduzidas no programa do ensino primário, como a língua materna, a matemática, as ciências, a história, a geografia, a educação física, a instrução moral e cívica, o desenho, a música e os trabalhos manuais. Esses saberes escolares foram “considerados válidos para a instrução popular, adquirindo, em cada país, conotações peculiares pela realidade nacional”. Esta “educação útil” e “estética” estaria diretamente relacionada à sua aplicação no trabalho, na arte e na vida diária. (SOUZA, 2008, p. 21; VEIGA, 2003, p. 412).

Essa mesma autora, analisando o trabalho de Herbert Spencer “Educação Intellectual, Moral e Phisica”, editado em 1860, nos informa que Spencer se propôs a examinar, nesse livro, os conteúdos válidos a serem ensinados nas escolas, partindo da seguinte questão: Quais os conhecimentos de maior valor?

Para aquele autor, a educação teria como objetivo principal preparar o homem para a vida completa e, nessa medida, considerou que a Ciência era a de maior valor e, ainda, que as matérias deveriam ter aplicação prática. Para tal concepção, Spencer tinha como referência as sociedades inglesa e europeia, cujo capitalismo triunfara. Dessa forma, realizou um trabalho detalhado, através do qual, segundo Rosa Fátima de Souza (2008),

Buscou demonstrar como cada ramo da ciência estava intrinsecamente vinculado à vida humana. Em relação à matemática, por exemplo, ressaltava o seu vasto emprego nas atividades industriais, Tanto o carpinteiro, o construtor de pontes e calçadas, o agrimensor, quanto o arquiteto e os artífices executavam trabalhos guiados pelos números, cálculos e verdades geométricas. Seguindo esse mesmo raciocínio, Spencer exemplificava como as manufaturas dependiam da Mecânica. As propriedades da alavanca e do cabrestante eram conhecidas em todas as máquinas e ao maquinismo deviam-se todos os produtos. Em relação à Física, o autor destacava a utilidade do conhecimento sobre o calor que ajudava a poupar combustível nas indústrias e a aumentar a produção dos fornos de fundição, além de prever explosões e regularizar o fabrico mediante o termômetro (SOUZA, 2008, p. 23).

De utilidade prática também eram os conhecimentos de Eletricidade, Química, Astronomia, Biologia e Geologia. Segundo Souza, toda a argumentação de Spencer fora

utilizada para demonstrar o avanço da economia industrial em todo o mundo e a forma enfática pela qual a ciência penetrava a indústria associando-se à tecnologia. Nesse sentido, a educação contribuiria para o desenvolvimento econômico, preparando os trabalhadores para compreender os fundamentos da sociedade industrial (SOUZA, 2008, p. 25).

Além da educação intelectual, Spencer se preocupou com a educação moral e física. A primeira teria por função a formação do caráter e, dessa forma, contribuiria para o “melhoramento da sociedade”. Já a educação física, defendeu em contraposição à ênfase que a educação intelectual assumia à época. Nessa perspectiva, afirmava ser necessário educar o trabalhador fisicamente, cuidando da correta alimentação, do vestuário, dos jogos e dos exercícios ginásticos. A proposição de Spencer traduzia as aspirações em curso desde o século XVIII, enunciadas pelos iluministas. Ou seja, a crença na “possibilidade de aperfeiçoamento do homem e da sociedade por meio da escola” (ibidem, p. 26).

Sobre a presença do ensino de Desenho no programa das escolas elementares da Europa, Souza (2008) recorreu aos estudos de Buisson (1875; 1878) sobre o assunto. Nesse percurso, compreendeu que, para Buisson, o ensino de Desenho integrava o programa de ensino dessas escolas desde a década de 1850, mas que, devido à renovação pedagógica, vinha sofrendo modificações.

Segundo os princípios do método intuitivo, o ensino de Desenho deveria começar pela educação simultânea dos olhos e das mãos, familiarizando a criança com as formas elementares, articulando, na sequência, com o ensino da leitura e da escrita. De fato, o ensino de Desenho não se constituía como uma ciência e sim como um conhecimento prático vinculado às artes e à indústria (SOUZA, 2008, p. 29).

No Brasil, tanto a ampliação do programa de ensino primário quanto a questão do método de ensino fizeram parte dos debates nas últimas décadas do século XIX. Sobre a ampliação do programa do ensino primário, tem-se que, em 1881, em relatório ministerial¹⁰⁰ produzido pelo ministro do Império Rodolfo de Souza Dantas, no item que tratou sobre os problemas educacionais dessa nação, há referência quanto ao uso do espaço para propagar os debates em torno do que intitulou como a Nova Pedagogia. Sendo assim, para o ministro, era preciso mudar o ensino, então baseado nas fórmulas

¹⁰⁰ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/imperio.html>. Acesso em 2012.

gramaticais, no catecismo e nas tabuadas, que eram decorados. A modalidade de transmissão de conhecimentos preconizada por ele seria a do método intuitivo, baseado nas teorias de Pestalozzi e Froebel. O ministro reforçou, ainda, que o ensino deveria fornecer ao menino a capacidade de ver, de sentir, de esquadriñar, de executar, de inventar (RELATÓRIO MINISTERIAL, 1881, p. 4-10). Essa ideia de ensino fundamentava-se em uma concepção filosófica e científica pela qual a aquisição de conhecimentos advinha dos sentidos e da observação (SCHUELER, 1998).

Nesse processo, a concepção de educação integral, no fim do século XIX, pretendeu “uma conformação completa do indivíduo: intelecto, corpo e alma” (SOUZA, 2008, p. 34), como pensado por Rodolfo Dantas em 1881 e Rui Barbosa em 1883.

2.3.1 Séries metódicas: um método de aprendizagem profissional

Sobre os métodos de ensino, ou seja, nesse estudo sobre a formação do operário para uma sociedade que se industrializava, indaga-se: como ensiná-los? Em vista desta questão, Fernando de Azevedo (1926) fez referência à adaptação do “método de aprendizado” elaborado pelo engenheiro Russo Victor Della Vos, nas escolas profissionais brasileiras. A saber, esse “método de aprendizado” não era novidade em 1926, pois foi sistematizado por Coryntho da Fonseca, em 1909, para ser implementado na Escola Profissional Souza Aguiar (RJ), onde Fonseca fora diretor.

Em que consistia esse método? Foi elaborado pelo engenheiro russo Victor Della Vos que defendia a pedagogia do “aprender fazendo”. Essa pedagogia foi resumida por Bennet (1944, *apud*, FRIGOTO, 1983, p. 41,) nos seguintes termos:

No ano de 1868... o diretor da escola (Técnica Imperial da Estrada de Ferro de Moscou), Victor Della Voz, compreendeu que o processo de treinar mecânicos, pelo método de aprendizado, era moroso e de resultados desiguais. E pensando conseguir um engenheiro de produção dentro de um sistema militar, Della Voz quis obter um tipo de operário treinado de grau mais elevado, mais uniforme, em menor espaço de tempo e por preços mais baixos. Concluiu que não podia conseguir isso pelos métodos de aprendizado usados nas oficinas de produção ligadas à escola. Estabeleceu um novo grupo de oficinas a que denominou “oficinas de instrução”, para diferenciar de suas oficinas de produção. Designou um professor para cada oficina (...) equipou cada oficina com tantos postos de trabalho e tantos jogos de ferramentas quantos fossem os alunos. Em seguida analisou, nos seus processos mais simples, os processos de cada ofício, ou a arte a ser ensinada e organizou séries de exercícios para ensinar o uso de ferramentas e montagens de peças fabricadas. Tais exercícios eram

preparados na ordem de dificuldade de execução. Cada membro da turma recebia um desenho do trabalho que tivesse que fazer. Nas diversas oficinas um professor – um mecânico perito – iniciava o curso dando uma aula de demonstração sobre o primeiro exercício da série e fazia com que os alunos executassem o trabalho ensinado. Cada membro da turma trabalhava na sua forja, no seu turno, ou em qualquer outro lugar de acordo com a circunstância. No momento próprio a segunda demonstração, e depois a terceira e assim por diante até completar o primeiro período do curso no qual eram ensinados elementos de montagem em trabalhos de madeira. O método de montagem era semelhante ao período anterior, porém o professor inspecionava menos a parte referente ao modo de usar as ferramentas (...) durante o terceiro período o aluno prepara ele próprio seus planos e o professor passava a agir como superintendente. O objetivo era fazer com que o estudante desenvolvesse a capacidade de iniciativas e seu poder de assumir responsabilidades (BENNET, C. A, 1944, p. 41, *apud* FRIGOTTO).

Segundo Galdêncio Frigotto (1983, p. 41), o método foi assimilado no Brasil, primeiramente, nos cursos de formação para serviço ferroviário, cuja primeira escola prática de aprendizagem foi instalada em 1906, dentro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Porém, apenas em 1930, foram inauguradas as primeiras bancadas para aprendizagem prática dentro daquela escola.

Já Celso Suckow da Fonseca (1986, v.4, p. 241), apresenta-nos o exemplo do diretor da Escola Profissional Souza Aguiar, Rio de Janeiro, Coryntho da Fonseca, como um dos educadores que se interessou pela divulgação e aplicação do método de ensino elaborado por Della Vos. Para divulgá-lo, Coryntho da Fonseca o sistematizou em livro intitulado “Ensino tecnico profissional”, trabalho considerado por Celso S. da Fonseca como “a primeira tentativa de metodização do ensino de ofícios entre nós” (p. 238). Tal interesse teria ocorrido após Coryntho ter observado as dificuldades que decorriam da “falta de conhecimentos especiais sobre as matérias - primas e o melhor preparo das ferramentas [...]”. Dessa forma, iniciara o ensino da Tecnologia, que teria sido incorporado ao currículo de todos os estabelecimentos destinados à instrução de ofícios (FONSECA, 1981, p. 242). De fato, a Tecnologia marcou presença nos programas de ensino do Distrito Federal, como veremos no próximo capítulo.

Em relação à sua aplicação, em 1913, Coryntho da Fonseca introduzia a “séries metódicas de exercícios com dificuldade crescente” na escola que dirigia, após constatar a falta de conhecimentos especiais sobre as matérias-primas e o melhor preparo das ferramentas. Por esse método de ensino, os alunos da Escola Souza Aguiar foram reunidos em grupos, de acordo com a matéria- prima. A partir daí, separaram-se os

trabalhos em metal dos trabalhos em madeira. Para facilitar aprendizagem dos ofícios, Coryntho da Fonseca organizou os quadros de “exercícios Fundamentais de Tornearia em Madeira”, o que se tratava de uma coletânea de vinte e quatro trabalhos, logo seguidos dos relativos ao envernizamento e à empalhação (SUCKOW DA FONSECA, 1981, p.242). Nessas condições, os alunos eram obrigados a fazer toda aprendizagem à seção correspondente. Esse procedimento equivalia à desespecialização por um único ofício e, assim, uma concepção de formação integral do trabalhador¹⁰¹.

Com atenção nessa ambiência, cabe verificar que, no IPJA, há duas evidências da presença do referido método. A primeira diz respeito à organização das ferramentas da oficina de torneiros em comparação à organização proposta por Della Vos e sistematizada por Coryntho, bem como à existência de bancadas na referida oficina. Isto é, os jogos de ferramentas foram organizados em quadros, supostamente, para facilitar o uso em série daquelas ferramentas. (Figuras 5 e 6). A segunda pista refere-se à presença do ensino de desenho, que desde os tempos do Asilo de Meninos Desvalidos já constava no programa de ensino daquela instituição e teve continuidade no IPJA em todos os regulamentos consultados, o que, portanto, estava em consonância com o prescrito no método de aprendizagem de Della Vos.

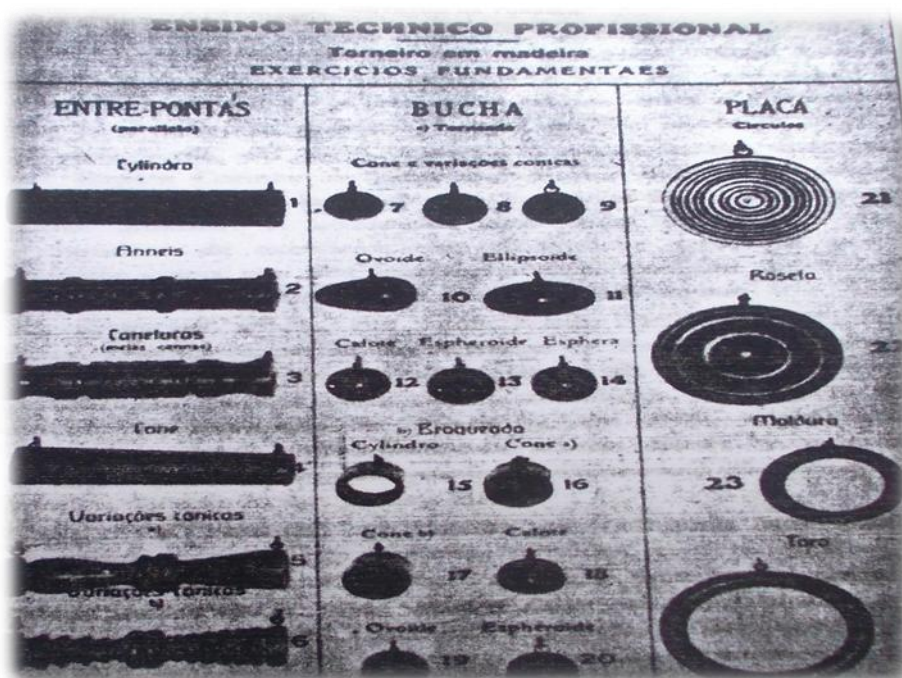


Figura 5 – Fotografia do quadro de exercícios de tornearia em madeira
 Fonte: Apud FONSECA, 1981, p. 238

¹⁰¹ Segundo Carmem Silvia Morais (2003, p. 405-421), essa metodologia de ensino fora implementada na Escola Masculina da Capital (São Paulo) por Aprígio Gonzaga, seu diretor.

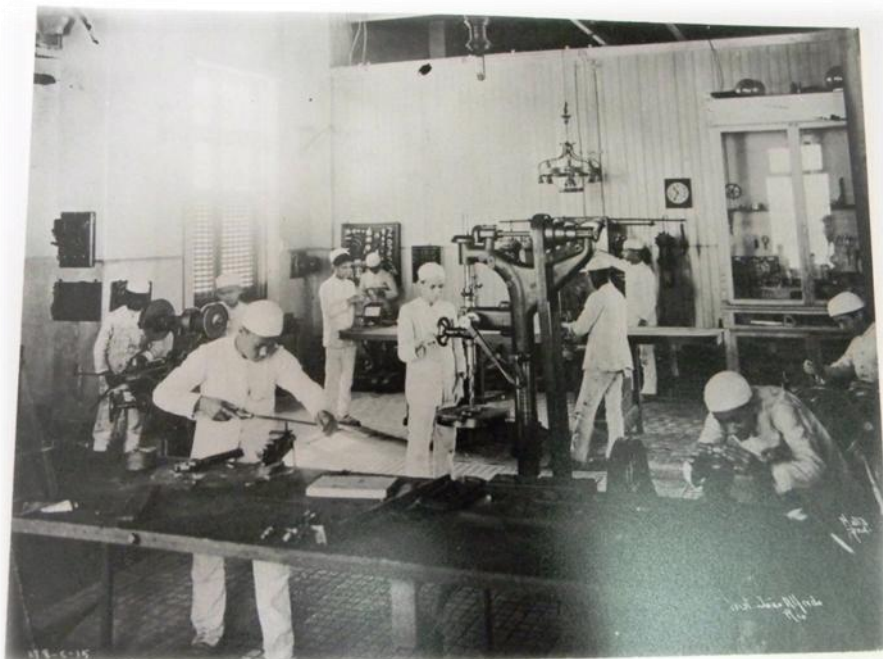


Figura 6 – Fotografia da oficina de Torneiros do IPJA – Fotógrafo: Augusto Malta. Data: 1915
Acervo: CEJA

Quanto à discussão e implementação da desespecialização no IPJA, não foi bem recebida por seu diretor, o médico Alfredo de Azevedo Magiole Maia, o que pode ser constatado em seus próprios termos.

Ignoro se nas escolas profissionaes, onde o alumno sempre vae em busca de um meio de vida, podendo também ir em algumas vezes, e de futuro bastas vezes, para desenvolver seus sentidos, essa educação artística, o ensino dará bons resultados por grupos de oficinas. Nesse Instituto não convém ensinar dessa forma, porque o menor ao sahir desta casa deve contar logo com os elementos que della aurio: deve ter um meio de ganhar a vida precisamente com o que produzir. Sem ter quem lhe pague ou lhe dê mais os elementos para prover a existência. Em regra a demora nesta casa é de cinco annos. Durante esse tempo em que o menino da escola primária aprende as materias do ensino primário, elle precisa adquirir os mais solidos conhecimentos litterarios, a par de uma educação Artistica. Não se pode exigir de um menino o conhecimento de alguns officios e a sua especialização em um, que vae constituir seu ganha pão. Todo esse tempo precisa ser consagrado a este ultimo fim. [...].

(Instituto profissional João Alfredo, 28 de fevereiro de 1919. Dr. Alfredo Magioli (MAGIOLI, 1919, *apud*, COMISSÃO, 1919, p.88).

Para Magioli, o ensino profissional ministrado pelo IPJA deveria estar de acordo com as finalidades sociais que precisariam ser assumidas pelo IPJA: formar os jovens pobres, no curto prazo, para “ganharem a vida”.

No segundo caso (a quem ensinar), especialmente com relação ao jovem candidato ao ensino profissional ministrado pelo IPJA, havia necessidade de os responsáveis comprovarem a condição socioeconômica do aluno. Nesse sentido, temos que a política de proteção do Distrito Federal passou por constantes modificações. Ilustrativo dessa questão é o exemplo do responsável pelo menor Renato Correia, que, em 1912, escreveu carta endereçada ao “Ilmo. Snr. Dr. Director Geral da Instrução Pública”, contendo os seguintes argumentos:

Frederico de Santiago padrinho e protetor do menor Renato Correia dos Santos Roxo, que tem o nº 143, vem allegar a Vsa. com os documentos inclusos que esse menor está compreendido no caso de merecer a assistência e o amparo da Municipalidade, nos termos do parágrafo 2º do Art. 2º do decreto nº 838 de Outubro de 1911, conforme o edital de 29 de Novembro do mesmo anno.
Saúde e Fraternidade
Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1912
Frederico de Santiago (Pasta 1911 RCR 021, AAMD)

A afirmação de Frederico de Santiago de que o seu afilhado encontrava-se em condições de receber amparo da municipalidade, e, por isso, ter acesso à formação profissional, era uma resposta à exigência contida no Decreto n. 838 de 20 de outubro de 1911, que extinguiu, parcialmente, o internato do IPJA. Desse modo, só estariam no caso de “merecer amparo da Municipalidade” os menores cujos responsáveis apresentassem as certidões de inventário de bens e de óbito do pai ou da mãe e atestado de pobreza.

No documento em questão, o responsável pelo menor teria cumprido a exigência legal, uma vez que fez referência a “documentos inclusos”. Essa exigência de apresentação de documentos comprobatórios da condição de pobreza do aluno do IPJA significava, também, uma mudança na forma de tratar as questões sociais. A esse respeito, Sônia Camara (2011, p. 34) aponta que

foi no social que as distinções entre ricos e pobres encontraram novas bases, ou seja, constituíram um processo de incorporação desses setores que se realizou pela demarcação das diferenças, mas também pela tentativa de “minimizá-las” à medida que concebiam políticas estatais e leis direcionadas a criar “oportunidades” e “direitos” para todos (CAMARA, 2011, p. 34).

Nessa configuração, aos alunos do IPJA, prevaleceu a demarcação das diferenças entre os alunos pobres e os não pobres, como já referido. A norma de 1911 manteve-se até 1916, quando, por meio de decreto, houve o restabelecimento do internato do IPJA e a continuidade da preferência para a matrícula de jovens pobres, como veremos adiante.

No próximo capítulo, destacarei a Reforma do ensino municipal do Distrito Federal Álvaro Baptista (Decreto n.838 de 20 de outubro de 1911) e o Regulamento do ensino profissional do Distrito Federal de 1902. Apenas como esclarecimento prévio, entendo que o Regulamento de 1902 difere dos demais, uma vez que trata, especificamente, do que se poderia denominar como uma espécie de “rede de proteção” à criança pobre do Distrito Federal. Isso posto, indago: o Regulamento de 1916 teria relação com o documento produzido pela Comissão de 1919? Por outras palavras, o que prevê o referido Regulamento que fora motivador da formação de uma Comissão para reorganizar as Bases do Ensino Profissional do Distrito Federal? Essas questões são objeto de reflexão do próximo capítulo.

Capítulo 3

Ações governamentais no Distrito Federal e demanda social: ensino profissional

Neste capítulo, busco demonstrar que a proteção ao menor pobre, que no século XIX acontecia por meio das Casas de Educandos Artífices, do Asilo de Meninos Desvalidos e por meio de outras instituições de assistência, doravante passa a ter seu interesse voltado para que o ensino profissional e, por extensão, a assistência pela profissionalização ocorram fundados em “bases sólidas e eficazes”, como quer Fernando de Azevedo (1926, p. 249)¹⁰². Nesse cenário, elaboro a discussão a partir das seguintes questões: qual a noção de qualificação profissional proposta pelo governo? Quais saberes pedagógicos deveriam ser ministrados e a quem ensiná-los?

3.1. Organização do programa do ensino profissional do Distrito Federal e normatização da “rede de proteção” à criança pobre.

Quando da reorganização das bases do programa de ensino profissional do Distrito Federal, as disciplinas escolares integrantes da “cultura física, artística e científica” marcaram presença. Sobre a constituição das disciplinas escolares, segundo Marcus Taborde de Oliveira (2009) estas

comporiam o currículo da escola primária nos anos finais do séc. XIX e de alguma maneira são herdeiras de saberes e práticas que já freqüentavam o imaginário e as ações daqueles que pensavam a educação escolar ao longo do século XIX, tendo suas raízes no próprio movimento de afirmação da escolarização como artefato da modernidade [...] (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 132).

Portanto, essa proposição educacional não foi exclusividade do ensino profissional. Nesse sentido, não a compreendemos como uma questão local e muito menos de forma homogênea¹⁰³.

¹⁰² Sobre a variedade de instituições de assistência e educação, consideram-se, ainda, as Companhias de Aprendizagem Marinheiros e os Arsenais do Exército, já referidos no primeiro capítulo deste estudo.

¹⁰³ A respeito da diversidade da temática da educação integral cf: NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O ensino industrial: memória e história. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III – século XX. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 209-228. MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ensino libertário e a relação trabalho e educação: algumas reflexões**.

Disponível em: www.anped.org.br/.../Trabalhos%20em%20PDF/GT02-6971--Int.pdf. Acesso em janeiro de 2012.

Tratando do Distrito Federal quando se priorizou a organização das disciplinas escolares, necessárias à formação profissional, de fato, foi uma questão tensa tanto para as pessoas que se envolveram com as questões da assistência pela profissionalização da criança pobre, que não eram necessariamente membros da câmara legislativa, quanto para os legisladores. Por um lado, no caso da escolarização dos jovens das classes pobres, o ensino profissional teria como finalidade prepará-los para a vida prática; e no caso do IPJA, essa preparação ocorreu em regime de internato, suspenso, parcialmente, entre 1912 e 1915. Por outro, a emergência das novas tecnologias e as preocupações voltadas para o desenvolvimento econômico do país impulsionavam as discussões em direção à organização de uma profissionalização mais condizente com esse cenário. Logo, buscava-se “uma educação técnica geral”, ou seja, especializada por “grupos de oficinas”, como veremos adiante.

Dessa forma, indaga-se: quais os argumentos para a supressão parcial do internato? E ainda, se a alteração do regime de funcionamento do IPJA provocou mudança na organização dos saberes pedagógicos, bem como no público- alvo pensado pelas autoridades constituídas para essa instituição; como conciliar essas demandas?

Nessa medida, dos vários aspectos presentes nas medidas legais, destaco três: o problema da proteção à criança e ao jovem pobre; as condições para que a matrícula dessa parcela da população se efetivasse; e as alterações na organização do programa do ensino profissional a fim de observar quais preocupações formativas estiveram presentes nas referidas normatizações.

Iniciando pelo quesito proteção à criança e ao jovem pobre, o governo do Distrito Federal estabeleceu, por meio do Decreto nº 282 de 27 de fevereiro de 1902, que ocorreria em três tipos de instituições (Casa de São José, Instituto Profissional Feminino e o IPJA), estabelecendo as diferenças entre as mesmas. Assim, a Casa de São José seria um curso de adaptação ao IPJA, como já mencionado. A manutenção dos estabelecimentos, além de utilizar da verba prevista no orçamento anual da municipalidade, se daria por meio da venda dos produtos do trabalho executado em suas oficinas (Art. 28).

Quanto à matrícula, a preferência nos três estabelecimentos, segundo o Art. 13, obedecia à seguinte ordem: os órfãos de mãe e pai; os órfãos de pai; os órfãos de mãe; os filhos dos funcionários municipais. Os responsáveis pelos menores candidatos a uma vaga precisavam apresentar os seguintes documentos: certidão de idade ou justificação prestada perante o juiz competente, atestado de ter tido o menor vacina regular ou a

própria varíola, conforme perspectivas higienistas da época¹⁰⁴. Acrescentava-se a essa documentação, atestado de pobreza e certidão de óbito, no caso dos órfãos, e um requerimento à matrícula dirigido ao prefeito, os quais comprovavam a orfandade e/ou pobreza.

Deve ser ressaltado que, além de toda essa documentação, os menores precisavam se comprometer a respeitar e cumprir os regulamentos das instituições. Aliás, como no caso do IPJA, seu diretor, José Rodrigues de Azevedo, em janeiro de 1900, manifestou seu repúdio aos responsáveis que pediam desligamento do aluno antes de completarem a formação. Nas suas palavras:

O Instituto tem o seu regulamento aprovado por um decreto. Os que o procuram tacitamente se submettem ás suas disposições. E' uma especie de contracto entre o Poder Municipal e o particular que voluntariamente pretende aproveitar-se dos beneficios que a lei lhe concede sem onus de especie alguma. E' justo portanto que não lhe assista o direito de illudir o intento do estabelecimento que lhe prodigalisa tão grande dádiva (RELATÓRIO, 1900, p. 7. AGCRJ – Códice 38.3.36).

Após a efetivação da matrícula, os alunos seriam revacinados pelo médico dos três estabelecimentos que tinha também a atribuição de aconselhar medidas higiênicas, como: dar instruções ao farmacêutico, examinar a qualidade dos remédios e remover os alunos doentes que não pudessem ser tratados nos estabelecimentos (Art. 60).

Para viabilizar a proposta de assistência pela profissionalização, previu-se um determinado número de profissionais, incluindo docentes, pessoal administrativo e subalterno, tanto para a Casa de São José quanto para o IPJA. Nessa última instituição, acrescentaram-se dez mestres e igual número de contramestres, tendo em vista o aprendizado prático nas oficinas do IPJA¹⁰⁵ (Cf. quadros 8, 9 e 10). Os postos de trabalho para mestres e contramestres seriam, preferencialmente, ocupados pelos titulados no próprio IPJA (Art. 48)¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Como referido no capítulo 1 desse estudo, a preocupação com a higienização das pessoas se fez presente desde os tempos do Brasil imperial. Por exemplo, no Distrito Federal, o Prefeito Pereira Passos e o médico sanitaria Osvaldo Cruz empreenderem uma ação conjunta a fim de sanear a população carioca, decretando a obrigatoriedade da vacina em 1904. A maneira de implementar essa obrigatoriedade – inviolabilidade do lar, por exemplo – provocou a “revolta de Vacina”. Cf. José Murilo de Carvalho, 2005. Sobre a pedagogia científica e suas práticas, como medir, classificar, prevenir, corrigir e, inclusive, vacinar. Cf. Marta Maria Chagas de Carvalho, 2006.

¹⁰⁵ No Instituto Profissional Feminino, haveria 2 professoras primárias, 2 auxiliares de ensino, 1 professora de economia doméstica, 1 professor de higiene profissional, 1 professor de estenografia e datilografia, 1 professora de música e 1 professor de desenho (BOLETIM DAPREFEITURA. Decreto n.282 de 27 de fevereiro de 1902. AGCRJ).

¹⁰⁶Mestre – sm (lat magistru) 1. O mesmo que professor. 2. Aquele que é versado em uma arte ou ciência. 3. Aquele que ensina uma arte ou ciência. 4. Tudo o de que se tira lição. 5. Chefe ou iniciador de

Quadro 8 – Pessoal docente para a Casa de José e o IPJA (Decreto nº 282 de 27 de fevereiro de 1902 -Art. 40).

Casa de São José	Instituto Profissional João Alfredo
3 professoras de instrução primária	1 professor de ensino primário
1 professor de trabalhos manuais	10 adjuntos primários ¹⁰⁷
1 professor de desenho	1 professor de matemática elementar
1 professor de ginástica	1 professor de francês prático
-	4 professores de desenho
-	2 adjuntos de desenho
-	1 professor de escultura
-	1 professor de música vocal
-	1 adjunto de música
-	1 professor de música instrumental
-	1 professor de ginástica

Fonte: BOLETIM DA INTENDENCIA. Rio de Janeiro. 1902 (Janeiro a Março). Dá regulamento ao Ensino Profissional (AGCRJ).

Quadro 9 – Pessoal administrativo para a Casa de José e o IPJA (Decreto nº 282 de 27 de fevereiro de 1902 -Art. 50).

Casa de São José	Instituto Profissional João Alfredo
1 diretor	1 diretor
1 sub diretora	1 sub diretor
1 médico	1 dentista
1 secretária	1 secretário
4 inspetoras	1 almoxarife
1 porteiro	1 porteiro
	Inspetores ¹⁰⁸

Fonte: BOLETIM DA PREFEITURA. Rio de Janeiro. 1902 (Janeiro a Março). Dá regulamento ao Ensino Profissional (AGCRJ).

uma escola de pintura. 6. Artífice que dirige outros oficiais, ou trabalha por conta própria. 7. Chefe de oficina. Contramestre - sm (contra+mestre) 1. Imediato ou substituto do mestre de fábrica ou oficina. 2. Empregado de navio imediatamente inferior ao mestre e superior ao guardião. 3. Folc. Nos autos populares, como a chegança, é a segunda pessoa na ordem hierárquica da direção desse folguedo. Nas danças, é o segundo violeiro, geralmente o que canta a segunda voz. Fem: contramestra. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da língua portuguesa**. Segunda edição, Rio de Janeiro: editora Positivo, 2004. No caso do IPJA, o mestre era aquele profissional responsável pelas atividades de ordem pedagógica previstas para acontecerem nas oficinas, tendo como auxiliares os contramestres. Nesse sentido, seria “aquele versado em uma arte ou uma ciência”, titulado pelo próprio IPJA. A preferência por empregar os jovens que completavam a formação no IPJA para essas duas funções pode ter relação com a ausência de uma escola específica para a formação desses profissionais. Somente em 1917, o governo do Distrito Federal criou a Escola de Artes e Ofícios Venceslau Bras, que se destinava à formação de mestres e contramestres para o ensino profissional. Em 1919, essa escola foi incorporada ao Ministério da Agricultura como fruto do acordo entre a Prefeitura do Distrito Federal e a União, para formar mestres e contramestres também para as Escolas de Aprendizes Artífices e, em 1937, a referida escola foi extinta (CUNHA, 2000).

¹⁰⁷ As vagas de adjunto que se derem serão preenchidas por adjuntos efetivos do quadro do magistério primário (Art.43 do Decreto de 1902).

¹⁰⁸ Escolhidos entre os alunos que receberiam gratificações (Art.43 do Decreto de 1902).

Quadro 10 – Pessoal subalterno para a Casa de José e o IPJA (Decreto nº 282 - de 27 de fevereiro de 1902 -Art. 51).

Casa de São José	Instituto Profissional João Alfredo
1 cozinheiro	1 roupeiro
1 ajudante	1 padeiro
3 serventes	1 ajudante
1 ajudante	1 encarregado da lavanderia
1 econômico	1 econômico
-	1 copeiro
-	1 feitor
-	2 trabalhadores de chácara
-	1 carroceiro
-	1 ajudante de carroceiro
-	1 maquinista
-	1 oficial de farmácia
-	1 enfermeiro
-	1 impressor
-	2 serventes

Fonte: BOLETIM DA PREFEITURA. Rio de Janeiro. 1902 (Janeiro a Março). “Dá regulamento ao Ensino Profissional” (AGCRJ).

Quanto à reorganização do programa de ensino, repetiram-se as quatro dimensões já previstas e apresentadas no primeiro capítulo deste estudo, ou seja, a educação física, moral, intelectual e prática necessárias para o bom desempenho da profissão escolhida (Art. 3º). Além disso, observa-se que o ensino nos três estabelecimentos seria gratuito, sendo que o ano letivo iniciaria em 1º de fevereiro e encerraria em 15 de dezembro. O programa de ensino do IPJA também manteve a divisão em três cursos, com duração de 5 anos: Teórico, Artes e Profissional, vinculado aos estudos de conteúdos do ensino primário (quadro 11).

Quadro 11– Programa de ensino do IPJA (Decreto nº 282 - de 27 de fevereiro de 1902 -art. 5º).

Curso Teórico	Curso de Artes	Curso Profissional
O ensino teórico seria o mesmo dos cursos médio e complementar das escolas primárias ¹⁰⁹ , dados com maior desenvolvimento e especialização do estudo de Francês prático e matemática elementar.	Desenho à mão livre Desenho geométrico aplicado às indústrias Desenho de ornato Desenho de figura Desenho de máquinas Decoração Modelagem e escultura de ornatos Música vocal Música Instrumental Ginástica	Ofícios de: Alfaiate Carpinteiro Encanador e pautador Entalhador Ferreiro e serralheiro Latoeiro Marceneiro e empalhador Sapateiro Torneiro Tipógrafo
Distribuição do tempo (horas semanais – art. 17)		
Aulas primárias - 10 horas Gramática – 6 horas Francês prático – 4 horas	Matemática- 4 horas Desenho – 12 horas Escultura – 6 horas Musica vocal – 6 horas Musica Instrumental-10 horas	Oficinas – 48 horas

Fonte: BOLETIM DA PREFEITURA. Rio de Janeiro. 1902 (Janeiro a Março). “Dá regulamento ao Ensino Profissional” (AGCRJ).

A distribuição do tempo das refeições, estudo e recreio dos alunos seria feita por Regimento Interno, cujo documento normatizador dos primeiros anos de funcionamento interno do IPJA não foi localizado. No entanto, faço a seguinte indagação: como conseguir distribuir o tempo necessário para todas as atividades com uma previsão de 48 horas semanais dedicadas aos trabalhos nas oficinas?

Nesse cenário, não se pode deixar de mencionar que, no ano de 1911, foi reformada a Lei do Ensino Primário, Normal e Profissional do Distrito Federal (BOLETIM DA PREFEITURA, 1911, p. 21-44), estabelecida por meio do Decreto n. 838 de 20 de outubro de 1911. Por essa Reforma, constavam do programa de ensino do curso de adaptação, com duração de dois anos, as seguintes disciplinas: Matemática elementar, Física experimental, Mecânica elementar, Máquinas e motores, Noções de química geral, Química industrial, Desenho de ornatos, linear, sombras e perspectiva, desenho industrial, de máquinas e de detalhes, Música e canto (BOLETIM DA PREFEITURA, 1911, p. 21). Já no programa do ensino profissional, que aconteceria em três anos, seriam ministradas todas as disciplinas previstas no regulamento de 1902,

¹⁰⁹ O curso complementar das escolas profissionais masculinas e femininas (decreto n. 2940 de 22 de novembro de 1927, art. 245) compunha-se das seguintes disciplinas: Português, Geografia e História do Brasil, Matemática (aritmética e geometria), Ciências, Modelagem, Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto e Educação Física. In: **Boletim da Prefeitura**, 1º semestre de 1928, Rio de Janeiro. Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1928.

acrescido do curso de modelagem, gravura mural e afresco (a óleo e à cola), ajustador, limador, forja, eletricidade, máquinas e motores, etc. (BOLETIM DA PREFEITURA, 1911, p. 21). Esse Decreto previa a construção de trinta escolas profissionais. No entanto, essa expansão de fato não aconteceu e, até os anos de 1926, apenas quatro novas escolas profissionais haviam sido criadas (PAULILO, 2007, p. 214).

No que diz respeito à rotina de parte dos alunos matriculados tanto na Casa de São José quanto no IPJA, é visível que sofreria alteração substancial. Haja vista que o Decreto n.º 838 comprometeu, parcialmente, a proteção que o poder público municipal proporcionava aos jovens pobres de ambos os sexos, pois transformou o regime de funcionamento do IPJA e de seu congênere para o sexo feminino em externato, conforme o Art. 2º:

§1º serão excluídos, findo o ano letivo os maiores de 18 anos das dependências do Instituto Profissional João Alfredo.

§2º Serão excluídos também os que não apresentarem certidão que demonstre não se ter procedido a inventário por falecimento do pai ou mãe, à falta de bens a inventariar, ou, feito inventário, não ter o monte excedido a cinco contos de reis.

§3º Os excluídos terão preferência para a admissão à matrícula nos externatos profissionais.

§4º Quando se tratar de exclusão dos alunos que não tenham pais, será ouvido o curador de órfãos.

§5º Os outros alunos continuarão como internos, até que estejam em condições de ser aproveitados como operários ou até que tenham atingido a idade de 18 anos.

(BOLETIM DA PREFEITURA, 1911, p.21).

Nessa mesma linha de observação, Ataulpho de Paiva (1922) afirmava que o Decreto n.º 838 comprometeu a continuidade do trabalho da municipalidade, que era o de proteger os menores internos na Casa de São José, os quais, após completarem 12 anos de idade e ainda permanecessem sem responsáveis, não teriam para onde ir. Sobre a relevância social do IPJA, o descontentamento de Ataulpho de Paiva (1922) foi expresso com as seguintes palavras:

O Instituto [Profissional] João Alfredo, na esfera de seu programma humanitario, fez, durante muito tempo, obra digna de todos os encomios. Anualmente chegou a manter 400 alunos internos, e, desde a sua fundação, nelle foram asyladas e educadas para mais de dez mil crianças desvalidas. Dali sahiram para os cursos superiores alguns professores distinctos e de optimo conceito (PAIVA, 1922, p.10).

Ato contínuo, Ataulpho de Paiva nos informa que

o estabelecimento transformou-se em escola profissional commum, admitindo apenas alunos extermnos. Os intuitos da lei eram, sem duvida muito louváveis. A escola profissional constitue um dos mais necessários graus a percorrer na escala dos **planos para a resolução do problema infantil**. Simplesmente, no caso concreto, o objectivo falhou, uma vez que visou ao mesmo tempo extinguir o internato. Dahi, talvez, o principal embaraço. A entrada dos alumnos externos de conformidade com o novo regimen tornou-se quase nulla. Em 1912 a matriculla foi somente de 3 alumnos, dos quais apenas um cursou até o fim do anno. O director, Dr. Alfredo Magiole explica a anomalia pela circunstancia de se exigir que o exame de admissão verse sobre as matérias do curso primário. A situação, entretanto, está claramente definida. Asylo, perdido o seu antigo feitio, acha-se actualmente em condições penosas: nem internato, nem escola profissional. A lei encarregou-se de suprimir o primeiro; a falta de alumnos eliminou a segunda. [...] (PAIVA, 1922, p. 10. Grifos meus).

O problema mais grave, segundo Ataulpho de Paiva, era com os alunos da Casa de São José, a qual era responsável por uma “especie de estágio educativo, um preparo elementar, muito util e necessario, e mesmo um estímulo conveniente, porquanto no Instituto [Profissional João Alfredo], sómente poderia dar entrada aquelles que se tivessem distinguido pela sua aptidão e bom comportamento” (PAIVA, 1922, p. 11).

Com a extinção do internato em 1911 e sem possuírem oficinas, os alunos da Casa de São José eram desligados quando alcançavam a idade de 12 anos. Segundo Ataulpho de Paiva (1922):

Volve assim a criança ao abandono donde sahira, entregue ao mesmo meio de corrupção donde fora retirada, quando fácil seria graduar a sua educação, completar a sua possível regeneração, acompanhando-a até a sua maioridade legal; e isso com um agravante, ainda mais sensível: mantida durante annos, ter sido essa criança pesada aos cofres do Estado, sem que este ao menos houvesse conseguido formar, preparar e fornecer à sociedade um individuo apto para a normalidade de sua existencia (PAIVA, 1922, p. 11).

Apesar da indignação do jurista Ataulpho de Paiva acerca do comprometimento parcial da proteção à criança pobre do Distrito Federal, o IPJA manteve o funcionamento em regime de externato. Nesse sentido, faço duas observações a respeito do movimento de matrículas verificado no período em que o IPJA funcionou, parcialmente, como externato. A primeira: tomando como referência o número de matrículas do ano de 1911 – 342 matrículas – e de igual forma o ano de 1916 – 39 matrículas –, verificamos que houve uma queda de 88% das matrículas de alunos nesses

anos. Por outro lado, se tomarmos como referência as matrículas do ano de 1916 – 39 matrículas – e o ano seguinte – 312 matrículas –, notaremos que houve um acréscimo de matrículas de alunos num total de 273 alunos. Dessa maneira, os números apurados são denunciadores dos efeitos da norma de 1911 no dia a dia do IPJA, pelo menos no que diz respeito à entrada de novos alunos no estabelecimento. Outro dado relacionado à matrícula refere-se ao número de alunos previstos para matrícula no IPJA (400), excedendo, na grande maioria, ao previsto nas normas (quadro 12).

Quadro 12 - Movimento de matrículas no IPJA – 1894-1932

Anos	Existentes durante o ano	Admitidos durante o ano	Soma
1894	371	50	421
1895	333	65	398
1896	320	95	415
1897	344	96	440
1898	363	101	464
1899	383	84	467
1900	381	73	454
1901	396	21	417
1902	271	238	509
1903	399	131	530
1904	363	27	390
1905	263	129	392
1906	323	139	462
1907	361	86	447
1908	359	96	445
1909	291	151	442
1910	383	84	467
1911	342	45	387
1912	300	-	300
1913	157	-	157
1914	122	-	122
1915	71	-	71
1916	39	322	361
1917	312	10	322
1918	292	45	337
1919	299	169	468
1920	322	217	539
1921	374	152	526
1922	298	129	527
1923	389	128	517
1924	389	110	499
1925*			518
1926			524

1927			470
1928			333
1929			271
1930			223
1931			301
1932			333
Total	9.610	2.993	15.666

* Não localizei informações de frequência entre os anos de 1925 e 1932

Fonte: BRAGA, 1925; SILVA, 1936.

Nessa ambiência, em 1916, o prefeito Rivadávia Correa estabeleceu “novo regulamento para as escolas profissionais”, por meio do Decreto n.º 1.730 de 5 de janeiro daquele ano (BOLETIM DA PREFEITURA, abr/1916, p. 7-20).

Os argumentos utilizados para justificar o novo regulamento dado às escolas profissionais foram apresentados ao Conselho Municipal pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, Antonio Augusto de Azevedo Sodré (1864-1929). Nas palavras de Sodré (1916), referindo-se aos gastos da municipalidade com a educação de cada aluno do IPJA,

[...] a educação de cada aprendiz, neste estabelecimento [IPJA], custava 5:000\$000 por anno. Não seria absolutamente caro nem pesado à Prefeitura se os governantes, mais attenciosos á instrucção e á educação popular, recebesse desse Instituto cada educando transformado num exímio mestre carpinteiro, num completo funileiro, etc., etc.. **Mantidos mas não assistidos, alojados mas não educados, certamente que a 5:000\$000 são demasiadamente caros porque sahiriam nullos e indesejáveis, desconhecendo o officio que lhes não foi ensinado, não por culpa delles** (SODRÉ, 1916, *apud* BRAGA, 1925, p. 97. Grifos meus).

A exposição de motivos de Sodré parece sugerir a baixa qualidade do ensino do IPJA e, dessa forma, o não cumprimento dos objetivos da instituição que não formaria adequadamente seus alunos. Provavelmente, essa teria sido uma das razões pelas quais o IPJA e o Instituto Profissional D. Orsina da Fonseca tenham voltado ao regime de internatos. Como efeito disto, de acordo com o Decreto n. 1.730 de 5 de janeiro de 1916, artigos 9º, parágrafos 2º e 3º, seriam

destinados à assistência, educação e instrução de crianças desvalidas, os dois institutos só poderão receber crianças desamparadas, de preferência as que forem enviadas da Casa de São José e em seguida as órfãs de mae e pai a aquelas cujos pais sejam inválidos ou interditos (BOLETIM DA PREFEITURA, Decreto 1.730 de 1916).

Já o Art 10º § 1º, transferia

a Casa de São José para a Directoria de Instrução Pública, que será transformada em uma escola primaria mixta, manda que os meninos, desde que atinjam a 11 annos de idade, sejam desligados e transferidos para o Instituto Profissional João Alfredo (BOLETIM DA PREFEITURA, Decreto 1.730 de 1916).

Em seu turno, o Art 17º autorizou o prefeito

a dar novo regulamento às escolas profissionais, modificando o plano de estudos estabelecido na lei do ensino, em ordem a manter o seu character primário elemental, podendo criar novas escolas de officios ou industriais, destinadas a alumnos maiores de 13 annos e menores de 18, que trabalhem em fábricas ou officinas particulares [...] (BOLETIM DA PREFEITURA, Decreto 1.730 de 1916).

A partir daí, o curso completo nas escolas profissionais teria duração de cinco annos, conforme a seção escolhida pelo aluno (Art. 17). Para o ensino técnico, seriam organizados, para cada seção, três programas: a) tecnologia; b) desenho industrial; c) exercícos sistemáticos, metódicos e progressivos de aprendizagem. Nestes programas a matéria seria subdividida pelo número de annos que durasse o curso na respectiva seção (Quadro 13).

Quadro 13 – Programa de ensino – Decreto n. 1.066 de 19 de abril de 1916 – Art. 38

Seções				
Madeira	Metal	Folha de Metal	Tinta e Estuque	Tijolo, Pedra e Cimento
Carpinteiro	Ferreiro	Latoeiro	Pintores	Pedreiro
Marceneiro	Serralheiro	Funileiro	Decoradores	Canteiro
Torneiro	caldeireiro	Chumbeiro	Tingidores	
Entalhador	Torneiro mecânico	Encanamentos e instalações sanitárias	Estucadores	
	Ajustador			
Seções				
Eletrotécnica	Trabalhos rurais	Palha, Vime e Bambú	Couro	
Eletricista	Jardineiro	Empalhador	Sapateiros	
Instaladores de luz e força	Hortelão	Chapeleiro	Seleiros	
Construtores de dínamos	Pomicultor	Cesteiro	Correiros	
Pilhas				
Acumuladores				
Aparelhos telefônicos				
Telegrafo				
Etc.				

Fonte: BOLETIM DA PREFEITURA, 1916 (AGCRJ).

Por esse regulamento, é possível observar áreas emergentes relacionadas com a eletrotécnica, sinal de que as propostas de reorganização do programa de ensino profissional procuravam definir a formação de um novo profissional em consonância com o desenvolvimento de novas tecnologias.

Já se observam, também, indícios da metodologia de ensino preconizada por Della Vos e sistematizada por Coryntho da Fonseca, isto é, introdução das séries metódicas e progressivas. Aliás, essa norma reafirmou a de 1902, ou seja, a manutenção por parte da prefeitura de uma espécie de “rede de proteção” formada pelos Institutos profissionais João Alfredo e Orsina da Fonseca para o sexo feminino (Art. 28). Além disso, previa que a finalidade do IPJA seria a de preparar operários “sãos, bem educados e instruídos” (Art.32). Nesse sentido, sua organização deveria obedecer, precisamente, a esse fim, “para que os alunos não se sintam mais tarde deslocados no meio social onde têm de viver e trabalhar” (Art.32).

Nesse cenário, Sodré (1916) indicava que o “curso técnico-profissional” do IPJA passou a ser o mesmo adotado nas escolas profissionais masculinas do Distrito Federal

acrescido do ensino de música vocal e instrumental, de ginástica e exercícios militares e do ensino primário para os alunos que dele necessitassem. E ainda, em consonância com o referido Regulamento, no IPJA, foram

suprimidos ensinamentos supérfluos¹¹⁰ e criados outros de utilidade incontestável, como o de jardinagem, horticultura e pomicultura; foram instituídas as seguintes seções de aprendizado técnico: trabalho em couro, trabalhos em tinta e estuque, trabalhos em tijolo, pedra e cimento, trabalhos em palha, vime e bambu e eletrotécnica (SODRÉ, 1916, apud, BRAGA, 1925, p. 98).

Para Suckow da Fonseca (1961, p. 261), o Regulamento de 1916

evitaria a especialização prematura, só sendo permitido ao aluno fixar-se em um ofício depois de conhecer todos os outros que lhe fossem afins. Para facilitar esse processo, os ofícios foram agrupados em seções [...], devendo o aluno percorrer uma seção inteira antes de especializar-se em um dos respectivos ofícios (FONSECA, 1961, p. 261).

Organizado dessa forma, o ensino profissional teria por fim proporcionar às pessoas de ambos os sexos a instrução técnica necessária para o exercício de funções em que pudessem, com facilidade, encontrar trabalho remunerador (SILVA, 1936). No entanto, o movimento reformista do ensino do Distrito Federal não se encerrou com a Reforma de 1916. Tanto assim que Antonio Prado Junior (1880-1955), engenheiro, empresário e prefeito do Distrito Federal de 1926 a 1930, defendia mais uma Reforma do ensino em geral (primário, normal e o profissional). De fato, essa Reforma acabou acontecendo por meio do Decreto nº 2.940, de 23 de janeiro de 1927 (Lei e Regulamento do Ensino), elaborado e implementado pelo educador Fernando de Azevedo. Essa reforma educacional e suas relações com o IPJA serão discutidas a seguir.

3.2. O IPJA e o novo Regulamento de 1927

Entre 1916 e 1927, ocorrem mudanças relacionadas às questões econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, como, por exemplo, o deslocamento do polo industrial do Rio de Janeiro para São Paulo (HAHNER, 1993). Em termos culturais, em 1922, inserida nas comemorações pelo Centenário da Independência, aconteceu a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; e o Rio de Janeiro sediou a Exposição

¹¹⁰ Sodré não nos informa a qual ensino supérfluo fazia referência.

Universal. Contudo, o clima não era só de festas. Houve tensões políticas agravadas pelo movimento tenentista, cujas lideranças não reconheciam a derrota de Nilo Peçanha nas eleições presidenciais de março de 1922. Então, os militares envolvidos foram presos e processados¹¹¹; no campo educacional, o movimento de Escola Nova.

Em face dessa circunstância, é relevante considerar que, segundo Diana Vidal e André Paulilo (2003), diferente dos matizes que a Escola Nova assumiu nos diversos países em que emergiu como alternativa ao ensino oficial, no Brasil, a configuração desse movimento ocorreu no interior da esfera pública. Nesse sentido, instalou-se em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Bahia e na Capital Federal. Nessa última, em três administrações seguidas: Carneiro Leão (1922-1926); Fernando de Azevedo (1927-1930); Anísio Teixeira (1931-1935).

Para os autores supracitados, tais administradores/reformadores eram comprometidos com a reestruturação dos mecanismos de controle das camadas populares no espaço urbano, cujo grupo visava ao trabalho produtivo e eficiente, à velocidade nas transformações sociais e à interiorização de normas comportamentais. Buscavam, portanto, convergência entre reforma educacional e reforma social, estando preocupados com o estado da cultura nacional (VIDAL e PAULILO, 2003).

No prenúncio dessa ambiência, o ensino profissional sofreu modificação significativa, especialmente a partir de 1916, quando os ofícios foram agrupados por seções; e a especialização, por um único ofício, extinguiu-se, como temos demonstrado.

A discussão desse tipo de formação se intensificou e, quando da reforma Fernando de Azevedo, em 1927, o IPJA se especializou em eletrotécnica e mecânica. Com isso, questiona-se: como essa questão foi contemplada na Reforma do Ensino Primário, Normal e Profissional do Distrito Federal do ano de 1927?

Fernando de Azevedo, ao expor os motivos que o levaram a reformar o ensino público do Distrito federal, em 1927, esclareceu que

a obra que se impõe é uma nova e única lei geral de ensino, que, aclarando e definindo a situação, tenha por objectivos fundamentaes, adaptar as instituições pedagógicas á realidade do meio social, dar a todos os institutos (primário, normal e profissionaes) uma finalidade precisa e um plano de estudos de accordo com essa finalidade, dentro dos modernos moldes de ensino, e, enfim, estabelecer entre elles e os que se crearem, as relações de coordenação e subordinação

¹¹¹ Verbete: Anos 20 – centenário da Independência. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia>. Acesso em 03 de junho de 2013.

necessárias, para servirem ao ideal commum de educação popular. Esses estabelecimentos de ensino têm funcionado, até agora, como instituições desconexas e solitárias, e não como peças articuladas de um mesmo aparelho [...] (MENSAGEM, junho de 1927, p.67).

Sendo assim, de que forma Fernando de Azevedo promoveu a articulação das escolas primárias e profissionais? Por meio dos cursos complementares de feição marcadamente vocacional, anexos a essas escolas, e sob a direção de professores primários (Art. n. 274 do Decreto 2.940 de 20 de novembro de 1927. In: BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, p. 106).

Nesse cenário, de acordo com artigo 375 do decreto 2.940

O Instituto Profissional João Alfredo se organizará de modo que tenda a tomar a feição nitidamente electro- técnica e mecânica, destinando-se a habilitar operários à prática de todos os ofícios relativos as industrias eletrotécnicas e mecânicas (mecânicos, eletromecânicos, telegrafistas, radio- telefonistas e telegrafistas) (BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, p. 106.)

Quadro 14- Programa de ensino – Artigos 371 e 375 do Decreto nº 2940 de 22 de novembro de 1927

Curso Teórico - Matérias comuns (dois primeiros anos)	
1º ano	2º ano
Português, matemática elementar, física e química, desenho, modelagem, música e canto, educação física (Art. 371).	Matemática elementar, química e física, geometria descritiva, mecânica geral. Higiene industrial, desenho, musica e canto, educação física(Art. 371).

Fonte: BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, 106 e segs. AGCRJ.

Quadro 15– Programa de ensino do IPJA¹¹²– Decreto nº 2940 de 22 de novembro de 1927

Curso Profissional – disciplinas especiais (3º e 4º anos)	Oficinas
Eletrotécnica e eletro – mecânica Estudos de geradores, motores, transformadores de corrente contínua e alternativa; Reparação, montagem e desmontagem de motores e aparelhos elétricos; telegrafia; telefonia e radio-telegrafia e outras aplicações da eletricidade. ferraria e serralheria; ajustagem e tornaria; fundição e modelagem; mecânica aplicada a motores de explosão. Ensino da tecnologia da profissão, conforme a finalidade de cada estabelecimento (Art. 375).	Reparação, montagem e desmontagem de motores. Ferreiro e serralheiro; ajustador e torneiro; fundição e modelagem.

Fonte: BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, p. 106 e segs. (AGCRJ).

O programa de ensino previa no Art. 270:

O ensino completo, no curso profissional, theorico e prático será de 4 anos, dos quais o ultimo constituirá o curso de aperfeiçoamento.

§ 1º - o ensino do 1º anno e do 2º não será especializado, dividindo-se os alumnos por turmas para fazerem estágios nos diversos officios correlatos ou do mesmo grupo.

§ 2º - completo os estágios dos officios correlatos e em series ou secções, será feita no 3º e 4º anno a especialização no officio escolhido dentre os do mesmo grupo já conhecidos e tratados (BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, p. 106).

A saber, os estágios nos diversos officios correlatos ou do mesmo grupo foram previstos no Art. 270 e o ensino de tecnologia da profissão seria ministrado nas oficinas por professores ou mestres, segundo o Art. 371. Já a especialização do aluno no officio escolhido dentre os do mesmo grupo (já conhecidos e tratados durante os estágios) ocorreria nos dois últimos anos dos estudos, quando a partir da “própria experiência e pesquisa” adquirida nos anos iniciais já havia alargado seus horizontes (Art. 271).

No que diz respeito às finalidades do ensino técnico profissional, o que se observa do texto do Art. 269, do Decreto 2.940 de 1927, refere-se ao que Fernando de Azevedo defendia sobre essa modalidade de ensino no Inquérito de 1926¹¹³. Tanto assim que uma parte do texto escrito pelo educador para justificar o Inquérito em

¹¹² O grupo de disciplinas foi organizado de acordo com a finalidade de cada estabelecimento de ensino profissional (Art.372).

¹¹³ Segundo os estudos de MAGNA, Maria da Silva e NOMA, Amélia Kimiko (2009), Fernando de Azevedo, em vários momentos de sua vasta obra, proclama o papel histórico do Inquérito de 1926. Na apreciação do intelectual, este documento esteve na base de sua Reforma do Ensino do Distrito Federal em 1927.

relação às finalidades do ensino técnico profissional estava presente na referida norma.

Leiamos:

o ensino técnico profissional tem por finalidade:

- a) ministrar o conhecimento e a prática de um officio;
- b) elevar o nível moral e intellectual do operário;
- c) despertar-lhe e desenvolver-lhe a consciência de suas responsabilidades, como a consciência das bases scientificas e da significação social de sua Arte;
- d) alargar-lhe a visão technica e Artística;
- e) aperfeiçoar-lhe a technica no sentido de maior rendimento do trabalho
- f) transformal-o por esta maneira em elemento do progresso technico nas officinas e nas industrias nacionaes (BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, p.106 e segs.)

Destaca-se que a reforma Fernando de Azevedo manteve a continuidade da assistência social escolar por meio do IPJA, do Instituto Ferreira Vianna e do Instituto Profissional Feminino/Orsina da Fonseca (Decreto 2.940, arts. 551, 552 e 553). Para a matrícula nessas instituições asilares/escolares, o menor deveria ser brasileiro, de preferência nascido no Distrito Federal, órfão de pai e mãe, órfão de pai ou de mãe. Se o progenitor fosse vivo, deveria provar que era indigente ou interditado; seriam preferidos os órfãos de ex-empregados municipais que não tivessem deixado montepio suficiente para a manutenção da família.

Vale explicar, também, que cada menor internado, necessariamente, deveria ter um responsável por ele que encaminharia junto ao requerimento à matrícula documentos comprobatórios da condição social e do grau de escolarização do candidato (atestados de pobreza e certidões de óbito, caso fosse órfão, certificado de conclusão do primário de cinco anos e/ou aprovação em Exame de Admissão). Para efetivação da matrícula, o menor seria submetido a exame médico, sendo que não seriam admitidos os “retardados mentais e os atacados de moléstia incurável ou contagiosa (Arts.554,555, 556 e 559).

Nessa configuração, houve queda da matrícula no IPJA, conforme dados computados (cf. quadro 12, p. 114), o que nos convidou a perguntar se esse modelo de formação – especialização do ensino no IPJA – poderia não ter sido interessante para os responsáveis que escreviam seus requerimentos à matrícula no IPJA?

3.3. Requerimentos à matrícula: O IPJA e seus alunos

Pode deixar o menino sem cuidado. Aqui eles endireitam, saem feitos gente, dizia um velho alto e magro para o meu tio Juca, que me levava para o colégio de Itabaiana [...] Na cama começavam a chegar os meus pensamentos. Éramos seis no quarto pequeno de telha-vã. Ninguém podia trocar palavras. Falava-se aos cochichos, e para tudo lá vinha: é proibido. A liberdade silenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa [...] (Rego, 1977, p. 38)¹¹⁴

De modo ilustrativo, a epígrafe supracitada fornece pistas para imaginarmos a forma como se iniciava a vida de um jovem aluno em um internato, tomando como referente o Colégio de Itabaiana/PB e o protagonista deste romance de caráter autobiográfico, Carlos de Melo, personagem central do romance *Doidinho*.

No IPJA, o início da vida de interno dos meninos se dava a partir dos requerimentos de matrícula, encaminhados por diferentes sujeitos ao diretor do estabelecimento e/ou ao prefeito do Distrito Federal, solicitando deferimento, como veremos adiante.

Já a manifestação concreta da pobreza, emerge da narrativa presente nos requerimentos. Tratando-se do grupo familiar, as mães argumentaram terem ficado mais pobres em função de morte do marido ou, ainda, por terem sido abandonadas pelo mesmo. Essa condição social específica é expressa nos requerimentos à matrícula, que também trazem a marca do desejo de mudança da condição de vida de seus filhos.

Por outro lado, os pais alegaram terem perdido o emprego e/ou estariam doentes, mas também utilizaram o argumento da viuvez como motivo de aumento da pobreza. Quanto aos padrinhos e/ou protetores, utilizaram como argumento o fato de estarem cuidando de crianças cujos pais faleceram ou as abandonaram. Essas justificativas são encontradas no conjunto de documentos que compõe as pastas/dossiês dos alunos.

Tais constatações me conduziram à produção de uma amostragem a ser utilizada nesta análise, que, certamente, é limitada, pois resulta de uma escolha que foi necessária para tornar possível traçar o perfil aproximado do aluno do IPJA e, dessa forma,

¹¹⁴ REGO, José Lins. **Doidinho**. José Lins do Rêgo escreveu o romance *Doidinho* em 1933. Nele, descreve as experiências da vida de Carlos, personagem principal do romance, enquanto aluno interno do Instituto Nossa Senhora do Carmo, localizado em Itabaiana/PB.

perceber o lugar dessa instituição na figuração formada pelo grupo familiar, padrinhos e/ou protetores, os jovens e o poder público.

Nesse sentido, o estudo de Carlota Boto (BOTO, 2004) também foi considerado:

se observarmos o processo da escolarização com cautela metodológica e serenidade histórica, perceberemos ainda – menos por razões intelectuais do que pela gritante evidência do empírico – reivindicações explícitas e veementes das camadas economicamente desfavorecidas pelo direito à instrução [...] (BOTO, 2004, p. 17).

Em se tratando do IPJA, a demanda foi para que os jovens aprendessem uma profissão. Sendo assim, iniciemos com exemplos de situações de pobreza presentes nos requerimentos à matrícula, escritos por mães e pais viúvas/os ao Prefeito do Distrito Federal:

D. Maria Leopoldina de Abreu Luisa **viúva, pobre**, residente com sua filha á Rua Grajahú 40, tendo criado um menor orfão com 12 anos de idade, e lutando a supplicante com extremas dificuldades para a sua manutenção e a do referido menor, menino **inteligente, forte e aproveitável**, não lhe podendo dar a precisa instrucción e tendo preenchido as formalidades exigidas, vem pedir a V.^a Ex.^a se digne mandal-o admittir como alumno do Instituto Profissional “João Alfredo”, o que sendo de justiça espera deferimento. Rio, de Janeiro, 12 de Janeiro de 1923

Maria Leopoldina de Abreu Luisa (AADMD, Pasta 1924 – NPL – 078. Grifos meus).

Outra mulher viúva alega que

não possuindo recurso para a manutenção de seu filho menor, orfão de pae, de 13 annos de idade, nem mesmo recurso para sua educação, vem pedir a V. Exa. apelando para o seu bondoso coração, para mandar internnal-o em um dos institutos mantidos pela prefeitura. Com o **que lucrará o citado menor, contribuindo assim para ser elle um cidadão aproveitável á sua Patria.**

Rio de Janeiro, 08 de março de 1924 (AADMD, Pasta 1924 073 MST. Grifos meus)¹¹⁵.

Ainda, há requerimentos em que a mãe do jovem informa à autoridade constituída a causa morte do marido, como o de Olivia de Sá Ribas, que é

brasileira, residente a rua Engenho de Dentro 231 viuva do tabelião da Foz do Iguassú, Franklin de Sá Ribas, que foi **fusilado pelos**

¹¹⁵ O menor em questão permaneceu por dois anos no IPJA e, em 1926, assinou um documento atestando a retirada de seus documentos.

revoltosos, quando em serviço do governo Federal naquela cidade, vem solicitar á V^a. Ex^a. a internação de seu filho menor de 13 annos de idade, no Instituto [profissional] João Alfredo. Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro 31 de Maio de 1927.

Olivia de Sá Ribas. (AADMD, pasta 1928 – ASR – 003. Grifos meus).

Em relação aos pais, a viuvez também foi argumento para requerer matrícula no IPJA. Nesse sentido, Manuel Felipe Teixeira escreveu ao Prefeito do Distrito Federal, afirmando ser funcionário público, brasileiro, viúvo e pai de nove filhos menores. Em seus termos, afirmou que

tendo o mais velho a idade de quatorze annos, privados para sempre dos cuidados maternos e o **requerente sendo pobre** conforme prova com o attestado passado pelo Snr. Delegado de Policia desta localidade, necessita internar [dois deles] num **estabelecimento de amparo**; assim sendo mui respeitosa e requer a V^a.Ex^a. que se digne mandar internar os dois menores acima referidos no Instituto ‘João Alfredo’. Nestes termos, pede e espera deferimento.

Angra dos Reis, 23 de Janeiro de 1928.

Manuel Felipe Teixeira (AADMD, MT 042. Grifos meus).

Em alguns requerimentos, o autor do pedido de matrícula delegava ao prefeito a escolha do estabelecimento em que os filhos seriam matriculados. Nesse caso, são exemplares dois requerimentos à matrícula, os quais, embora datados com dois meses de diferença, provavelmente são um único autor. O primeiro, de Georgina Candida Rebello Nunes, que é

viuva, pobre e vivendo com as maiores privações para a criação e até alimentação de seus **13 filhos, 11 dos quaes menores** que em sua companhia vivem a rua Felipe Camarão nº 59 – casa 8, vem mui respeitosa e implorar de V^a. Ex^a a **caridade**, de como esmola, mandar admitir, para serem educados, dois d’esses seus filhos: “Manuel” e “Francisco” aquele com 14 annos, no Instituto João Alfredo, e este, com 11 annos, no Instituto Ferreira Vianna. Esmola que de joelhos agradece em **prece ao bom Deus**. Assim pedindo, junta para comprovação do allegado os documentos necessários, esperando e aguardando de V^a. Ex^a o parecer favorável. Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1926.

A *rogo de* Georgina Candida Rebello Nunes (AADMD, pasta, 1926 – FMN – 046. Grifos meus).

O segundo requerimento é de João Antônio da Silva, pai de cinco filhos menores, que estaria

vivendo com as maiores privações para a criação e até alimentação destes, que em sua companhia vivem a Rua Felipe Camarão 48-c-1, vem muito respeitosamente implorar de V^a. Ex^a. a **caridade**, de mandar admitir para serem educados, dois dos seus filhos Maria e Sylvio, um com **12 annos no Instituto João Alfredo e o outro com 10 para o Ferreira Vianna** que, de antemão e de joelhos **agradeço em prece do bom Deus**. Assim pedindo, junta para a comprovação do allegado os documentos necessários esperando e aguardando de V^a. Ex^a. o parecer favorável.

Rio 22 de Março de 1926.

João Antônio da Silva (AADMD, pasta, 1927 SAS – 113. Grifos meus).

Os argumentos utilizados nos dois requerimentos do ano de 1926 muito se aproximam: ambos demonstram conhecimento das condições previstas nas normas das instituições de proteção, ou seja, o Instituto Ferreira Vianna – 8 aos 11 anos de idade e o IPJA de 12 aos 15 anos de idade; há similitude na forma de evocação à proteção divina; por fim, os requerentes moram no mesmo bairro e rua. Ao mesmo tempo, distanciam-se porque, provavelmente, o pai seria alfabetizado, uma vez que a palavra “a rogo de” se fez presente apenas na carta da mãe.

O fato de não saber ler nem escrever não foi impedimento para que as mães buscassem proteção pública para seus filhos órfãos. Tanto que essas mães acionaram pessoas de suas relações sociais que escreveram requerimentos a partir de seus pedidos, visto que não eram alfabetizadas, conforme comprovada, no requerimento, a expressão *a rogo de*. A carta/requerimento, nessa condição, possui o seguinte apelo ao Prefeito: que aceite a certidão de óbito do pai do menor Orídio Sebastião de Carvalho, mesmo contendo erros, os quais a mãe não pôde pagar para retificá-los. Diz a requerente:

Exm^o Sn. Dr. Prefeito do Districto Federal

Maria José do Amparo que pede à internação de seu filho, Orídio Sebastião de Carvalho, em um dos estabelecimentos de ensino profissional gratuito, da Prefeitura; vem mais pedir-vos o seguinte:

Que seja relevado por V^a Ex^a. à exigência que por acaso queira fazer, da contradicção entre a certidão de óbito do fallecido pae do menor; e o registro civil deste:

Como diz o registro civil, João Marinho de Carvalho, fallecido à 31 de Maio de 1914, éra pae natural do referido menor, tendo elle declarado na Reitoria ser filho legitimo com intenções de se casar com a supplicante o que não fez; nem legitimou o filho até à hora de fallecer. E que na presente certidão de obito só está João Marinho, pois o medico só attestou assim pelo facto de só estes dois nomes serem usados nas receitas. Outrosim; não é verdade que elle não tenha deixado filhos, pois deixou dois naturaes desta união; uma menina já fallecida, e Orídio Sebastião de Carvalho]; é que à declaração foi feita por pessoa estranha. Que de posse do attestado de nada mais procurou

saber, éra elle o empregado da casa de caixões só à elle existia o interesse de vender o dito caixão, e não querendo se dar ao trabalho de voltar e informar, fez à declaração como entendeu; e no momento como é natural de perturbação; e a ignorancia permite muitas vezes, não foi lembrado o que devia ser, e assim, mais uma vez vem depor aos vossos pés supplicando à retenção desta falta imprevista e independente da sua vontade, pois à peticionaria é pobre sem nenhum recurso lutando com serias e enormes difficuldades, não póde pagar as custas de cartório para rectificação. E como à vontade de V.^a Ex.^a. pode vencer todas às difficuldades e que está em vossas mãos [ilegível], à supplicante confiada nos seus bons sentimentos de humanidade pede e espera favorável deferimento.

Capital Federal 19 de agosto de 1921.

A rogo de Maria José do Amparo por não saber escrever.

Assina: Eduardo Machado Junior (AADMD, pasta 1923 OSC. Grifos meus)¹¹⁶.

Os argumentos contidos nos Atestados de Pobreza, em muito, assemelhavam-se àqueles dos requerimentos à matrícula, como veremos a seguir:

viúva do fallecido Olavo Braga residente nesta Capital a Rua Azevedo Lima nº 14 - Bairro de Itapiru. Achando-se em condição de pobreza, como prova com o annexo atestado do Ilmo. Sr. Dr. Delegado do 9º Districto Policial, que não lhe permite cuidar como deve da educação de seus trez filhos menores, **obrigada a trabalhar** a fim de custear parcamente a sua subsistência e dos mesmos, vê, confiada na valiosa protecção e elevado espírito de justiça de V. Exa. Pedir-vos amparo para seu filho menor Alayto de 10 annos de idade o que prova com a inclusa certidão, mandando-o internar no instituto de Ensino “João Alfredo” – ou no “Ferreira Vianna”.

Nestes termos, espera de V. Exa.

Rio de Janeiro 22 de Maio de 1926.

Alayde Pereira Vaz Braga.

(AADMD, pasta 1927 – AB – 005. Grifos meus)

Havia casos em que não era a viuvez da mulher a causa de sua pobreza e, por extensão, a não condição financeira para prover a educação de seus filhos menores. Nesse caso, desponta-se, como exemplo, a carta da mãe, que é

casada e abandonada por completo pelo seu marido vivendo em estado de miséria, obrigada a se empregar para sustentar seus filhos menores, requer que V. EX.^a. Se digne a fazer a grande esmola de mandar admitir no IPJA seu filho Jaime.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1923.

A *rogo* de Elvira do Nascimento Fonseca por não saber ler nem escrever.

Assina: João Pastor de Lima (AADMD, Pasta 1924, 049 JDF. Grifos meus)

¹¹⁶ Em 1923, o Prefeito autorizou a matrícula do referido menor e em agosto de 1931, aquela mãe retornou ao IPJA para retirar os documentos do filho (AADMD, pasta 1927 – AB – 005).

Outros argumentos foram utilizados para justificar o pedido à matrícula, como o da mãe do menor Oldemar de onze de idade, que se encontrava “em extremo estado de pobreza” e diante dessa condição social,

vem appelar para o coração generoso de Vossencia afim de que seu filho fosse internado no Instituto Ferreira Vianna ou outro estabelecimento de ensino mantido pela Municipalidade.

Vivendo exclusivamente de seu **exaustivo trabalho de costureira**, com seis filhos menores, a requerente tem ainda de zelar por seu marido inválido, completamente impossibilitado de se locomover, conforme prova a Vossencia pelo documento junto, o que poderá Vossencia verificar. Assim sendo, **bem triste é o futuro que prevê a seu filho**, si Vossencia, com a bondade que o caracteriza. Delle não se amerceie. Appellando mais uma vez para a bondade de Vossencia, a requerente **espera que a protecção de Vossencia o salve da perdição das ruas, dando-lhe a instrucção que necessita e tornando-o útil a si á Patria e a família.**

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1924.

Maria Lago Camara (AADMD, Pasta 1924 OCC 084. Grifos meus)¹¹⁷.

Pais doentes e com numerosa família também requeriam matrícula ao Prefeito da cidade para seus filhos, sem especificarem em qual dos institutos desejavam que seus filhos recebessem assistência e educação para o trabalho. Por exemplo, Ernesto Vieira da Costa, que é

casado com Brazilia Vieira da Costa pae de Felipe Vieira da Costa, com 11 annos de idade, como se vê da inclusa certidão vivendo em estado de extrema pobreza (attestado junto) e sobre tudo, **achando-se o supplicante enfermo há mais de dois annos sobre o seu leito de dôr e miseria** (attestado incluso) impossibilitado, portanto de prover os meios de subsistencia de seus **oito filhos, todos menores** que se resentem lamentavelmente da falta daquelles meios, vem requerer a V^a. Ex^a. haja por bem, acolher mandando internar em qualquer dos estabelecimentos de ensino a cargo desta prefeitura, aquella desamparada criança filho do supplicante, contribuindo dessa forma, meritoriamente e caridosamente, para que melhor seja o futuro reservado á essa infeliz criança.

Rio Janeiro 19 de Janeiro de 1928.

Ernesto Vieira da Costa (AADMD, pasta, 1928 – FVC – 020. Grifos meus).

A precariedade do domicílio também era incluída como ferramenta de convencimento ao Prefeito, a fim de que o filho conseguisse se matricular no IPJA, como visto na carta/requerimento escrita por

¹¹⁷ O pedido de matrícula foi atendido em 03 de abril de 1924, quando Oldemar teve sua matrícula efetivada. Em 16 de março de 1927, consta nos documentos consultados que o mesmo “abandonou o lugar”.

Manoel Pinto da Silva pae do menor Laerts Pinto da Silva orphan de mãe, conforme a certidão junta, **não dispondo de domicílio adequado** e recursos para a permanência sustento e ensino do referido menor, como prova com o attestado anexo, roga a V. Ex. se digne mandar internar-o no Instituto Profissional João Alfredo. Sendo de inteira justiça e crente no alto espírito de V. Ex. o supplicante pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de março de 1923.

Manoel Pinto da Silva (AADMD, 1924 – pasta 067 LPS. Grifos meus).

O desejo de uma vida diferente para o filho também foi expresso na carta/requerimento escrita em janeiro de 1928 por Bôaventura da Cruz Sarmiento.

Exmo. Snr. Dr. Prefeito do Districto Federal digo Snr Dr. Diretor do Instituto Profissional João Alfredo.

Boaventura da Cruz Sarmiento, empregado no Jardim Hotel, e residente á Rua José Lucas de Almeida nº 47, Parada de Lucas, tendo ficado recentemente, viúvo e com dois filhos menores, um dos quaes com 12 annos, de nome Adalberto, a quem o supplicante desejava internar uma Escola proficcional (sic) afim de preparal-o para futuramente, **ingressar na vida social devidamente aparelhado para o trabalho**; mas, como os recursos de que dispõe o supplicante não sejam sufficientes para tanto, como prova o attestado policial que ora junta, vem muito respeitosamente requerer se digne V^a. Ex^a. de mandar internar o referido menor num dos Institutos mantido pela Municipalidade, em face dos motivos espostos.

Espera o supplicante que V^a. Ex^a., no seu alto espírito de justiça, attenderá ao desejo de um pae, baldo de recurso, que muito almeja iniciar- se o próprio filho no caminho do trabalho.

Assim, pede a E. R. Mcê.

Rio de Janeiro 10 de janeiro 1928.

Bôaventura da Cruz Sarmiento (AADMD, pasta, 1928 – ACS – 001. Grifos meus)¹¹⁸.

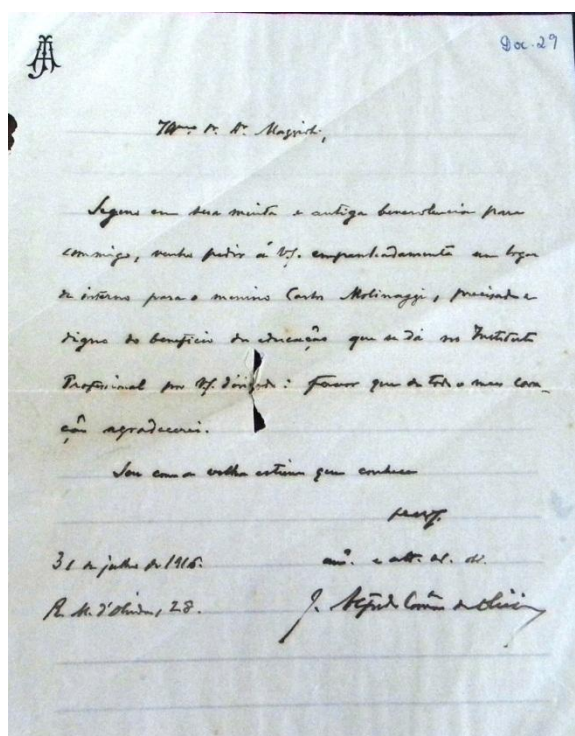
Em geral, nos requerimentos à matrícula no IPJA, percebe-se que os argumentos da pobreza são mais comuns. É até possível pensar que essa fosse uma escrita protocolar, indiciando que as relações entre os requerentes e o poder público eram mediadas por uma espécie de interesse solidário. Mesmo porque, há, predominantemente, o argumento da pobreza como justificativa para requerer a matrícula cujas cartas narravam histórias tristes de causas de pobreza. Existem, ainda, requerimentos cujos argumentos de convencimento para que a autoridade municipal autorize a matrícula do menor são os mais variados em um único pedido de matrícula.

À luz dessas ponderações, conclui-se que tanto os requerimentos à matrícula quanto os attestados de pobreza confirmaram a dimensão essencialmente assistencialista

¹¹⁸ Em 06 de março de 1928 o menor foi submetido a exame de admissão ao IPJA.

do IPJA. Dessa forma, a assistência pela profissionalização, ora negada ora reafirmada por autoridades municipais, como vimos no segundo capítulo deste estudo, era a principal demanda dos responsáveis pelos jovens candidatos à matrícula no IPJA.

Entretanto, houve situações em que pessoas ligadas à política brasileira escreveram ao diretor do IPJA pedindo matrícula para seu “protegido”, como feito pelo ex- ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919). Acompanhemos a transcrição a seguir:



Transcrição

Ilmo. Sr. Dr. Magioli

Seguro em sua muito e antiga benevolência para comigo, venho pedir à Vs. encarecidamente um lugar de interno para o menino Carlos Molinajji, precisando e digno do benefício da educação que se dá no Instituto Profissional por Vs. Dirigido: favor que de todo o meu coração agradecerei.

Vou com a velha estima que conhece
[ilegível]
31 de julho de 1916 [ilegível]
R. de Janeiro, 28. João Alfredo Corrêa
de Oliveira

Figura 7- Carta de João Alfredo Corrêa de Oliveira à Alfredo de Azevedo Magioli Maia – 1916. Acervo: CEJA

Outro político, Nilo Peçanha (1867-1924), também escreveu ao diretor do IPJA pedindo-lhe o favor de matricular o filho de certa senhora identificada como Palmyra de Oliveira Varella.

Esses dois exemplos contribuem para observarmos que a experiência educacional do IPJA foi atravessada por relações sociais apoiadas na prática do “favor”. Logo, estudar os efeitos dessas relações no IPJA demanda outro investimento, pautado nas seguintes questões: todos os pedidos de favor foram atendidos? Quem eram os grupos sociais e como estabeleceram relações com os políticos mencionados?

Em relação às profissões dos autores dos requerimentos à matrícula no IPJA, apesar de um número expressivo de documentos computados (68,67%), os mesmos não

informam a profissão dos requerentes. No entanto, a pesquisa deu visibilidade a uma multiplicidade de profissões. Dentre os homens, temos funcionários públicos (4,31%), militares (2,22%), trabalhadores no comércio (4,98%) e operários (3,36%) cujas profissões tiveram maior representatividade. Entre as mulheres, prevaleceram os serviços domésticos (7,07%), que poderiam ser ou não remunerados. Considerando o baixo número de mulheres que exerciam trabalho remunerado, bem como o fato de que 41,24% dos menores eram órfãos de pai, como veremos adiante, a perda do marido era consideravelmente significativa para o empobrecimento da família (Quadro 16).

Quadro 16– Profissões dos responsáveis pelos alunos – 1894– 1932

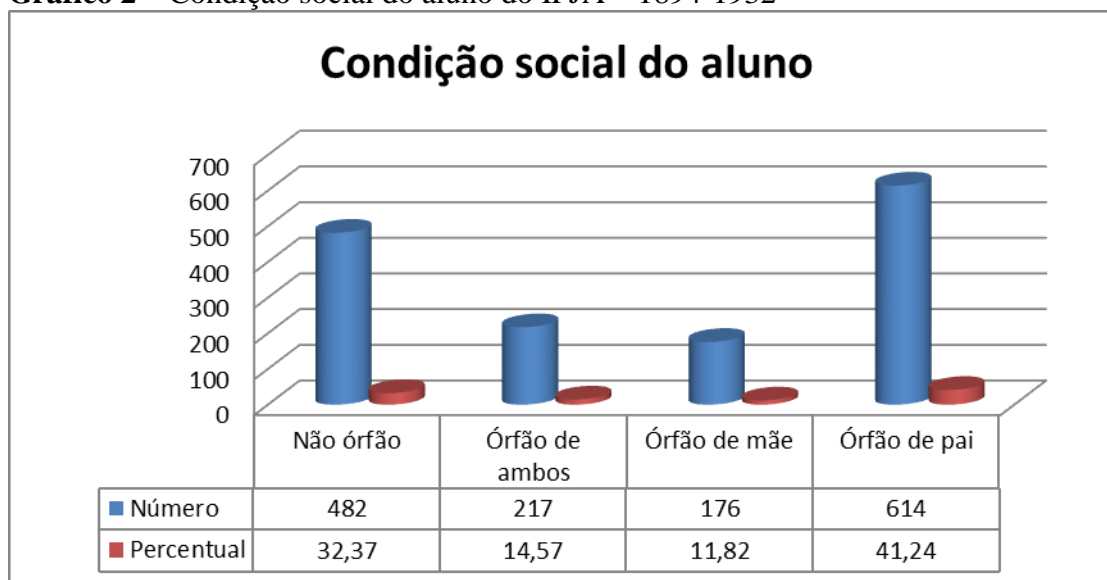
Profissões	Número	Porcentagens
Não informado	1.019	68,57
MULHERES		
Artista	2	0,13
Fabricação (costureiras, chapeleiras)	5	0,34
Serviços domésticos	105	7,07
Funcionária Pública	4	0,27
Operária	1	0,07
Professora	1	0,07
HOMENS		
Agricultura (incluindo pesca)	17	1,14
Artista	13	0,87
Carpinteiro	10	0,67
Carteiro	1	0,07
Comércio	74	4,98
Cozinheiro	2	0,13
Eletricista	2	0,13
Encadernador	2	0,13
Escrivão	1	0,07
Estivador	1	0,07
Fabricação (Alfaiates, construtores)	6	0,40
Ferreiro	1	0,07
Forças armadas e militares (major, capitão, tenente)	33	2,22
Funcionário Público	64	4,31
Funileiro	1	0,07
Guarda Civil	3	0,20
Guarda-livros	7	0,47
Impressor	1	0,07
Industrial	1	0,07
Jornalista	2	0,13
Mal definidas ("trabalhador"; empregado de "baixa categoria")	16	1,08
Maquinista	1	0,07
Marceneiro	1	0,07
Mecânico	3	0,20
Mestre de oficina de entalhador	1	0,07
Modelador	1	0,07
Músico e Compositor	1	0,07
Operário	50	3,36
Pintor	2	0,13

Profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros, farmacêutico)	11	0,74
Professor	7	0,47
Relojoeiro	1	0,07
Tipógrafo	5	0,34
Torneiro	2	0,13
Transporte (Cocheiro, Carregador, Motorista)	5	0,34
Total	1.486	100%

Fonte: Pastas dossiês dos alunos (AADMD)

Já o perfil do aluno, de acordo com parte da documentação do IPJA consultada e computada (1.486 pastas dossiês de alunos), verificou-se que apenas 32,37% dos alunos matriculados no IPJA não eram órfãos e 41,24% eram órfãos de pai (cf. gráfico 2).

Gráfico 2 – Condição social do aluno do IPJA – 1894-1932



Fonte: Pastas dossiês dos alunos (AADMD).

No que diz respeito à naturalidade, a maioria (70,11%) declarou ter nascido no Distrito Federal e 7,39% não informou sua naturalidade (quadro 17).

Quadro 17 – Naturalidade dos alunos – 1894-1932

Naturalidade	Número	Percentual
Bolívia	1	0,07
Capital Federal	1.044	70,11
Estado da Bahia	8	0,54
Estado da Paraíba	1	0,07
Estado de Alagoas	2	0,13
Estado de Goiás	1	0,07
Estado de Minas Gerais	48	3,22
Estado de Pernambuco	10	0,67
Estado de Santa Catarina	1	0,07
Estado de São Paulo	41	2,75
Estado do Amazonas	3	0,20
Estado do Ceará	5	0,34
Estado do Espírito Santo	6	0,40
Estado do Maranhão	3	0,20
Estado do Mato Grosso	2	0,13
Estado do Pará	4	0,27
Estado do Paraná	2	0,13
Estado do Rio de Janeiro	179	12,02
Estado do Rio Grande do Norte	1	0,07
Estado do Rio Grande do Sul	3	0,20
Estado do Sergipe	3	0,20
Estados Unidos da América	1	0,07
Inglaterra	1	0,07
Itália	1	0,07
Não informado	110	7,39
Portugal	6	0,40
Rio Grande do Sul	1	0,07
Rússia	1	0,07
Total	1.489	100%

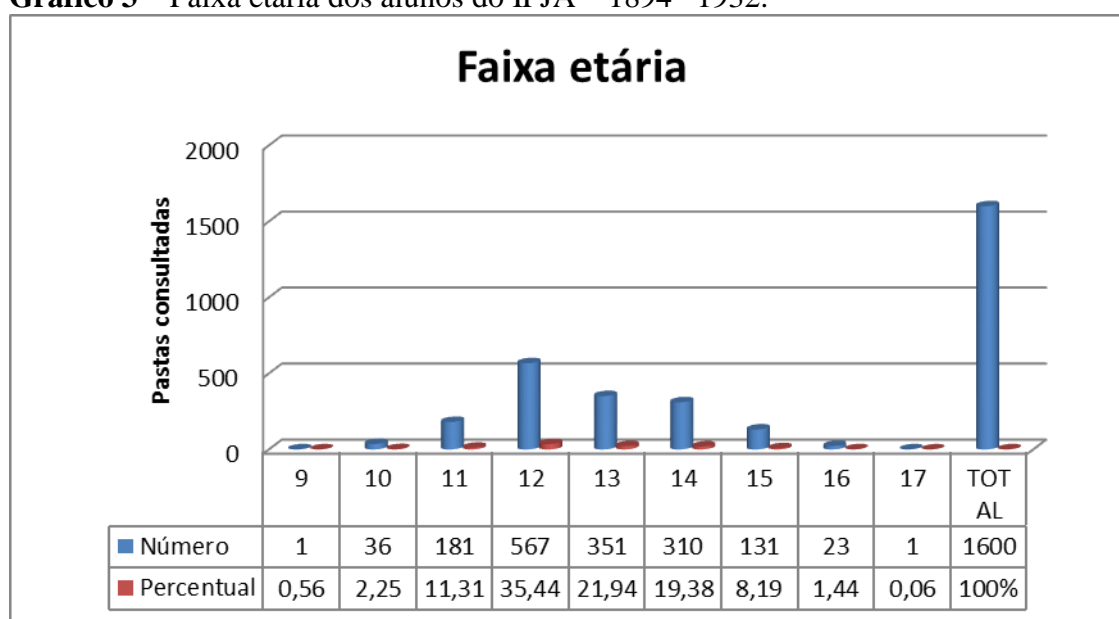
Fonte: Pastas dossiês dos alunos (AADMD)

Em relação à faixa etária matriculada no IPJA, constatou-se a presença de alunos com idade mínima e máxima fora daquela prevista nas normas da instituição. Como exemplo, o caso de Adélia Zerbini, viúva, que alegou não poder manter, em sua companhia, o menor Guilherme, de 9 anos de idade, órfão de pai. Devido a essa situação de pobreza, Adélia, em 11 de março de 1927, escreveu ao Prefeito do Distrito Federal, “pedindo-lhe respeitosamente que, à vista dos documentos juntos, que comprovam o alegado mandeis admitil-o no Instituto Ferreira Vianna”¹¹⁹.

¹¹⁹ AADMD, pasta, 1927 – GZ – 049.

Com efeito, a autoridade competente expediu deferindo que a matrícula do referido menor fosse efetivada no “Instituto João Alfredo, em 26 de maio de 1927”; portanto, no mesmo mês em que a carta foi escrita. Porém, não foi possível a localização de documentos que justificassem a matrícula de um menino de 9 anos de idade no IPJA, considerando que o mesmo deveria ter sido matriculado no Instituto Ferreira Vianna, conforme pedido da própria mãe. Apesar disso, verificou-se que a maioria dos alunos (69,48%) encontrava-se dentro da faixa etária prevista nas normas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Faixa etária dos alunos do IPJA – 1894 –1932.



Fonte: Pastas/ dossiês – 1894-1932 (AADMD).

Especificamente sobre os alunos, identificamos, por meio da leitura das fichas de matrícula e das certidões de batismo e de nascimento, alunos brancos (53,02%), pardos (14,46%), pretos (3,79%), morenos (0,11%) e caboclos (0,11%).¹²⁰. Observou-se que a maioria era de cor branca. Entretanto, no cruzamento das fichas de matrículas com as certidões de batismo e/ou nascimento do aluno, percebeu-se que não havia consenso a respeito dessa informação. Observando, em especial, a população negra e ex-escrava, Hebe Matos (2011) concluiu que, por razões evidentes da condição social desta parcela da população, esta preferia, nas situações formais de igualdade, não falar de sua cor.

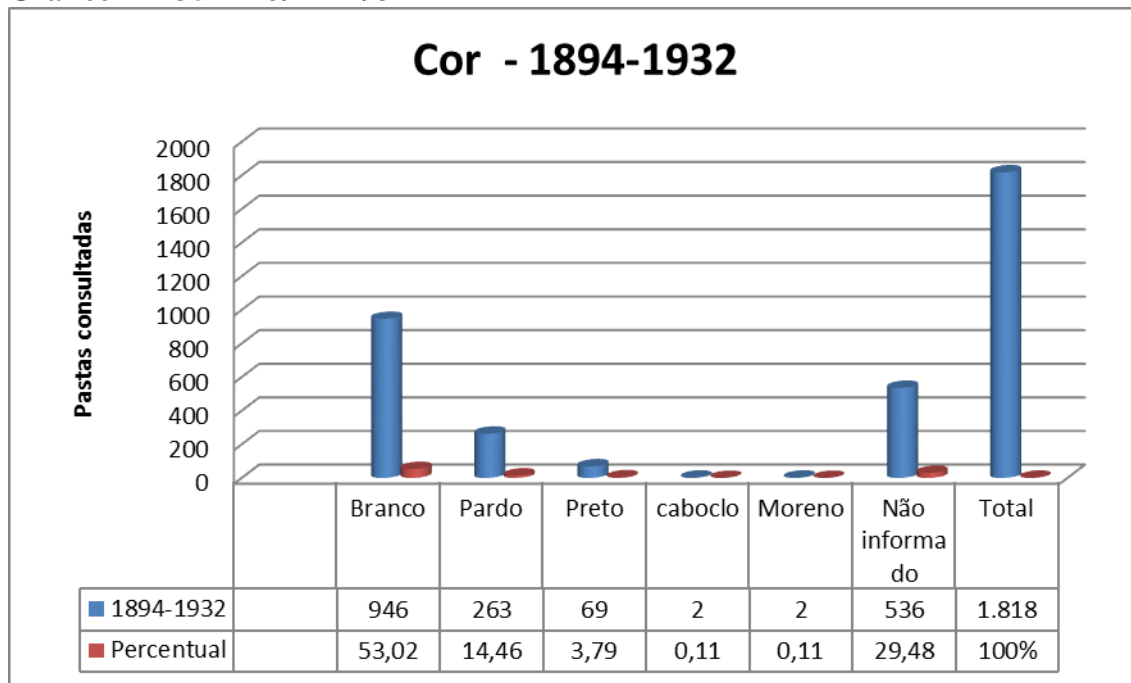
¹²⁰ Segundo as normas técnicas elaboradas pelo IBGE a categoria caboclo foi utilizada pelo primeiro Censo Demográfico de 1872 para contabilizar a população indígena do país.

Publicação IBGE Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf

Segundo a mesma autora, porém, após a abolição, a cor se transformou numa marca simbólica de um passado escravo.

Gráfico 4 – Cor – 1894 – 1932



Fonte: Pastas/ dossiês – 1894-1932(AADMD).

Quanto à característica do tipo de formação a ser oferecida, se mais especialista ou genérica, não havia consenso sobre uma ou outra. Por exemplo, o diretor do IPJA, Alfredo de Azevedo Magiole Maia, ao se posicionar perante os trabalhos da Comissão de 1919 acerca da instituição que dirigia, afirmava que o tempo de formação de 5 anos deveria ser utilizado para a aprendizagem de um único ofício, que precisava, ainda, ser dividido com

[...] Portuguez - chorographia do Brasil e noções de geographia geral - arithmetica - noções de algebra - geometria - noções de chimica - noções de história natural - physica - desenho - algum tempo consagrado a trabalhos ruraes; á modelagem; á gymnastica e exercicios militares, etc., e ainda dedicar-se a um officio que lhe garanta subsistencia. Se procurarmos ver os trabalhos dos alumnos desta casa, acharemos: tres horas de aulas diarias; uma hora, no minimo, para uma das aulas extraordinarias, uma hora de estudo e tres horas de officinas. Teremos assim oito horas de trabalhos diarios, que resumem o máximo de tempo exigivel de um menino. Dado o anno escolar de dez mezes, sem haver doenças e folgas, ficando cada mez reduzido a 72 horas de trabalho na officina, equivale cada anno escolar a pouco mais de tres mezes de frequencia assidua ao officio. É possível, nessa exequidade de tempo conseguir-se de meninos applicação proveitosa em uma série de officios? Não parece que todo

tempo é pouco para aprender regularmente um só officio? E, pergunto ainda, será, caso, tão má a especialização para que a repudie como prejudicial ao operário ou ao futuro industrial da nossa patria? O que vemos em todas as profissões é que as especialidades constituem carreira de vantagens para os que as exercem e para a collectividade. É questão do factor importante -Tempo - que inibe a qualquer humano a perfeição em varios ramos do conhecimento [...] É preciso, entretanto, conhecer as necessidades industriaes de occasião, isto é, estar a par do progresso das industrias para que o ensino nesta casa seja efficiente e de resultados immediatos aos alumnos desta casa. Assim, o ensino de torneiro de madeira não deve ser nesta casa uma especialização. Sem capital para montar a officina, vê-se o menino que sabe, apto a trabalhar como torneiro, á mercê do limitado numero de tornos das fabricas, e forçado, portanto, a procurar outro meio de vida. O aprendizado de torneiro de madeira, deve ser dado a todos os alumnos dos demais officios de madeira [...].

Instituto profissional João Alfredo, 28 de fevereiro de 1919. Dr. Alfredo Magioli (MAGIOLI, 1919, *apud*, COMISSÃO, 1919, p.88).

No fim dos anos 20, o médico Alfredo de Azevedo Magioli Maia, que ocupara a direção do IPJA desde 1905, aposentou-se. Então, a direção do IPJA foi assumida pelo também médico José Joaquim Ferreira Piragibe. A respeito da gestão de Piragibe, tanto no IPJA quanto no Instituto Profissional Ferreira Vianna, onde também exercera a função de diretor, Marisa Gama de Oliveira (2012, p. 4) afirma que

Tinha o Doutor José Joaquim Ferreira Piragibe o perfil ideal para dirigir uma instituição acolhedora de uma infância caracterizada como abandonada, num momento em que a medicina se apresentava como o poder político e técnico capaz de “esquadrinhar” a população e organizar o espaço urbano, não só isolando a doença, mas utilizando-se de maior vigilância e controle para alcançar o ideal de uma cidade moderna. Assim, não é uma ação distraída nomear um médico para dirigir um instituto para crianças pobres, como o era Piragibe; era essa uma prática recorrente e intencional (GAMA, 2012, p. 4).

Nesse cenário e com a especialização do IPJA definida pela Reforma de Fernando de Azevedo, considera-se que as posições de Magioli estavam definitivamente superadas. Desse modo, a educação profissional “sólida e eficaz” defendida por Fernando de Azevedo (1926) seria a possibilidade de retirar desse segmento de ensino “a conotação que o acompanhava de ser destinado aos desvalidos” (CUNHA, 2005, p. 163).

No caso dos estabelecimentos que compunham a “assistência social escolar”, o programa de ensino foi o mesmo das demais escolas profissionais do Distrito Federal, conforme demonstrado, mas houve preocupação dos legisladores pela manutenção do

perfil da clientela. Nessa medida, em relação ao perfil do candidato à matrícula no IPJA, em todas as reformas e regulamentos apresentados, prioritariamente, exigia-se que o menor fosse órfão pobre, cuja condição social deveria ser comprovada por meio de documentos apresentados no ato do requerimento à matrícula pelo responsável legal do menor. Em virtude disso, observa-se uma novidade na Reforma de 1927: preferencialmente seriam matriculados no IPJA os menores que residissem no Distrito Federal, provavelmente, em consonância com o Código de Menores de 1927, que consolidou as Leis de assistência e proteção a menores. Acerca disso, no Artigo 211, parágrafo 3º, do Decreto n. 17. 943 A de 12 de outubro de 1927, lê-se:

A educação profissional consistirá na aprendizagem de uma arte ou de um ofício, adequado à idade, força e capacidade dos menores e às condições do estabelecimento. Na escola da profissão à adaptar, o diretor atenderá a informação de um médico, procedência urbana ou rural do menor, sua inclinação a aprendizagem adquirida anteriormente ao internamento e ao provável destino (DECRETO, 17.943 A).

Após essas considerações, é significativo ponderar que as fontes consultadas e analisadas nos permitiram demonstrar que as diferentes concepções de ensino profissional estavam relacionadas com o que as autoridades municipais entendiam, discursavam e decretavam para essa modalidade de ensino. Ou seja, um quadro de descontinuidades em direção à reorganização de um programa de ensino profissional em que, cada vez mais, no IPJA, foi se centrando na formação de operários para os setores ligados à eletrotécnica e à mecânica. Dessa forma, infere-se que tal movimento ocorreu devido às tensões entre o que o desenvolvimento econômico do Distrito Federal exigia, em termos de mão de obra qualificada, e o que fora possível implementar no IPJA. Essa problemática será objeto de reflexão do próximo capítulo.

Capítulo 4

“Como se faz um artista?” Novo sentido da assistência aos menores

Este capítulo centra-se na análise da proposta de profissionalização oferecida pelo IPJA indagando como nessa instituição se concretiza a política de assistência pela profissionalização. Para discutir o funcionamento do IPJA analiso a organização dos espaços, tempos e saberes escolares, indicando os principais problemas enfrentados pelos gestores da instituição, nesse quesito. Em seguida apresento a organização das diversas oficinas problematizando-as como lugar de produção e, nesse sentido, inquirindo a função pedagógica das mesmas. Já a análise do jornal “O fakir”, escrito pelos alunos, da carta escrita por Custódio e dos relatórios dos diretores do IPJA possibilitou-me inquirir a proposição do ensino de desenho, de música e da ginástica escolar. Finalizo o capítulo com a análise dos motivos pelos quais os alunos do IPJA foram desvinculados e, no limite das possibilidades, particularizá-los.

4.1 O IPJA e a organização dos espaços e tempos escolares

Luciano Faria Filho e Diana Vidal (2000) demonstraram que, enquanto produtores e possuidores de história, os espaços e tempos escolares

foram sendo produzidos diferenciadamente ao longo da nossa história da educação e se constituíram em dois grandes desafios enfrentados para se criar, no Brasil, um sistema de ensino primário ou elementar que viesse atender, minimamente que fosse, às necessidades impostas pelo desenvolvimento social e/ou às reivindicações da população (FARIA FILHO E VIDAL, 2005 ,p. 42).

Para os autores indagar sobre os espaços e tempos escolares é fundamental para compreender os processos de escolarização da população e das culturas escolares que lhes são próprias. Portanto a análise da organização do tempo e do espaço no IPJA nos ajuda a refletir melhor sobre o seu lugar na sociedade daquele tempo.

Instalado na Chácara dos Macacos, no bairro de Vila Isabel, ocupando uma superfície total de 76.138m² por 55m². Para se ter acesso ao conjunto de edifícios, percorria-se uma longa alameda rodeada de árvores até o alto da colina.



Figura 8 – Fotografia do portão principal do IPJA. Entrada pela Avenida 28 de setembro, 128. Vila Isabel. Sem informação do fotógrafo e s.d.
Acervo: Museu da Imagem e do Som

Na foto abaixo, temos uma visão panorâmica da frente da propriedade com o edifício ao fundo.



Figura 9 – Fotografia do Instituto Profissional João Alfredo – Sem identificação do fotógrafo e s.d. Acervo: AGCRJ

Nesta propriedade, existia um palacete que funcionou como residência de seu diretor até 1921 e um complexo arquitetônico, formado por seis edifícios de dois pavimentos, construídos especialmente para possibilitar o funcionamento do IPJA enquanto casa, escola e oficinas.



Figura 10 – Fotografia do Instituto Profissional João Alfredo – O palacete – Sem identificação do fotógrafo e s/d
Acervo: AGCRJ

Os espaços para a parte administrativa eram formados pela diretoria, secretaria, almoxarifado, enfermaria e gabinetes médico e dentário; oito dormitórios, copa e cozinha, refeitório, rouparia, lavanderia, lavatórios e banheiros. Já os espaços destinados às aulas teóricas e práticas, eram compostos por oito salas de aula e dez oficinas, cujas áreas variavam entre 50m x 10,40m a 10,81m x 7,66m. Existia, também, o espaço para a capela. De acordo com diretor interino Theodoro Braga (1925, p. 180), essa estrutura ainda não era suficiente para “os estudos das disciplinas e entretenimento intellectual” dos alunos e, por essa razão, o refeitório era utilizado como um espaço de estudos dos educandos.

Alguns desses espaços possibilitaram, ainda, a compreensão dos “usos”. Por exemplo, os dormitórios eram em número de oito, sendo quatro de cada lado do edifício

e separados pelos lavatórios. Os quatro primeiros eram destinados aos meninos mais novos e os demais aos mais velhos (BRAGA, 1925, p. 197).



Figuras 11 e 12 – Fotografias dos dormitórios do IPJA. Fotógrafo: Augusto Malta – sem data
Acervo: CEJA

Nos dormitórios, acima retratados, observa-se que a disposição das camas foi feita em três fileiras, de modo que as duas fileiras de camas da esquerda são separadas da terceira fileira por um estreito corredor. Há iluminação natural, em função do número expressivo de janelas, sendo ela artificial, pela presença da luz elétrica. No dormitório da direita, há um ventilador de teto, o que não foi visualizado no outro. Ao fundo do dormitório da esquerda, visualizamos um pequeno espaço fechado, em meia parede, que poderia ser um sanitário. Aliás, quanto aos sanitários, conforme entendimento de Braga (1925, p. 183-185), estes deveriam ser instalados, especialmente, para internatos, “onde se encontram índoles as mais disparadas, sendo que em maior número irrequietas”. A entrevista feita por Maria Ciavata (2002, p. 29) aos ex-alunos do IPJA, no segundo semestre de 1993, nos possibilitou trazer “vivências, fatos, acontecimentos, ‘segredos ocultos’ de outros tempos” (CIAVATA, 2002. 30), à respeito dos diferentes usos dos espaços do IPJA. Acompanhem a impressão do Dr. Afonso José de Souza, um dos entrevistados:

No dormitório tinha uma manilha que quando a gente queria fugir à noite, tinha... a gente ia na direção da cama e descia assim, dois

andares na manilha grossa, descia, chegava lá em baixo, pegava a ladeira e fugia. Aí o guarda sempre tava cochilando, a gente fugia! (Apud, CIAVATA, 2002, p. 30).

Segundo Braga (1925), a falta de espaço para as atividades educativas do IPJA acontecia desde que o Asilo de São Francisco ocupara parte das dependências do IPJA, o qual passara a não ter mais

espaço suficiente para seus serviços como actualmente se acha e portanto, esse processo é absolutamente inexecuível. Com effeito, distribuir os educandos em dois grupos que se alternam, uma pela manhã nas officinas, enquanto outro se acha em aulas, e *mutatis mutantis*, à tarde, não poderia ser possível si não fosse a péssima situação das officinas em relação à situação das aulas, havendo entre as duas uma grande distância onde a idade infantil, com todo o sequito de irresponsabilidades, sabe achar mil e um meios de illudir a vigilância e fugir aos seus deveres e trabalhos (BRAGA, 1925, p. 166. Grifos do autor).

No entanto, para que o IPJA fosse um lugar apropriado para viabilizar as ações educativas propostas pela administração pública, foi necessário que se organizasse o tempo da rotina de funcionamento da casa, da escola e das oficinas. Sobre essa organização, Theodoro Braga (1925) afirmava que

ao assumir a direcção deste estabelecimento encontrei um horário de serviços que, embora posto em prática durante muitos annos, não sastifazia, a meu ver, as múltiplas exigências de varias obrigações as quaes, sem uma disposição inteligente e coordenada, redundariam em confusão e inutilidade. Estudei bem todos esses serviços e obrigações e conclui haver necessidade urgente de alterar o que havia para, pondo em ordem de concatenação, obter horas em que os educandos pudessem tranquilamente estudar as suas licções sem os atropellos das aulas, officinas e recreio. Das meticolosas observações feitas resolvi mudar esse horário, dividindo o dia em duas metades, sendo a primeira, matinal, destinada às aulas do curso de adaptação e a segunda, postmeridiana, às officinas. [...] (Braga, 1925, p. 166).

Com a intenção de organizar os “serviços” no IPJA, escreveu a Antonio Carneiro Leão, Diretor Geral de Instrução Pública à época, em 20 de junho de 1924, que, prontamente, respondeu-lhe:

Snr. Diretor do Instituto Profissional João Alfredo
Respondendo ao vosso officio nº 128, de 6 do andante, autorizo-vos a adotar o horário que organizastes para os trabalhos desse Instituto e o qual com este devolvo com o meu Aprovo.
Saudações. O Director Geral – Antonio Carneiro Leão
(Códice: Offícios recebidos - 14 de janeiro de 1924 a 31 de dezembro de 1926 - AAMD).

De posse da aprovação daquela Diretoria, Braga fez, então, a distribuição dos horários dos educandos, de maneira que as atividades foram previstas desde as 5 horas da manhã até às 21 horas, quando, já nos dormitórios, era-lhes solicitado o silêncio.

Quadro 18 - Distribuição da rotina do IPJA – 1924

Das 5h às 5.50h	Despertar e banho
Às 5.50h	Café
Das 6.10h às 7.50h	<i>Gymnastica</i>
Das 7.50h às 8h	“Fórma”
Das 8h às 11h	Aulas
Das 11h às 11.30h	Almoço
Das 11.30 às 12h	Descanso
Das 12h às 16h	Oficinas
Das 16h às 17h	Banho
Das 17h às 17.40h	Jantar
Das 17.40h às 18.20h	Descanso
Das 18.20h às 20h	Estudos
Das 20h às 20.15h	Ceia
Das 20.15h às 21h	Dormitório
Às 21 horas	Silêncio

Fonte: Braga, 1925

A partir dessa administração de Braga, a escola passou a funcionar de segunda a sábado das 8 horas às 11 horas da manhã. Nesse período, os professores ministrariam as disciplinas que compunham os cursos de Letras e de Arte. Segundo Luciano Faria Filho e Diana Vidal (2005, p. 56), a organização do tempo escolar deve ser entendida “como artificial e ordenada pela razão humana”, sendo, portanto, parte de um processo “que ocorreu no interior do movimento social de racionalização do tempo, próprio às relações capitalistas que se estabeleciam”. É nesse cenário que devemos compreender as ações dos agentes envolvidos com essa problemática. Como o IPJA funcionou em regime de internato, não se estranha o fato de se prever um tempo para banho, café da manhã, almoço e ceia.

Com o objetivo de fazer cumprir o horário determinado, Braga distribuiu os alunos a partir de alguns critérios, para os quais Luciano Faria Filho (2000, p.152), juntamente com a documentação consultada, apresenta importantes observações, em especial sobre a alocação dos alunos pelas aulas teóricas. Em termos específicos, Faria Filho (2000, p. 152) observa que a profunda relação que a escola passou a ter com o movimento da cidade possibilitou, também, um crescente esforço em direção à sua racionalização. Desse esforço, observou-se a produção de homogeneidade, uniformidade no trabalho de classificação (por idade, por gênero, “adiantamento”, e outros), disciplinamento dos alunos e demais sujeitos da educação. Tendo como objeto de estudo os Grupos Escolares mineiros, o referido autor informa que, pela reforma de 1906, os mesmos foram organizados em turmas, classes aulas e ano, de forma que essa organização possibilitou à professora ensinar aos grupos de crianças que “estivessem em um mesmo ano do curso criando as condições para o ensino simultâneo” (Ibidem, p. 152).

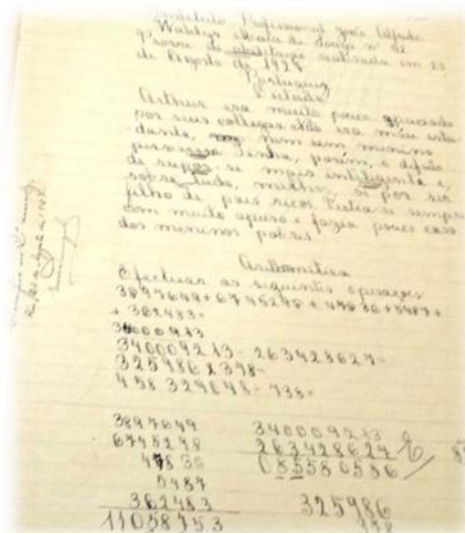
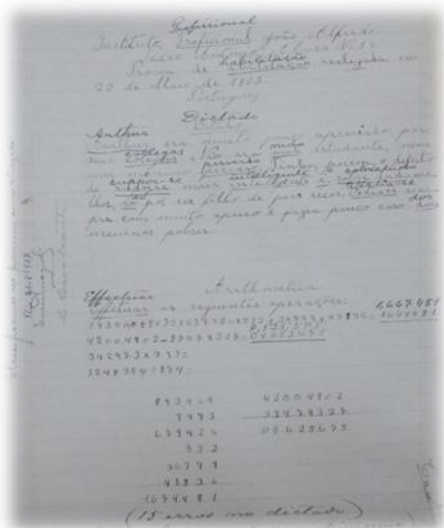
No caso do IPJA, percebemos, nos documentos consultados, que os termos ‘turmas’ e ‘classes’ foram utilizados para organização de seu funcionamento. Sobre o uso desses termos, temos que, no 1º ano do curso de Letras (primeiras letras), segundo Braga (1925, p. 169), existiam 1ª e 2ª classes e cada professor ficava responsável por uma delas, a qual, por sua vez, era subdividida em duas turmas atrasadas e/ou adiantadas. Nesse caso, o termo turma era utilizado para subdividir os alunos de um mesmo ano do referido curso. O termo classe designava, portanto, dois grupos de alunos sob a regência de um professor.

Sobre o ingresso dos alunos no IPJA e a alocação destes por ano escolar, havia duas formas: apresentação do certificado de conclusão do curso primário de cinco anos e/ou exame de admissão; transferência automática do Instituto Ferreira Vianna, como previsto nas normas.

No primeiro caso, temos o exemplo do certificado de conclusão do curso do aluno Cristóvão de Oliveira, de 1928¹²¹, e os resultados dos exames de admissão de Waldyr Maia de Souza e Pedro Antonio Alves. O primeiro candidato foi “classificado para o segundo ano” por ter cometido quatro erros no ditado e um numa conta de diminuir. Já o segundo, cometeu “15 erros no ditado e, por não saber somar e nem diminuir”, foi classificado para “o primeiro ano atrasado¹²²”

¹²¹ Pasta 1928, 35 CO. Fonte: AADMD.

¹²² Pastas. 1927, 116 WMS e 104 PAA. Fonte: AADMD.



Figuras 13 e 14– Exames de admissão ao IPJA – 1927. Acervo: AADMD, pastas 1927.

Em relação aos alunos que vinham transferidos do Instituto Ferreira Vianna, antiga Casa de São José, os professores dessa instituição emitiam uma espécie de histórico escolar que deveria contribuir para aloca-los nas classes. Esses educadores tinham de preencher uma ficha pedagógica, elaborada nos anos de 1925 e 1926 pela Diretoria Geral de Instrução Pública (Figura 15).

Prefeitura do Distrito Federal
 Diretoria Geral de Instrução Pública
 ANNO LECTIVO DE 1925

Dados Didáticos Pedagógicos dos alunos que saem de uma escola para outra

Escola de onde veio: _____
 Data da saída: _____
 Razo da saída: _____
 Nome do aluno: Antônio Gomes
 Idade: 11
 Filiação (paterna e materna): M. J. de Almeida
 Freqüentou a escola desde e até quando? desde o 1º de Maio de 1925 até 15 de Setembro
 Repetiu algum ano? Sim
 Quantas vezes? _____

Português? Sim
 Aritmética? Sim
 Geografia? Sim
 História? Sim
 Ciências físicas? Sim
 Ciências naturais? Sim
 Trabalhos manuaes? Sim
 Desenho? Sim
 Cultura física? Sim

Qual o seu tipo de memória? Visual
 Auditivo? Sim
 Motor? Sim

Qual o seu temperamento? Equilibrado
 Activo? Sim
 Apático? Sim
 Impulsivo? Sim
 Voluntarioso? Sim
 Nervoso? Sim
 Emotivo? Sim

Qual o seu comportamento? Bom
 Data da expedição da ficha: 8 de Maio 1925

Q adjunto da classe, Maria Luiza B. Gomes de Almeida
 Visto, Antônio Gomes
 O Director

Observação: - Esta ficha deverá ser exigida sempre que um menino solicite matrícula, salvo se se tratar da primeira e, em seguida, entregue ao professor a quem o aluno se destina. Depois de orientado o adjunto sobre o novo aluno, deverá o Director arquivá-la.

Transcrição
 Prefeitura do Distrito Federal
 Diretoria Geral de Instrução Pública
 Dados Didáticos Pedagógicos dos alunos que saem de uma escola para outra
 ANO LETIVO DE 19__
 Escola de onde veio. Razão da saída

Nome do aluno - Idade - Filiação (paterna e materna). Frequentou a escola desde e até quando? Repetiu algum ano? Quantas vezes? Foi bom aluno em Português? Aritmética? Geografia? Ciências físicas? Ciências naturais? Trabalhos manuaes? Desenho? Cultura física? Ao retirar-se da escola em que ponto chegou do programa de Português? Aritmética? Geografia? Ciências físicas? Ciências naturais? Trabalhos manuaes? Desenho? Cultura física? Qual o seu tipo de memória: Visual? Auditivo? Motor? Qual o seu temperamento? Equilibrado? Activo? Apático? Impulsivo? Voluntarioso? Nervoso? Emotivo? Qual o seu comportamento? Qual a sua capacidade de trabalho? Visto do adjunto da classe e da diretora. Observação: - Esta ficha deverá ser exigida sempre que um menino solicite matrícula, salvo se tratar da primeira e, em seguida, entregue ao professor a quem o aluno se destina. Depois de orientado o adjunto sobre o novo aluno, deverá o Diretor arquivá-la.

Figura 15– Ficha pedagógica do aluno do IPJA – 1925. Fonte: Pastas 1925 (AADMD).

Analisando as informações de dez fichas pedagógicas, preenchidas pelos professores, observamos que Português, Aritmética, Geografia e História eram as disciplinas escolares cujos alunos tiveram melhores resultados. Quanto à capacidade laborativa dos alunos, os professores informaram que três teriam boa capacidade de trabalho; dois seriam regulares; dois deficientes; dois medíocres; e apenas um foi considerado com ótima capacidade de trabalho.

Quadro 19– Resultados das Fichas Pedagógicas dos alunos do Ferreira Vianna – 1925

Foi bom aluno em	Sim	Não	Regular	Sofrível	Sem informações
Português	4	4	2	--	--
Aritmética	5	2	2	1	--
Geografia	3	2	1	--	3
História	4	1	2	1	2
Ciências Físicas	2	1	1	--	6
Ciências Naturais	2	1	1	--	6
Trabalhos Manuais	--	--	1	--	9
Desenho	2	4	3	--	1
Cultura Física	1	4	1	1	3

Fonte: Pastas 1925 (AADMD).

Esses eram, portanto, os critérios pedagógicos exigidos para alocação dos alunos nas turmas/classes.

Feita a distribuição dos estudantes por turmas, Braga (1925) estabeleceu o horário da manhã para as aulas teóricas – terças, quintas e sábados, curso de Letras; segundas, quartas e sextas, curso de Arte –; oficinas diariamente, durante as tardes, de 12 h às 16 h. As aulas de ginástica eram previstas para serem ministradas duas vezes por dia, de manhã e à tarde. Ao expor os motivos pelos quais estabeleceu o novo horário escolar, Braga informava que essa reorganização facilitaria os trabalhos nas oficinas, que distavam 160 metros das salas de aulas. Além disso, evitaria a “fuga” dos educandos de “seus deveres e trabalhos”.

4.1.2 O IPJA e a organização dos saberes escolares

Tomando a reflexão acerca dos espaços e os tempos escolares como ponto de partida, nesse momento, interessa entender a organização dos saberes escolares necessários ao aprendizado profissional do IPJA. Sendo assim, pergunta-se: como os mesmos foram distribuídos pelos cursos de Letras e Arte?

Os cursos de Letras, Artes e Ofícios foram distribuídos ao longo de seis anos. Quanto às disposições referentes ao ensino, observou-se que o curso de Letras foi ministrado por quatorze professores. Embora houvesse um processo de seleção dos alunos do IPJA que deveriam saber ler, escrever e contar, havia, também, previsão de que, no IPJA, deveria funcionar uma escola de primeiras letras para aqueles alunos que dela necessitassem, o que justifica a presença desses saberes escolares no programa de ensino do IPJA nos três primeiros anos do curso profissional. Já os três últimos anos, seriam dedicados aos estudos de Português, Geografia e História do Brasil. Com relação aos estudos de Física Química e Matemática, estariam mais vinculados às necessidades profissionais propriamente ditas. Por outras palavras, o futuro ferreiro deveria conhecer as propriedades do metal, bem como as formas corretas de forjá-lo. Precisariam, também, ter sido iniciados na arte de fundir em cadinhos os metais que seriam utilizados na confecção de baldes e outros utensílios na oficina de latoeiro.

Quadro 20– Horário do Primeiro Ano – Curso de Letras – Primeiras Letras –1924

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Turmas	1ª e 2ª classes	Dois professores
8hs 9hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Duas atrasadas		
9hs 10hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Duas adiantadas		
Total de horas semanais – 6 horas									

Fonte: BRAGA, 1925, 168 – 170

Quadro 21– Horário do Segundo Ano – Curso de Letras – Primeiras Letras –1924

Horas	Terça	Quinta	Sábado	Turmas	Quatro professores
8hs 9hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	2ª Turma	
8hs 10hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	1ª Turma	
8hs 10hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	3ª, 4ª* e 5ª Turmas	
Total de horas semanais - 6 horas					

* 3ª e 4ª turmas sob a responsabilidade de um professor Fonte: BRAGA, 1925, 168 - 170

Quadro 22– Horário do Terceiro Ano – Curso de Letras – Primeiras Letras – 1924

Horas	Terça	Quinta	Sábado	Turmas	Quatro professores
8hs 9hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	1ª Turma (duas)	
8hs 10hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	4ª e 5ª Turmas	
9hs 10hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	2ª Turma (duas)	
10hs 11hs	Primeiras Letras	Primeiras Letras	Primeiras Letras	3ª Turma*	
Total de horas semanais - 6 horas					

*A 3ª turma sob a responsabilidade de um professor. Fonte: BRAGA, 1925, 168 - 170

Quadro 23– Horário do Quarto, Quinto e Sexto Anos – Curso de Letras – 1924

Horas	Terça	Quinta	Sábado	Turmas	Quatro professores
7hs 8hs	Física e Química	Física e Química	Física e Química	Sem informação	
8hs 10hs	Português	Português	Português	Idem	
8hs 10hs	Matemática	Matemática	Matemática	Idem	
8hs 10hs	Geografia e corografia do Brasil	Geografia e corografia do Brasil	Geografia e corografia do Brasil	Idem	
Total de horas semanais - 3 horas (cada disciplina)					

Fonte: BRAGA, 1925, 168 - 170

Em relação ao Curso de Arte, as disciplinas escolares ficaram sob a responsabilidade de 21 professores. Vale registrar que o ensino de Desenho (à mão livre e geométrico) esteve presente nos seis anos do curso de Arte, distribuído por 3 horas semanais, indício da importância dessa disciplina escolar para que o aprendizado profissional ocorresse em “bases sólidas”, como defendera Fernando de Azevedo.

Nessa circunstância, é interessante observar que o ensino de música (vocal e instrumental) também esteve presente durante os seis anos de estudos dos jovens. Retomarei essa questão mais adiante.

Quadro 24 – Horário do Primeiro e Segundo Anos – Curso de Artes – 1924

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Turmas	Outros professores
8hs 9hs	Desenho à mão livre		Desenho à mão livre		Desenho à mão livre		Sem informação	
8hs 9hs	Desenho Geométrico		Desenho Geométrico		Desenho Geométrico		Idem	
Total de horas semanais – Desenho –3 horas								
8hs 11hs	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	6 – duas atrasadas, duas médias; duas adiantadas	
Total de horas semanais – Modelagem – 18 horas								
10hs 11hs	Música	Música	Música		Música	Música	Sem informação	
Total de horas semanais – Música –5 horas								

Fonte: BRAGA, 1925, p. 168

Quadro 25– Horário do Terceiro e Quarto Anos – Curso de Artes – 1924

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Turmas	Outros professores
7hs 8hs	Desenho à mão livre		Desenho à mão livre		Desenho à mão livre		Sem informação	
8hs 10hs	Desenho Geométrico		Desenho Geométrico		Desenho Geométrico		Idem	
8hs 11hs	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	6 – duas atrasadas, duas médias; duas adiantadas	
10hs 11hs	Música	Música	Música		Música	Música	Sem informação	
Total de horas semanais – idem aos dois anos anteriores								

Fonte: BRAGA, 1925, p. 169

Quadro 26– Horário do Quinto e Sexto Anos – Curso de Artes – 1924

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Turmas	Oito Professores
9hs 10hs	Desenho Geométrico		Desenho Geométrico		Desenho Geométrico		Sem informação	
9hs 10hs	Desenho à mão livre		Desenho à mão livre		Desenho à mão livre		Idem	
Total de horas semanais – Desenho – 3 horas								
8hs 9hs	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	Modelagem	6 turmas. 2 adiantadas; 2 médias e 2 atrasadas	
Total de horas semanais – Modelagem							6 horas	
10hs 11hs	Música teórica	Música teórica	Música teórica	Música teórica	Música teórica	Música teórica	Sem informação	
10hs 11hs	Música vocal	Música vocal	Música vocal	Música vocal	Música vocal	Música vocal	Idem	
Sem informação	Música Instrumental	Música Instrumental	Música Instrumental	Música Instrumental	Música Instrumental	Música Instrumental	Idem	
Total de horas semanais – Música (por aproximação)							4 horas	

Fonte: BRAGA, 1925, p. 170

Quanto à presença do ensino de Francês nos regulamentos de 1894, 1898, 1902 e 1905, segundo Celso Suckow da Fonseca (1981, p. 234), estaria “fora das finalidades daquele estabelecimento”. O fato é que essa disciplina não foi mais incluída nos programas de ensino do IPJA dos regulamentos subsequentes (1916 e 1927). Observa-se, ainda, que todos os regulamentos apresentados mantiveram o ensino da música (instrumental e vocal), do desenho e da ginástica escolar.

Apesar disso, dificuldades para a implementação do programa de ensino nas escolas profissionais, incluindo o IPJA, previsto do regulamento de 1916, foram relatadas em ofício dirigido ao prefeito, em 10 de março daquele mesmo ano, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Antonio Álvaro de Azevedo Sodré. Segundo Sodré, tais dificuldades estavam condicionadas a três circunstâncias: aos alunos, aos professores e à própria configuração da escola primária. Sobre os alunos, dizia-se que eram “saídos quase todos das escolas primárias onde ainda cursavam as classes elementares e, dessa forma, tinham “um raciocínio pouco desenvolvido”. Partindo dessa premissa, indagava Sodré: “como ensinar a esses meninos Física experimental, Química

industrial, Mecânica, Álgebra e até Equações de Segundo Grau, etc?” (SODRÉ, 1916, *apud*, FONSECA, 1981, p. 257).

Quanto aos professores, o mesmo autor afirma que deveriam reformular seus métodos de ensino, considerados por ele inadequados aos programas do IPJA.

Finalmente, a respeito da escola primária, era vista como “rudimentar” e, nesse sentido, não preparava os alunos para o exame de admissão ao ensino profissional.

Esses três elementos combinados comprometiam a aplicabilidade do programa do ensino profissional, segundo Sodré (1916). O que chama a atenção é o fato de que Azevedo Sodré criticava o ensino primário que, naquele momento, encontrava-se sob sua responsabilidade, devido ao cargo que exercia.

Das disciplinas do IPJA destaco o Desenho, a Música e a Ginástica Escolar, tanto devido as fontes localizadas como pelo destaque dado a época sobre a importância desses saberes para a conformação do perfil do profissional demandado.

4.1.3 –Desenho, Música e Ginástica escolar e outras atividades

Sobre o ensino de Desenho, Custódio da Silva Braga, catedrático de eletrotécnica da Escola de Minas de Ouro Preto, em 20 de julho de 1929, visitou o IPJA, deixando registradas suas impressões acerca das “aplicações técnicas” observadas por ele durante a referida visita. Teria ele percebido “efficiencia pratica do ensino alli ministrado” e foi, justamente, a esse respeito que destacava as oficinas de modelagem, moldagem, mecânica e eletrotécnica, através das quais pôde

ver os alumnos entregues ao trabalho. Estes confeccionando os modelos de madeira, à vista de desenhos representativos de objetos em projecções diversas e em córtes; aquelles fundindo metaes e ligas diversas, trabalhando em tornos, em machinas de furar e de aplainar, em aparelhos de galvanoplastia, no preparo e acabamento de peças variadas, na reparação de aparelhos, etc, tudo a título de exercícios práticos, mas, realmente dando desde já sensível impressão de trabalho industrial conciosamente executado e útil. Nas officinas fabricam os alumnos pequenos alternadores, motores electricos, medidores etc.

Adestrando-se em manobras diversas com os dynamos ligando-os rapidamente em serie ou em pararello e fazendo muitos outros exercícios indispensáveis ao bom funcionamento de qualquer usina mecânica ou electrica, os alumnos do Instituto estão certamente – não só pelo esforço próprio como pela efficiencia nos methodos de ensino a capacidade de seus hábeis mestres, sob a inspecção de competente mestre geral – destinados a desempenhar papel relevante na constituição do operariado nacional, ainda hoje, dadas as múltiplas

necessidade do país tão pobre em bons elementos, aquellos nos quais um preparo sólido e real justifica a plena confiança dos industriaes. Constituindo a mecânica e a electricidade as especialidades do Instituto, as aulas theoricas criteriosamente versam de preferência sobre as sciencias básicas indispensáveis aos trabalhos práticos, sem a pompa contraproducente de exhaustivos programas, incomprehensivel e desvirtuadora em estabelecimento desse gênero. Particularmente que, sem dúvida, muito interessa á economia interna do estabelecimento taes machinas operatrizes na fabricação do mobiliario e dos modelos utilizados nas diversas dependências e nas aulas (Ofícios recebidos, 1929. AADMD).



Figura 16 – Fotografia da sala de aula de Desenho – sem identificação do fotógrafo e s/d
Acervo: CEJA

A título de explicação, a sala de aula de Desenho no IPJA era equipada com duas extensas mesas retangulares próprias para esse aprendizado. Não possuía carteiras escolares nem bancos para os alunos. O professor regia a turma auxiliado por um quadro negro, fixado por duas ripas de madeira. Observa-se que a luminosidade da sala de aula é garantida por janelas amplas e iluminação elétrica, fator importante aos higienistas da época. Além disso, os alunos ficavam uniformizados e descalços, sendo de diferentes faixas etárias.

As evidências da aplicabilidade do Desenho foram apresentadas sob o ponto de vista de um visitante e de um quadro de horário contendo informações sobre o número de professores responsáveis por essa disciplina. No entanto, é preciso lembrar que a tônica das discussões voltava-se para quais saberes seriam necessários ao ensino

profissional, motivo pelo qual a importância do Desenho foi amplamente reconhecida por diferentes sujeitos, como já mencionado.

Em relação ao ensino da música, os objetivos dessa disciplina escolar provavelmente podem ter sido diferenciados daqueles da escola regular. Enquanto na escola regular o ensino da música tinha como objetivos acentuar os valores cívico-patrióticos, dulcificar os costumes e estimular o gosto e o senso estético (SOUZA, 2000, p. 17; VEIGA, 2009, p. 10), no IPJA, a música era também uma fonte de renda tanto para a manutenção da instituição quanto para os próprios alunos, uma vez que a Banda de Música podia ser contratada para tocar em eventos. Era previsto que parte da renda seria depositada nas Cadernetas de Poupança dos alunos, proporcionando, dessa forma, sua participação na vida social da cidade. Por exemplo, em 1923, a Associação Beneficiadora de Vila Isabel escreveu ao diretor do IPJA, convidando os alunos para participarem dos eventos em comemoração ao Jubileu do bairro de Vila Isabel (Caderno de ofícios, 1923. AADMD). De forma semelhante à aula de Desenho, a Banda de Música era formada por alunos, aparentemente, de faixas etárias diversas e todos usavam uniformes.



Figura 17 – Fotografia da Banda de Música do IPJA – sem identificação do fotógrafo e s/data. Acervo: CEJA.

Sobre a ginástica, vale observar que, no Brasil, esse tema foi debatido, dentre outros, por professores, como Arthur Higgins, professor de ginástica escolar do Colégio Pedro II e do antigo Asilo de Meninos Desvalidos, nos anos de 1890. Esse professor

defendeu a ginástica como um exercício saudável e sistematizou essa questão em livro publicado em 1902 e reeditado em 1934. Naquela ocasião, Higgins, afirmava que, do conjunto de práticas relacionadas à educação, a ginástica seria a mais importante, mas acrescentava que “não a gymnastica acrobática, brutal e perigosa, mas sim a gymnastica racional, baseada em princípios científicos, própria do século em que vivemos” (HIGGINS, 1934, p. 23)¹²³. Preconizando “que a gymnastica é a arte de exercitar o corpo humano, com fins de torná-lo sadio, educado, belo e forte”, Higgins a dividiu em três ramos: 1º) “Gymnastica hygienica, que “é a arte que tem por fim conservar e robustecer a saúde”; 2º) “Gymnastica médica [que objetivava] auxiliar a medicina na cura de certas enfermidades e na correção de algumas deformidades”; 3º) a “gymnastica educativa”, que seria a arte voltada para “educar o corpo humano, tornando-o ágil, destro, desempenado, forte e estheticamente belo” (Idem, p. 24).

Provavelmente, o fato de ter sido professor do antigo Asilo de Meninos Desvalidos teria inspirado Higgins a adaptar os exercícios criados pela professora francesa, Mme. A saber, Marie Pape-Carpentier (1815-1878) também teve uma experiência educacional voltada para crianças pobres francesas no século XIX, que foram as salles d’asile. O objetivo de Carpentier ao elaborar o projeto das salles d’asile era o de “libertar a mulher pobre para trabalhar fora¹²⁴”. Nesse cenário, Higgins propõe a “educação de movimentos de aplicação prática” (HIGGINS, 1934, p. 53) a serem executados com música e cânticos, conforme tabela abaixo.

Quadro 27- Exercícios de movimentos imitativos

Tipos de exercícios				Aplicação prática
1.	Rufar	1.	O tambor	Feitos pelo soldado “quando com as vaquettas rufa o tambor pendurado na cintura” (HIGGINS, 1934, p. 114)
2.	Içar	2.	O pedreiro	Para os operários “quando puxam um grosso cabo passado em roldanas para guindar grandes pedras para a construção de uma casa (HIGGINS, 1934, p. 115)
3.	Amassar	3.	O padeiro	Movimentos feitos pelo homem “quando junto a masseira trabalha amassando a farinha de trigo para fazer o pão” (HIGGINS, 1934, p. 115).
4.	Suvelar	4.	O correeiro	Para o correeiro “quando com dous fios, um em cada mão e uma suvela cose peças de couro” (HIGGINS, 1934, p. 116).

¹²³ HIGGINS, Arthur. **Compendio de gymnastica escolar**. Methodo sueco-belga-brasileiro. 3ª edição. Aperfeiçoada e ilustrada. Rio de Janeiro, 1934.

¹²⁴ Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Marie_Pape-Carpentier Acesso em junho de 2013.

Cont. quadro 27				
5.	Aplinar	5.	O marceneiro	Movimentos feitos pelo “marceneiro quando aplaina a madeira” (HIGGINS, 1934, p. 116).
6.	Cardar	6.	O cordoeiro	Movimentos para o cordoeiro
7.	Ceifar	7.	O agricultor	Movimentos feitos pelo jardineiro “quando com a foice corta a gramma” (HIGGINS, 1934, p. 117).
8.	Nadar	8.	O nadador	“Movimentos que faz com os braços uma pessoa quando nada” (HIGGINS, 1934, p. 117).
9.	Malhar	9.	O ferreiro	Movimentos feitos pelo “ferreiro quando trabalha com o malho amoldando o ferro sobre a bigorna” (HIGGINS, 1934, p. 118).
10.	Remar	10.	O marujo	Para o marujo ou outra pessoa “quando rema com dous remos” (HIGGINS, 1934, p. 118).
11.	Serrar	11.	O serrador	Em “um grande pau em cima de dous enormes cavalletes. Um homem collocado sobre esse pau, puxa a serra para cima, e outro por baixo puxa a serra para si.” (HIGGINS, 1934, p. 119). Higgins sugere que os praticantes desse exercício imaginem a existência desses cavaletes.

Fonte: (HIGGINS, 1934).

Por exemplo, o professor informava que, para a execução do 10º exercício (remar), já se encontravam publicados o cântico e a música sob o título “Tudo pela Pátria”. Quanto aos demais exercícios, em nota de pé de página, sublinhou a informação de que, brevemente, seriam publicados outros cânticos, também acompanhados de música (Idem, p. 53). Observamos, por exemplo, que parte dos referidos movimentos estavam relacionados a ofícios que integravam o programa de ensino do IPJA. Nesse sentido, infere-se que o uso dos exercícios imitativos destinados à vida prática executados ao som de músicas ansiavam despertar, incutir e multiplicar, nos jovens, concepções, comportamentos e valores (SILVA & SOUZA, 2008, p. 8).

Nesse sentido, destaca-se que, pela reforma do ensino público promovida por Fernando de Azevedo, o termo “ginástica” não é mais referido e, em seu lugar, tem-se a designação “Educação Física”. Segundo Tarcísio Vago (2002, p. 351) não se tratava de uma mera substituição, mas de

uma transição que vai ocorrendo ao longo da década de 20 em torno do termo que designa essa disciplina, empregando-se cada vez mais o termo “educação physica”. Não parece tratar-se de uma simples e mecânica mudança de nomes, mas de uma paulatina especialização de

tarefas: se antes esperava-se que um conjunto de práticas presentes em várias cadeiras resultasse na “educação physica” das crianças, o movimento parece ter sido o de atribuir a uma disciplina específica do programa a responsabilidade por realizá-la, a ponto de assumir tal designação, que vai perdendo seu sentido alargado como antes, e assumindo um sentido restrito (VAGO, 2002, p. 351).

Ao que as fontes consultadas indicam no IPJA, as ações educativas voltadas para as atividades físicas ainda apresentavam o sentido alargado e, dessa forma, justifica-se a opção de utilizar o termo “ginástica” para o IPJA, como veremos a seguir.

A respeito das preocupações com o cuidado com o corpo, segundo Marcus Taborda de Oliveira (2004), a partir dos finais do século XVIII, observa-se um deslocamento significativo acerca do que se pensava sobre o papel da “corporalidade na formação humana” (p. 14). Para esse autor, durante todo o século XIX e início do seguinte, o corpo passou a ser preocupação constante em função do crescente movimento operário e do processo de industrialização.

Ainda de acordo com o autor, essa ambiência contribuiu para os teóricos identificados

pelos teóricos naturalistas baseadas no pensamento de J.J. Rousseau, que procuravam recuperar a “infância perdida”; ou ainda das teorias higienistas, muitos dispositivos foram mobilizados na direção do incremento das preocupações societárias do corpo. Nessa direção a escola ocupa um lugar destacado frente aos novos desafios colocados pelas sociedades modernas, uma vez que se tratava de inculcar hábitos, valores, comportamentos e condutas que sinalizassem para um novo mundo – moderno, industrial, urbano, civilizado – que se consolidava (TABORDA DE OLIVEIRA, 2004, p. 16).

No entanto, Taborda de Oliveira (op.cit) alerta para as dificuldades de estudar, historicamente, a ginástica enquanto saber escolar e, nessa medida, as relações entre “formação e corporalidade”. Primeiro, em função das múltiplas entradas e recortes possíveis e, segundo, porque

o corpo não deixa marcas tão precisas para o estudo histórico [...] As práticas corporais são fugidias, difíceis de serem registradas e apreendidas, impossíveis de se reduzir a quaisquer formas discursivas que não sejam as próprias práticas no seu momento de efetivação. Portanto, tentar compreender a corporalidade na história da escolarização é uma empreitada difícil, arriscada e, talvez por isso mesmo, desafiadora e fascinante (TABORDA DE OLIVEIRA, 2004, p. 17).

Nesse cenário, é interessante observar que, no Brasil império, segundo Cunha Junior (1999),

uma iniciativa importante de ordem legislativa aconteceu em 1854 [Reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte], quando o então ministro Couto Ferraz incluiu a *Gymnastica* como obrigatória no ensino primário e a dança como obrigatória no ensino secundário. Logo, entende-se que estas ações proporcionaram uma sistematização de cultura física no Brasil (CUNHA JÚNIOR, 1999, p. 1325).

Embora haja uma distância de quase meio século entre a ação legislativa de 1854 e as escolas públicas primárias regulares, como os Grupos Escolares, por exemplo, a instauração da Ginástica no espaço escolar esteve presente nesses espaços durante toda a Primeira República (VAGO, 2002; TABORDA de OLIVEIRA, 2006), bem como no IPJA.

Como foi ministrada a ginástica escolar no IPJA? O primeiro indício vem da proposta do prefeito Pereira Passos quando da elaboração de regulamento do IPJA de 1905. Esse prefeito, ao referir-se ao IPJA, o fez nos seguintes termos:

Para dar a esse internato a disciplina que deve ter, penso que convém **afeioá-lo à organização militar e instituir de novo os exercícios próprios**, cujo professor será adido e pode ser chamado a efetividade, sem aumento de despesa (PEREIRA PASSOS, 1904. In: Boletim, 1904, p. 131-132, grifos meus).

Com essa intenção, Pereira Passos baixou regulamento para o Instituto por meio do Decreto nº 520 de 05 de abril de 1905, através do qual manteve a ginástica e os exercícios militares. Aliás, Braga (1925, p. 81) ressaltou que essa seria uma “educação especial para os educandos” e que a Diretoria de Instrução Pública encomendara e recebera os armamentos militares, previstos no referido Decreto. No entanto, somente quatro anos depois (1909), os exercícios militares foram iniciados, sob a direção do Capitão Luiz Furtado, quando se instalou a linha de tiro. Ao que as fontes indiciam, os exercícios de tiro foram intermitentes, pois, segundo Braga, em relatório do ano de 1924,

O aparelho para o ensino de tiro ao alvo, pertencente ao Instituto, foi emprestado, por autorização do Diretor Geral de Instrução Pública ao Tiro de Guerra n. 5, em 4 de Novembro de 1918 e, apesar dos reiterados pedidos do director, Dr. Alfredo Magioli, até a presente data [1924] não foi restituído (BRAGA, 1925, p. 125).

Outros indícios da presença de exercícios próprios dos militares podem ser observados na letra do Hino do IPJA, datado de 1909. Acompanhemos:

Hino do Instituto Profissional [João Alfredo]

Cantemos! Que a juventude
Não teme a fadiga rude
De marchar!
Fica a jornada mais breve
Torna-se o corpo mais [ilegível]
A cantar!
É marchar, é marchar.
É marchar com vivo afã, com aprumo militar...
Rataplã, rataplã

Oh! Cantemos como as aves
Que soltam notas suaves
Nos vergeis!
O canto nos vem à boca como uma vaga que espouca
Nos parceiros!
É marchar, é marchar,
Etc.

Marchemos com desassombro,
Com garbo trazendo ao ombro
O fuzil.
É pequeno, pouco pesa, mas serve para a defesa
Do Brasil!
É marchar, é marchar
Etc.

Cantemos! Que no futuro
O clarão ardente e puro
Brilhará em nós;
Venha a Deusa da vitória
Dar-nos o alento da glória
Dos avós!

É marchar, é marchar, etc.

(Repita a 1ª estrofe e o coro)

[Assina] Antonio Salles

02 de novembro de 1909.

(Acervo: CEJA).

Expressões como ‘o fuzil ao ombro’, a provável ausência do medo e o sentimento patriótico são indícios de que havia uma militarização dos jovens alunos do IPJA. Quanto à disciplina militar, conforme previsto por Pereira Passos, a inspeção geral seria feita por 5 inspetores auxiliados por 14 alunos.

Outra forma de ação educativa relacionada à ginástica escolar do IPJA diz respeito à provável função de controle dos alunos que precisavam ficar calmos. Ilustrando essa informação, lembramos que Braga (1925) dirigiu o IPJA com 389 alunos matriculados e os considerava “irrequietos” e “irresponsáveis”. Para o diretor, devido à extensão da Chácara, todos os espaços destinados à educação dos jovens eram de longa distância. Assim, o deslocamento entre um e outro acontecia num

espaço desabrigado, no vai e vem contínuo de um para outro lado, levam os educandos em correrias contínuas e nocivas, ora inúteis, ora a mandado, fazendo-se elas em um declive bastante acentuado, já em terra batida e em uma escadaria alternada de três degraus com terra-pletos (sic) irregulares; acresce que nos dias de chuva ficam os educandos enlameados e encharcados, não servindo nem mesmo, um barracão aberto e de telhado já todo esburacado, para protegê-los, quando em recreio nestes dias chuvosos [...] (BRAGA, 1925, p. 172).

Dessa forma, para esse diretor, os exercícios provenientes da ginástica sueca eram saudáveis para os alunos¹²⁵. No entanto, também enfrentava dificuldades para manter a rotina dessa atividade física.

[...] desde julho que apresentados por vós [Diretoria de Instrução Pública], os primeiros tenentes Maurício B. de Araújo e Vicente Lopes Pereira, da Brigada Militar de Polícia, tem vindo exercitando os educandos nos salutareos exercícios da *Gymnastica* sueca. Infelizmente, as graves perturbações da Paz da Família interromperam constantemente aqueles úteis ensinamentos pelo afastamento, quase sempre, daqueles distintos militares obrigados a permanecerem nos seus postos (Braga, 1925, p.190. Grifos do autor).

É provável que, nessa oportunidade, o diretor tenha-se referido ao movimento que eclodiu no segundo semestre do ano de 1924, quando se registrou um dos períodos mais conturbados da história brasileira nas principais cidades do país: eram os motins nos quartéis, os quais sofriam influência do que já ocorrera em 1922, com o chamado levante do Forte de Copacabana (FAUSTO, 2006). No IPJA, Braga mantinha a

¹²⁵ Segundo Souza (2011, p. 36), a ginástica sueca foi elaborada por Per-Henrick-Ling (1776-1839), um professor de esgrima sueco. Em 1805, apresentava paralisia no braço direito e predisposição à tuberculose. Buscando solucionar seus problemas de saúde, começou a realizar movimentos de braços, conjugados a inspirações profundas. A partir de suas melhoras, criou a ginástica sueca, um método racional e prático voltado para o desenvolvimento e robustecimento dos diversos órgãos do corpo humano. Entretanto, seu método não se resumia ao fortalecimento corporal, atuando, também, na formação moral, higiênica e disciplinadora. Ling utilizava-se da biologia humana, da anatomia, da fisiologia, das ciências naturais, morais e sociais e da pedagogia para atuar nos pontos sociais do estético, da moral, do higiênico e do econômico, os quais deveriam estar em equilíbrio nas aulas de ginástica e, assim, promover a harmonia do corpo humano. Preocupava-se com o vestuário, a respiração, a higiene pessoal e com o ambiente. Seu principal fim pedagógico era a educação da atenção e o desenvolvimento da vontade, ou como dizia Ling, da energia moral. Possuía quatro dimensões: médica, pedagógica, militar e estética. Ling acreditava que um corpo que se tornasse, por meio da gymnastica, esteticamente belo e que seguisse os ideais higiênicos poderia obter um desenvolvimento harmônico de todas as partes do corpo e, assim, teria uma atitude correta, uma bela postura e um físico elegante. Por ter uma virtude cívica e carregar a moral do bom cidadão, toda e qualquer educação física deveria ser precisa e rigorosa e, assim, atuar no sistema nervoso e no cérebro, o que garantiria o afastamento dos perigos e de resultados indesejados. Esse método teria se disseminado no Brasil, principalmente no conhecimento médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (SOUZA, 2011, p. 36). SOUZA, Fabiana Fátima dias de. **O professor da moda: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885-1934)**. Mestrado em Educação Física. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

Disponível em: <http://www.ufjf.br/pgedufisica/files/2009/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Fabiana-final.pdf> Acesso em 24 de abril de 2013.

esperança de “que, sufocada completamente toda e qualquer tentativa de desordem” (Braga, p.190) os educandos voltariam a ter as aulas de ginástica sueca.

Pelo exposto, depreende-se que, no IPJA, pelo menos até 1927, a ginástica escolar era abrangente: tratava-se dos exercícios militares, de tiro, de esgrima e de ginástica sueca, cujas atividades foram previstas para serem ministradas pelos professores, fossem civis ou militares, em tempo e espaços apropriados. No que diz respeito ao espaço organizado para “as aulas de gymnastica” (BRAGA, 1925, p. 170), existia um galpão localizado ao centro de um pátio equipado com aparelhos de barras móveis e paralelas.



Figura 18 – Fotografia da “Praça da ginástica” no IPJA – Fotógrafo: Augusto Malta – data, 1908. Acervo: CEJA

Como vimos, a ginástica escolar e suas variações estiveram previstas em todos os regulamentos do IPJA e os espaços e os tempos apropriados para os exercícios ginásticos também existiram. Nesse ponto, indago se essa disciplina escolar teria contribuído para que os gestores do IPJA controlassem os alunos num espaço amplo, no qual estes encontravam condições para a dispersão e indisciplina.

De outra parte, segundo Marta Carvalho (2006, p. 281), na década de 1920, “a educação era o grande problema nacional por sua capacidade de regenerar as populações brasileiras, erradicando-lhes a doença e incutindo-lhes hábitos de trabalho”.

Temos ainda que os alunos manifestavam suas aprendizagens no jornal “O Fakir”¹²⁶ por eles editado e impresso na própria tipografia da instituição. Destacaremos aqui, por exemplo, o numero dedicado à comemoração do natalício do aniversário do diretor do IPJA, Alfredo de Azevedo Magioli Maia.

Esta edição traz a fotografia de Magioli estampada na página 9 e apresenta a programação. São onze páginas em que os alunos Luiz Menezes, Pedro Maia, Alfredo Mattos, Bráz de Souza, Aristobulo Pereira, W. Macedo, Mario Walentim de Souza, Cesar de Freitas, F.C. e Gerson Reis deixaram eternizadas suas homenagens ao referido diretor. Consta no jornal a coluna variedades e também alguns poemas e notícias do concerto musical.

Sobre essas variedades, cada um a seu modo, externou seus votos de felicidades ao diretor, como por exemplo: “nossas devidas e sinceras gratidões ao nosso incansável e inestimável director que tanto tem se esforçado para o nosso progresso moral, intellectual e phisico” (p. 4). Outro aluno fez comparações entre o dia 07 de setembro – dia da independência – com o dia 10 desse mesmo mês – dia do aniversário do diretor. De que forma comparou? Por meio do uso de adjetivos. Para este aluno, as duas datas eram “sympaticas”, sendo que a última delas era “cheia de vida sorridente, pois “signala” o nascimento do nosso sempre estimado e bom director” (Gerson Reis, p. 2). Outro aluno entendia ser um “dever, como filhos desta amada casa, personificarmos as nossas ideias e o nosso sentimento puro d’alma para desejar felicitações ao nosso diretor” (Arlindo da Ponte, p 3).

Quanto aos poemas, o aluno Gerson Reis escreveu, na primeira página do referido, suas homenagens ao diretor aniversariante, o que pode ser conferido na figura seguinte:

¹²⁶ **Faquir** (do persa: transl. *Faqīr*, "pobre", por sua vez do árabe *faqr*, "pobreza") é um asceta que executa feitos de resistência ou de suposta magia, como caminhar sobre fogo, engolimento de espada ou deitar-se sobre pregos. Originalmente o termo se referia exclusivamente ao islamismo; os faquires eram dervixes sufis, eremitas, que sobreviviam da mendicância. O uso idiomático do termo foi desenvolvido durante a era Mugal da Índia, quando a palavra árabe *Faqīr*, "pobreza", foi trazida aos idiomas locais pelo persa falado pelas elites islâmicas; adquiriu o sentido místico da necessidade espiritual de Deus - o único a ser auto-suficiente. Utilizado para se referir aos milagreiros sombrios sufistas, com o tempo seu uso se estendeu aos diversos tipos de ascetas do hinduísmo, eventualmente substituindo termos como *gosvāmin*, *bhikku*, *sadhu*, e até mesmo *guru*, *swami* e *yogi*. O termo se tornou comum nos idiomas urdu e hindí para descrever um mendigo. Embora ainda sejam menos influentes nas áreas urbanas, devido à expansão da educação e da tecnologia, os faquires ainda possuem muita influência sobre as pessoas de certas aldeias do interior da Índia. Entre os muçulmanos as principais ordens sufistas dos faquires são *Chishtīyah*, *Qādirīyah*, *Naqshbandīyah*, e *Suhrawardīyah*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Faquir> Acesso em 29 de abril de 2013.

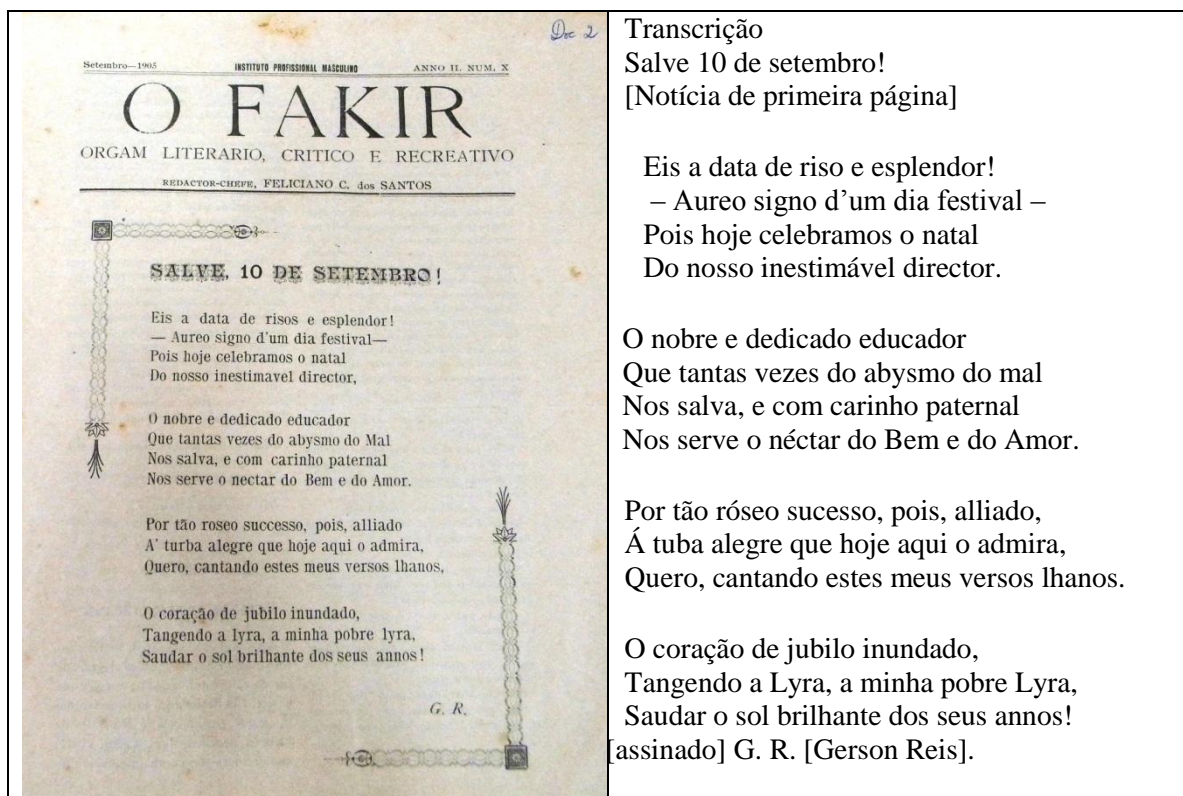


Figura 19 – Jornal *O fakir* – 1905

Acervo: CEJA.

Sem dúvida, sentimentos de gratidão e de reconhecimento foram expressos na escrita de Gerson Reis, muito semelhantes àqueles presentes na escrita de outro aluno, em um texto muito bem redigido, que também homenageava Magioli. Leiamos:

Dever

Não venho destas columnas dissertar sobre os factos memoráveis do meu sincero e talentoso diretor, nem os feitos de sua vasta carreira, e tampouco fazer o panegyrico de sua vida, unicamente venho como um dever de gratidão, escrever algumas linhas em o dia de hoje, para saudal-o pelo seu anniversario natalício.

Dever grato porque, nós, seus educandos, tratados com esmero e carinho, conhecedores de todos os seus bem-feitos actos em pról da nossa carreira e do nosso porvir, não podemos compreendendo todos esses benefícios todas essas elevadas acções, deixar ficar olvidada essa nobre quadra; não, devemos todavia vir mesmo sem a luminosa efflorescência do pensamento que possuía o grande filósofo Socrates, personificar com as nossas idéas com o nosso sentimento pura d'alma, essa refulgente e imorredoura época que a Natureza tanto tem sabido encomiar...

Assim, nós, filhos desta amada Casa, vimos no dia de hoje celebrar essa data abençoada que vibra em nosso peito com as cordas voláteis de um arpejo e desejar-lhe uma atmosfera risonha e prospera.

São os mais affectuosos votos de todo o nosso humilde coração, dedicados a este bemfeitor humanitário que se chama *Dr. Alfredo Magioli de Azevedo Maia*. Salve! 10 de setembro, Salve! A.P.¹²⁷

¹²⁷ Fonte: *O Fakir* – órgão literário, crítico e recreativo Setembro de 1905 – Instituto Profissional Masculino [IPJA] – anno II, num. X. (Acervo: CEJA. Os grifos são do original).

Finalmente, um aluno não identificado, com uma coluna intitulada “Justo Preito”, na qual expressa gratidão ao trabalho do diretor, afirmando que

não era preciso buscar o momento de hoje para tal fazê-lo. No entanto, aqui estamos congregados, firmes nessa disposição, para trazer flores e palmas áquelle que é o nosso diretor, **mas que nos dirige com a energia própria das de seu cargo aliada a um carinho sem exceção, a um acolhimento que tem sabido reunir dedicações** (Grifos meus. O Fakir, 1905, p. 9).

Com essas palavras, o aluno justificava as razões pelas quais não deveria se queixar do diretor. Afinal, asseverava o aluno, citando Alphonse Karr¹²⁸: “Não nos queixemos da natureza por que ella põe espinhos onde há rosas; devemos sempre nos lembrar que ella faz nascer rosas onde há espinhos” (O Fakir, 1905, p. 9).

Sobre o concerto musical noticiou-se o seguinte,

Concerto offerecido pelos alumnos a seu digno director, Dr. Alfredo Magioli, por accasião do seu aniversário natalício, em 10 de setembro de 1905 ás 8 ½ horas da noite.

PROGRAMA

1ª PARTE

1. **Gerson Reis** – marcha solemne em homenagem ao illustre Srn. Director Dr. Alfredo Magioli (Banda sob a direcção do auctor).
2. **C. San Fiorenzo** – *Lina* (Romanza) (Exma. Snra. D. Olivia Freitas)
3. **Jean Baptiste Arban** – *2me. Fantaisie Brillante* (Piston pelo alumno Boa Ventura Ribeiro).
4. **Pietro Mascagni** – *intermezzo de ‘cavallaria Rusticana’* (Banda sob a direcção do alumno Frederico de Barros).
5. **[Franz]Joseph Haydn** – *minuetto da Symphonia ‘La surprise’* (Banda sob a direcção do alumno Gerson Reis)
6. **Ed. Sabon** – *Elvetie* (Duetto para Oboe e cor’Inglez) (Snr. Professor santos Lima e alumno Arlindo da Ponte).
- 7.

2ª PARTE

8. **Lés Delibes** – *Copellia* (Polka Mazurka) (Banda sob a direcção do alumno Frederico de Barros).
9. **P. Guaranta** – *Se fossi...* (Melodia Populare) (Exma. Snrª D. Olivia Freitas).

¹²⁸ Jean-Baptiste Alphonse Karr (1808 - 1890), foi um crítico, jornalista e novelista francês. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Alphonse_Karr. Acesso em junho de 2013.

10. **Wilh. Popp** – *Concert* – Fantasie (Flauta pelo aluno Frederico de Barros).
11. **Francisco Braga e Santos Lima** – a) *Chanson*; b) *un revê Champêtre* (Oboe pelo Snr. Professor Santos Lima).
12. **Chopin** – *Polonaise* em la maior (Sxmª Senhorita Esther Magioli).
13. **Ch. Gounod** – *Ballet de Faust* (A – B – C – D) (Banda sob a direcção do aluno Gerson Reis) (*O Fakir* – Acervo: CEJA. Os grifos são do documento).

Alternando músicas clássicas com populares, os alunos do IPJA dividiam direcção e composição musical com os professores de música do IPJA, como o maestro Francisco Braga, nas homenagens a Magioli.

Outra importante atividade exercida nos espaços do IPJA era o trabalho executado nas oficinas, como veremos a seguir.

4.2. Oficinas do IPJA: o lugar dos trabalhos

As dez oficinas distribuídas por nove seções encontravam-se localizadas em seis pequenos edifícios de dois pavimentos, com áreas que variavam entre 50m x 10,40m a 10,81m x 7,66. No ano de 1924, estavam matriculados nessas oficinas 374 alunos sob a responsabilidade de um professor, sete mestres e quinze contramestres (cf. quadro 28). Sobre as categorias mestres e contramestres, como vimos no capítulo 1 do presente estudo, esses profissionais eram selecionados entre os próprios alunos do IPJA; portanto, sem formação pedagógica apropriada para tal função.

Quadro 28 – Oficinas do IPJA – 1924

Seções	Oficinas	Mestre	Professor	Contramestre	Matrículas
Madeira	4	2		5	142
Metal	1	1		3	88
Folha de Metal	1	1		1	28
Estuque e Tinta	1	1	1	-	31
Couro	1	-	-	1	25
Tijolo, Pedra e Cimento	-	-	-	1	-
Palha, Vime e Bambú	1	1		1	27
Eletrotécnica	1	1		2	33
Trabalhos Rurais	-			1	1 turma
Total – 9	10	7	1	15	374

Fonte: Braga, 1925, p.170-177.



Figura 20 – Fotografia da “Praça das oficinas” do IPJA – 1908. Fotógrafo – Augusto Malta. Fonte: acervo do CEJA

Quanto aos ofícios relacionados à seção de pedra e cimento, ou seja, pedreiro e canteiro, Braga relatava que

não há alumnos que queiram aprender este offício. Actualmente esta officina tem um contra-mestre de pedreiro e outro de canteiro. A meu ver seria mais útil se essa officina fosse eliminada e substituída por outra mais efficiente e aprendizado mais pratico. Porque não sei ensinar o officio de pedreiro sem construir qualquer coisa, um muro que fosse; mas para isso seria necessario destruil-o a cada passo, para construil-o em novo ensinamento aos educandos (BRAGA,1925, p. 174).

Como solução do problema, Braga propôs que os contramestres das oficinas de pedreiro e de canteiro ficassem responsáveis pela manutenção dos edifícios, auxiliados por uma turma de alunos. No entanto, segundo Braga (1925), não havia alunos interessados nesse trabalho, pois preferiam trabalhar nas outras oficinas ¹²⁹.

A partir de 1927 (Decreto nº 2940 de 22 de novembro de 1927), devido ao ensino profissional do IPJA ter-se especializado em eletrotécnica e mecânica, apenas as seções de metal e eletrotécnica permaneceram no programa de ensino daquela instituição, conforme apresentado no quadro 29.

¹²⁹ Faria Filho (2001), ao estudar a experiência educacional do Instituto João Pinheiro (1909-1934) em Belo Horizonte, observou que os alunos daquela instituição preferiam o trabalho nas oficinas ao trabalho agrícola, por razões que se assemelhavam às aquelas observadas no IPJA. Conferir especialmente as páginas 96 a 100.

Quadro 29 – Síntese dos programas de ensino profissional do Distrito Federal – 1902-1927

1902 - Ofícios	1911 – Ofícios	1916 - Seções	1927 - Seções
Carpinteiro	Carpinteiro	Seção de madeira	-
Marceneiro	Marceneiro		
	Limador		
Torneiro	Torneiro		
Entalhador	Entalhador		
Ferreiro	Ferreiro e Forja	Seção de Metal (acréscimo de Caldeireiro)	Ferreiro e serralheiro; ajustador, torneiro e fundidor.
Encanador	Encanador		
Serralheiro	Serralheiro		
	Torneiro Mecânico e ajustador		
Latoeiro	Latoeiro	Seção de Folha de Metal (acréscimo de Chumbeiro e funileiro, encanamentos)	-
Sapateiro	Sapateiro	Seção de Couro (acréscimo de Seleiros e Correeiros, etc)	
Empalhador	Empalhador	Seção de Palha, Vime e Bambú (acréscimo de Chapeleiro e cesteiro)	
-	Eletricidade Máquinas e motores, etc.; eletricista	Seção de Eletrotécnica (acréscimo de telegrafo, aparelhos telefônicos, pilhas e acumuladores)	Eletrotécnica e eletro – mecânica
-		Seção de pedra, cimento e Tijolo (Pedreiro e canteiro)	-
-	-	Seção de trabalhos rurais. Jardineiro, hortelão e pomicultor	-
Tipógrafo	Tipógrafo	-	-
Alfaiate	Alfaiate		
Pautador	Pautador		
Modelagem e gravura	Modelagem e gravura		

Fontes: Decreto nº 282 - de 27 de fevereiro de 1902; Decreto nº 282 - de 27 de fevereiro de 1902; Decreto n. 1.066 de 19 de abril de 1916; Decreto nº 2940 de 22 de novembro de 1927 BOLETINS DA PREFEITURA (AGCRJ).

A partir da análise do quadro acima, consideramos que o IPJA pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, observa-se a presença de ofícios com características mais artesanais, ou seja, carpinteiro, marceneiro e torneiro, por exemplo. No segundo momento, esses mesmos ofícios passaram a integrar a seção de madeira e, nesse sentido, o objetivo do ensino profissional foi direcionado para atender a mão de obra exigida pelas Fábricas e/ou indústrias nascentes. A redefinição dos conteúdos dos cursos ministrados representava a reformulação dos objetivos do IPJA: deslocava-se a

formação de natureza artesanal para formar operários especialistas para as indústrias. Em face disso, infere-se que o IPJA assumia uma “feição secundária” (BRAGA, 1925, p. 156), devido à amplitude de seu programa de ensino, antes mesmo do Decreto de nº 3.864, de 30 de abril de 1932 (SILVA, 1936, p. 183), que o transformara em Escola Técnica Secundária.

De fato, a questão do trabalho e da renda revertida aos alunos asilados tornara-se fundamental para o bom funcionamento da instituição. Então, é preciso ressaltar que, em obediência à norma reguladora do funcionamento do IPJA, parte da verba arrecadada com a venda dos produtos gerados pelas oficinas deveria ser depositada em cadernetas de poupança para os alunos e parte para o custeio das despesas do próprio IPJA. Dessa forma, a instituição recebia pedidos de encomendas tanto de particulares quanto da própria máquina administrava, que encomendou, dentre outros trabalhos (Quadro 30), para o Instituto Profissional Feminino, 142 pares de sapatos amarelos, 93 pares pretos e, ainda, dois consertos em camas (Código 13-4-27. AGCRJ). O quadro abaixo fornece uma amostra das encomendas feitas ao IPJA nos anos 1914 e 1915.

Quadro 30 – Serviços prestados a particulares e à Diretoria Geral de Instrução Pública – 1914 – 1915

Oficinas	
Tipográficas (1914-1915)	
Encomendas ¹³⁰	
Impressão de material escolar para as escolas municipais	
Diários de Classe de 1914	200 exemplares
Diários de Classe de 1915 ¹³¹	316.975 exemplares
Cartões de matrícula	30 mil
Mapas de frequência	-----
Regulamentos das escolas profissionais (Dec. 974, de 19 de julho de 1914)	-----
Coleção de leis e vetos municipais - XXVII e XXVIII - 1910 e XXIX e XXX - 1911	-----

¹³⁰ Encomenda feita pela Diretoria Geral de Instrução Primária em 18/02/1914 (AAMD).

¹³¹ Segundo informações do Diretor Geral da Instrução, a necessidade do número de diários de Classe de agosto a dezembro de 1915 seria assim calculada: “Tomando-se por base 31 Diários para cada professor: Curso noturno: 162 professores em 5 meses - 25.110 Diários; Curso Diurno: 1883 professores em 5 meses - 291.865 Diários. Total de Diários - 316.975 (AAMD).

Lei do Ensino Primário, Normal e Profissional (Decreto nº 981, de 02 de setembro de 1914)	-----
Livros	
“Synopse de Análise Syntática. Livro I ¹³² ”	-----
“Estatutos da Caixa Escolar do Segundo Distrito ¹³³ ”	-----
Oficina de Carpintaria	Divisão de salas de aula em duas; contadores grandes e pequenos; Astes de cabides; mesa de telefone ¹³⁴ ; quadros negros; porta chapéus; facas de madeira; compassos; coleção de sólidos geométricos;
Oficina de Eletricistas	Instalação de energia elétrica na 1ª Escola Masculina noturna
Oficina de Latoeiros	Baldes

Fonte: Ofícios recebidos entre 1914-1917 (AAMD/FE/UFRJ).

Observa-se que além de formar o “futuro operário”, o IPJA se revelava como um espaço de “favores”. Em correspondência de 1907 entre o Sr. Medeiros e Albuquerque e o diretor Alfredo Magiole de Azevedo Maia, temos o seguinte caso:

Meu caro Dr. Alfredo
Bom dia!
Venho lhe pedir um obséquio – mais um! – que entretanto, supponho que não lhe será muito difícil.
Eu estou precisando com urgência de um certo numero de estantes. Pensei, por isso em fazer uma armação uniforme em todo o andar em que está minha biblioteca. Ser-lhe-ia possível mandar cá o seu mestre de carpinteiro ou de marceneiro para tomar as medidas necessárias? O que tem uma certa pressa porque o peso mal distribuído dos livros está começando a ser perigoso para a estabilidade da casa.
Muito lhe agradecerá o obsequio o **amigo e colega**
Medeiros e Albuquerque
Em 29.03.907
(Fonte: Acervo do CEJA. Grifos meus).

Insistindo para que o serviço solicitado fosse executado, Medeiros e Albuquerque escreveu à direção do IPJA uma segunda carta, que apresento a seguir:

Meu caro Dr. Magiole
Bom dia!
Cá esteve já o mestre de oficina de marcenaria. É razão para lhe agradecer; mas me deu uma triste notícia, o que é motivo para eu lhe

¹³² Autor: Victor Hugo Theodoro de Jesus - professor da 1ª escola noturna municipal - pagou com desconto em folha durante cinco meses (AAMD).

¹³³ O prefeito recomendou que fosse cobrado apenas o papel empregado na impressão dos mesmos (AAMD).

¹³⁴ Para o Gabinete do Diretor Geral da Instrução Pública.

importunar. Disse-me elle que, se não houvesse ordem para interromperem o trabalho, que estão fazendo hai mesmo para o Instituto, tão cedo eu não poderia contar com a minha encomenda.

Ora, o caso é de urgência formidável. Questão de vida. O peso de minha biblioteca já é tão grande, que está sendo um perigo a estabilidade da casa. Só há um remédio possível para o mal: as estantes que eu mandei fazer e que ficarão em logar que suporte o peso.

Quer ficar com remorso de saber que eu fiquei esborrachado, por me ter desabado em cima um andar inteiro? Creio que não... Não sei que de mim tenha agravo algum para vingar tão barbaramente. Nesse caso, autorize a suspensão dos outros trabalhos e permita que ponham mãos à minha encomenda.

E muito lhe agradecerá o amigo já agradecido

Medeiros e Albuquerque

Em 02.04.907 (Fonte: Acervo do CEJA) (Sublinhado no original).

As duas cartas de Medeiros e Albuquerque, ex- diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, permitem desviar o foco dos aspectos legais e observar, sob outro ângulo, a ligação do IPJA com a cidade e, portanto, com os sujeitos nela presentes. Nessa direção, Jucinato Marques (1996, p. 64) alerta que “é justamente aí, onde se travam as relações sociais mais intensas, rotineiras, em que, cotidianamente, elas são rarefeitas e elaboradas”, tornando possível, assim, verificar que houve um tipo de relação de natureza clientelística entre Medeiros e Albuquerque e Alfredo de Azevedo Magioli Maia¹³⁵.

Entretanto, o fato do IPJA ser um lugar de produção, fosse para particulares ou para a máquina administrativa, não era uma situação aceita com tranquilidade por parte de seus diretores, bem como de outros sujeitos interessados pela questão. Essa evidência pôde ser constatada em 1919, em vista da iniciativa de delinear as bases principais para a reorganização do ensino profissional do Distrito Federal, por parte do diretor Geral da Instrução Pública, Raul Leitão da Cunha (1847-1947), que organizou uma Comissão para essa finalidade. Tal Comissão teve como relator Coryntho da Fonseca, diretor da Escola Profissional Souza Aguiar. Em relatório, a Comissão

colocou contraria às encomendas, seguida por todos os diretores consultados: é tão incompatível o ensino profissional com a produção de carater intensivamente industrial, que essa mesma incompatibilidade foi causa da instituição do ensino - tecnico-profissional.

O que é a encomenda?

¹³⁵ Medeiros e Albuquerque foi diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em períodos alternados: de 10 de maio a 31 de dezembro de 1898; de 04 de setembro de 1900 a 25 de agosto de 1904; de 31 de dezembro de 1904 a 08 de março de 1905 e de 31 de dezembro de 1905 a 27 de abril de 1906 (BRAGA, 1925, p. 4-5) Sobre a noção de clientelismo, consultar Carvalho, José Murilo de. Pontos e Bordados: escritos de história política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

É a intromissão atrabiliária do freguez que exige a confecção de uma determinada forma e ás vezes em determinada quantidade, sem consultar se ella calha com o grau attingido pela evolução didactica dos alumnos nem se pode ser prejudicada pela repetição multiplicada da encomenda detendo demasiadamente a aprendizagem num ponto já sabido e onde ella não pode deter-se sem prejuizo irreparável do ensino [...]. Assim que futuros operários tecelões ou sapateiros sahiram dahi? (COMISSÃO, 1919, p. 56).

A respeito das encomendas, observou-se a permanência dessas práticas feitas por particulares e pelo poder público ao IPJA, em todo o período estudado, conforme Art. 272 do Decreto n. 2940, de 22 de novembro de 1927, onde se lê:

As escolas profissiones, sem prejuízo de seus programmas de ensino, produzirão como industrias nos dois últimos annos de curso, senão para se bastarem a si mesmas, ao menos para formarem um patrimônio para assistência aos alumnos e desenvolvimento das officinas (BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, p.106).

A partir dessas questões, pergunto-me: afinal, depois de admitidos ao IPJA, tendo cursado o programa das aulas teóricas e práticas, quantos completaram o curso e quais ofícios aprenderam? Quantos abandonaram antes da conclusão?

4.3. Os egressos do IPJA: diferentes situações de desvinculação dos alunos

Entre 1894 e 1932, foram computadas 15.678 matrículas no IPJA. Desse contingente, desvincularam-se 1.444 (9,21%) alunos por terem concluído os estudos e, com o curso incompleto, 14.234 (90,78%) também se desligaram por vários motivos que apresentaremos a seguir.

Dos que prosseguiram os estudos, temos que, entre 1894 e 1924, foram matriculados, no Colégio Pedro II, 7 alunos; outros 34 no curso de formação de professores do Instituto de Música; e 6 alunos também no curso de formação de professores da Escola Nacional de Belas Artes (BRAGA, 1925, anexos). Do quantitativo de alunos que concluiu o curso profissional entre os anos de 1894 e 1916, destaque, em primeiro lugar, as profissões relacionadas à madeira e, depois, as profissões voltadas para as atividades tipográficas. Comparativamente, entre os anos de 1916 e 1927, quando o ensino no IPJA se especializou em diferentes seções, nesse intervalo temporal, houve queda de, aproximadamente, 93% na formação dos ofícios que integravam a seção de madeira. Em todas as demais seções, observou-se queda na

formação com variações entre 80% e 90%, exceto na formação dos eletricitistas, em que se verificou uma relativa estabilidade.

Tabela 1– Desvinculados com o curso completo – formações diversas – 1894-1927

Anos	Ofícios	Formados	Anos	Ofícios	Formados
1894-1916	Alfaiate	52	1917-1927	Alfaiate*	0
	Sapateiro	60		Sapateiro*	0
	Correio	0		Correio	10
	Carpinteiro	126		Carpinteiro	8
	Marceneiro	238		Marceneiro	23
	Torneiro	169		Torneiro	13
	Entalhador	96		Entalhador	10
	Tipografia e compositores	148		Tipografia e compositores**	0
	Encadernador	188		Encadernador**	0
	Eletricista	38		Eletricista	27
	Ferreiro	20		Ferreiro	4
	Latoeiro	103		Latoeiro	14
				Palha, Vima e Bambú	5
		Tinta e Estuque	5		
	Ofícios não informados	37		Ofícios não informados	23
Total		1.275			142

*Foram extintas em 1903. A de sapateiro foi restabelecida em 1916. **Foram extintas em 1916. Fonte: BRAGA, 1925; SILVA, 1936.

A ausência de alunos formados nos ofícios de sapateiro e de alfaiate, segundo Cunha (2005, p. 34), sinalizava o distanciamento do ensino do IPJA em relação às profissões de caráter nitidamente artesanais, justificando-se, assim, a extinção dessas oficinas em 1903. Por outro lado, a oficina de sapateiro foi prevista para ser retomada como parte da seção de couro, em 1916. No entanto, segundo Braga (1925,p. 175), na seção de couro, constavam apenas o ensino dos ofícios de seleiro e correeiro, “pois que a de sapateiro está, de muito tempo, extinta, embora seu mestre, sem alunos, venha, diariamente, nada fazer” (ibdem, p 175). Sinal de que, naquele momento, a fronteira entre o ensino artesanal e o industrial não era tão nítida assim.

Além dos alunos que concluíram o curso, já mencionados, desvincularam-se 14.234 (91,43%) alunos, por outros motivos. Mais representativo do problema do abandono foi o intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1916 e 1927. O primeiro marco temporal – 1916 – foi o período posterior ao retorno ao regime de internato do IPJA. Quanto ao segundo marco – 1927 – foi o instante em que se estabeleceu, por meio da reforma Fernanda de Azevedo, a especialização do ensino no

IPJA em eletrotécnica e mecânica. Entre todo esse período, 1916 e 1927, observou-se um acréscimo de 552,12 % nas matrículas, em relação a 1912 e 1916; queda de 11,45% no número de alunos que completaram os estudos e de 30,53% daqueles que desistiram, em relação ao mesmo período. Rever essa análise

Quadro 31– Matrículas e desvinculações no IPJA – 1894 – 1927

Anos	Matriculados	Desvinculados	
		Formação completa	Formação incompleta por diversos motivos
1894-1902	3.985	550 (13,85%)	3.435 (21,13%)
1903-1911	3.972	609 (15,33%)	3.363 (23,62%)
1912-1916	1.011	140 (14%)	871 (6,11%)
1917-1927	5.582	127 (2,27%)	5.455 (38,32%)
1929-1932	1.128	18 (1,59%)	1.110 (7,79%)
Total	15.678	1.444 (9,21%)	14.234 (90,78%)

Fonte: Braga, 1925; Silva, 1936

Segundo André Paulilo (2007, p. 172), o alcance do empreendimento das reformas educacionais que ocorreram no Distrito Federal ficou aquém do que os relatos oficiais propagavam. Embora a Diretoria Geral de Instrução Pública negasse os problemas, principalmente em relação à frequência escolar, o *Diário Carioca*, em edição de 13 de julho de 1930, publicou notícia sobre a irrelevância das ações reformistas. Esse mesmo autor nos informa o teor da reportagem nos seguintes termos:

Irrisória, redudizíssima, a ponto de parecer inverossímil se não se tratasse de dados colhidos na folha oficial”. Para a Escola Álvaro Baptista, no último trimestre de 1929 acusava, ao todo, 8 alunos de frequência, para a Visconde de Cayru, 14, para o Instituto Orsina da Fonseca, 12, para a escola Souza Aguiar, 16, para a Bento Ribeiro, 21. Havia também a preocupação com a frequência dos dois últimos anos do curso profissional. Dos 52 alunos do Instituto [Profissional] João Alfredo 28 estavam no 1º ano, 16 no segundo e 8 no terceiro, não havendo um só no quarto ano. Apontava a frequência de 75, 73 e 85 alunos respectivamente, não havendo em qualquer uma delas matrículas no 3º e 4º anos. Eram os resultados de três anos e meio de reforma! (Diário Carioca, Apud, PAULILO, 2007, p. 172).

Ainda segundo André Paulilo (ibidem, p. 173), Carneiro Leão, utilizando de dados de que dispunha em 1926, informava que 80% da população masculina deixavam a escola primária no fim do 4º ano. Assim, quando havia recursos financeiros, iam frequentar um curso preparatório para admissão num curso secundário. Do contrário, “se partia para ganhar a vida, imediatamente”.

Entre as desvinculações do IPJA por medidas disciplinares, encontramos os mais variados tipos de infrações, como praticar “atos imorais”, repetência do ano escolar por duas vezes consecutivas e, ainda, ter completado a idade regulamentar (18 anos). Essas foram algumas razões para a não continuidade dos estudos. Outras podem ser vistas na tabela abaixo. (Braga, 1925; Silva, 1936; Pastas dossiês dos alunos – AADMD).

Tabela 2– Motivos de saídas dos alunos do IPJA – 1894-1932

Motivos	Número	Percentual
"A bem da moralidade"	1	0,06
A pedido	598	32,89
Expulsão	2	0,11
Falecimento	82	4,51
Fuga	6	0,33
Idade máxima	95	5,23
Medida disciplinar	191	10,51
Moléstia incurável	27	1,49
"Outros motivos"	714	39,27
Por praticar "atos imorais"	1	0,06
Reforma Álvaro Batista	61	3,36
Reprovado por dois anos consecutivos	36	1,98
Sem aproveitamento em 6 anos de estudos	2	0,11
Transferência para outra escola	2	0,11
Total	1.818	100%

Fonte: Braga, 1925; Pastas dossiês entre 1894-1932

Chama a atenção os casos de desvinculação do IPJA considerados faltas gravíssimas contra a moral, como o suposto caso de relacionamento entre o Inspetor e um aluno do ano de 1920, em razão do qual, em 27 de abril do mesmo ano, foi instaurado processo administrativo contra o Inspetor-Chefe de alunos do IPJA¹³⁶.

De acordo com o Prefeito,

À 21 de agosto do anno passado, o Director do Instituto João Alfredo officiou ao Director Geral de instrução Pública, dando conhecimento de que o Inspector-Chefe Braz de Souza levava o alumno de n. 84, a actos offencivos à moral. Fundamento a gravíssima accusação, allegou que, procurando syndicar do facto, de accordo com o Vice-Director, o alumno 84 confessou o delicto entre elle e o Inspector - Chefe, no que foram surprehendidos pelo alumno n. 52, assim como o alumno n. 78 já havia presenciado factos, que provaram haver entendimento entre o

¹³⁶ Para uma discussão aprofundada a respeito desse processo administrativo, consultar o estudo de SOOMA SILVA, José Cláudio, BORGES, Aline Danielle Batista; PEREIRA, Kelly. **Acima de Qualquer Suspeita**: disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910. In: VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2008, Porto. VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania. Porto, São Paulo: SPCE; ANPEd; SBHE, 2008. v. 1.

alunno 84 e o Inspector-Chefe, em actos praticados contra a moral (fls.4 e 5). Á fls. 6 o aluno 84 confirmou o facto articulado, negando, entretanto, que o delicto tivesse sido consumado (Código 35-2-6 – p.. 378. AGCRJ).

Concluído o processo, foram decretadas as seguintes providências:

- a) Seja exonerado o inspector-chefe de alumnos do Instituto Profissional João Alfredo - Braz de Souza, incurso na segunda parte letra c do art. 14 do Dec. 766 de 4 de Setembro de 1900;
 - b) Seja excluído do estabelecimento o alumno de n. 84, Raymundo Nonato França, se ainda não foi dada essa providencia, como cumpria;
 - c) Seja suspenso por 8 dias o roupeiro Emygdio de Jesus, visto o que consta a fls. 94, 95;
 - d) Sejam prestadas informações o allegado a fls. 85;
 - e) Seja suspenso por 5 dias o Vice-Diretor Manoel Joaquim da Fonseca attento o que consta de seu depoimento a fls. 50-51.
- Recomende-se à Diretoria do Instituto mais vigilância no estabelecimento. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1920. (Assignado) Sá Freire. O que, por ordem do mesmo Snr. Prefeito, levo ao vosso conhecimento para os devidos fins. Saúde e Fraternidade. Secretario Sá Freire (Código 35-2-6 – p.. 378. AGCRJ).

Já os desligamentos a pedido, foram feitos pelos responsáveis dos menores por vários motivos. Um deles foi o fato de o aluno AF, em 1911, ter conseguido trabalho remunerado. Em função disso, saiu a pedido da mãe, “após 2 anos e meses servindo como alumno”, para se empregar como torneiro mecânico no Lloyd¹³⁷.

Três anos depois, ocorreu um caso semelhante que pode ser conferido no documento transcrito a seguir:

Laura da Silva Monteiro pede a V^a Ex^a desligação deste estabelecimento de seu neto Nelson Vieira por ter o mesmo que iniciar no commercio a lucta pela vida. A suplicante pede mais a V^a Ex^a dirijil-o no que deve fazer no atual momento de retirar-se, dando-lhe documento de comportamento nesse estabelecimento e, finalmente, o que é de praxe na sahida dos alunos. A suplicante testemunha a V^a Ex^a os protestos de estima e muita consideração.
Rio de Janeiro 3 de maio de 1914.
Laura da Silva Monteiro (AAMD, Pasta 1911 – LA-WA 020 NV).

O fato de o menor não concluir os estudos por ter conseguido colocação no comércio ou em outro espaço de trabalho remunerado parece ter sido recorrente, pois, no ano de 1923, a mãe do menor MSL solicitou ao diretor do IPJA que seu filho internado no IPJA fosse desvinculado. O Diretor, em resposta ao pedido, afirmou que

¹³⁷ Pasta 1911, 005 AF. Fonte: AADMD.

“o referido menor tem bom comportamento e aplicação, sentindo esta directoria ter elle de ser desligado sem completar a sua devida educação e instrucção profissional¹³⁸”
A saída do aluno por motivo de doença também compareceu na documentação consultada. Em 9 de outubro de 1912, um requerimento nesse sentido foi escrito ao Diretor do IPJA com as seguintes palavras:

Amigo Snr. Dr. Alfredo Magioli.

Pelo portador desta remetto-vos um requerimento pedindo o desligamento do Iberê, e por meio desta peço-vos desculpar de o não ter feito ha mais tempo devido a moléstia em cinco pessoas da nossa família, das quais falleceram três, e nossa auzencia dessa Capital.

Outrosim, peço-vos acceitar, com a vossa mais alta consideração, a expressão do nosso reconhecimento pela vossa extrema gentileza para connosco e carinho para com o nosso Iberê.

Pondo á vosso dispôr o meu fraco préstimo, sinto-me feliz em assignar-me. Vosso amigo venerado e menor criado.

Antonio Manços de Almeida Moraes (AADMD, Pasta 1912 IJFM).

O supracitado requerimento continha os seguintes dizeres:

Exmº Srº Dr. Alfredo Magioli de Azevedo Maia

Director do Instituto Profissional João Alfredo

Necessitando o alumno nº 137 Ibere João Felipe Masson, continuar o tratamento de sua saúde , o que, segundo opinião do Srº Dr. Philemon Cordeiro e de accordo com o regulamento, não pode ser feito nesse Instituto; e não me parecendo regular e nem conveniente a solicitação de licença por tempo indeterminado, peço a V. Exª . o desligamento do mesmo alumno desse Instituto, entregando conjunctamente com este as peças de fardamento que se acham em poder do referido alumno. Nestes termos pede P.F.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1912

Antonio Manços de Almeida Moraes.” (AADMD, Pasta 1912 IJFM)

Outros argumentos para a retirada do aluno também foram utilizados, como “por ser seu único filho homem¹³⁹”, ou ainda por acreditar que o filho não suportaria “os trabalhos phisicos que naquelle Instituto lhe obrigam, pede a Vª.Sª. o immenso favor de mandar excluil-o¹⁴⁰”.

Em suma, diversos foram os fatores que contribuíram para que parte considerável do alunado do IPJA não completasse a formação, como demonstramos. Destacamos que o fato de o aluno não completar a formação era um fator considerável de redução de oportunidades diversas. Dessa forma, garantir a permanência na escola

¹³⁸ Pasta 1923 MSL 044. Fonte: AADMD.

¹³⁹ Pasta 1925- HCS 056 Fonte: AADMD

¹⁴⁰ Pasta 1925 – AO 028. Fonte: AADMD

foi um problema comum tanto no IPJA e demais escolas de ensino profissional quanto nas escolas regulares do Distrito Federal, como já demonstrado pela historiografia da educação carioca e pelo presente estudo.

Conclusão

Nesta tese, tive como principal objetivo enveredar por um dos caminhos que produz “sentido e valor à vida humana”, ou seja, a educabilidade do jovem pobre¹⁴¹. Nela, investiguei o Instituto Profissional João Alfredo (IPJA) como parte do processo histórico em que esteve em desenvolvimento a discussão relativa à assistência e proteção de crianças desvalidas, pela profissionalização, que teve origem no Asilo de Meninos Desvalidos, com maior acento na perspectiva assistencialista. A criação do IPJA representou, na cidade do Rio de Janeiro, uma referência aos apelos a profissionalização dos jovens pobres como solução para que sua inserção social ocorresse de forma mais qualificada.

Como vimos, os estudos desenvolvidos no campo da história da educação social tem demonstrado que a associação educação e trabalho tem sido uma alternativa histórica para conferir validade a crianças pobres e abandonadas.

A partir desse entendimento, destaquei a assistência pela profissionalização voltada para os jovens identificados como desvalidos a partir da noção de Estado protetor. As medidas adotadas pelo Estado, ou seja, as políticas educacionais e assistenciais elaboradas para minimizar o problema das crianças e dos jovens desvalidos nos anos iniciais da República, foram concretizadas com a criação de escolas profissionais. Dessa forma, do universo das quatro escolas profissionais masculinas existentes no Distrito Federal, no período em estudo, destaquei a Casa de São José/Instituto Ferreira Vianna, abrigo escola para crianças desvalidas até os 12 anos de idade e o IPJA que ministrou o ensino profissionalizante aos jovens pobres de 12 a 15 anos de idade.

Essas instituições funcionaram, na maior parte do tempo, normatizadas pelos regulamentos do ensino profissional do Distrito Federal. Dessa forma, da análise desses regulamentos, foi possível evidenciar a assistência aos filhos dos pobres sob a ótica da profissionalização, a partir do Decreto nº 282 de 27 de fevereiro de 1902. Nesse sentido direcionei o foco para a particularidade dessas instituições no que se refere ao funcionamento em regime de internato e à dupla função: a de abrigo e a de escola de

¹⁴¹ A expressão entre aspas é de autoria de Fernando de Azevedo. **Novos caminhos e novos fins**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1932, p. 20. Sobre a educabilidade da criança pobre consultar o trabalho de Maria Cristina Gouvêia e Mônica Jinzenji (2006). Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n.31 jan./abr., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a09v11n31.pdf> Acesso em junho de 2013.

ensino elementar e profissionalizante. Remeto-me principalmente ao Decreto de 1902 que constituiu o principal referente da política de proteção às crianças e jovens pobres do Distrito Federal, normatizando o funcionamento dessas instituições em regime de internato e em conexão com a política educacional (educação física, ensino primário elementar e profissional, trabalhos manuais), com a higiene (inspeção médica asilar/escolar) e com a assistência social escolar (estabelecimentos com funcionamento conectado). O regime de internato do IPJA foi interrompido, parcialmente, entre os anos de 1911 e 1916 sendo restabelecido por meio do decreto 1.066, de 19 de abril do último ano.

Segundo Carneiro Leão (1926), o decreto de 1916, em vigor até a reforma do ensino público do Distrito Federal, em 1927, era repleto de emendas e acréscimos o que dificultava a administração da Diretoria de Instrução Pública, inclusive no ensino profissional. A partir da reforma educacional de 1927, o IPJA, o Instituto Ferreira Vianna e a Escola Profissional Orsina da Fonseca permaneceram como instituições que compunham a assistência social escolar. Nesse sentido, observa-se que parte das iniciativas desenvolvidas pela municipalidade expressou a marca das necessidades de uma determinada parcela da população, formada por crianças e jovens desvalidos, que se acreditou poderem ser resolvidas por meio da ação de um Estado protetor.

No que diz respeito às atividades educacionais instituídas no espaço escolar do IPJA, a análise dos programas do ensino profissional, dos regulamentos do IPJA e das reformas da instrução pública de 1916 e de 1927 possibilitou-me estabelecer o critério utilizado para a divisão destas atividades em dois momentos distintos: de 1894 a 1916 e de 1917 a 1927. No primeiro momento, os programas de ensino contemplaram os ofícios considerados mais artesanais, como alfaiates, carpinteiros, correeiros, latoeiros, marceneiros, sapateiros, torneiros, e outros, ainda que tenha sido ampliado para a eletricidade. Nesse primeiro momento, os alunos se especializavam dentro de um único ofício.

No segundo momento, o programa de ensino foi organizado por seções: madeira, folha de metal, metal, couro, pedra, tijolo e cimento, eletrotécnica e mecânica, palha, vime e bambu, com ênfase naqueles ofícios voltados especificamente para o trabalho industrial. Essa ênfase encontrava respaldo na concepção de ensino que visava à educação integral do futuro trabalhador. Ou seja, uma formação geral inicial, uma vez que a intenção era a de não considerar o “homem apenas como instrumento de

trabalho”, conforme afirmação de Fernando de Azevedo (1932), mas “elevar o nível moral e intelectual do operário” (AZEVEDO, 1927).

Essa concepção de educação integral implicava na redefinição dos objetivos da formação profissional e, por extensão, na reformulação da formação profissional ministrada no IPJA: deslocava-se a formação de natureza mais artesanal para uma formação mais generalista que atendesse plenamente aos objetivos propostos por Fernando de Azevedo (1927).

Nesse sentido, os resultados obtidos nesta tese apontaram que, após a reorganização dos ofícios por seções, especialmente entre os anos de 1917 a 1927, houve aumento significativo de matrículas (552,12%) quando comparados aos anos de 1912 a 1916. No entanto, a maioria absoluta dos alunos (90,78%) não completou a formação profissional. Dos alunos que completaram os estudos (9,21%) observou-se queda acentuada em todos os ofícios, mantendo uma relativa estabilidade apenas na formação dos eletricitistas. Dessa forma, os resultados das atividades profissionais do IPJA se aproximaram daqueles difundidos por Carneiro Leão (1926), isto é, de que 80% dos alunos do sexo masculino matriculados nas escolas primárias do Distrito Federal não concluíam os estudos. Segundo esse mesmo educador, os alunos precisavam “ganhar a vida imediatamente”.

Em relação ao perfil social dos alunos, a pesquisa demonstrou que a maioria era órfã pobre e residente no Distrito Federal; igualmente a maioria dos alunos estava enquadrada na faixa etária prevista nas normas, com as seguintes exceções: crianças com 9 anos (1); com 10 anos (36); jovens com 16 anos (23) e com 17 anos (1). Essas exceções sinalizavam uma clara tensão entre o previsto na lei e o que fora necessário adequar fora dos limites previstos, sinalizando a necessidade de se particularizar os casos. Em relação à cor dos alunos, embora não houvesse consenso nos documentos consultados, 53% deles foram declarados de cor branca.

No que diz respeito à demanda social por matrículas no IPJA coube aos pais ou responsáveis pelos alunos escreverem seus requerimentos às autoridades municipais. Conforme já discutido nessa tese, segundo Elias (2000), as relações entre grupo estabelecidos-*outsiders* acaba por produzir estigmas e/ ou sintoma de inferioridade no último. Segundo esse mesmo autor, uma das condições para superar a posição de *outsiders* é possuir a destreza necessária para a aquisição de saber e, inclusive, o saber de como adquiri-lo. Os familiares e demais responsáveis pelos alunos do IPJA deixaram

registrados os seus anseios para que os jovens adquirissem uma instrução “necessária”, “condigna” e que fosse “útil à si mesmo e à coletividade”.

No entanto, os resultados obtidos nessa pesquisa demonstraram que a maioria absoluta daqueles alunos não concluiu os estudos. Nesse sentido, do ponto de vista do preparo de mão de obra para as fábricas e indústrias nascentes, a ação da municipalidade do Distrito Federal com vistas a viabilizar a assistência pela profissionalização no IPJA, apresentou limites.

Entretanto, no Arquivo Asylo de Meninos Desvalidos há cartas de pedido de saída dos alunos para se inserirem no mercado de trabalho antes mesmo do término do curso profissional. Apresento o caso de Nelson Vieira, matriculado em 1911, que após três anos de estudos no IPJA, iniciou “no commercio a lucta pela vida”¹⁴². Já Antônio Fonseca se empregou “como torneiro mecânico no Lloyd, também no ano de 1911”, após dois anos e meio de estudos no IPJA.¹⁴³

Além da necessidade financeira, é possível pensar que a aprendizagem de um ofício também possibilitava àqueles jovens a melhoria de sua autoestima, portanto, “útil à si a sua pátria”. Nesse sentido, Norbert Elias observa (2009, p. 209) que na dinâmica estabelecidos e *outsiders* “há uma necessidade humana, nunca serenada, de elevar a autoestima, de melhorar o valor da própria pessoa ou do grupo”.

Finalmente, vale ressaltar, que em 1932, a municipalidade do Distrito Federal assumia a responsabilidade pelo ensino público secundário, elevando o IPJA ao *status* de escola de ensino técnico secundário, que recebe naquele momento, a denominação de “Escola Secundária Técnica João Alfredo” (FONSECA, 1984, p. 195). Dessa forma, como instituição de ensino profissionalizante, forjada no calor dos debates acerca da assistência pela profissionalização ao jovem pobre, o IPJA, em alguma medida, acabou por contribuir para afirmar o ensino técnico profissional em nível secundário no Rio de Janeiro.

¹⁴² AADMD, Pasta 1911 – LA-WA 020 NV.

¹⁴³ AADMD, Pasta 1911 005 AF.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando de. **Novos caminhos e novos fins**: a nova política de educação no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

Anuário Estatístico do Brasil. Ano V e serviço Nacional de Recenseamento. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1950/populacao1950aeb_02.pdf Acesso em julho de 2012.

BARROSO, José Liberato. **A instrução pública no Brasil**. Série Filosofia e História da Educação TAMBARA, Elomar & ARRIADA, Eduardo (Orgs.). Pelotas: Seiva, [1867] 2005.

BERRIO, Juan Ruiz. Introducción a La história de La educacción social. **Revista Interuniversitária**. Ediciones Universidad de Salamanca. Salamanca, España: Numero 18, 1999, p. 5-11.

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Marcado pela própria natureza**: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas (1860-1891). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ensino e História das Ciências da Terra Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2011.

BONATO, Nailda marinho da Costa. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2003.

BORGES, Angelica e TEXEIRA, Gisele Baptista. **Antonio de Almeida Oliveira**, os ideais republicanos e a instrução: um projeto para ensino público no século XIX. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, p. 187-190, abr. 2005.

CALDEIRA, Sandra Maria. **Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)**. 2008. Dissertação de Mestrado em Educação - Faculdade de Educação da USP.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939. 3º Tomo. Brasiliiana Pedagógica.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/(FEU), 1999.

CHAMON, Carla Simone, GONÇALVES, Irlen Antônio, OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. “Pensar com acerto e trabalhar com método”: o ensino profissional no Boletim Vida Escolar. GONÇALVES E OLIVEIRA, 2001. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e LOPES, Eliane Marta Teixeira (Orgs.). **Boletim Vida Escolar**: uma fonte e múltiplas leituras sobre a Educação no início do século XX. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011, p. 73-112.

CHALHOUB, Sidney. **Lar trabalho e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro de *belle époque*. 2º Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia. das Letras, 1997

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76-96.

CAMARA, Sonia. Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil republicano. In: FARIA FILHO, Luciano, ARAÚJO, Vania Carvalho de (Orgs.). **História da educação e da assistência à infância no Brasil**; v. 8. Vitória: ES. EDUFES, 2011, p.17-56.

CAMARA, Sonia. **Sob a guarda da República**. A infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição, 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006, v. 1, p. 291-310.

Coleção de Leis do Império. Anais da Câmara. Disponível Em: www2.camara.leg.br
Coleção de leis do Brasil, 1892. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br> Acesso em junho de 2012.

Código Penal de 1890.

Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>. Acesso em 26 de setembro de 2011.

CIAVATA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**. A fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-30). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia. das Letras, 1997

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **Arthur Higgins**, Uma história de intervenção e conhecimento na educação física brasileira IN: CBCE, nº 2, Florianópolis. Anais, UFSC, p. 1323-1329, 1999.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **O Imperial Colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. Assistência e profissionalização no Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História** – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

CUNHA, Luiz Antônio. **A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil:** as Escolas de Aprendizizes Artífices. Fundação Getúlio Vargas. Relatório de pesquisa, 1980. Mimeo.

CUNHA, Luiz Antônio. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. **Revista da Faculdade de Educação.** UFF, Niterói, ano 10, nº 1-2, janeiro/dezembro. 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora UNESP, Brasília (DF): Flacso, 2000.

Decreto de criação das Escolas de Aprendizizes Artífices. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/decreto-de-criacao-da-escola-de-aprendizes-artifices>

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites:** o ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2001.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e Outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2000.

ESTEBAN, José Ortega. Pedagogía social y pedagogia escolar: la educación social em la escuela. In: **Revista de Educación**, núm. 336, 2005, pp. 111-127.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. P. 247-264.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República Trabalho e Educação:** A Experiência do Instituto João Pinheiro (1909/1934). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive. **Infância no sótão.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana G. e SOUZA, Maria Cecília C. **A memória e a sombra.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 117-136.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação Escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (Org.) **Educação, modernidade e civilização:** Fontes e perspectivas de análise para a história oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** 4 ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7 ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Edição estabelecida por M. Senellart sob a direção de F. Ewald e A. Fontana; E. Brandão (trad.); Claudia Berliner (rev. trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção Tópicos).

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Federal, 1986. 5v.

FRAGO, Viñao A. & ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: A arquitetura como programa**. (tradução: Alfredo Veiga Neto). RJ: DP&A, 1998.

FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital. Estudo sobre a construção da imagem política de Pereira Passos. In: **Revista Rio de Janeiro**, n.º 10. Maio/agosto de 2003

FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN, Jr. Moisés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Caderno de Pesquisa**, n. 47, nov. 1983. P. 38-45

FROTA PESSOA, Política Educacional. A reforma do ensino primário no Distrito Federal. In: SILVA, Arlette Pinto de Oliveira (Org). **Páginas da história**. Notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília, DF: INEP/Ministério da Educação, 2004, p. 93-99.

GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força**. História da miséria e da caridade na Europa. Trad. de Maria de Assunção Santos. Lisboa, Portugal Terramar: s/d.

GARCIA, Inára de Almeida. **Um professor em dois mundos: a viagem do professor Luiz Augusto dos Reis à Europa (1891)**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. São Paulo, 2011

GASPAR, Márcia Vianna. **A Vila de Isabel, Amélia e Drumond**. In: SANTOS, Alexandre Melo, LEITE, Márcia Pereira e FRANCA, Nadya (Orgs.) Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca. Rio de Janeiro: Publicação IBASE, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial** – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA José Gonçalves. Ecos da República: Ciclo de vida e Doutrina Médica da Revista Pedagógica (1890 – 1896). In: **Anais da XX Reunião da Anped**, Caxambu. MG, 1997.

GONDRA, José G.. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educ. Pesquisa**. 2000, vol.26, n.1 p. 99-117.

GOUVÊIA, Maria Cristina Gouvêia, JINZENJI, Monica. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n.31 jan./abr., 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a09v11n31.pdf> Acesso em junho de 2013.

HOBBSAWM, Eric J. . De La historia social a historia da sociedade. In: **Historia Social**,10, 1991, p. 5-25.

HAHNER, E. June. **Pobreza e Política**. Os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HIGGINS, Arthur. **Compendio de gymnastica escolar**. Methodo sueco-belga-brasileiro. 3ª edição. Aperfeiçoada e ilustrada. Rio de Janeiro, 1934.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. (Memória carioca; v. 2).

KUHLMANN, Jr. Moysés. **As grandes festas didáticas**. A Educação Brasileira e as exposições internacionais. Bragança paulista: Ed. Universidade São Francisco, 1996.

KUHLMANN, Jr. Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de, KUHLMANN, Jr. Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 459-503.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**., São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100006&script=sci_arttext Acesso em 02 de outubro de 2011.

WOOLF, Stuart. Pauperismo em el mundo moderno. Estamento, clase y pobreza urbana. In: **Historia Social**, n. 8, otoño 1990, p. 89-100.

LEMONS, Daniel Cavalcanti. A Bem da moralidade e da ordem. Os castigos corporais em debate nas escolas da Corte. Disponível em: In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0353.pdf> Acesso em abril de 2013.

LIMA BARRETO. **Clara dos anjos**.

Disponível em <http://www.culturabrasil.org/zip/claradosanjos.pdf> Acesso em julho de 2013.

LODOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito *Menor*. In: DEL, PRIORE, Mary (Org.) **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4ª Ed. 1996.

LOPES, Luis Carlos Barreto. **Projeto educacional Asylo de Meninos Desvalidos**: Rio de Janeiro (1875-1894) – uma contribuição a história social da educação no Brasil. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MACHADO, Vilma. Alves. **A Casa de José**. Instituição fundada por Ferreira Vianna, em 1888 no Rio de Janeiro, para abrigar e educar crianças desvalidas para o trabalho. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luisa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, Jucinato de Sequeira. **Os Desvalidos: o caso do Instituto Profissional Masculino (1894-1910)** - uma contribuição à História Social das instituições educacionais na cidade do Rio de Janeiro. 1996. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARTINEZ, Barnabé Bartolomé. Pobreza y niños marginados em La Idad Moderna. In: BERRIO, Juan Ruiz. Introducción a La história de La educacción social. **Revista Interuniversitária**. Ediciones Universidad de Salamanca. Salamanca, España: Numero 18, 1999, p. 33-50.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001

MARTINS, Sylvania Damacena. **Reformando a Casa Imperial**: Assistência Pública e a Experiência do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ PPGHIS, 2004.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Carneiro Leão e a Questão da Educação Superior. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: Universidade Federal de Goiás, 2006.
Disponível em: www.sbhe.org.br/.../Maria%20Cristina%20Gomes%20Machado%20. Acesso em 05 de maio de 2012.

MAGNA, Maria da Silva e NOMA, Amélia Kimiko. **A atuação de Fernando de Azevedo na construção da política educacional nos anos 1920**. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../_files/mLGUk5ge.doc Acesso em junho de 2013.

MENSAGENS DOS PRESIDENTES DAS PROVINCIAS Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: julho de 2012.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ensino libertário e a relação trabalho e educação**: algumas reflexões.
Disponível em: www.anped.org.br/.../Trabalhos%20em%20PDF/GT02-6971--Int.pdf. Acesso em janeiro de 2012.

MATTOS, Hebe. **Entrevista** por SCARRONE, Marcello em 01 de agosto de 2011.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/hebe-mattos>. Acesso em 22 de abril de 2013.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho**: Instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MORAIS, Carmem Sylvia Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves & HISDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.). **Brasil 500 anos**: Tópicos em História da Educação. São Paulo: Edusp, 2001, p. 169-204.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção á infância no Brasil 1500-1922**. Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora, 1927.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. Construindo a Nação: Liga Contra o Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro (1916-1919)”. **Anais do XII Encontro Regional de História**, Niterói, Anpuh/RJ, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vanessa%20Carvalho%20Nofuentes.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2012.

NUNES, Clarice. (Des)encanto da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 3ª Ed. p. 371-398.

NUNES, Clarice, HERSCHMANN, Micael, KROPF, Simone (Orgs.). **Missionários do Progresso**. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937. Rio de Janeiro: Doadorim, 1996.

Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas. In: **Revista Educação e Realidade**. Vol. 34, Nº 2, 2009, p. 97-118. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8434>. Acesso em 03 de outubro de 2011.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de. Contando a história do Instituto Ferreira Vianna (1931 – 1933): o diretor José Piragibe e a implantação do projeto escola cidade. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**. História, Sociedade e Educação no Brasil. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.24.pdf. Acesso em maio de 2013.

PAULILO, André Luiz. Uma historiografia da modernidade educacional. **Estud. hist. (Rio de Janeiro.)**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, Junho de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em maio de 2012.

PAULILO, André Luiz Paulilo. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n. 46, p. 1-22, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S012>>: Acesso em: 10 de maio de 2013.

PAIVA, Ataulpho Nápole de. **Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: história e estatística**. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil. 1922.

PAULILO, André Luiz. **A estratégia como invenção: as políticas públicas: as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03052007-110357/>>. Acesso em: 2013-03-21.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1977.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em julho de 2012.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O ensino industrial: memória e história. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III – século XX. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 209-228.

Irma; MARQUES, Jucinato de S. Os incorrigíveis da cidade: um estudo sobre a distribuição e circulação das infâncias na Capital Federal (décadas de 1900 e 1910). In: LOPES, Sonia; CHAVES, Miriam (org.). **A História da Educação em Debate: Estudos comparados, profissão docente, infâncias, família e igreja**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2012.

RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Rio de Janeiro, 2004. (Tese de Doutorado), UFRJ/IFCS/PPGHIS.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2ª edição revista. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei**. Disponível em: Rizzini, Irene. A Criança e a Lei no Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/portugues/index.htm>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro** (publicado originalmente em 1843). I.H.G.B., separata do vol. 275 – abril/junho de 1967. Deptº Imprensa Nacional, 1968.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Goiânia: Editoras UnB e UFG, 1997. Trad. de Joel Pimentel de Ulhôa.

SAES, Alexandre Macchione. Light versus CBEE: capital nacional e estrangeiro na modernização da cidade do Rio de Janeiro. (1905-1915). IN: **Revista Territórios e Fronteiras** V.1 N.2 – Jul/Dez 2008, p. 165-195

SILVEIRA, Carmem Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural**: centralidade de Memória na cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Planejamento urbano e regional). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004, 362 f.
Disponível em: http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/CarmemBeatrizSilveira.pdf Acesso em julho de 2012.

SOARES, Manoel de Jesus Araújo. **A educação corretiva** – Fernando de Azevedo e o inquérito sobre a educação pública em São Paulo, 1926. Rio de Janeiro, 1978. Dissertação Mestrado em Educação. FGV/IESAE

SOUZA, Fabiana Fátima dias de. **O professor da moda**: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885-1934). Dissertação de Mestrado em Educação Física. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/pgedufisica/files/2009/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Fabiana-final.pdf> Acesso em abril de 2013.

SOUZA, Vagner Pereira de, PIVA, Teresa de Carvalho. **A Peste Bubônica no Rio de Janeiro e o Instituto Soroterápico Federal**, s/d., p. 702.

SILVEIRA, Carmem Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural**: centralidade de Memória na cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Planejamento urbano e regional). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004, 362 f.
Disponível em: http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/CarmemBeatrizSilveira.pdf Acesso em julho de 2012.

SOUZA, Fabiana Fátima dias de. **O professor da moda**: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885-1934). Mestrado em Educação Física. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/pgedufisica/files/2009/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Fabiana-final.pdf> Acesso em abril de 2013.

SOUZA, Vagner Pereira de, PIVA, Teresa de Carvalho. **A Peste Bubônica no Rio de Janeiro e o Instituto Soroterápico Federal**, s/d., p. 702.
Disponível em:
<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Vagner%20Souza.pdf>
Acesso em 02 de agosto de 2012.

SILVA, Arlette Pinto de Oliveira (Org). **Páginas da história**. Notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928. Brasília, DF: INEP/Ministério da Educação, 2004.

SILVA, Octacílio Augusto. **O ensino popular no Distrito Federal**. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1936.

SOARES, Manoel de Jesus Araújo. **A educação corretiva** – Fernando de Azevedo e o inquérito sobre a educação pública em São Paulo, 1926. Dissertação de Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1978.

SOOMA SILVA, José Cláudio. **Teatros da modernidade**: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Rio de Janeiro: Uerj, 2009. 308f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SOOMA SILVA, José Cláudio, BORGES, Aline Danielle Batista; PEREIRA, Kelly. Acima de Qualquer Suspeita: disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910. In: VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2008, Porto. **VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**: cultura escolar, migrações e cidadania. Porto, São Paulo: SPCE; ANPEd; SBHE, 2008. v. 1.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Infância. In: **Dicionário do Brasil Imperial** (1822-1889). Vainfas, Ronaldo. (org.) Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002. p. 176.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro**: representação, experiência e profissão docente nas escolas primárias (1870- 1890). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFF, 2002.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Educar e instruir**: a instrução pública na Corte imperial (1870-1889). Niterói: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1998.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 23 de julho de 2013.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. “**Útil a si e a sua Pátria**”: Educação e Instrução na Corte Imperial. (1870-1889). Monografia de conclusão do Curso de Pedagogia. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar, trabalhar e civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894)**: caminhos possíveis. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Maria Zelia Maia de; SOOMA SILVA, José Cláudio. **Corpos educados, perigos controlados**: as contribuições da ginástica escolar para a remodelação urbana carioca. **Roteiro, edição especial**, 2013, p. 237-254.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. SILVA, José Cláudio Sooma. Educar os corpos, afastar os perigos: as contribuições da ginástica escolar na remodelação urbana carioca. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação, 5., 2008, Aracaju. SERCORE Artes Gráficas Ltda, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. A inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XX, no 51, novembro/2000, p. 9-28.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

SOTO, Pedro Carasa. Dossiê - Pobreza e assistência social na Espanha contemporânea. A história e os pobres: da benaventurança à marginalização. In: **história Social**, n.14, 1992, p. 77-99.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação do corpo: teoria e história. Apresentação. IN: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 13-19, jul/dez. 2004.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. ; PUCHTA, Diogo Rodrigues . Educação do corpo, escolarização e modernidade: apontamentos esparsos. **Temas & Matizes**, v. 1, p. 83-92, 2006.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. . Saberes e práticas sobre a educação do corpo infantil na instrução pública nos anos finais do século XIX no Brasil. **Sarmiento** (Vigo), v. 13, p. 131-150, 2009.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educando pelo corpo: saberes práticas na instrução Pública primária paranaense (Finais do séc. XIX e início do séc. XX). IN: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Marcus%20AurelioTaborda%20de%20Oliveira/Marcus%20Aurelio%20Taborda%20de%20Oliveira%20-%20Texto.pdf> Acesso em abril de 2013.

TAMBARA, Elomar & ARRIADA, Eduardo (Orgs.). **Coletânea de leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial**: Lei de 1827; Reforma Couto Ferraz – 1854; reforma Leôncio de Carvalho – 1879. Pelotas: Seiva, 2005.

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens pelo Progresso**: O Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902). 172 f. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2009.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação Social: Um campo de investigação para a História da Educação. In: **Tempo de cidade, lugar de escola**. História, ensino e

cultura escolar em “escolas exemplares”. PESSANHA, Eurize Caldas, GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2012.

VEIGA, Cynthia Greive. A Civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX): Questões teóricas e conceituais. In: **XII Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Civilização e Contemporaneidade. Novembro de 2009. Recife – PE

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre sociologia e História da Educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Pensadores sociais e história da educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 145-172.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21. Campinas: Autores Associados, 2002.

Verbete: Anos 20 – **centenário da Independência**. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia>

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Projetos e estratégias de implementação da escola nova na capital do Brasil (1922-1935). In: MAGALDI, Ana Maria de Mello; et al (org.). **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p.375-398.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Educação e Reforma**. O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; São Paulo: CNPQ:USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (Orgs). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004, p. 167-204.

Obras de Referência

FREIRE, Laudelino. (Org.). **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**. Vol. II. Rio de Janeiro: A noite, 1940 a 1941.

Grande Enciclopédia Delta Larousse. Editora Delta S.A. - Rio de Janeiro, 1978. V. 9

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da língua portuguesa**. Segunda edição, Rio de Janeiro: editora Positivo, 2004.

Petit Larousse illustré. Paris: Librairie Larousse, 1919.
SEGUIER, Jaime **Dicionário prático ilustrado.** Porto: Lello & Irmão, 1957.

Biblioteca Nacional

Acervos e fontes primárias manuscritas e impressas

BRAGA, José Theodoro de Medeiros. **Subsídios para a memória histórica do Instituto Profissional João Alfredo** – desde a sua fundação até o presente (1875 – 14 de março de 1925). Rio de Janeiro: Santa Cruz, 1925.

BRAGA, Theodoro. “Considerações (sobre o ensino profissional)”. **A Educação.** Ano IV, vol. X, n.º 7 e 8, Rio de Janeiro, jul.-ago. 1925, p. 791-796. Notação 1 - 241,01,24 e 1 - 241, 01, 25

CARNEIRO LEÃO, Antonio. **O ensino na capital do Brasil.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1926.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. O ensino municipal no Distrito Federal. **A Educação.** Ano IV, vol. IX, n.º 3, Rio de Janeiro, mar. 1925. p. 181-209.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. **A educação na capital do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1926.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. **O Brazil e a Educação Popular.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 2ª Ed. 1918.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. **Os deveres das novas gerações brasileiras.** Rio de Janeiro: Soc. Ed. de Propaganda dos Países Americanos, 1923.

Ensino techico-profissional. Bases e documentos apresentados para sua organização pela comissão designada pelo Exmo. Srn. Director Geral de Instrucção. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1919. Ref. I 111, 6, 11.

VIEIRA, João José Rodrigues. **Memorial sobre a escola profissional.** Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1919. Ref. 379.8 V 665 m.

Arquivo Nacional

Coleção de leis municipais e vetos do Distrito Federal. Rio de Janeiro, (1892-1894). Organizada por Alvarenga Fonseca, Tipografia do Jornal do Commércio, 1897.

Notação IE 5 (26) (AV 1-2 1881) e Notação IE 5 (86) 4.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

a) Biblioteca

AZEVEDO, Fernando de. **A educação pública em São Paulo**. Problemas e Discussões. Inquérito para o 'O Estado de São Paulo', em 1926. Serie 5ª. BRASILIANA – Vol. 98. Bibliotheca Pedagógica Brasileira. São Paulo: 1937. Ref. 981 B823 V.98.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal – Decreto N. 2.940, de 22 de novembro de 1928. Rio de Janeiro.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 1.066, de 19 abril de 1916. Dá novo regulamento as escolas profissionais.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 1.730, de 5 de janeiro de 1916. Dá novo regulamento as escolas profissionais.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 838, de 20 out 1911. Reforma a lei do Ensino Primário, Normal e Profissional. Out/1911, p. 21-44.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 282 de 27 de fevereiro de 1902. Dá regulamento ao Ensino Profissional.

PAIVA, Ataúpho de. **Assistência pública e privada no Rio de Janeiro** – História e Estatística. Rio de Janeiro: Typografia do Anuário do Brasil, 1922.

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal. 2 de abril de 1912, Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1912.

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal. 2 de abril de 1904, Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1904.

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal. 1º de Junho de 1929. Rio de Janeiro, Off. Graphics do Jornal do Brasil, 1929.

b) Sala de documentação escrita

Série Instrução pública – Códices

13-4-19 - Instituto Profissional Masculino - Asilo de Meninos Desvalidos - 1897 -1909.

13-4-20 - Instrução Pública - Instituto Profissional Masculino - contas - 1893-1896.

13-4-22 - Ensinos Profissionais Masculino e Feminino; Institutos de profissões - 1895-1903.

13-4-24- Instituto Profissional Masculino e contas - 1897-1900.

13-4-25- Instituto Profissional Masculino e contas - 1898-1904.

13-4-26 - Título: Instituto Profissional Masculino -1900.

13-4-27- Instituto Profissional Masculino e contas - 1900-1905.

13-4-28 - Instituto Profissional Masculino e contas - 1901-1909.

13-4-29 - Instrução Pública - Ensino Profissional - 1903 a1905.

35-2-6 - Título: “Copiador de Offícios - remetidos às Procuradorias, Directorias, Autoridades, etc. De 20 de fevereiro de 1920 a 20 de maio de 1920”.

38-4-3 - “Documentação avulsa - ofício do Director ao Prefeito do Districto Federal” - 1893.

38-3-36 - Relatórios dos diretores dos Institutos Profissionais Masculino e Feminino (comercial) e Escola Normal - 1899-1900.

44-1-26 - Arquivo do Gabinete do Prefeito - Requerimentos - Institutos profissionais - de 1911 a 1914.

Arquivo Asylo de Meninos Desvalidos/ PROEDES/UFRJ/FE.

Pastas /dossiês dos alunos (1894 a 1932)

Ofícios recebidos e expedidos – 1914 a 1917; 1922 a 1930; 1927 a 1930.

Fundação Casa de Rui Barbosa

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública.** Volume X. Tomos III e IV. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1982. Edição comemorativa do 1º centenário dos Pareceres apresentados na Câmara do Império em 1882.

ANEXO 1

Decreto n° 31 de 29 de dezembro de 1894¹⁴⁴

Dá regulamento para o Instituto Profissional

O Prefeito do distrito Federal, usando da atribuição que lhe confere o art.3° do decreto n° 102, de 18 de julho do ano corrente, decreta

CAPITULO 1

Ensino Profissional.

Art.1. O Instituto Profissional é um internato destinado a dar aos respectivos alumnos a educação physica, intellectual, moral e pratica necessária para o bom desempenho das profissões de que trata o presente regulamento.

Curso de sciencias e lettras.

Art.2. O ensino, que é gratuito e integral, abrange as seguintes disciplinas:

1° Escripta e noções elementares de língua portugueza, arithmetica prática, instrução moral e cívica;

2° Lingua Portugueza;

3° noções elementares da língua franceza; traducção e versão fáceis;

4° elementos de historia e geographia do Brazil;

5° arithmetica, noções de álgebra e geometria pratica;

6° noções de mecanica geral e mecanica applicada;

7° noções de chimica experimental e chimica prática.

Curso de artes.

1° Desenho geométrico e de machinas;

2° desenhos de ornatos e figuras;

3° esculptura;

4° musica vocal;

5° musica instrumental;

6° gymnastica, exercícios militares e esgrima;

7° trabalhos manuaes; tecnologia das profissões elementares, manejo das principaes ferramentas.

Curso profissional.

1° typographia;

2° entalhadura;

3° os officios de: alfaiate; carpinteiro; encadernador; ferreiro e serralheiro; latoeiro; marceneiro e empalhador; sapateiro; torneiro.

Art. 3. O curso de estudos será de seis annos, comprehendendo:

Divisão dos cursos de estudos:

¹⁴⁴ Regulamento publicado pela Revista **Anuário do Ensino**, 1895, p. 367-378. Acervo da BN.

1º anno.

Escrepta, noções elementares da língua portugueza, arithmetica e instrucção moral e cívica.

Elementos de geographia do Brazil.

Musica vocal.

Gymnastica.

Trabalhos manuaes.

2º anno.

Lingua portugueza.

Arithmetica e noções de álgebra.

Elementos de historia do Brazil.

Desenho geométrico.

Musica vocal. Gymnastica.

Estudo profissional (Desenvolvimento dos trabalhos manuaes.)

3º anno.

Lingua franceza.

Geometria pratica.

Desenho de machinas.

Desenho de ornato.

Musica instrumental.

Gymnastica. Estudo profissional.

4º anno.

Noções de mecânica geral e de mecânica aplicada.

Noções de physica experimental.

Desenho de ornato e de figura.

Esculptura. Musica instrumental.

Estudo profissional.

5º anno.

Chimica pratica.

Musica instrumental.

Estudo profissional.

6º anno.

Musica instrumental.

Estudo profissional.

Art. 4. O ensino de esculptura e de musica instrumental será dado somente para os alumnos que revelarem vocação para o respectivo apprendizado.

Matricula.

CAPITULO II

Art. 5. No dia 1 de feveiro de cada anno abrir-se-há na secretaria do instituto a matricula dos alumnos, a qual se encerrará no dia 28 do referido mez, sendo a ella admittidos, satisfeitas as condições do artigo seguinte:

§1. Os menores que, nos estabelecimentos de assistência á infância desvalida, revelarem aptidão para o aprendizado profissional.

§2. Os filhos de funcionários municipaes;

§3. Os menores que nas escholas publicas do primeiro gráo que revelarem aproveitamento;

§ 4. Os filhos dos operários das officinas do Estado e dos funcionarios publicos que assim o requererem.

Condições exigidas para a matricula.

Art. 6. Para a matricula exigir-se-há:

1º Certidão de idade, ou documento equivalente, por onde se prove que matriculando tenha de 12 a 15 annos;

2º Attestado medico de ter tido o candidato vacina regular ou a própria varíola, salvo no primeiro caso, quando prove ter sido vacinado pelo menos três vezes improficuamente;

3º Approvação em exame de admissão prestado na conformidade do art. 7º. Paragrafo único. Deste exame serão dispensados os que apresentarem certificados de estudo do primeiro gráo.

Exame de admissão.

Art. 7. O exame de admissão, de que trata o artigo antecedente, constará de leitura e da pratica das quatro operações.

Art. 8. Não serão admitidos á matricula os menores que soffrerem de moléstias contagiosas, ou tiverem defeitos phisicos que os impossibilitem para o estudo e para o aprendizado de artes e officios.

Paragrapho único. Nesta conformidade, antes de torna-se effectiva a matricula, serão os candidatos sujeitos á inspecção do médio do instituto.

Encerramento da matricula.

Art. 9. Encerrada a matricula nenhum alumno será admitido.

Do livro respectivo serão extrahidas relações de cada um dos annos para serem fornecidas aos professores.

Art. 10. O numero de alumnos será fixado pelo Conselho Municipal, anualmente.

As aulas e officinas.

CAPITULO III

Art. 11. As aulas abrir-se-hão no dia 1 de Março e encerrar-se-hão a 30 de novembro.

Os mestres das officinas, porém, continuarão a trabalhar com os alumnos, fechando-se as mesmas officinas unicamente de 20 de Dezembro a 10 de Janeiro, período de férias completas no estabelecimento.

Art. 12. As aulas e officinas funcionarão de acordo com o horario organizado pelo diretor, ouvidos, quanto ás primeiras, os professores do estabelecimento.

Regimento interno.

Art. 13. A distribuição do tempo para as refeições, estudo, recreio e descanso dos alumnos, as relações entre estes e o director, professores, mestres e inspectores e mais empregados, tudo emfim que se referir ao regimen escolar e disciplinar, será especificadamente determinado em regimento interno organizado pela congregação dos professores e aprovado pelo director de intrucção publica.

Dias feriados.

Art. 14. Serão feriados no instituto, além dos domingos, os dias assim considerados por lei.

Exames.

CAPITULO IV

Art. 15. Encerradas as aulas, serão os alumnos, submettidos a exames perante comissões compostas dos professores e mestres respectivos, e presididas pelo director, ou, no impedimento deste, pelo professor que designar.

Art. 16. Os professores organizarão e submetterão á aprovação de Congregação, antes do encerramento das aulas, os pontos sobre que deverão versar os exames.

Provas de exames.

Art. 17. Os exames constarão de prova escripta e oral para as cadeiras do curso de sciencias e letras; de prova gráfica para as de calligraphia e desenho: de prova pratica para as de musica e gymnastica.

O aproveitamento nas demais aulas será julgado á vista dos trabalhos feitos durante o anno pelos alumnos.

Provas escripta e oral.

Art. 18. A prova escripta, que será comum a todos os alumnos de cada anno, poderá durar duas horas.

Na prova oral, cada examinador não poderá arguir o examinando por mais de vinte minutos.

Provas graphics.

Art. 19. Nas provas graphics de calligraphia e desenho, e praticas de musica gymnastica, os alumnos serão distribuídos por turmas.

Notas de aprovação.

Art. 20. Os exames dos serão julgados pelas notas *approved*, *reprovado*, *approved simplesmente*, *approved plenamente* e *approved com distincção*, acompanhada dos grãos:

De 1 a 5: para aprovação para aprovação simples; - 6 a 9 para aprovação plena; 10 para aprovação distincta.

Julgamento dos exames.

Art. 21. No julgamento dos exames será levado em conta o aproveitamento dos alumnos durante o anno, quer nas aulas, quer nas officinas, para o que serão ouvidos os respectivos mestres.

Do dito julgamento o secretario do instituto lavrará termo em livro especial, assignado pelas comissões julgadoras.

Art. 22. Concluidos os exames, a congregação indicará os alumnos de cada anno que devem ser premiados.

Desta reunião da congregação, será lavrada acta em livro especial pelo secretário do instituto.

Premios.

Art. 23. Os prêmios constarão de livros instructivos e de medalhas de ouro, prata e bronze mandadas cunhar pela Municipalidade segundo o modelo que for aprovado pelo director de instrucção.

Distribuição dos prêmios.

Art. 24. A distribuição dos prêmios realizar-se-há em uma sessão solemne, sendo no mesmo dia expostos os principaes trabalhos artisticos e industriaes produzido pelos alumnos.

Art. 25. O alumno reprovado duas vezes no mesmo anno perderá o logar, e quando não tiver a quem delle se encarregue, será aproveitado nos serviços domesticos do instituto, de modo a sahir do estabelecimento apto para a subsistência, empregando-se nos ditos serviços.

Titulo de habilitação.

Art. 26. O alumno que concluir o curso receberá um titulo, que o habilite para o exercicio de sua profissão.

A entrega deste titulo será feita na sessão do que trata o art. 24°.

Sahidas dos alumnos.

CAPITULO V

Art. 27. No principio de cada anno lectivo o director marcará os dias de sahida geral dos alumnos, não podendo haver por mez mais de uma sahida. Fóra destes dias será expressamente vedada a sahida, salvo caso de força maior a juízo do director.

Penas.

Art. 28. Aos alumnos podem ser applicadas as seguintes penas:

1ª Reprehensão em particular;

2ª reprehensão em publico;

3ª privação de recreio ou de passeio;

4ª privação de passeio ou recreio com trabalho;
5ª expulsão.

As quatro primeiras penas podem ser applicadas pelos professores e mestres, todas pelo director, quanto á ultima precedendo approvação do director.

Art. 29. O alumno que tiver praticado acto criminoso punível pelas leis será remetido pelo director á autoridade competente com o relatório circunstanciado do facto e declaração, de que dará o director conhecimento director da instrucção.

Art. 30. O alumno que, por moléstia grave, ou accidente imprevisto, ficar impossibilitado de continuar os estudos, será desligado do instituto, e entregue aos seus paes ou protectores, tendo na falta destes, o destino que ao director parecer conveniente com a approvação do director de instrucção.

Cofre que deve existir no instituto.

CAPITULO VI.

Art. 31. No instituto haverá duas chaves, uma das quaes estará em Poder do diretor e a outra no almoxarife. Neste cofre se guardarão:

- 1º A quantia recebida para ocorrer ás despesas miudas e de expediente, alimentação e vestuário dos alumnos, alimentação dos empregados internos e compra de matéria prima e utensilios para as officinas;
- 2º o producto do trabalho executado nas officinas.

Valores.

Art. 32. Todos os valores que houverem de entrar para o cofre do instituto serão recebidos pelo almoxarife, que passará recibo extrahido de um livro de talão.

Art. 33. O almoxarife passará recibo de todas as quantias retiradas do cofre para ocorrer ás despesas previstas neste regulamento.

Art. 34. Sob proposta do director do instituto, o Prefeito fixará a importância do adiantamento que deva ser feito ao almoxarife para as despesas de que tratam os parágrafos 2º e 6º do artigo 63.

Art. 35. No fim de cada semestre, o almoxarife entrará para os cofres municipaes com a importância do produto das officinas no mesmo semestre, deduzida a parte a que se refere o art. 98.

Pessoal docente.

CAPITULO VII

Art. 36. O pessoal docente do instituto constará de:

- 1º Sete professores do curso de sciencias e letras, sendo:
 - 1 de noções elementares da língua portugueza, arithmetica pratica e instrucção moral e cívica;
 - 1 da língua portugueza;

1 de noções elementares da língua franceza;
1 de elementos de geographia e historia do Brazil;
1 de arithmetica, noções de álgebra e geometria pratica;
1 de noções de mecânica geral e de mecânica aplicada;
1 de physica experimental e de chimica pratica
2º Sete professores do curso de artes, sendo:
1 de desenho geométrico e de machinas;
1 de desenho de ornato e de figura;
1 de esculptura; 1 de musiva vocal;
1 de musica instrumental;
1 de gymnastica, exercícios militares e esgrima;
1 de trabalhos manuaes e manejo das principaes ferramentas.
3º Seis adjuntos dos professores do 1º e 2º anno do curso de sciencias e letras.
4º Dez mestres de officinas e dez contra-mestres.

Pessoal administrativo.

Art. 37. O pessoal administrativo constará de:

1 director; 1 sub-director; 1 secretario; 1 amanuense; 1 almoxarife; 1 fiel de almoxarife;
1 medico; 1 dentista; 1 dentista; 1 conservador e preparador; 16 inspectores de alumnos;
1 porteiro.

Nomeações.

Art. 39. O pessoal administrativo do instituto, os adjuntos, os mestres e os contra-mestres das officinas serão nomeados pelo Prefeito sob proposta do director.

Art. 40. Durante o impedimento de um professor, ou no caso de vaga, regerá a cadeira outro professor do instituto, indicado pelo director, e na falta de membro do corpo docente que queira incumbir-se temporariamente desse serviço, o Prefeito, ouvida a congregação, nomeará um extranho de notoria competencia.

Art. 41. O substituto, a que se refere o artigo antecedente, receberá no primeiro caso, o vencimento que deixa de perceber o professor substituído, e, no segundo, o vencimento integral da cadeira.

Art. 42. O pessoal administrativo do instituto está sujeito ás mesmas penas estabelecidas para os funcionários municipaes.

Livro do ponto.

Art. 43. Para o pessoal administrativo haverá livros de ponto, que serão diariamente encerrados pelo sub-director.

Deveres do professor.

CAPITULO VIII.

Art. 44. O professor deverá:

- 1º Comparecer nas aulas, e dar as lições nos dias e horas marcados e, no caso de impedimento, participá-lo ao director com a possível antecedência;
- 2º comparecer ás sessões de congregação;
- 3º cumprir o programma da cadeira, limitando-se á doutrina útil e substancial da matéria, e evitando ostentação aparatosa de conhecimentos;
- 4º dar ao ensino o character mais pratico possível, de modo a tornal-o proveitoso ao aprendizado profissional;
- 5º interrogar ou chamar á lição os alumnos quando o julgar conveniente, afim de ajuizar do seu aproveitamento;
- 6º marcar com antecedência a matéria das sabbatinas escriptas;
- 7º empregar o máximo desvelo na educação dos alumnos;
- 8º apresentar trimensalmente ao director, em informação escripta, as notas do aproveitamento dos alumnos, as quaes poderá publicar em aula;
- 9º comparecer ao serviço de exames nos dias e horas determinados;
- 10º observar as intruções e recomendações do director, no tocante á policia interna das aulas;
- 11º satisfazer as requisições que lhe forem feitas pelo director, apellando, si preciso for, para a congregação em matéria atinente ao ensino, caso julgue taes requisições illegaes ou infundadas;
- 12º organizar o programma da respectiva cadeira, para ser submetido á congregação.

Gratificações addicionaes.

Art. 45. Os professores do instituto, que serão vitalícios desde a data da posse, gosarão das seguintes vantagens:

1ª A gratificação adicional de 10% por 10 annos de serviço, de 20% por 15, de 30% por 20, de 40% por 25, e de 50% por mais de 30 annos:

2ª Ser-lhes-hão contados como tempo de serviço effectivo para os efeitos da jubilação;

a) O tempo de commissões scientificas;

b) O numero de faltas não excedentes a 60 por anno, desde que tenham sido justificadas;

c) Todo o tempo de suspensão judicial, quando forem julgados inocentes;

d) O serviço gratuito prestado cumulativamente pelos professores em curso nocturnos estipendiados pela administração publica, contando-se esse tempo pela metade;

3ª O professor que escrever compendio, ou apresentar trabalho adoptado com vantagem no ensino, terá direito á impressão desse trabalho por conta dos cofres da Municipalidade. Caso o trabalho seja julgado de mérito verdadeiramente excepcional, o autor terá ainda direito a um premio nunca inferior a 500\$000.

Admoestações.

Art. 46. Será admoestado pelo director do instituto o professor que:

1º Exercer a disciplina sem critério ;

2ª deixar de dar aula sem causa justificada por mais de três (3) dias em cada mez;

3º infringir qualquer das disposições deste regulamento.

Reprehensões.

Art. 47. Será repreendido por portaria do director do instituto o professor que:

1º Reincidir repetidas vezes nas faltas do artigo antecedente;

2º pelo seu comportamento civil der mãos princípios aos alumnos.

Da pena de admoestação não se lavrará termo; da pena de reprehensão haverá recurso para o director de instrucção.

Suspensão.

Art. 48. Será suspenso, perdendo os respectivos vencimentos, o professor que reincidir nas faltas que tiverem motivado a pena de reprehensão, ou que desacatar autoridades do ensino.

Parapho único. A pena de suspensão só poderá ser aplicada pelo Prefeito.

Demissão.

Art. 49. Será demitido o professor nos casos de condenação por crime infamante, de ofensas á moral, ou quando a pena de suspensão lhe tenha já sido aplicada tres vezes. Parapho único. A imposição da pena de demissão decretada pelo Prefeito, precederá, sempre que for possível, um processo regular, e instaurado pelo Conselho de Intrucção Publica.

Deveres dos adjuntos.

Art. 50. Os adjuntos auxiliarão os professores do 1º e 2º annos do curso de sciencias e letras, ministrando o ensino ás turmas em que, por excesso de numero, forem divididas as respectivas aulas.

Deveres dos Mestres.

Art. 51. Os mestres das officinas, auxiliados pelos contra-mestres, darão aos alumnos o conveniente ensino pratico, de acordo com as intrucções que receberem do director do instituto.

Art. 52. Tanto os adjuntos como os mestres e contra-mestres ficarão sujeitos, na parte que lhes for applicável, ás mesmas penas dos professores, podendo ser demitidos pelo Prefeito á vista de faltas commettidas e sob proposta da congregação.

Art. 53. A estes funcionários poderá ser imposta a pena de suspensão pelo director, que dará immediatamente conta do facto ao director da instrucção, comunicando a causa que a determinou.

Art. 54. Terão sempre preferencia para o provimento destes logares os titulados pelo instituto.

O director.

CAPITULO IX

Art. 55. O director será nomeado por decreto, a juízo do Prefeito, dentre os professores do curso de sciencias e letras.

Parapho único. O professor que acumular as funções de director, perceberá além de seus vencimentos, a gratificação constante da tabela anexa ao presente regulamento.

Deveres do director.

Art. 56. O director determina, de conformidade com o presente regulamento, com as ordens do Prefeito e do director de instrucção, tudo o que se refere ao instituto, sendo o órgão official que põe o estabelecimento em relação immediata com as autoridades superiores do ensino.

Competem-lhe, portanto, além das atribuições conferidas em outros artigos:

- 1º Exercer a inspecção geral do estabelecimento, e especialmente a do ensino;
- 2º presidir ás reuniões da congregação;
- 3º rubricar todos os livros de escripturação do instituto;
- 4º assignar os títulos de habilitação;
- 5º ordenar as despesas de prompto e os mestres e contra-mestres das oficinas;
- 7º contractar o pessoal subalterno e despedi-lo, quando o julgar conveniente;
- 8º assignar as folhas para pagamento de todo o pessoal;
- 9º contractar, com audiência dos mestres, as obras que se houverem de fabricar nas officinas do instituto;
- 10º tomar as medidas que forem urgentes, e não importarem em accrescimento de despeza, solicitando a necessária approvação;
- 11º apresentar anualmente á directoria de instrucção o relatório circunstanciado dos trabalhos escolares, e das ocorrências havidas no instituto durante o anno findo.

Art. 57 O director do instituto é membro nato do Conselho da Instrucção Publica, de acordo com o decreto n.38, de 9 de Maio de 1893.

Substituição do diretor

Art. 58. O director será substituído:

- 1º Pelo sub-director, em caso de impedimentos que não excedam de 15 dias;
- 2º Por um professor por ele proposto ao Prefeito, e por este nomeado, em caso de impedimento de 15 dias.

O sub-director e seus deveres.

Art. 59. O sub-director, que será nomeado por decreto, além de auxiliar o director no desempenho de todos os seus deveres, será o chefe immediato dos inspectores de alumnos e de todo o pessoal subalterno do estabelecimento, competindo-lhe nesta qualidade:

- 1º Cumprir e fazer cumprir fielmente todas as ordens do director;
- 2º Exercer inteira vigilância em tudo quanto disser respeito á disciplina do instituto;
- 3º Distribuir o serviço dos alumnos, de acordo com o que sobre o assumpto for estatuido;
- 4º Levar immediatamente ao conhecimento do director qualquer falta commettida se ploque lhe forem subordinados.

O secretario e seus deveres.

Art. 60. Ao secretario, que será nomeado por decreto, compete:

- 1º Redigir, expedir e receber toda a correspondência official, sob as ordens do director, e segundo suas intrucções;
- 2º Dar as necessárias informações e encaminhar todos os requerimentos feitos á directoria;

- 3º Assistir ás sessões da congregação, e nelas esclarecer, por indicação do director, ou a pedido de qualquer dos membros do corpo docente, o que for conveniente recordar e elucidar a respeito do assumpto em discussão, podendo para isso usar da palavra sem direito de voto; e, finda a sessão, redigir, escrever e subscrever, em livro especial, a acta, com fidelidade e exacção, inserindo nella as declarações de voto, assim como os votos em separado e seus fundamentos;
- 4º Lavrar e subscrever os termos de exames;
- 5º Assignar os termos de matriculas, e os títulos de habilitação dados pelo instituto;
- 6º Mandar encadernar, no fim de cada anno, os avisos e ordens das autoridades do ensino, toda a correspondência official recebida, a minuta da correspondência expedida, e mais papeis avulsos de importância;
- 7º Distribuir o serviço que deva ser desempenhado pelo amanuense;
- 8º Instruir, com os necessaris documentos, todos os negócios que subirem ao conhecimento do director, fazendo sucinta e clara exposição deles, com declaração do que a respeito houver occorrido, e interpondo o seu parecer nos que versarem sobre interesses de partes, quando lhe for ordenado pelo director;
- 9º Preparar todos os esclarecimentos que devam servir de base ao relatório de que trata o art. 56;
- 10º Propor ao director tudo o que for a bem do serviço da secretaria, e da celeridade do expediente.

Amanuense e seus deveres.

Art. 61. Ao amanuense compete:

- 1º Auxiliar o secretario em todos os seus trabalhos, e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos;
- 2º Escripturnar os livros de termo de matricula e de exames, o de registro de títulos de habilitação, de nomeação de todos os funcionários e outros que necessários forem;
- 3º Ter em boa ordem e asseio e devidamente catalogados os livros e papeis da secretaria, escripturando a entrada desses papeis, cuja sahida só poderá ser feita por meio de certidão, e com autorização do secretario;

Art. 62. A secretaria estará aberta em todos os dias uteis, durante o funcionamento das aulas, podendo o director ou o secretario prorrogar o tempo do expediente, caso haja serviço urgente, ou não esteja em dia a respectiva escripturação.

O almoxarife e seus deveres.

Art. 63. Ao almoxarife, que será nomeado por portaria, incumbe:

- 1º Receber e guardar todos os objetos entregues por particulares para serem preparados as officinas, e assim também todas as obras nelas, fabricadas;
- 2º Receber da directoria de Fazenda a quantia necessária para o custeio do estabelecimento durante um mez, e apresentar mensalmente as contas respectivas para lhe ser indemnizada naquella repartição a sua importância, de modo que tenha sempre recolhida ao cofre no instituto a mesma quantia que restituirá no fim do exercício;
- 3º Cobrar a importância das obras fabricadas nas officinas;
- 4º Fazer os pedidos de fornecimentos, que serão rubricados pelo director e, com autorização deste, todas as despezas miudas e de expediente;
- 5º Fazer e trazer em dia, com individualização, clareza, ordem e regularidade, a escripturação do almoxarifado, tendo para isso os livros indispensáveis;

6º Fornecer á secretaria, ás aulas, officinas e mais repartições do instituto, os objetos necessários, á vista de pedidos em forma, rubricados pelo director;

7º Dar balanço nos armazéns, no principio de cada mez, perante o director e o secretario, afim de que possa aquelle verificar pelas verbas de entrada e sahida e documentos respectivos, e pela qualidade e quantidade dos gêneros e objetos existentes, si a escripturação está regularmente feita e si há ou não faltas.

Art. 64. O almoxarife assignará termo de responsabilidade de tudo o que pertencer ao instituto, e que se achar sob sua guarda.

Art. 65. Quando, pelo balanços mensais, de que trata o art. 63º ou nos que em qualquer tempo forem determinados, se verificar que a escripturação do almoxarifado não está regular, ou que ha faltas na qualidade ou quantidade dos gêneros e objectors, o director, suspendendo o almoxarife, e, no caso de não estar este em exercício, o fiel dará logo de tudo aprte circumstanciada ao director de instrucção. Verificando-se qualquer falta por ocasião do balanço geral supra indicado, que se effectuará logo que se der a vaga, terá logar a mesma participação.

O fiel do almoxarife e seus deveres.

Art. 66. Nos impedimentos do almoxarife fará suas vezes o fiel, ficando, porém, o mesmo almoxarife solidariamente responsável pelos actos do seu preposto.

Art. 67. Ao fiel do almoxarife, nomeado por portaria do Prefeito, sob proposta do almoxarife, feita ao director, incumbe auxiliar ao almoxarife, desempenhando todo o serviço que por este e pelo director lhe for distribuído.

O medico e seus deveres.

Art. 68. Ao medico, nomeado por portaria do Prefeito, incumbe:

1º Inspeccionar os menores, para a execução do art. 8º deste regulamento;

2º Vaccinar e revaccinar os alumnos;

3º Visitar diariamente o estabelecimento, para observar a saúde dos alumnos, e aconselhar medidas hygienicas; bem assim, todas as vezes que os seus serviços forem necessários para tratar dos doentes do instituto;

4º Requisitar que sejam removidos para os hospitais os doentes de moléstias contagiosas e aquelles que não possam ter o conveniente tratamento na enfermaria do instituto;

5º Entregar diariamente ao director um quadro do movimento da enfermaria;

6º Apresentar ao director, até ao dia 15 de janeiro de cada anno, um relatório circumstanciado do serviço medico-cirurgico do estabelecimento durante o anno anterior, com as observações que lhe parecerem convenientes a bem de hygiene e do estado sanitário do instituto e um quadro geral do movimento da enfermaria durante o anno;

7º Examinar os gêneros alimentícios que tenham de ser fornecidos, e propor ao director a rejeição dos que não devam ser recebidos;

8º Requisitar do director quaisquer providencias necessárias para o bom desempenho de suas obrigações.

Art. 69. O medico será substituído, em suas faltas ou impedimentos por quem indicar for aceito pelo director.

Deveres do conservador e preparador.

Art. 70. Cumpre ao conservador e preparador:

- 1º Guardar e conservar na melhor ordem todos os objetos do gabinete de sciencias physicas e biológicas, bem como os instrumentos da aula de trabalhos manuaes;
- 2º Não consentir na sahida de objeto algum sob sua guarda, sinão por ocasião das aulas, á requisição escripta dos respectivos professores;
- 3º Providenciar para que o objeto ou o instrumento retirado seja devolvido, ao terminar a aula;
- 4º Auxiliar o professor de sciencias physicas e biológicas, desempenhando os serviços que por este lhe forem confiados.

Inspectores, dentista.

Art. 71. Os inspectores de alumnos teem a seu cargo a policia do instituto, a qual será exercida como for determinada pelo director.

Art. 72. O dentista e os empregados subalternos de nomeação do director executarão o respectivo serviço de acordo com as ordens do director e do sub-director, na conformidade das instrucções que do director tiver recebido, e do que a tal respeito dispuser o regimento interno.

O porteiro e seus deveres.

Art. 73. Ao porteiro compete:

- 1º Ter sob sua guarda o edificio, e tudo quanto nelle existir;
- 2º Conservar em asseio as aulas e suas dependências, bem como a respectiva mobília, e mais material do ensino;
- 3º Detalhar o serviço dos serventes, de conformidade com as instrucções do director;
- 4º Receber os requerimentos e papeis das partes, para dar-lhes a conveniente direcção.

Congregação e suas attribuições.

CAPITULO X

Art. 74. Os professores do instituto se congregarão, a convite do director e sob a presidência deste, para os fins particulares especificados neste regulamento, e para:

- 1º Nomear comissões para ajuizar dos diferentes programas do ensino, apresentando pareceres escriptos e justificados, afim de serem discutidos em sessão posterior;
- 2º Eleger a comissão examinadora dos concursos do instituto, apreciar o resultado destes e classificar os concorrentes;
- 3º Propôr as reformas e melhoramentos que convier introduzir no ensino do estabelecimento;
- 4º Prestar as informações e dar os pareceres que lhe forem requisitados pelo Conselho de instrucção;
- 5º Resolver provisoriamente os casos omissos deste regulamento, ficando a sua decisão dependente de aprovação do Prefeito, ouvido previamente o Conselho de Instrucção em matéria atinente ao ensino.

Art. 75. A congregação não poderá funcionar sem que se reúna a maioria dos professores do curso de sciencias e letras, e suas deliberações serão sempre tomadas pro votação nominal.

Art. 76. Quando a opinião do director for contraria ás deliberações da congregação, poderá elle, antes de executal-as, recorrer ao Conselho de Instrucção, o qual dará a decisão final.

Nomeações dos professores.

CAPITULO XI

Art. 77. Os professores do instituto serão nomeados por decreto, mediante concurso.

Vagas.

Art. 78. Verificada uma vaga no magistério do instituto, o director a fará annunciar pelas folhas mais lidas da capital, e chamará concurrencia por espaço de 90 dias.

Concurso.

Art. 79. Poderão ser admitidos a concurso os brasileiros que estiverem no goso de seus direitos civis e políticos, e os estrangeiros em idênticas condições, que falarem correctamente o portuguez.

Os candidatos.

Art. 80. Os candidatos requererão ao director do instituto a inscripção, declarando os cargos que houverem exercido, os seus títulos e trabalhos literários e scientificos, e juntando certidão de idade, folha corrida, e quaisquer documentos que abonem a sua moralidade e capacidade profissional.

§1. A inscripção será feita em livro especial, e, para cada concurso, o secretario lavrará um termo de abertura, e outro de encerramento, no tempo próprio, os quaes serão assignados pelo director do instituto.

A inscripção poderá ser feita por procuração, si o candidato tiver justo impedimento.

§2. Não se poderá inscrever o individuo que tiver soffrido pena de galés, ou sentença pro crime de furto, roubo, estelionato, bancarrota, rapto, estupro, adultério, ou qualquer outro crime que ofenda a moral.

Inscripção.

Art. 81. Si, fundo o prazo marcado para a inscripção, nenhum candidato estiver inscripto, o director fará publicar novos annuncios, espaçando por outros 90 dias o primeiro prazo; no caso de repertir-se o facto, poderá ser preenchida a vaga por nomeação, independente de concurso, sob proposta da congregação.

Encerramento da inscripção.

Art. 82. No dia fixado para o encerramento da inscripção, reunir-se-ha a congregação, ás duas horas da tarde, para:

1º Examinar os documentos apresentados pelos candidatos inscriptos, decidir si os mesmos candidatos reúnem todas as condições moraes e professionaes, correndo a votação sobre cada um;

2º Escolher de seu seio a comissão examinadora do concurso, composta de tres professores;

§1. Nesta ocasião lavrará o secretário o termo de encerramento da inscripção, que será logo assignado pelo director do instituto, sendo no dia seguinte publicada a lista dos concorrentes.

§2. Caso não haja membros do pessoal docente suficientemente habilitados na especialidade para formar-se ou completar-se a comissão examinadora, a congregação, por intermédio do director, proporá á Directoria de Instrucção professores extranhos de reconhecida idoneidade.

Provas de concurso.

Art. 83. As provas de concurso serão as seguintes:

1ª Prova escripta;

2ª Prova oral, seguida de arguição pela comissão examinadora;

3ª Arguição pela comissão examinadora sobre a prova escripta, depois da leitura dela pelo candidato;

4ª Prova pratica.

Parapho único. O concurso para as cadeiras de trabalhos manuaes e de calligraphia constará simplesmente de prova pratica e arguição sobre essa prova.

Prova escripta.

Art.84. A prova escripta constará de uma dissertação sobre o ponto relativo á matéria de cadeira vaga.

Comissão examinadora.

Art. 85. Escolhida a comissão examinadora, esta organizará, no dia da prova escripta, uma lista de pontos, que sumetterá á approvação da congregação. Em acto consecutivo proceder-se-há á prova, a qual poderá durar tres horas no máximo, sendo fiscalizada sempre por dous professores, que se revesarão de hora em hora. Terminadas as provas, serão todas ellas cuidadosamente reunidas em um mesmo envulcro, lacrado com o carimbo do instituto, e rubricado pelos dous professores que tiverem fiscalizado durante a ultima hora, e pelo director, sob cuja guarda ficarão as provas.

Outras disposições relativamente aos concursos.

Art. 86. Quarenta e oito horas depois, si não houver domingo ou dia feriado de permeio, reurni-se-há novamente e congregação para aprovar os pontos organizados no mesmo dia pela comissão para a prova oral.

Uma vez aprovados os pontos, o primeiro dos candidatos inscriptos tirará á sorte um deles, e sobre esse ponto fará prelecção 24 horas depois.

Finda a prelecção, que durará uma hora pelo menos, o candidato será arguido em acto continuo pelos membros da comissão examinadora.

Nesse mesmo dia tirará ponto o segundo candidato inscripto, si o houver, de modo a poder fazer a sua prelecção 24 horas depois, procedendo-se com eles e os mais concorrentes, como se tiver procedido com o primeiro.

Art. 87. No dia seguinte ao da ultima prova oral, começará a leitura da prova escripta do primeiro candidato, e, finda ella, cada examinador em acto continuo o arguirá sobre o assumpto da mesma prova, de modo a se formar juízo seguro sobre a competência do concorrente.

Vinte e quatro horas depois, procederá o segundo candidato á leitura de sua prova, sendo semelhantemente arguido por todos os examinadores, e assim por deante com os mais concorrentes.

§1. A leitura da prova escripta será fiscalizada por um membro da congregação designado pelo presidente do acto, e diariamente serão lacradas as provas, que ainda não tiverem sido lidas.

§2. Enquanto o candidato ler a sua prova escripta e estiver sendo arguido sobre ella, os outros concorrentes que ainda não tiverem passado por esta prova permanecerão em uma sala reservada, da qual não possam ouvir o que se passar na sala do concurso.

Art. 88. Concluidas estas provas, reunir-se-há a congregação para aprovar os pontos da prova pratica propostos pela comissão examinadora, e nesta mesma sessão serão formuladas as intrucções especiaes para a execução desta prova, conforme a matéria sobre que versar o concurso.

Parapho único. Só haverá prova pratica para as disciplinas do curso de artes.

Art. 89. A congregação assistirá a todas as provas, perdendo o direito de voto o professor, que não assistir a todas as provas oraes do concurso.

Art. 90. Concluidas as provas, serão todas julgadas pelos examinadores, os quaes emitirão por escripto juízo fundamento sobre cada candidato, anotando minunciosamente na prova escripta os erros e as lacunas que encontrarem. Parapho único. Este julgamento deverá ter por objeto o grão de capacidade dos concorrentes, não só sobre a matéria do concurso, como ainda sobre o conhecimento pratico da língua portugueza por eles revelado, devendo ser excluído todo o candidato que se exprimir com visível incorrecção e ignorância da língua.

Art. 91. Entregue pelos examinadores o seu juízo escripto e fundamentado, a congregação fará a classificação dos candidatos pela ordem do merecimento, e esta classificação submettel-a-há o director do instituto, com todos os papeis do concurso, á apreciação do Conselho de Intrucção Publica, o qual dará seu parecer ao Prefeito por intermédio do director de instrucção.

Art. 92. No caso da comissão examinadora ou da congregação não julgar candidato algum com o merecimento necessário, o director fará anunciar nova concurrencia por espaço de 60 dias, não podendo mais concorrer os primeiros candidatos sinão dous annos depois.

Art. 93. Si nenhum cidadão concorrer a este segundo convite, ou si a congregação ainda não julgar os novos candidatos em condições de satisfazerem os deveres do magistério, o Prefeito, ouvida a congregação, proverá a cadeira, independentemente do concurso.

Art. 94. O candidato que, sme motivo justificado, deixar de comparecer a qualquer das provas do concurso, ficará delle excluído; quando, porém, a falta for com antecedência justificada, a congregação, apreciando os motivos alegados, resolverá si deve ou não adiar os actos do concurso, e leverpa sua decisão imediatamente ao conhecimento do director geral, com a exposição das razões em que se fundar.

O adiantamento não poderá exceder de 15 dias, findos os quaes prosseguirão as provas do concurso, sendo excluído o candidato que deixar de comparecer.

Art. 95. O candidato que, por ocasião de qualquer das provas, proceder de modo inconveniente, mostrando-se, por sua impolidez, incompetente para a elevada missão do magistério, será por deliberação da congregação, excluído do concurso.

Disposições geraes.

CAPITULO XII

Art. 96. Aos alumnos se fornecerá o vestuário e uniforme marcado no regimento interno; assim como boa alimentação.

A tabela de alimentação será organizada pelo director, de acordo com o medico do estabelecimento, e aprovada pelo Prefeito; podendo, com autorização deste, ser alterada, sempre que as necessidades do regimen hygienico o exigirem.

Art. 97. Haverá em cada officina, além dos contra-mestres marcados na tabela anexa, os que forem necessarios para a conveniente distribuição do ensino profissional. Estes contra-mestres, cque serão tirados dentre os alumnos do 6º anno, perceberão uma gratificação que será arbitrada pelo director, e paga por conta de quota de que trata o artigo seguinte.

O produto das officinas.

Art. 98. Do produto das officinas serão deduzidos 30% dos quaes a metade será aplicada ao melhoramento das mesmas officinas, sendo a outra metade divida proporcionalmente pelos alumnos do 5º e 6º annos das mesmas officinas, segundo o trabalho de cada um.

A parte que competir os alumnos, será recolhida á Caixa Economica para lhes ser entregue por ocasião de sua sahida do instituto.

Art. 99. Com relação ás faltas e licenças dos empregados, se observará oque está estatuído para os funcionários municipaes.

Aposentadoria.

Art. 100. Terão direito á aposentadoria, observando-se para tal fim o determinado com relação aos ditos funcionários, todos os empregados do instituto que forem de nomeação do Prefeito.

Empregados que devem residir no Instituto.

Art. 101. São obrigados a residir no estabelecimento os seguintes empregados:

O director, o sub-director, os inspectores de alumnos, o enfermeiro, o porteiro, os trabalhadores, criados, cozinheiro e serventes. A estes empregados se fornecerá alimentação marcada na tabela a que se refere o art. 96.

Art. 102. Os casos omissos neste regulamento, serão resolvidos pelo director, que submeterá o seu acto á approvação do director da instrucção.

Art. 103. Só terá execução a parte deste regulamento, de que resulta aumento de despeza, depois que, pelo Conselho Municipal, forem concedidos os necessarios meios.

ANEXO 2

BOLETIM DA INTENDENCIA Rio de Janeiro. 1902 (Janeiro a Março)
Decreto nº 282 - de 27 de fevereiro de 1902.
Dá regulamento ao Ensino Profissional

CAPITULO I

Do ensino profissional

Art.1º - O ensino profissional será ministrado pelos tres estabelecimentos: casa de S. José, Instituto Profissional masculino e Instituto Profissional Feminino.

Art.2º - A casa de S. José é um curso de adaptação ao Instituto Profissional Masculino. É destinada a receber e educar menores do sexo masculino, de seis a doze annos de idade, aos quaes proporcionará o ensino primário e pratico de algumas profissões mecânicas, adequadas a sua idade.

Art.3º - O Instituto profissional Masculino é um estabelecimento que tem por fim dar aos respectivos alumnos a educação physica, intellectual, moral e pratica para o bom desempenho das profissões de que trata o presente regulamento.

Art.4º - O Instituto profissional Feminino é um internato que tem por fim proporcionar as alumnas a educação physica, intellectual, moral e pratica, tanto para o desempenho das profissões designadas neste Regulamento, como tambem para tornar menos difficies os encargos do lar domestico.

Art.5º - O ensino nos tres estabelecimentos é gratuito:

- a) Na casa de S. José será ministrado nos cursos elementar e médio das escolas primarias e a pratica dos trabalhos manuaes sobre o papel , cartão e madeira.
- b) No Instituto Profissional Masculino o ensino abrangerá tres cursos:

Curso theórico

O ensino theórico será o mesmo dos cursos médio e complementar das escolas primarias dados com maior desenvolvimento. Especialisar-se á o estudo de francez pratico e mathematica elementar.

Curso de Artes

Desenho á mão livre

Desenho geométrico applicado ás industrias

Desenho de ornato

Desenho de figura

Desenho de machinas

Decoração

Modelagem e escultura de ornatos

Musica vocal

Musica Instrumental

Gymnastica

Curso Profissional

Ofícios de:

Alfaiate

Carpinteiro

Encanador e pautador

Entalhador

Ferreiro e serralheiro

Latoeiro

Marceneiro e empalhador

Sapateiro

Torneiro

Typographo

No Instituto Profissional Feminino o ensino será dado nos cursos elementar médio e complementar das escolas primárias e mais: economia domestica, stenographia e dactylographia e hygiene profissional.

O ensino de artes compreenderá:

Desenho a mão livre

Desenho geométrico applicado ás artes

Desenho de ornato applicado ás artes industrias

Musica vocal e notação escripta, gymnastica

O ensino profissional constará:

De costura e tudo quanto a Ella se relacione, inclusive o corte de roupa branca e de cores, serzidura, apposição e justaposição de remendos, etc.

De bordado branco, matiz e ouro

De flores

De trabalhos domésticos

§ unico, Quando pareça útil installar no Instituto Feminino algum novo ensino que possa ficar a cargo de contramestres, terados dentre os alumnos do Instituto Masculino, sem, portanto, argumento de despeza, a directoria geral pode fazel-o.

Art.6º - O conselho Superior de Instrucção Publica determinará, no começo, de cada anno letivo, o programa de cada uma das aulas.

CAPITULO II

Da matricula

Art.7º - A matricula estará aberta annualmente de 10 a 20 de fevereiro na secretaria de cada um dos estabelecimentos.

Art.8º - Para a matricula, sem excepção de pessoa, exigir-se-á:

Requerimento ao prefeito acompanhado de certidão de idade ou justificação prestada, perante juiz competente, attestado de ter tido o menor vaccina regular ou a própria variola

§ Unico. – Sem apresentação de taes documentos, que não podem em hypothese alguma ser dispensados, a matricula é illegal.

Art.9 - Os candidatos a matricula na casa S. José devem ter de seis a dez annos de idade
Os do Instituto Profissionall Masculino de dez a quinze annos.

Os do Instituto Profissionall Feminino de oito a quinze annos.

Art.10 - Para a matriculada da casa de S. José devem ser preferidos os que provarem indigência.

§ Unico. Os menores que forem remetidos pelos pretores, deverão ter um tutor nomeado por essa auctoridade.

Art.11 - O Instituto Profissionall Masculino não é estabelecimento de assistência publica. Nelle só podem ser aproveitados os que pretendem ter ou revelarem aptidão para o apprendizado profissionall.

Os candidatos á matricula neste estabelecimento, extranhos á casa de S. José, devem apresentar attestados de approvação dos cursos elementar e médio das escolas primarias, em exame feito na presença do Inspetor Escolar.

Art.12 - Não serão admittidos á matricula em nenhum dos estabelecimentos os menores que soffrerem de molestias contagiosas ou tiverem defeito physico que os impossibilite para o estudo e apprendizado profissionall.

Nesta conformidade, antes de se tornar effectiva a matricula, serão os candidatos sujeitos a inspecção do medico do estabelecimento.

Art.13 - No primeiro dia útil do mez de março serão colleccionados em cada um dos estabelecimentos os requerimentos apresentados, fazendo-se a classificação dos candidatos por ordem de merecimento com a declaração dos que devem ter direito a matricula conforme o numero de vagas existentes.

Nessa classificação terão preferencia

1° Os Orphãos de mãe e pai;

2° Os Orphãos de pai

3° Os Orphãos de mãe

4° Os filhos de funcionarios municipaes

5° Os restantes aguardarão as vagas que se derem posteriormente no estabelecimento.

6° Não se effectuará a matricula definitiva de candidato algum sem que tenha por si um responsavel que se obrigue a respeitar e a cumprir todas as exigencias deste regulamento

Art.14 – O alumno que no correr do tempo mostrar que não tem aptidão para o apprendizado profissionall, se não puder ou o responsavel por ele não quizer que seja aproveitado nos serviços domesticos , será desligado.

§ Unico. O alumno da casa S. José que completar 12 annos de idade e que não puder ser aproveitado no Instituto Profissionall Masculino será entregue a quem por elle for responsavel.

CAPITULO III

Das aulas e seu regime

Art.15 As aulas abrir-se-ão no dia 1º de fevereiro dia da entrada geral, e encerrar-se-ão a 15 de dezembro.

§ 1º As aulas primarias, as de artese o trabalho de officinas, começarão no mesmo dia 1º de fevereiro e as aulas especiaes no dia 1º de março.

§ 2º De 15 a 31 de dezembro, sem prejuiso do trabalho de officinas, terão os exames das diversas dasses, findos os quaes dar-se-á salvida geral das férias.

Art.16 A distribuição do tempo para as refeições, estudo, recreio, dos alumnos, relações entre estes e o director, professores, mestres e mais empregados, tudo enfim que se referir ao regimen escolar e disciplinar, será especialmente determinado em Regimento Interno organizado pelo Director e approvedo pelo Director Geral de Instrucção.

Art.17 O curso de estudos será distribuído do seguinte modo:

Na casa de S. José

Aula primaria	18 horas por semana
Desenho	6
Gymnastica	6
Trabalhos manuaes	6
Officina	12

No Instituto Profissionall Masculino

Aulas primarias	10 horas por semana
Francez pratico	4
Matemática	4
Desenho	12
Esculptura	6
Musica vocal	6
Musica Instrumental	10
Gramatica	6
Officinas (!!!)	48

No Instituto Profissionall Feminino

Gymnastica	6 horas por semana
Aula primaria	12
Desenho	9
Hygiene profissionall	2
Musica	5
Economia domestica	2
Sterogragraphia e Dactylographia	4
Officinas	18

CAPITULO IV

Dos exames e prêmios

Art.18 Encerradas as aulas, serão os alunos submettidos a exame.

Art.19 O Conselho Superior de Instituição Publica determinará o modo e processo dos exames.

Art.20 Os Alunos que revelarem pronunciada vocação para o estudo de letras e artes poderão ser, terminados os cursos nestes estabelecimentos, encaminhados para o Gymnasio Nacional, a Escola Normal, o Instituto Nacional de Musica ou a Academia de Bellas Artes.

Art.21 A distribuição dos prêmios realizar-se-á em uma sessão solenne, sendo no mesmo dia expostos trabalhos artísticos e industriaes produzidos pelos alunos.

Art.22 O aluno reprovado duas vezes na mesma série,não podendo ser aproveitado nos serviços domésticos,poderá o logar.

Art.23 O aluno que concluir o curso receberá um titulo que habilite para o exercício de sua profissão

CAPITULO V

Do regime disciplinar

Art.24 Aos alunos podem ser applicadas as seguintes penas:

1ª Reprehensão particular;

2ª Reprehensão em publico

3ª Privação de recreio ou de passeio

4ª Privação de recreio, ou de passeio, com trabalho,

5ª Expulsão

As quatro primeiras penas podem ser applicadas pelos professores adjuntos e mestres; todas pelo Director.

Art.25 O aluno que tiver praticado auto criminoso, passível de punição pelas leis, será remetido pelo Director á autoridade competente, com relatório circunstanciado do fator, do qual dará conhecimento ao Director Geral de Instrucção.

Parapho único. O aluno que por molestia grave ou acidente imprevisto, ficar impossibilitado de continuar no estabelecimento, será desligado e entregue a quem for por ele responsável.

Art.26 O aluno que praticar atos de injuria dentro ou fora do estabelecimento por palavras, por escripto ou por outro qualquer modo contra os seus superiores, será punido com a pena de expulsão.

Art.27 As sahdas dos alunos serão marcadas no Regime Interno.

CAPITULO VI

Do regime econômico

Art.28 Em cada um dos estabelecimentos haverá um cofre com duas chaves, uma das quaes estará em poder do Director e a outra no do Almojarife.

Neste cofre se guardarão:

- 1º A quantia recebida para o correr ás despesas do prompto pagamento;
- 2º O produto do trabalho executado nas officinas;
- 3º O produto das rendas diversas.

Art.29 Na casa de S.Jose não haverá almojarife.

Uma economia nomeada pelo Director terá as mesmas attribuições e responsabilidades dos almojarifes marcados na lei qual do ensino e neste Regulamento.

Art.30 Todos os valores que houverem de entrar para o cofre serão recebidos pelo almojarife, que passará recibo, extrahido de um lavro-talão.

Art.31 O Almojarife passará recibo de todas as quantias retiradas do cofre para ocorrer ás despesas previstas neste regulamento.

Art.32 São propostas do Director, o Director Geral fixará a importancia do adiantamento que deve ser feito ao almojarife para as despesas de prompto pagamento.

Art.33 No fim de cada trimestre o Almojarife entrará para os cofres municipaes com a importância do producto das officinas no mesmo semestre,deduzida a parte a que se refere o art. 71.

Art.34 Nos contratos para fornecimentos de generos alimenticios, medicamentos, vestuário e calçado, material para officinas, etc, serão observadas as seguintes normas:

1ª) As Directorias dos dois institutos Profissionais e da casas S. José farão o calculo do consumo provável de cada gênero no semestre futuro.

Este calculo será baseado na media rigorosa do consumo feito nos tres semestres anteriores,para que a conveniencia verse sobre o preço da totalidade dos gêneros, cujo gasto se prevê.

2ª) De todos os gêneros que forem susceptíveis de ser conservados em amostras, ellas serão escolhidas e ficarão em recipientes fechados, soba guarda e responsabilidade dos tres Directores, para, a qualquer temppo, servirem de termo de comparação.

3ª) Os concurrentes devem apresentar para cada mercadoria o preço por unidade e pela totalidade de consumo previsto. O primeiro é exigido para a hypothese do consumo ou não chegar ou exceder a quantidade prevista.

4ª) No edital de concurrencia todas as condições serão rigorosamente iguaes para todos os concurrentes, não se tornando na menor consideração qualquer allegação de preferencia ou proposta de alteração , ainda que para melhor,das condições publicadas. O único dado que em cada proposta se tem de comparar ás outras é um simples numero, a somma de todos os totaes dos preços de todo consumo, que se calcula deve ser necessário durante o semestre.

5ª) O edital de concurrencia não será publicado sem aprovação prévia do Prefeito.

6ª) No dia marcado para a abertura das propostas reunir-se ao os Directores Geraes de Instrucção, de contabilidade,de Rendas e os directores dos estabelecimentos aos quaes

interessa a concorrência. Lavrar-se-á um primeiro termo das propostas encontradas, antes de serem abertas. Passando-se em seguida á abertura, irão sendo lidas em voz alta pelo secretario geral da Instrução Publica, que assim, que tiver chegado ao fim de cada uma, escreverá bem legivelmente num quadro preto, visível a todos os concurrentes, a cifra única sobre a qual versa a encitação.

7ª) Desde de que se tenha escripto e verificado o valor da ultima proposta ,o Director de Instrução proclamará immediatamente o resultado: o fornecimento cabe de direito ao proponente que houver offerecido por quantia menor, por mínima que seja a differença entre a sua proposta e qualquer outro. Acto continuo, será lavrado e assignado o contracto, obrigando-se o fornecedor a dentro do prazo de dez dias garantir o seu fornecimento com o deposito de 10% do seu valor.

Se, por qualquer circumstancia, não o fizer, a preferencia passa ao seguinte na ordem dos preços mais modicos.

Art.35 Os fornecimentos serão feitos á vista de pedidos escriptos do almoxarife, rubricados pelo director.

Art.36 As contas dos fornecedores serão processadas á vista dos pedidos.

Art.37 Todas as encommendas feitas no estabelecimento serão pagas no ato da entrega, com excepção das que forem feitas pelas Repartições Municipaes e Federaes e o desposto no artigo seguinte.

Art.38 Todas as encommendas que so forem de utilidade própria e que não puderem ser vendidas para indemnisção das despesas feitas, serão garantidas com 60% do seu valor, antecipadamente.

Art.39 As encommendas que não forem reclamadas até seis mezes depois de promptas, serão vendidas para indemnisção das despesas feitas.

CAPITULO VII

Do pessoal

Art.40 Haverá na casa de S.José :

3 professoras de instrucção primaria	1 professor de desenho
3 adjuntos	1 professor de gymnastica
1 professor de trabalhos manuaes	

No Instituto Profissionial Feminino

2 professoras primarias	1 professor de hygiene profissionial
2 auxiliares de ensino	1 professora de musica
1 professora de economia domestica	1 professor de desenho
1 professor de stenographia e datylographia	

No Instituto Profissionial Masculino

1 professor de ensino primário	1 professor de esculptura
10 adjuntos primários	1 professor de musica vocal
1 professor de mathemática elemental	1 adjunto de musica
1 professor de francez pratico	1 professor de musica instrumental
4 professores de desenho	1 professor de gymnastica
2 adjuntos de desenho	

§ único. O professor de Hygiene Profissional do Instituto Profissional Feminino servirá também de médico no Instituto Masculino.

Art.41 Alem das auxiliares de ensino, que terão a mesma categoria das adjuntas, podem ser designadas para o Instituto Profissional Feminino adjuntas do quando de magisterio primário, em numero não superior a qual afim de servirem em divisões de turmas primarias. Estas adjuntas serão designadas de accordo com as regras do art. 7º da lei que regula o ensino municipal,dado as que durante o anno derem de trinta falta removidas.

Art.42 Os professores distribuirão o ensino pelos adjuntos como melhor convier ao serviço.

Art.43 As vagas de adjunto que se derem serão preenchidas por adjuntos effectivos do quadro do magistério primário.

Art.44 Na falta do professor, o adjunto substituirá,e nesse caso caber-lhe-á a gratificação perdida pelo professor.

Art.45 Haverá no Instituto Profissional Feminino seis mestras de officinas.

Art.46 Haverá no Instituto Profissional Masculino dez mestres e dez contramestres.

Art.47 As officinas da casa de S. José serão dirigidas por contramestres tirados de entre os alumnos mais adiantados do Instituto Profissional Masculino.

Art.48 Os mestres e contramestres são funcionários de confiança: ficarão sujeitos, na parte que lhe for applicavel, as penas dos professores, podendo,porem a qualquer tempo seja qual for a sua antiguidade,ser dispensados á vista das faltas comnettidas, sob proposta do Director.

§ 1º Terão sempre preferencia para o provimento destes logares os titulados no estabelecimento

§ 2º Nenhuma disposição generica, que abrange para lhe dar garantias especiaes, empregados administrativos ou pessoal docente, se entende applicavel aos mestres, desde que não lhes mencione expressamente a categoria e o estabelecimento em que servem.

Art.50 O pessoal administrativo será:

Na casa de S. José

1 director	1 secretaria
1 Sub.directora	4 inspetoras
1 medico	1 porteiro

No Instituto Profissional Feminino

1 Director	1 Dentista
1 Sub- director	1 Almoxarife
1 secretario	1 Porteiro

No Instituto Profissional Masculino

1 Director	1 Dentista
1 Sub- director	1 Almoxarife
1 secretario	1 Porteiro

Art.51 O pessoal subalterno será:

Na casa de S.José

1 Economia	3 Serventes
1 Cozinheiro	1 Jardineiro
1 Ajudante	

No Instituto Profissional Feminino

1 Enfermeira	2 Lavadeiras
1 Roupeira	1 Engommadeira
1 Cozinheira	3 Seventes
1 Ajudante	1 Jardineiro

No Instituto Profissional Masculino

1 Roupeiro
1 Padeiro
1 Ajudante
1 Encarregado da lavanderia
1 Economico
1 Copeiro
1 Ajudante
1 Feitor
2 Trabalhadores de chácara
1 Carroceiro
1 Ajudante de carroceiro
1 Machinista
1 Official de pharmacia
1 Enfermeiro
1 Impressor
2 Serventes

CAPITULO VIII

Do pessoal administrativo

Do Director

Art.52 Ao Director, que por direito mora no estabelecimento, compete, alem dos deveres geraes marcados na Lei que regula o ensino municipal, o seguinte:

1º Contratar as obras que se houverem de fabricar nas officinas do estabelecimento

2º Ter sobre si a gestão do patrimonio do estabelecimento, cuja escripturação Dara e precisa ficará a cargo do Secretario.

Art.53 Os directores serão substituidos, em seus impedimentos, pelos sub-directores

Do Sub-director

Art.54 O sub-director será escolhido dentre os professores, adjuntos ou funcionários do estabelecimento. Suas funções não constituem cargo especial. São uma simples commissão, que o indigitado deve exercer subordinando-se ás indicações do Director, de quem é empregado de confiança immediata.

§ 1º Os sub-directores devem morar nos estabelecimento, sozinhos sem a companhia de nenhum parente. Nem mesmo filhos menores, salvo se forem alumnos, sujeito sem tudo á regra commum do estabelecimento, se exceptuam dessa proibição.

§ 2º A nomeação dos sub-directores se fará por portaria, mediante proposta dos directores.

Art.55 O sub-director, além de substituir o Director em seus impedimentos, deve:

1º Receber directamente as ordens do Director e dar-lhe parte da sua execução

2º Receber dos professores, adjuntos, mestres e contra-mestres informações diárias relativas ao procedimento e applicação dos alumnos.

3º Distribuir o serviço que deve ser desempenhado pelos inspetores de alumnos

4º Inspeccionar cuidadosamente quanto respeita ao estabelecimentos, sobretudo o que se refere á parte physica e moral dos alumnos

5º Vigiar pessoalmente o deitar e levantar dos alumnos, a entrada e sahida das aulas, percorrendo diariamente todas as dependencias do estabelecimento.

6º Encerrar o ponto dos professores o adjunto dos mestres e contramestres

7º Fazer executar todas as disposições do Regimento Interno, advertindo o pessoal, sob sua emmedata fiscalização, que não cumprir com os seus deveres.

8º Propôr ao Director tudo quanto lhe parecer conveniente ao bom andamento e progresso do estabelecimento.

Dos Secretarios

Art.56 O Secretario do Instituto Profissional Masculino será um 2º official da Directoria Geral de Instrucção

Art.57 As secretarias do Instituto Profissional Feminino e da Casa de S. José serão tiradas dentre as adjuntas effectivas ou estagiárias designadas pelo Director Geral.

Art.58 As attribuições dos Secretarios serão as marcadas no Regimento Interno

Art.59 A Secretaria funcionará nos dias uteis, das 10 horas da manhã as 4 da tarde.

Do Medico

Art.60 Ao medico incumbe:

1º Visitar diariamente o estabelecimento para observar a saude dos alumnos e aconsellhar medidas hygienicos sejam necessarios

2º Revaccinar os alumnos

3º Inspeccionar os candidatos á matricula para execução do disposto neste Regulamento.

4º Communicar immediatamente qualquer caso suspeito de moléstia infermo – contagiosa,e que se manifeste no estabelecimento, indicando a necessidade de pronremoção dos alumnos accometidos, os quaes não poderão, sob pretexto algum, ser tratados no estabelecimento.

5º Examinar a qualidade das drogas e remédios que pedir, antes de applicalios ao alumnos, dando parte no Director de qualquer anormalidade que encontre não so a esse respeito como em relação ás dietas e mais serviços da enfermaria.

6º Dar instruções ao pharmaceutico e pedir providencias que forem necessarias não so para o serviço da enfermaria, mas também para que o da pharmacia se faça do melhor modo possível.

7º Dar instruções, por escripto, ao enfermeiro, sobre a applicação dos remédios dietas e o mais que convier ao tratamento dos alumnos.

8º Notar no livro da enfermeira o dia em que ao alumnos entram e sahem, consigmamdo o diagnostico formulado sobre as moléstias que soffrerem.

9º Communicar, sem perda de tempo, ao Director o estado do alumno accometido de moléstia grave.

10º Entregar diariamente ao Director um quadro do movimento da enfermaria

11º Apresentar ao Director até o dia 15 de Janeiro de cada anno um relatorio circunstanciado do serviço medico – cirúrgico do estabelecimento durante o anno anterior, com as observações que lhe parecerem convenientes a bem da hygiene e do estado sanitario do estabelecimento e um quadro geral do movimento da enfermaria durante o anno.

12º Examinar os generos alimenticios que tenham sido fornecidos e propôr ao Director a rejeição dos que não devam ser recebidos.

13º Communicar ao sub-director quaisquer falta por parte dos empregados da Enfermeira ou pharmacia, no cumprimento dos seus deveres.

Do Almozarife

Art.61 Ao Almozarife compete:

1º Receber e guardar todos os objetos entregues por particulares para serem preparados nas officinas e assim tambem todas as obras nellas fabricadas.

2º Receber da Directoria da contabilidade Municipal a quantia necessária para ocorrer ás despesas de prompto pagamento e apresentaras contas respectivas para lhe ser indemmisada naquela repartição a sua importancia, de modo que tenha sempre recolhida ao cofre do estabelecimento a mesma quantia, que restituirá no fim do exercicio.

3º Cobrar a importancia das obras fabricadas nas officinas no ato da entrega.

4º Fazer os pedidos de fornecimento, que serão rubricados pelo Director, e com autorização deste todas as despesas miúdas e de expediente.

5º Fazer e trazer em dia com individualização, clareza, ordem e regularidade e escripturação do Almojarifado, tendo para isso livros indispensáveis, rubricados pelo Director.

6º Fornecer á Secretaria, á portaria, ás aulas, officinas e mais secções do estabelecimento os objetos necessários, á vista de pedidos em forma, rubricados pelo Director.

7º Dar balanço nos armazens no princípio de cada mez perante o Director, afim de que possa este verificar, pelas verbas de entrada e sahida e documentos respectivos e pela qualidade e quantidade dos gêneros e objetos existentes, se a escripturação esta regularmente feita e se há ou não faltas.

8º Recolher ao cofre sob sua guarda não só a quantia recebida para correr ás despesas de prompto pagamento, como tambem o produto dos trabalhos executados nas officinas e as quantias de qualquer outra procedencia.

Art.62 O Almojarife assignará, perante o Director, um termo de responsabilidade de tudo que pertencer ao estabelecimento e que se achar sob a sua guarda, prestando força de acordo com o art. 58 da lei que regula o ensino municipal, respeitadas todas as disposições desse artigo.

Art.63 Quando, pelos balanços mensaes de que trata este regulamento ou pelos que El qualquer tempo forem determinados, se verificar que a escripturação do Almojarifado não está regular ou há faltas da qualidade e quantidade dos gêneros e objetos, o Director suspendendo o Almojarife, dará logo de tudo parte ao Director Geral da Instrucção.

Art.64 O Director Geral de Instrucção requisitará da Directoria Geral de contabilidade, semes-tralmente, um funcionário para proceder a exame no Almojarifado do estabelecimento.

Do Dentista

Art.65 Ao Dentista incumbe comparecer no estabelecimento nos dias designados pelo Director para prestar seus serviços profissionaes aos alumnos e bem assim qualquer hora, a chamada do Director, para o serviço de sua profissão.

Dos Inspetores

Art.66 A inspeção geral dos institutos profissionais será feita pelos alumnos do estabelecimento escolhidos pelo processo indicado no Regime Interno cabendo-lhes, por esse serviço, a gratificação que for estipulada no orçamento.
§ único. Seus deveres serão minuciosamente especificados no Regime Interno.

Do Porteiro

Art.67 Ao porteiro incumbe:

1º Ter sob sua guarda o edificio

2º Conservar em asseio e ordem a Portaria e suas dependencias

3º Receber os requerimentos e papeis das partes, encaminhando-as á Secretaria.

4º Receber com toda urbanidade todas as pessoas que procurarem o estabelecimento

5º Receber e endereçar toda a correspondencia do estabelecimento

6º Advertir as pessoas que na Portaria não procedem com a devida regularidade, communicando ao Sub-Director qualquer evidente contrario á boa ordem.

7º Auxiliar a organisação do inventario do qual terá uma copia au-thentica

CAPITULO IX **Do pessoal subalterno**

Art.68 Ao pessoal subalterno incumbe cumprir todas as ordens dadas pelos funcionarios a que estiverem subordinados, de acordo com o que for definido no Regimento Interno.

CAPITULO X **Disposições Geraes**

Art.69 Aos alumnos se fornecerá o vestuario e uniforme marcado no Regimento Interno, assim como alimentação.

Paragrapho único – A Tabella de alimentação será organisaada pelo director, de acordo com o medico, podendo, ser alterada, sempre que as necessidades do regimen hygienico assim o exigirem.

Art.70 Haverá em cada officina os contramestres necessários para a conveniente distribuição do ensino profissional.

Os contramestres serão tirados dentre os alumnos do Instituto e quereceberão uma gratificação.

Art.71 Do produto das officinas serão deduzidos 30% , dos quaes 10% serão applicados ao melhoramento das mesmas officinas, 10% divididos proporcionalmente pelos mestres ou contramestres segundo o trabalho de cada uma das officinas e os restantes 10% divididos proporcionalmente pelos alumnos das mesmas officinas.

Art.72 A parte que compete aos alumnos será recolhida á Caixa Economica, havendo no estabelecimento um livro caixa em que cada alumno tenha sua conta corrente, que será liquidada por occasião da sua retirada.

§ 1º Da conta corrente de cada alumno será deduzida a importancia do prejuízo que intencionalmente causar ao estabelecimento.

§ 2º O alumno que pelo seu mão procedimento for desligado do estabelecimento, perderá direito ao saldo de sua conta corrente, sendo este dividido igualmente pelas contas correntes dos outros alumnos.

Art.73 Os alumnos que completarem o curso de estudos no estabelecimento e não quizerem gosar da disposição do art. 49 §10, serão por intermédio do Director colocados nas principaes officinas desta capital.

Art.74 Alem do Director e Sub-Director, deverão também residir no estabelecimento o Porteiro e o pessoal subalterno. A estes funcionarios se fornecerá a alimentação, marcada na tabella, que se refere o art 69.

Art.75 Os empregados municipaes poderão fazer quaesquer encommendas dos produtos das officinas do estabelecimento, obrigando-se á pagar a prazo que não poderá exceder do exercício.

Art.76 O dinheiro arrecadado nas officinas, descontada a parte do art 71 será de novo empregado em matéria prima para as mesmas officinas.

Quatro vezes no anno o Almojarife prestará as devidas contas á Directoria Geral de contabilidade, entrando no fim do exercício com a renda.

Art.77 Os adjuntos de desenho e de musica serão tirados, sempre que for possível, dos alumnos do estabelecimento.

Art.78 A não ser para autos officiaes, a banda de musica do Instituto só poderá sahir do estabelecimento mediante contrato. O Professor de Musica tem por dever acompanhalla e dirijir-lhe os trabalhos onde quer que Ella tenha de servir.

Art.79 Os diários de classe, livro de ponto e registro da enfermaria serão diariamente recolhidos á Secretaria e nelles se fará a declaração dos funcionários que faltarem ao serviço.

Art.80 Continuará em pleno vigor, até que produza seus effeitos, o dec. nº 529 de 23 de abril de 1898.

Art.81 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Director, que submeterá o seu ato a deliberação do Director Geral de Instrucção.

Art.82 Ficam mantidos os direitos dos atuaes Almojarifes dos tres estabelecimentos.

Art.83 Os logares de professores e auxiliares do ensino no Instituto Profissional Feminino serão providos com as normalistas que no anno passado serviram em divisões de turmas de aulas de sciencias e artes, cabendo as diplomadas o logar de professores e ás não diplomadas os de auxiliares.

Art.84 Ficam mantidos os direitos dos atuaes, inspetores, quer effectivos, quer interinos, que tenham mais de um anno de exercício, os quaes serão aproveitados em outras repartições municipaes.

Art.85 Serão aproveitados nas vagas que se devem, os professores e adjuntos do quando do majisterio primario.

Art.86 Ficam respeitadas os direitos adquiridos pelo funcionarios dos estabelecimentos a que se refere o presente Decreto.

Art.87 A actual economia da casa de S. José está dispensada de prestar a fiança regulamentar.

Art.88 O Sub- Director da casa de S. José, tornado addido por força deste decreto, poderá ser aproveitado, com as garantias que tem no cargo de chefe de seccção de qualquer repartição municipal.

Art.89 O atual Director da Casa de S José continuará a não morar no estabelecimento.

Distrito Federal, 27 de Fevereiro de 1902, 14º da Republica.

Joaquim Xavier da Silveira Junior